

Relatório de Gestão do Iphan

Exercício 2024



IPHAN

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL 2024

Apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas (UPC) está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. Este Relatório é elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa (IN) TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, da Decisão Normativa (DN) TCU nº 198, de 23 de março de 2022 e da Portaria TCU nº 52, de 27 de março de 2024, de acordo com o Guia para elaboração na forma de Relatório Integrado elaborado pelo TCU – 3ª Edição 2022.

Créditos

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL 2024

Presidente da República do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura

Margareth Menezes da Purificação Costa

Presidente do Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional

Leandro Antonio Grass

Diretores do IPHAN

Departamento de Ações Estratégicas e

Intersetoriais (DAEI)

Daniel Borges Sombra

Departamento de Articulação, Fomento e

Educação (DAFE)

Márcia Lucena

Departamento de Patrimônio Material e

Fiscalização (DEPAM)

Andrey Rosenthal Schlee

Departamento de Planejamento e

Administração (DPA)

Adriana Bortoli

Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI)

Deyvesson Israel Alves Gusmão

Coordenador-Geral de Planejamento e

Orçamento (CGPLAN)

Thainá Pereira Moura

Coordenador substituto de Planejamento e

Projetos (CPLAN)

Flávio Eduardo de Queiroz Fundação

Ficha Técnica

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Grupo de Trabalho

Thainá Pereira Moura

Flávio Eduardo de Queiroz Fundão

Sérgio Carreira dos Santos

Yuri Gomes Rodrigues

Colaboração

Yuri Gomes Rodrigues

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

www.gov.br/IPHAN

publicações@IPHAN.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Aloísio Magalhães, IPHAN

Ficha Catalográfica

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABC - Agência Brasileira de Cooperação
ABEA - Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo
ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACAMUFEC - Associação Cultural do Museu de Folclore Edison Carneiro
ACPP - Acordo de Conduta Pessoal e Profissional
ACT - Acordo de Cooperação Técnica
AGIEL - Agência de Integração Empresa Escola
AMIQUELJO - Associação Mineira do Queijo Artesanal
AMLAI - Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação
ANCINE - Agência Nacional do Cinema
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ARQUIT - Associação Remanescente Quilombola da Comunidade do Torre
Art. - Artigo
ASIMPA - Assessoria de Internacional do Patrimônio Material
ASINCA - Assessoria Internacional de Cooperação e Articulação
ASINPI - Assessoria Internacional do Patrimônio Imaterial
ASSIN - Assessoria de Assuntos Internacionais
AUDIN - Auditoria Interna
BAA - Biblioteca Amadeu Amaral
BAE - Boletim Administrativo Eletrônico
BAM - Biblioteca Amadeu Amaral
BCP - Bens Culturais Procurados
BIENALSUR - Bienal Internacional de Arte Contemporânea da América do Sul
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAD - Comitê de Administração
CAR - Câmara de Análise de Recursos
CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CCE - Cargo Comissionado Executivo
CCONT - Coordenação de Contabilidade
CCONV - Coordenação de Convênios e Prestação de Contas
CCPPI - Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial
CCSRBM - Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx
CDP - Centro de Documentação do Patrimônio
CE - Contrato em Execução
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CEP - Comissão de Ética Pública
CGAF - Coordenação-Geral de Autorização e Fiscalização
CGCI - Coordenação-Geral de Cooperação Internacional
CGCN - Coordenação-Geral de Cooperação Nacional
CGCO - Coordenação-Geral de Conservação
CGCOM - Comunicação Institucional
CGD - Comitê de Governança Digital
CGESP - Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural
CGFE - Coordenação-Geral de Fomento e Economia do Patrimônio
CGGI - Coordenação de Gestão e Governança Institucional

CGID - Coordenação-Geral de Identificação e Reconhecimento
CGINT - Coordenação de Gestão da Integridade
CGNT - Coordenação-Geral de Normatização e Gestão do Território
CGPLAN - Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento
CGPS - Coordenação-Geral de Promoção e Sustentabilidade
CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU - Controladoria-Geral da União
CGU-RJ - Superintendência da Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro
CH - Cidades Históricas
CIP - Catalogação na Publicação
CLC - Centro Lúcio Costa
CLC/CC2 - Centro Lúcio Costa, Centro de Categoria 2
CNA - Centro Nacional de Arqueologia
CNART - Cadastro Nacional de Negociantes de Obras de Arte e Antiguidade
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNC - Conferência Nacional de Cultura
CNFCP - Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
CNIC - Comissão Nacional de Incentivo à Cultura
CNIGP - Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos
CNL - Coordenação Nacional de Licenciamento
COABRE - Coordenação de Apoio aos Bens Registrados
COAPE - Coordenação de Administração de Pessoal e Pagamento
COASPAR - Coordenação de Assuntos Legislativos
COBRADI - Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional
CODEARQ - Custodiadoras de Acervos Arquivísticos
COE - Comitê e Executivo
COGECINT - Coordenação-Geral de Cooperação Internacional
COGED - Coordenação de Articulação e Gerenciamento de Dados
COGEDU - Coordenação-Geral de Educação, Formação e Participação Social
COGEP - Coordenação-Geral de Gestão Estratégica de Pessoas
COGESTI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
COIR - Coordenação de Identificação e Reconhecimento
COMPAT - Comitê Técnico de Patrimônio e Turismo
CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos
CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano
COPMAF - Comitê Permanente para Preservação do Patrimônio Cultural de Matriz Africana
COPRO - Coordenação de Projetos e Obras
COREG - Corregedoria
COSEG - Comitê de Segurança da Informação
COSOC - Coordenação de Socialização e Conservação
CPAD - Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
CPC - Comissão de Patrimônio Cultural
CPLAC - Coordenação de Planejamento e Controle
CPLAN - Coordenação de Planejamento e Projetos
CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CPRON - Coordenação de Proteção e Normatização
CRAB - Centro de Referência do Artesanato Brasileiro

CRESPIAL - Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural na América Latina e Caribe
CSC - Carta de Serviço ao Cidadão
DAEI - Departamento de Ações Estratégicas e Intersetoriais
DAFE - Departamento de Articulação, Fomento e Educação
DARQ - Divisão de Arquivo
DCPP - Diretoria Curatorial dos Palácios Presidenciais
DECOF - Departamento de Cooperação e Fomento
DEPAM - Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
DIVEP - Divisão de Editoração e Publicações do Patrimônio
DIVPAG - Divisão de Pagamento de Pessoal
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
DPA - Departamento de Planejamento e Administração
DPI - Departamento do Patrimônio Imaterial
DPO - Departamento de Projetos e Obras
DPTMAT - Diretoria de Políticas Para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros
D-TED - Dispensa de Termo de Execução Descentralizada
E-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
EAD - Ensino a Distância
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAMPARQ - Encontro Nacional de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
ENAR - Encontro Nacional de Acervo Raro
ENCCLA - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
ESCUlt - Escola Solano Trindade de Formação e Qualificação Artística, Técnica e Cultural
EUA - Estados Unidos da América
FBN - Fundação Biblioteca Nacional
FCA - Ficha de Caracterização de Atividades
FCE - Função Comissionada Executiva
FCI - Faculdade de Ciências da Informação
FCP - Fundação Cultural Palmares
FCRB - Fundação Casa de Rui Barbosa
FDD - Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
FIPA - Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico
FISCALIS - Sistema de Fiscalização e Autorização
FMIC - Fundo Municipal de Investimentos Culturais
FNRB - Fundo Nacional de Repartição de Benefícios
FUMPH - Fundação Municipal de Patrimônio Histórico
FUNARTE - Fundação Nacional de Artes
GAB-PRES - Gabinete da Presidência
GAFILAT - Grupo de Ação Financeira da América Latina
GDAC - Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural
GDACE - Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos
GDAIE - Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura
GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

GECC - Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEPPAS - Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas de Ação Afirmativa no Brasil
GMV - Galeria Mestre Vitalino
GSI - Gabinete de Segurança Institucional
GT - Grupo de Trabalho
GTA - Guia de Transparência Ativa
IAB-RJ - Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento do Rio de Janeiro
IBDU - Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus
IBRAM-RJ - Escritório Regional do Instituto Brasileiro de Museus no Rio de Janeiro
ICCROM - Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICOM - Conselho Internacional de Museus
ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IFAM - Instituto Federal do Amazonas
IFB - Instituto Federal de Brasília
IGP - Instituições de Guarda e Pesquisa
IILA - Organização Internacional Instituto Ítalo-Latino-americana
IIRC - International Integrated Reporting Council
ILA - Instituto Luiz de Albuquerque
IMS - Instituto Moreira Salles
IN - Instrução Normativa
INDL - Inventário Nacional da Diversidade Linguística
INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro
INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais
INSS Instituto Nacional do Seguro Social
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAN-AC - Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado do Acre
IPHAN-AL - Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado de Alagoas
IPHAN-AM - Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado do Amazonas
IPHAN-AP - Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado do Amapá
IPHAN-BA - Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado da Bahia
IPHAN-CE - Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado do Ceará
IPHAN-DF - Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Distrito Federal
IPHAN-ES - Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado do Espírito Santo
IPHAN-GO - Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado de Goiás
IPHAN-MA - Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado do Maranhão
IPHAN-MG - Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado de Minas Gerais

IPHAN-MS – Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado de Mato Grosso do Sul

IPHAN-MT – Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado de Mato Grosso

IPHAN-PA – Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado do Pará

IPHAN-PB – Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado da Paraíba

IPHAN-PE – Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado de Pernambuco

IPHAN-PI – Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado do Piauí

IPHAN-PR – Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado do Paraná

IPHAN-RJ – Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado do Rio de Janeiro

IPHAN-RN – Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado do Rio Grande do Norte

IPHAN-RO – Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado de Rondônia

IPHAN-RR – Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado de Roraima

IPHAN-RS – Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado do Rio Grande do Sul

IPHAN-SC – Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado de Santa Catarina

IPHAN-SE – Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado de Sergipe

IPHAN-SP – Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado de São Paulo

IPHAN-TO – Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado do Tocantins

ISBN - International Standard Book Number

LAI - Lei de Acesso à Informação

LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

LOA - Lei Orçamentária Anual

MAIS - Meio Ambiente Integrado e Seguro

MCIDADES - Ministério das Cidades

MDA - Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

MDHC - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

ME - Ministério da Economia

MEC - Ministério da Educação

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MFEC - Museu de Folclore Edison Carneiro

MGI - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

MICBR - Mercado das Indústrias Criativas do Brasil

MinC - Ministério da Cultura

MIR - Ministério da Igualdade Racial

MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública

MMA - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

MMIP - Modelo de Maturidade da Integridade Pública

MP - Ministério Público

MPMG - Ministério Público do Estado de Minas Gerais

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MRE - Ministério das Relações Exteriores

MTB - Museu do Trabalho

MTB - Museu Théó Brandão

NIDES - Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social

NOBRADE - Norma Brasileira de Descrição Arquivística

NUGEP – Núcleo Multidimensional de Gestão do Patrimônio e de Documentação em Museus

OBEC - Observatório da Economia Criativa

OBHA - Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares

OCBPM - Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial

OEA - Organização dos Estados Americanos

OGU - Orçamento Geral da União

ONU - Organização das Nações Unidas

OSC - Organizações da Sociedade Civil

OTSS - Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina

OUV - *Outstanding Universal Values*

OUV - Ouvidoria-Geral

PA - Planos de Ação

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAINT - Planos Anuais de Auditoria Interna

PAIPA - Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAPIPA - Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico

PDP - Plano de Desenvolvimento de Pessoas

PD TIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

PEI - Planejamento Estratégico do IPHAN

PEP - Programa de Especialização do Patrimônio

PERER - Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais

PEUE - Plano de Entregas da Unidade Executora

PF - Polícia Federal

PGC - Palácio Gustavo Capanema

PGD - Programa de Gestão e Desenvolvimento

PGPA - Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico

PGPP - Programa de Pós-Graduação em Projeto e Patrimônio

PGRC - Programa de Gestão e Responsabilidades Compartilhadas

PHL - *Personal Home Library*

PIEP - Projetos Integrados de Educação Patrimonial

PIPA - Primeira Infância Plantar Amor Desenvolvimento Tecnológico

PNLD - Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

PNPI - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

PO - Plano Orçamentário

PPA - Plano Plurianual

PPAGMA - Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia

PPGARQ - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos

PPGAU - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

PPGMA - Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos

PPGPACS - Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos

PPGPACS - Programa de Pós-graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade

PPGPAT - Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde

PPSI - Plano de Privacidade e Segurança da Informação

PRMFA - Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade

PRODES – Projeto de Monitoramento do Desmatamento
PRODOC - Projeto de Cooperação Técnica Internacional
PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura
PSS - Plano de Seguridade Social do Servidor
PTD - Planos de Transformação Digital
PTI – Plano de Trabalho Individual
QVT - Qualidade de Vida no Trabalho
RAINT - Relatórios Anuais de Auditoria Interna
RAIP - Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Imaterial
RENOUV - Rede Nacional de Ouvidorias
RIEP - Relatórios Integrados de Educação Patrimonial
RIP - Registro de Imóvel Público
RPPS - Regime Próprio de Previdência Social
SAB - Sociedade de Arqueologia Brasileira
SAIP - Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Cultural
SAP - Sala do Artista Popular
SE - Superintendências Estaduais
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDEC - Secretaria Nacional de Defesa Civil
SEGES - Secretaria de Gestão
SEI - Sistema Eletrônico de Informações
SEPP - Serviço de Escritório de Projetos e Processos
SETEQ – Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais
SGD - Secretaria de Governo Digital
SGMA - Serviço de Gestão, Monitoramento e Acompanhamento
SHCU - Seminário de História da Cidade e do Urbanismo
SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
SICG - Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SIG-IPHAN - Sistema Integrado de Gestão do IPHAN
SisOUV - Sistema de Ouvidorias
SNPC - Sistema Nacional de Patrimônio Cultural
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPIUNET - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
SQPT - Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos
SRBM - Sítio Roberto Burle Marx
SREC - Serviço de Registro e Cadastro de Dados
STA - Sistema de Transparência Ativa
TACs - Termos de Ajustamento de Conduta
TC - Termo de Compromisso
TCE – Tomadas de Contas Especiais
TCU - Tribunal de Contas da União
TED - Termo de Execução Descentralizada
TI - Tecnologia da Informação
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UG – Unidade Gestora
UNB – Universidade de Brasília
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP - Universidade Estadual Paulista
UNFCCC - Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas
UNIFAP - Universidade Federal do Amapá
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UO - Unidades Orçamentárias
UPC - Unidade Prestadora de Contas
WHCBS - *World Heritage Capacity Building Strategies* do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O IPHAN em números	19
Figura 2 – Estrutura Organizacional do IPHAN	22
Figura 3 - Conjunto de Diretrizes.....	23
Figura 4 – Planos de Ação aprovados pelo IPHAN, em 2024.....	27
Figura 5 – Macroprocessos do IPHAN.	28
Figura 6 – Painel gerencial de acompanhamento orçamentário e financeiro das ações finalísticas, em 2024.	29
Figura 7 – Painel de monitoramento dos indicadores do Planejamento Estratégico do IPHAN.	34
Figura 8 – Etapas da construção do novo Planejamento Estratégico do IPHAN.	35
Figura 9 – Direcionamento Estratégico do IPHAN	36
Figura 10 – Carta de Serviços ao Cidadão do IPHAN.	58
Figura 11 - Instâncias Da Integridade do IPHAN	67
Figura 12 - Total de atividades essenciais de Integridade do IPHAN, por área e temas, em 2024 (Quantidade).....	69
Figura 13 – Painel de Correição em dados, CGU.....	76
Figura 14 – Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial.....	91
Figura 15 - Macroprocessos, processos e instrumentos da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial.	120
Figura 16 – Painel de acompanhamento das ações do Novo-PAC.....	152
Figura 17 – Acompanhamento orçamentário e financeiro das ações do Novo-PAC.....	153
Figura 18 – Ações do Novo-PAC, por região.	155
Figura 19 – Ações do Novo-PAC, por matéria.	155
Figura 20 – Complexidade das ações desenvolvidas na área do Licenciamento Ambiental.	156
Figura 21 – Mapeamento dos processos nos projetos relacionados às mudanças climáticas.	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Total de Atendimentos da Ouvidora-Geral do IPHAN, em 2024 (Quantidade e Percentagem)	39
Quadro 2 - Comparativo de atendimentos realizados pela Ouvidora-geral do IPHAN entre os anos 2024 e 2023. (Quantidade e Percentagem).....	40
Quadro 3 - Total de manifestações de ouvidoria, por tipo, nos anos 2024 e 2023. (Quantidade e Percentagem)	42
Quadro 4 - Descrição das atividades relacionadas à Integridade, desenvolvidas no âmbito do IPHAN, em 2024	71
Quadro 5 - Descrição das capacitações efetuadas pela equipe da CGINT, em 2024.....	73
Quadro 6 – Relação de bens com tombamento provisório em 2024:	100
Quadro 7 - Relação dos bens com tombamento provisório em caráter emergencial em 2024:	102
Quadro 8 – Relação de bens com tombamento aprovados	103
Quadro 9 – Relação dos bens inscritos no Livro do Tombo.....	104
Quadro 10 – Relação das notificações de tombamentos provisórios.....	104
Quadro 11 - Relação das notificações de tombamentos emergenciais	105
Quadro 12 - Relação dos bens com tombamento aprovado no CC	105
Quadro 13 - Relação dos bens homologados.....	105
Quadro 14 - Relação dos processos de tombamentos abertos	106
Quadro 15 - Relação dos bens referentes aos processos indeferidos.....	109
Quadro 16 - Relação dos bens referentes aos processos de tombamento de quilombos em instrução, em 2024 - Portaria IPHAN nº 135/2023	111
Quadro 17 - Relação dos bens referentes aos processos de tombamento de quilombos em migração do Decreto Lei 25/1937 para a Portaria IPHAN nº 135/2023	111
Quadro 18 - Relação de obras entregues pelo IPHAN, em 2024.	154
Quadro 19 - Força De Trabalho x Gênero (Quantidade e Percentagem).....	170
Quadro 20 – Cargos de Gestão x Gênero (Quantidade e Percentagem)	170
Quadro 21 – Capacitações (Quantidade).....	172
Quadro 22 – Licença Capacitação (Quantidade)	173
Quadro 23 – Contratações IPHAN em 2024	178
Quadro 24 – Contratações IPHAN Sede 2024	178
Quadro 25 – Contratações por Superintendências IPHAN 2024.....	179
Quadro 26 – Contratações Administrativo IPHAN 2024	179
Quadro 27 – Principais contratações diretas IPHAN 2024 (acima de R\$ 1.000.000,00)	180
Quadro 28 – Principais contratações IPHAN 2024 (acima de R\$ 100.000,00).....	184
Quadro 29 - Principais contratações IPHAN 2024.....	186
Quadro 30 - Convênios firmados pelo IPHAN, em 2024 (Quantidade e Valor, em R\$).....	188
Quadro 31 - Termos de colaboração firmados pelo IPHAN, em 2024 (Quantidade e Valor, em R\$)	189
Quadro 32 - Termos de fomento firmados em 2024, pelo IPHAN (Quantidade e Valor, em R\$)	189
Quadro 33 – TED firmados pelo IPHAN, em 2024 (Quantidade e Valor, em R\$)	189
Quadro 34 - Dispensas de Termo de Execução Descentralizada (D-TED) firmadas pelo IPHAN, em 2024 (Quantidade e Valor, em R\$).....	189
Quadro 35- Prestação de Contas Aprovadas, em 2024, em relação a Convênios firmados pelo IPHAN (Quantidade e Valor, em R\$).....	190
Quadro 36 - Prestação de Contas Aprovadas, em 2024, em relação a Termos de Colaboração firmados pelo IPHAN (Quantidade e Valor, em R\$).....	190
Quadro 37 - Prestação de Contas Aprovadas, em 2024, em relação a Termos de Execução Descentralizada - TED	190
Quadro 38 - Dispensa de Termos de Execução Descentralizada – TED firmados pelo IPHAN (Quantidade e Valor, em R\$). 191	
Quadro 39 - Prestação de Contas Aprovadas com ressalvas, em 2024, em relação a Convênios firmados pelo IPHAN (Quantidade e Valor, em R\$)	191
Quadro 40 - Valores executados em 2024 pela CGTI (em R\$).....	213
Quadro 41 – Valores dos Contratos firmados em 2024 (em R\$).....	213
Quadro 42 - Gestão ambiental e sustentabilidade	220

Quadro 43- Dotação Inicial x Atual 2024, do IPHAN (em R\$)	224
Quadro 44 – Destaques recebidos em 2024.....	225
Quadro 45 - Despesa empenhada, liquidada e paga 2024, no âmbito do IPHAN (em R\$)	226
Quadro 46 - Relação das Despesas do IPHAN, em 2024, por Grupo e Elemento de Despesas (em R\$)	226
Quadro 47 – Dotação atual x Despesas empenhadas em 2024.....	227
Quadro 48 – Valores de Emendas Parlamentares destinadas ao IPHAN, em 2024 (em R\$)	229
Quadro 49 - Gastos com Pessoal	229
Quadro 50 - Investimentos	230

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de manifestações tramitadas no Fala.BR, por Unidade (Quantidade).....	44
Tabela 2 – Atividades executadas pela Comissão de Ética, em 2024.	63
Tabela 3 - Procedimentos disciplinares - por Tipo, em 2024, no IPHAN (Quantidade)	76
Tabela 4 - Processos Disciplinares – Concluídos em 2024, no IPHAN (Quantidade)	76
Tabela 5 - Procedimentos disciplinares - por Assunto, em 2024, no IPHAN (Quantidade).....	77
Tabela 6 - Planos de Salvaguarda publicados em 2024.....	121
Tabela 7 - Planos de Salvaguarda elaborados ou em processo de elaboração em 2024.	122
Tabela 8 - Planos de Ação sob gestão do DPI aprovados em 2024 (em R\$).....	127
Tabela 9 - Planos de Ação sob gestão da Coordenação de Assuntos Legislativos (COASPAR), relativos à unidade DPI, aprovados em 2024 (em R\$).	128
Tabela 10 - Relação dos bens culturais imateriais registrados, em 2024, como Patrimônio Cultural do Brasil.....	137
Tabela 11 - Relação de bens culturais cuja reavaliação foi apreciada, em 2024, pela CSPI.	138
Tabela 12 - Relação de bens culturais com títulos revalidados em 2024.	138
Tabela 13 - Quantitativo de visitação aos Espaços Expositivos, da CNFCP, em 2024.	141
Tabela 14 - Relação de Premiados e Menções Honrosas referentes ao Concurso Sílvia Romero de Monografias, em 2024....	143
Tabela 15 - Relação de Premiados e Menções Honrosas referentes ao Prêmio Mário de Andrade de Fotografias Etnográficas, em 2024.....	144
Tabela 16 - Informações sobre as cinco SAPs Inéditas de 2024.	146
Tabela 17 - Dados de utilização dos Projetos Itinerante “Olhando em Volta” - Módulo Trabalho, em 2024 (Quantidade).....	150
Tabela 18 - Materiais de comunicação produzidos, por tipos e quantidade	150
Tabela 19 - Situação Funcional do IPHAN, em 2024. (Quantidade e Percentagem)	170
Tabela 20 – Aposentadorias, Pensões e Abono Permanência, em 2024.....	172
Tabela 21 – Demonstrativo de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, em 2024.	175
Tabela 22 - Evolução dos Gastos com Pessoal.....	176
Tabela 23 – Dados dos Imóveis Próprios e Locados do IPHAN.....	192
Tabela 24: Relação dos contratos mais relevantes de serviço vigentes no IPHAN relacionados à TIC.....	214
Tabela 25: Macroprocessos gerenciais: planos e programas anuais e plurianuais do IPHAN	215
Tabela 26 – Principais iniciativas de Governança de TI.	216
Tabela 27: Macroprocesso gerencial: planos e programas anuais e plurianuais do IPHAN, relacionado à TIC	217
Tabela 28 - Eixo - Serviços digitais e Melhoria da Qualidade (Quantidade)	219
Tabela 29: Eixo - Unificação de canais digitais (Quantidade)	219
Tabela 30: Eixo – Segurança e Privacidade (Quantidade)	219

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Atendimentos da Ouvidoria-Geral do IPHAN, por tipo	40
Gráfico 2 - Comparativo de atendimentos realizados pela Ouvidoria-Geral do IPHAN entre os anos 2024 e 2023. (Quantidade)	41
Gráfico 3 - Total de manifestações de ouvidoria, por tipo, nos anos 2024 e 2023 (Quantidade)	42
Gráfico 4 - Comparativo de manifestações atendidas pela Ouvidoria-Geral do IPHAN, entre os anos 2023 e 2024. (Quantidade e Porcentagem)	43
Gráfico 5 - Apresentação das manifestações por área de atendimento em 2024 (Quantidade)	44
Gráfico 6 - Tratamento das Manifestações, em 2024, pela Ouvidoria-Geral do IPHAN (Quantidade e Percentagem)	46
Gráfico 7 - Percepção de resolutividade indicada pela Ouvidoria-Geral – IPHAN (Percentagem)	47
Gráfico 8 - Percepção de resolutividade indicada pela Ouvidoria-Geral - ESFERA FEDERAL (Percentagem)	47
Gráfico 9 - Tempo médio de respostas às manifestações de Ouvidoria-Geral, em 2023 e 2024, pelo IPHAN (Dias)	49
Gráfico 10 - Ranking dos assuntos mais registrados pelos usuários do Fala.BR, direcionados ao IPHAN, em 2024	49
Gráfico 11 - Histórico de pedidos de acesso à informação recebidos pelo IPHAN, entre 2012 a 2024 (Quantidade)	52
Gráfico 12 - Comparativo: Total de Pedidos de Informação recebidos pelo IPHAN, em 2023 e 2024 (Quantidade)	53
Gráfico 13 - Demonstrativo das Decisões sobre os Pedidos de Informação recebidos pelo IPHAN, em 2024 (Percentagem) ...	54
Gráfico 14 - Demonstrativo dos recursos interpostos, por instância, em relação aos pedidos direcionados ao IPHAN, em 2024 (Quantidade)	54
Gráfico 15 - Demonstrativo das decisões sobre os recursos interpostos, por instância, relacionados a demandas de LAI dirigidas ao IPHAN (Quantidade)	55
Gráfico 16 - Evolução da Transparência Ativa no IPHAN, segundo a CGU (Quantidade)	57
Gráfico 17 - Transparência Ativa no IPHAN, por assunto, em 2024, segundo a CGU (Percentagem)	57
Gráfico 18 – Demanda dos canais de atendimento para serviços da Comissão de Ética.	64
Gráfico 19 – Agentes Públicos do IPHAN atendidos pela Comissão de Ética.	64
Gráfico 20 – Tratamento de Denúncias	66
Gráfico 21 - Total de atividades contempladas e não contempladas (Percentagem)	70
Gráfico 22 - Total de atividades essenciais contempladas e não contempladas (Percentagem)	70
Gráfico 23 - Total de atividades essenciais contempladas e não contempladas (Percentagem)	71
Gráfico 24 - Fiscalizações por Unidade em 2024	117
Gráfico 25 - Recurso (em R\$) por unidades solicitantes, envolvendo a atuação do DPI, em 2024	124
Gráfico 26 - Quantidade de deslocamento por unidade solicitante, em 2024, envolvendo a atuação do DPI.	125
Gráfico 27 - Principais investimentos orçamentários do IPHAN empenhados para ações da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial (em R\$ e em Percentagem).	129
Gráfico 28 - Quantidade de ações de salvaguarda monitoradas por unidade, em 2024.	130
Gráfico 29 - Quantidade de ações de salvaguarda monitoradas por bem registrado, em 2024.	131
Gráfico 30 - Quantidade de ações de salvaguarda monitoradas por tipologia de ação, em 2024	132
Gráfico 31 - Distribuição dos 25 projetos celebrados por tipo de instituição parceira	134
Gráfico 32 - Distribuição dos 25 projetos celebrados por linha do Edital - (Quantidade)	134
Gráfico 33 – Tratamento técnico realizado na BAA, em 2024 (Quantidade por itens)	149
Gráfico 34 - Público virtual em números por plataforma, em 2024 (Quantidade)	151
Gráfico 35 – Pesquisas Arqueológicas	158
Gráfico 36 – Projetos autorizados	159
Gráfico 37 – Projetos de acompanhamento, PAIPA e PAPIPA	159
Gráfico 38 – Projetos de PGPA e Salvamento	160
Gráfico 39 – Processos CPRON	160
Gráfico 40 – Termos de ajustamento de Conduta	161
Gráfico 41 – Processos COSOC	163

Gráfico 42 – Processos SREC	164
Gráfico 43 - Lotação	166
Gráfico 44 – Cargos/funções de servidores efetivos (Percentagem)	171
Gráfico 45 - Dotação atual x Despesas empenhadas em 2024	228
Gráfico 46 – Distribuição de despesas de custeio em 2024.....	229
Gráfico 47 - Gastos com Pessoal.....	230
Gráfico 48 - Investimentos	230
Gráfico 49 - Atendimentos Finalísticos (em R\$).....	231
Gráfico 54 -Funcionamento das Unidades	232

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).....	17
2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	19
2.1 - Identificação da Unidade Prestadora de Contas	19
2.1.1 - Metodologia de elaboração do Relatório de Gestão	20
2.2 - Estrutura Organizacional	21
2.3 - Estrutura de Governança	23
2.4 - Modelo de Negócios.....	25
2.5 - Cadeia de Valor	26
2.5.1 - Macroprocessos Finalísticos	27
2.6 - Políticas e Programas de Governo.....	28
2.7 – Ambiente Interno e Externo.....	30
2.8 - Determinação da Materialidade das Informações.....	31
3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	32
3.1 Gestão de Riscos.....	32
4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	34
4.1 - Estratégia.....	34
4.2 - Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade do IPHAN de Gerar Valor.....	37
4.2.1 - Ouvidoria.....	37
Resolutividade das demandas	46
4.2.2 - Formas de acesso ao serviço de informação ao cidadão do IPHAN	50
4.2.3 - Auditoria Interna	60
4.2.4 - Comissão de Ética	62
4.2.5 - Política de Integridade	66
4.2.6 - Corregedoria do IPHAN	75
4.3 - Resultados e Desempenho da Gestão	78
4.3.1 - Ações de cooperação e fomento nos níveis nacional e internacional.....	79
4.3.2 - Ações do Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial.....	91
4.3.3 - Ações do Centro Lúcio Costa	92
4.3.4 - Ações do Centro de Documentação do Patrimônio	96
4.3.5 - Ações de proteção ao patrimônio material.....	98
4.3.6 - Ações desenvolvidas da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial.....	118
4.3.7 - Ações do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular	141
4.3.8 - Ações de preservação do patrimônio das cidades históricas	151
4.3.9 - Ações relativas ao Licenciamento Ambiental	156
4.3.10 - Ações na área de Arqueologia	157
4.4 - Gestão de Pessoas.....	167
4.4.1 - Aspectos importantes relacionados ao quadro de servidores.....	168
4.4.2 Ações de Capacitação/Desenvolvimento	172
4.4.3 - Afastamentos para cursar Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	173
4.4.4 Licença para Capacitação	173
4.4.5 Estágio Probatório	174
4.4.6 Gratificação por encargo de Curso ou Concurso	174
4.4.7 Gratificação de Desempenho (GDAC, GDPGPE, GDACE e GDAIE)	174

4.4.8	Progressão Funcional.....	175
4.4.9	Gastos com pessoal.....	175
4.4.10	Programa de Estágio:.....	176
4.4.11	Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)	176
4.4.12	Processos Seletivos para Ocupação de Cargos em Comissão e/ou Funções Comissionadas.....	177
4.5	Gestão de Licitações e Contratos.....	178
4.5.1	- Contratações 2024 IPHAN	178
4.5.2	- Contratações 2024 IPHAN - Sede	178
4.5.3	- Contratações 2024 IPHAN Superintendências	179
4.5.4	- Funcionamento administrativo - Detalhamento.....	179
4.5.5	- Principais contratações diretas IPHAN-Sede e Superintendências.....	180
4.5.6	- Transferências Voluntárias.....	188
4.6	- Gestão Patrimonial e Infraestrutura	192
4.7	- Gestão da Tecnologia da Informação	211
4.7.1	- Modelo de governança de TI e conformidade legal.....	212
4.7.2	- Montante de Recursos aplicados em TI.....	213
4.7.3	- Contratações mais relevantes de recursos de TIC.....	214
4.7.4	- Principais iniciativas (projetos) e resultados na área de TIC, por cadeia de valor	214
4.7.5	- Principais iniciativas (sistemas) e resultados na área de TIC, por cadeia de valor	217
4.7.6	- Segurança da Informação.....	220
4.8	- Sustentabilidade Ambiental	220
4.8.1	- Aspectos sobre a gestão ambiental	222
5.	INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.....	223
5.1	- Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	223
5.1.1	- Despesas por Grupo e Elemento de Despesas	226
5.1.2	- Informações Contábeis	232

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN)

Em quase dois anos da nova gestão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), podemos destacar muitos avanços. A retomada de projetos e a expansão das atividades já desempenhadas pelo IPHAN marcaram este período, em que reestabelecemos a estrutura, reorganizamos o regimento e redefinimos as diretrizes, do órgão, graças a um processo de escuta com os servidores e com a sociedade. Um trabalho coletivo que já mostra resultados.

Com quase 88 anos de existência, o IPHAN responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, que abrange 1.196 bens tombados; 602 bens ferroviários valorados; 36,9 mil sítios arqueológicos cadastrados; 56 bens culturais imateriais registrados; e 7 línguas inscritas no Inventário Nacional de Diversidade Linguística. Em dois anos, foram investidos mais de R\$ 100 milhões para preservar e fortalecer nosso patrimônio material e imaterial.

Com obras entregues por todo o País, importantes bens culturais foram recuperados e devolvidos à sociedade. No ano de 2023, o Governo Federal anunciou a destinação de R\$ 700 milhões para 144 empreendimentos do Novo PAC Patrimônio Cultural e outros R\$ 40 milhões para a contratação de 105 projetos de restauro no escopo do PAC Seleções. Dessas obras, podemos destacar o projeto arquitetônico de restauro da Praça dos Três Poderes, símbolo da nossa democracia.

Muitos também foram os avanços que podemos citar para ilustrar a valorização de povos e comunidades tradicionais e de grupos e territórios historicamente excluídos do campo do Patrimônio Cultural. Só em ações direcionadas ao Patrimônio afro-brasileiro e indígena, foram investidos R\$ 10 milhões no ano passado. Foi o caso da publicação da Portaria 135/2023, que tornou mais célere o tombamento de quilombos, com seus territórios, elementos naturais e arquitetônicos.

Ao longo deste período, intensificou-se o diálogo entre o IPHAN, Prefeituras e Governos Estaduais, por meio do Sistema Nacional do Patrimônio. Também estreitamos laços com parlamentares e, no ano passado, foi lançada a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro. A ação estabelece uma nova instância de diálogo entre os poderes Legislativo e Executivo e sociedade civil, focada na definição, aprovação e implementação de políticas públicas que promovam a história e a cultura do País.

Os anos de 2023 e 2024 também marcaram a nacionalização e estruturação do projeto Conviver: Canteiros-Modelo de Conservação. A iniciativa que o IPHAN vem implementando em cidades históricas consiste na oferta de assistência técnica pública e gratuita para o desenvolvimento e a qualificação de intervenções de conservação de bens tombados que sejam de proprietários com hipossuficiência financeira e famílias de baixa renda. Apoiado pelas Prefeituras Municipais e em parceria com universidades e

institutos federais, o Conviver também forma estudantes dessas instituições para uma atuação socialmente mais responsável, além de contribuir para o fortalecimento das cadeias produtivas locais. Com um investimento de mais de R\$ 13,5 milhões, apenas em 2023, oito cidades brasileiras receberam o projeto no primeiro ano, que foi ampliado para outras localidades em 2024.

Reforçamos ainda nossa atuação no campo da Arqueologia, com a execução de planos de ação voltados para recadastramento, identificação, conservação e socialização de bens e sítios arqueológicos.

A destinação recorde de recursos para o patrimônio imaterial foi outra conquista da atual gestão, em que consolidamos o reestabelecimento da Política de Salvaguarda de bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil. Retomamos o Edital do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), no valor de R\$ 22,5 milhões em 2023, que contempla 58 ações em todo o País.

E seguindo o conceito de aproximar cada vez mais o IPHAN da sociedade, a educação patrimonial também tem sido uma prioridade. Um edital no valor de R\$ 4 milhões foi lançado no ano passado para valorizar projetos em todo o Brasil.

Neste contexto, não podemos deixar de citar um projeto no valor aproximado de R\$ 2,2 milhões, realizado no exercício de 2024, para instalação do laboratório de restauro de 20 obras de arte do acervo da Presidência da República, incluindo peças vandalizadas nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. A estrutura foi instalada no Palácio da Alvorada, fruto de uma parceria entre o IPHAN, a UFPel e a Presidência da República, por meio da Diretoria Curatorial dos Palácios Presidenciais e a Coordenação-Geral de Administração das Residências Oficiais. Além dos restauros, a parceria incluiu ações de educação patrimonial em três escolas públicas do Distrito Federal, que envolveram atividades com mais de 500 alunos, sobre a importância de conhecer e preservar nosso patrimônio cultural.

Tem sido, portanto, uma gestão de muito diálogo – com a população e com as mais diversas instituições públicas e privadas – e também de muitas entregas. Uma gestão que redireciona investimentos para territórios e segmentos da população historicamente excluídos, para que o campo do Patrimônio Cultural reflita, cada vez, a diversidade e a riqueza do povo brasileiro.

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1 - Identificação da Unidade Prestadora de Contas

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é a designação atual da instituição brasileira de preservação do patrimônio cultural criada em 1937 como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Essa denominação foi utilizada pela instituição em dois momentos: de 1970 a 1979; e a partir de 1994.

As atribuições do Estado em relação à preservação do patrimônio cultural brasileiro estão previstas nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. De forma contundente, o preceito constitucional, por si só, já demonstra as enormes responsabilidades que recaem sobre a instituição, expressando a relevância da preservação cultural para o conjunto da sociedade.

O IPHAN é uma autarquia federal, vinculado ao Ministério da Cultura (MinC), nos termos do artigo 2º, inciso V, alínea “a”, item 2, do Anexo I do Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023, e tem atuação administrativa em todo o território nacional.

Institucionalmente, por meio da Portaria IPHAN nº 141, de 12 de dezembro de 2023, a Autarquia definiu detalhadamente sua estrutura regimental, a organização das competências das respectivas unidades e as atribuições de seus dirigentes. A estrutura organizacional básica e o quadro demonstrativo de cargos em comissão e funções gratificadas constam do Decreto nº 11.178, de 18 de agosto de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.807, de 28 de novembro de 2023.

Figura 1 - O IPHAN em números



2.1.1 - Metodologia de elaboração do Relatório de Gestão

A elaboração do Relatório de Gestão do IPHAN é atribuição da Coordenação de Planejamento e Projetos (CPLAN/CGPLAN), de acordo com o Regimento Interno do órgão. Tendo em vista a metodologia já definida, os dados são fornecidos pelos Departamentos do Instituto, que apontam os principais produtos e entregas para a sociedade e realizam um balanço de suas atividades, identificando, inclusive, as oportunidades de melhorias encontradas na realização destas. Os dados recebidos são analisados e consolidados pela CPLAN, que realiza o esforço de adequá-los ao modelo de Relato Integrado. Para que esse processo seja construído de modo colaborativo entre os departamentos do órgão, a CPLAN, em conjunto com a Auditoria Interna (AUDIN) do IPHAN, elaborou um guia com orientações facilitadoras em consonância com o Guia para elaboração na forma de Relatório Integrado do Tribunal de Contas da União (TCU). Esse Guia traz à tona a visão de que o relatório integrado deve ser um documento conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas de uma organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor em curto, médio e longo prazos (Guia para elaboração na forma de Relatório Integrado do TCU, p. 13).

Na sequência, o Relatório de Gestão é revisado pela Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento (CGPLAN/DPA) e encaminhado ao Departamento de Planejamento e Administração (DPA), para ratificação e encaminhamento, ao Gabinete da Presidência (GAB-PRES), para leitura, análise ratificação final. Esse Gabinete envia, em seguida, o Relatório de Gestão em tela à AUDIN, para análise desse documento e apresentação de Parecer da Auditoria Interna sobre prestação de contas do exercício de 2024, em cumprimento ao disposto no § 6º, do artigo 15, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro 2000, e em conformidade com a IN SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021.

Quanto aos critérios adotados para elaborar o Relatório de Gestão, a metodologia segue basicamente quatro grandes referenciais, listados a seguir:

1) O Guia para elaboração na forma de Relatório Integrado do TCU, já em sua terceira edição, com as orientações da nova regulamentação geral de prestação de contas, estabelecida na IN TCU nº 84/2020, que manteve a adoção de estrutura de conteúdo e de diretrizes que vêm sendo implementadas desde as contas do exercício de 2018, modelo esse fortemente alinhado com o modelo de Relato Integrado (*International Integrated Reporting Council – IIRC*);

2) A DN TCU nº 198/2022, que estabelece normas complementares para a prestação de contas dos administradores e responsáveis da Administração Pública Federal (APF), nos termos da IN TCU nº 84/2020;

3) A Cadeia de Valor Integrada do IPHAN, com os Macroprocessos identificados e mapeados;

4) O Planejamento Estratégico do IPHAN (PEI) 2021-2024, que, quando elaborado, contou com as oficinas coordenadas pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), apresentado os Objetivos, os Indicadores e as Metas voltados para os resultados e desempenho da Gestão.

Por fim, na identificação dos projetos estratégicos da Autarquia, foram considerados os seus Planos Orçamentários (PO), quais sejam:

- Ação 20ZH (PO 0001) – Identificação, Reconhecimento e Normatização do Patrimônio Cultural;
- Ação 20ZH (PO 0002) – Fiscalização e Monitoramento do Patrimônio Cultural Brasileiro;
- Ação 20ZH (PO 0003) – Conservação, Apoio e Fomento do Patrimônio Cultural;
- Ação 20ZH (PO 0004) – Promoção, Educação e Informação para o Patrimônio Cultural;
- Ação 20ZH (PO 0005) – Fortalecimento Institucional e Cooperação para a Política Nacional de

Patrimônio Cultural; e

- Ação 5538 (PO 0000) – Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas - Despesas Diversas.

2.2 - Estrutura Organizacional

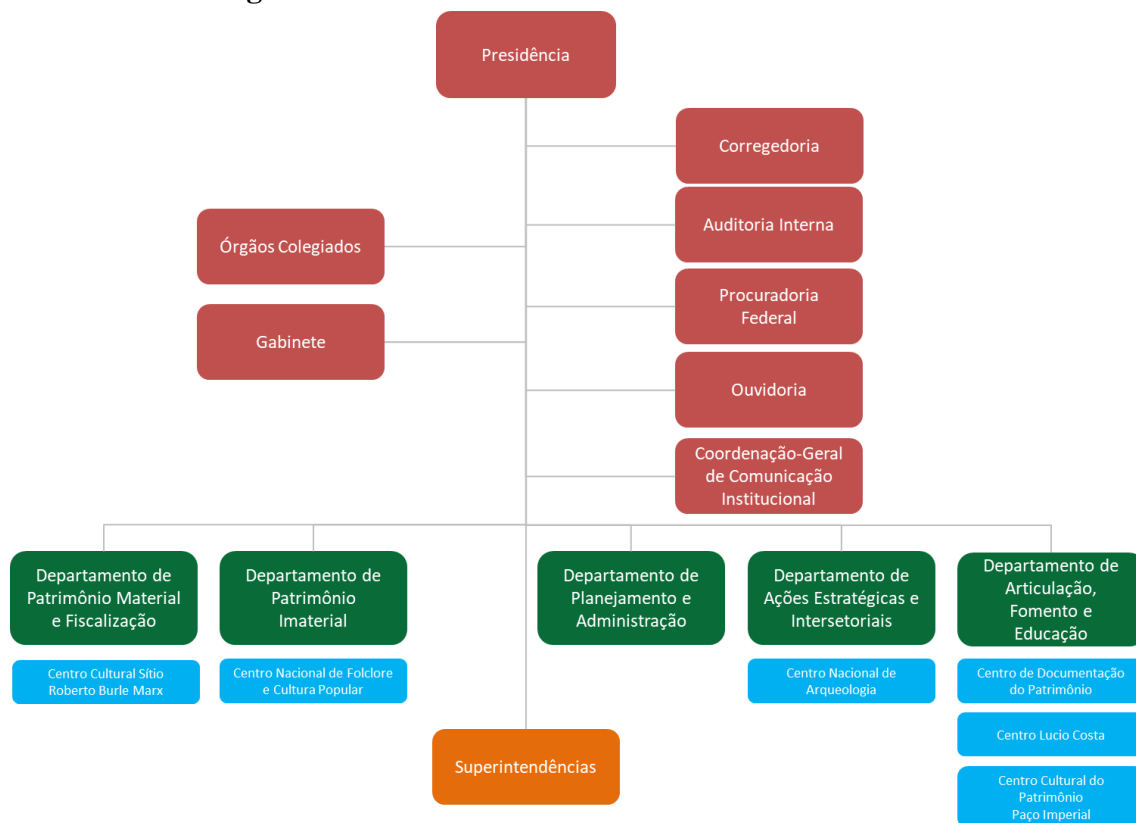
Atualmente o IPHAN se estrutura por meio de 27 Superintendências (uma em cada Unidade Federativa), 37 Escritórios Técnicos e seis Unidades Especiais (quatro localizadas no Estado do Rio de Janeiro/RJ e duas no IPHAN/Sede, em Brasília/DF).

Com a edição do [Decreto nº 11.807, de 28 de novembro de 2023](#), alterou-se a estrutura organizacional do Instituto instituída pelo [Decreto nº 11.178/2022](#), que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do IPHAN, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

Dentre as diversas melhorias determinadas pela nova estrutura, pode-se ressaltar que as alterações apresentadas pelo [Decreto nº 11.807/2023](#) adequaram o IPHAN aos princípios da Governança Pública, permitindo uma atuação mais eficiente e eficaz. Destaca-se, ainda, que a reestruturação regimental decorrente do Decreto supracitado teve como consequência a redução de 43 Cargos Comissionados Executivos (CCE) e o aumento de 64 Funções Comissionadas Executivas (FCE) no âmbito do órgão. Assim, esta autarquia aumentou o seu quadro de cargos, favorecendo ainda mais a ocupação destes por servidores efetivos. Com este aumento de quantitativo de cargos, a nova gestão do IPHAN, além de valorizar mais os servidores efetivos, buscou ajustar o fluxo de processos e as atividades finalísticas, dando mais celeridade ao atendimento de demandas dos departamentos e, consequentemente, gerando mais entregas qualificadas à sociedade.

A administração central funciona no [Edifício IPHAN - Sede, em Brasília](#). De acordo com a legislação em vigor, a atual estrutura organizacional do Instituto foi estabelecida mediante [Decreto nº 11.807/2023](#), conforme organograma abaixo:

Figura 2 – Estrutura Organizacional do IPHAN



Fonte: <https://www.gov.br/IPHAN/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura>

Visualizando o organograma acima é possível observar que atualmente a autarquia conta com cinco departamentos: Departamento de Planejamento e Administração (DPA), Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEAM), Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), Departamento de Ações Estratégicas e Intersectoriais (DEAI) e Departamento de Articulação, Fomento e Educação (DAFE).

Além dos departamentos supramencionados, constata-se a existência de seis Unidades Especiais: Centro Nacional de Arqueologia (CNA), Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx (CCSRBM), Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial (CCPPI), Centro Lucio Costa (CLC) e Centro de Documentação do Patrimônio (CDP).

Adicionalmente, o IPHAN conta em sua estrutura com 27 Superintendências estaduais, além de 37 Escritórios Técnicos, distribuídos pelos municípios mais relevantes e estratégicos para o patrimônio cultural.

Maiores informações sobre os serviços prestados para a sociedade e o horário de funcionamento da entidade, recomenda-se a consulta à [Carta de Serviço ao Cidadão \(CSC\)](#).

2.3 - Estrutura de Governança

No desempenho de suas atribuições legais de coordenar as políticas públicas de preservação patrimonial em nível nacional, o IPHAN, em sintonia com as melhores práticas de gestão, desenvolveu uma estrutura de governança pública ao mesmo tempo ágil, transparente e eficiente.

Essa estrutura apoia o cumprimento dos objetivos estratégicos ao definir Diretrizes que balizam a atuação do órgão através de seus Departamentos e Unidades Descentralizadas. Tais Diretrizes levam em consideração o atual ambiente em que o IPHAN está inserido, relacionando-se com a sociedade e as partes interessadas da organização, bem como a consideração de suas necessidades e expectativas na definição da estratégia, a gestão de riscos e a supervisão da gestão.

As Diretrizes se dividem em Programática, Operacional e Por Plano Orçamentário, conforme abaixo:

Figura 3 - Conjunto de Diretrizes

Diretriz Programática

Promover o fortalecimento e a priorização de territórios, grupos e comunidades culturais historicamente excluídos e/ou marginalizados das ações do Estado brasileiro culturais considerando os princípios da transversalidade, integração e intersectorialidade da política de patrimônio.

Diretriz Operacional

Promover o aperfeiçoamento da capacidade de gestão das unidades do IPHAN através do fortalecimento dos princípios da Administração pública, assegurando o enfrentamento das urgências institucionais e buscando prevenir e reduzir danos à sustentabilidade institucional.

Diretriz Plano Orçamentário

Valorizar a diversidade do patrimônio cultural contribuindo com políticas direcionadas aos segmentos sociais prioritários promovendo a ampliação do alcance das políticas de patrimônio através de projetos transversais e intersectoriais, com foco nos princípios da efetividade, eficácia e eficiência.

Dessa forma, a Presidência conta, no processo de tomada de decisões e definição de políticas públicas, com quatro instâncias colegiadas de assessoramento e deliberação, que se complementam e se articulam, quais sejam:

- **Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural:** de acordo com a legislação vigente, ou seja, o [Decreto nº 11.670, de 30 de agosto de 2023](#), compete ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural examinar, apreciar e decidir sobre questões relacionadas a tombamentos, registros de bens culturais de natureza imaterial e saídas temporárias do País de bens culturais protegidos por lei, além de se manifestar acerca

de outras questões relevantes propostas pelo presidente do IPHAN. O Conselho tem o dirigente máximo do IPHAN como presidente e é composto por 14 representantes de instituições públicas e privadas e 15 profissionais de notório saber e comprovada experiência nas áreas de atuação relacionadas ao patrimônio cultural. O mandato dos conselheiros é de doze meses, contados da data da publicação do ato de designação, permitida uma recondução.

- **Diretoria Colegiada:** É vasto o conjunto de atribuições da Diretoria Colegiada previsto na legislação, sendo competente para: estabelecer as diretrizes e estratégias do IPHAN; aprovar e coordenar as políticas institucionais; opinar sobre os planos de ação e as propostas referentes ao processo de acompanhamento e avaliação da execução das agendas do instituto; examinar, opinar e decidir sobre as questões relacionadas à proteção e à defesa dos bens culturais; apreciar as propostas de edição de normas de âmbito nacional; aprovar o regimento interno do IPHAN e zelar pelo seu cumprimento; assessorar o Presidente do IPHAN; apoiar, prestar assistência técnica, orientar, acompanhar e supervisionar as unidades do IPHAN no exercício de suas atribuições; analisar, discutir e decidir sobre as matérias relevantes para o órgão. Esse colegiado é composto pelo Presidente do IPHAN, que o presidirá, e pelos cinco Diretores de Departamento.
- **Comitê Gestor:** É composto pelo Presidente do IPHAN, que o presidirá, pelos Diretores de Departamentos, pelo Procurador-Chefe junto ao IPHAN, pelos Superintendentes e pelos Diretores das Unidades Especiais. Cabe ao Comitê Gestor colaborar na formulação, consecução, monitoramento e avaliação das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural brasileiro; propor ações de articulação com os outros órgãos, programas e ações culturais do MinC e com outros setores de interesse do patrimônio; colaborar na formulação do planejamento estratégico e orçamentário e do desenvolvimento institucional do IPHAN; participar da elaboração de propostas e diretrizes para implementação dos Planos Anuais (PA) de Ação; propor diretrizes para a política de recursos humanos e implantação de instrumentos voltados para seu desenvolvimento; elaborar propostas para o estabelecimento de normas técnicas e administrativas de abrangência nacional; e apreciar todos os demais assuntos que lhe sejam submetidos pela Diretoria Colegiada.
- **Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controle (CGGC):** órgão colegiado permanente, de caráter deliberativo, vinculado diretamente à Presidência do IPHAN, responsável pela coordenação da política de governança pública e gestão de riscos do IPHAN. Compete ao CGGC, dentre outros, auxiliar a alta administração na implementação e na manutenção de processos, estruturas e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes da governança da administração pública federal, incentivar e promover iniciativas que busquem implementar o acompanhamento de resultados no órgão ou na entidade, que promovam soluções para melhoria do desempenho institucional ou que adotem instrumentos para o aprimoramento do processo decisório e promover e acompanhar a

implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo CIG em seus manuais e em suas resoluções.

- **Comissão de Ética:** Ela tem como competência atuar como instância consultiva do Presidente e dos agentes públicos do IPHAN; aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal; representar a autarquia na Rede de Ética do Poder Executivo Federal a que se refere o art. 9º do [Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007](#); supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicar à Comissão de Ética Pública (CEP) da Presidência da República (PR) situações que possam configurar descumprimento de suas normas; analisar denúncias e representações contra servidores por suposto descumprimento às normas éticas, procedendo à apuração; instaurar processo para apuração de fato ou conduta que possa configurar descumprimento ao padrão ético recomendado aos agentes públicos; requerer informações e documentações necessárias à instrução de expedientes a agentes públicos e a órgãos e autarquias de outros entes da federação ou de outros Poderes da República; planejar, orientar e supervisionar ações de cunho educativo relacionados à ética dentro da instituição; e desenvolver, apoiar e fomentar iniciativas para o fortalecimento da integridade no Instituto.

2.4 - Modelo de Negócios

Sob o escopo da missão desta Autarquia, qual seja, promover a preservação do patrimônio cultural brasileiro de forma sustentável, contribuindo para a cidadania plena e para o reconhecimento, valorização e difusão da diversidade cultural, o IPHAN atua de forma descentralizada, para garantir que as políticas públicas do patrimônio cultural possam impactar a sociedade.

Nesse contexto, o modelo de negócios do IPHAN é guiado por sua alta direção, que estabelece as diretrizes e as estratégias para o alcance dos seus objetivos institucionais. A alta direção conta com uma vasta equipe de apoio que difunde essas estratégias e diretrizes e monitora sua execução. A última linha de atores está pulverizada em todo o território nacional, executando os planos e os projetos, com base nos direcionamentos estipulados pela alta direção.

Essa engrenagem é interligada por meio dos conjuntos de macroprocessos que integram a Cadeia de Valor do órgão e possibilitam uma sincronia, contribuindo para que as políticas públicas do patrimônio cultural sejam concretizadas.

A arquitetura de negócios do IPHAN está representada de forma sintética e esquemática no [Mapa Estratégico](#), que estabelece a Missão, a Visão de Futuro e os Valores Institucionais da Autarquia, e na Cadeia de Valor Integrada do IPHAN.

2.5 - Cadeia de Valor

O conceito de cadeia de valor formulado por Porter (1986) destaca a agregação de valor por mediante realização de atividades primárias e secundárias. Para Porter, não é possível entender a vantagem competitiva sem analisar a empresa como um todo. Segundo Chiavenato e Sapiro (2003), o conceito de cadeia de valor descreve as novas estruturas e processos com os quais as organizações procuram se preparar estrategicamente.

O conjunto de macroprocessos do IPHAN é formado pela totalidade de suas atribuições regimentais e contribui para a consecução da missão institucional do órgão. No conjunto, envolve atividades de suporte, gerenciais e finalísticas e atribuem, em cada etapa dos processos, valores públicos às entregas do Instituto. Esse conjunto de atividades pode ser encontrada na [Cadeia de Valor Integrada do IPHAN](#).

O IPHAN viabiliza a execução de seus projetos por meio dos diversos Planos de Ação (PAs) cadastrados no Sistema Integrado de Gestão do IPHAN (SIG-IPHAN). Os Planos de Ação são um instrumento de gestão para um território específico e delimitado. Definem diretrizes, ações e metas para orientar a atuação integrada do poder público em suas diversas instâncias e a articulação com ações do setor privado e de organizações da sociedade.

Os PAs, por sua vez, são vinculados às Ações Orçamentárias executadas por esta Autarquia. De modo geral, as principais Ações Orçamentárias discricionárias do IPHAN (Resultado Primário - RP2), voltadas para sua atuação finalística, são duas: Ação 20ZH (Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro) e Ação 5538 (Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas).

Em 2024, em termos de produtos e resultados gerados, foram aprovados 280 Planos de Ação, dentre os 5 Planos Orçamentários da Ação 20ZH e o Plano Orçamentário referente à Ação 5538. Além disso, foram aprovados 45 PAs a serem executados com recursos advindos de Emendas Parlamentares e 10 PAs com recurso oriundo de Destaque Recebido do MinC.

Detalhando as duas principais ações orçamentárias, temos uma execução de mais de 99% em ambas até o final do quarto trimestre de 2024, sendo que foram empenhados R\$ 23.962.309,95 na Ação 20ZH, e R\$ 199.811.817,02 na Ação 5538, conforme detalhado na figura abaixo:

Figura 4 – Planos de Ação aprovados pelo IPHAN, em 2024.



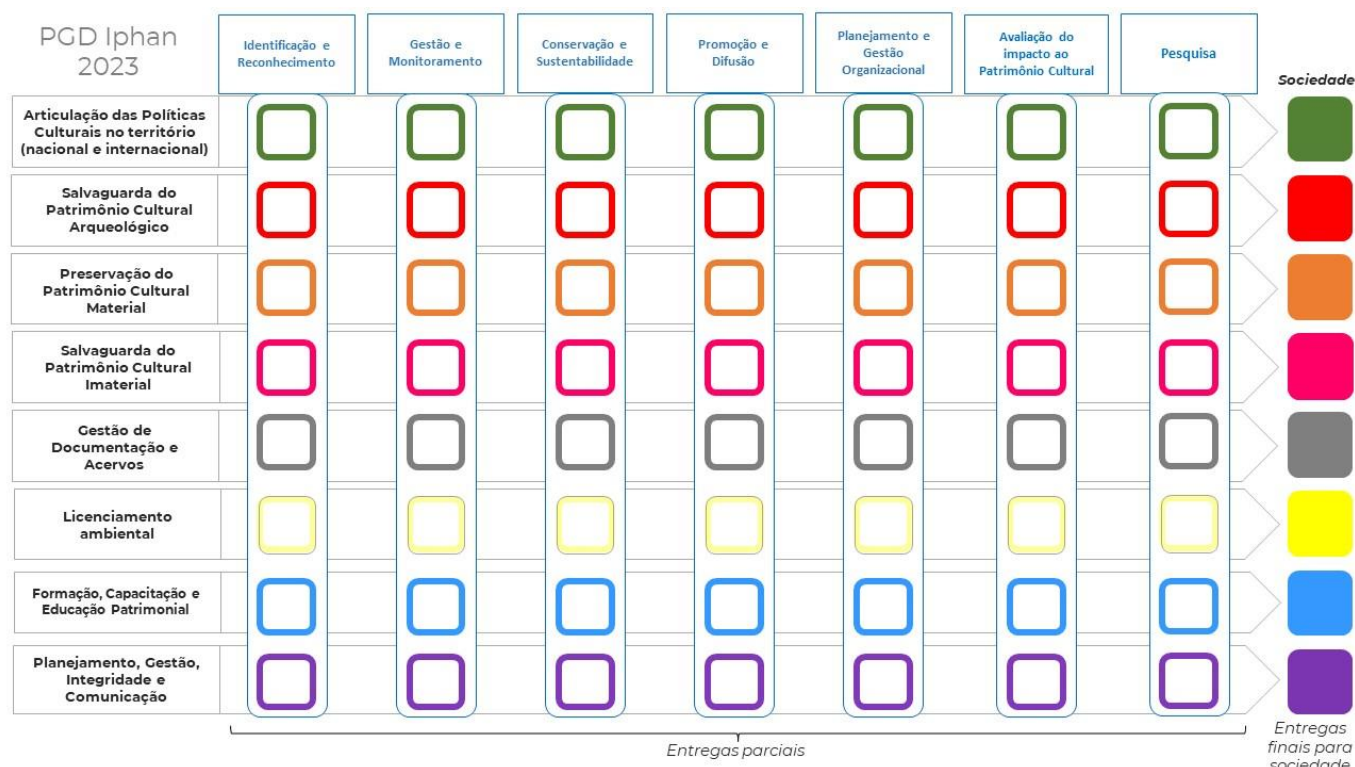
Fonte: SIGIPHAN, em 31/12/2024.

2.5.1 - Macroprocessos Finalísticos

Os [Macroprocessos Finalísticos](#) estão ligados à essência do funcionamento e aos objetivos da organização e representam aqueles processos que efetivamente entregam valor aos clientes cidadãos.

Na busca por entregar efetivamente valor público à sociedade e aos clientes cidadãos que utilizam os serviços prestados pelo IPHAN, os macroprocessos finalísticos estão ligados à essência do funcionamento do órgão e aos objetivos da organização. Esses macroprocessos, representados na [Portaria IPHAN Nº 145, de 22 de dezembro de 2023](#), abaixo, refletem à atuação dos departamentos finalísticos da Autarquia e resultam nos produtos desejados para usufruto da sociedade.

Figura 5 – Macroprocessos do IPHAN.



Fonte: PGD do IPHAN.

2.6 - Políticas e Programas de Governo

O IPHAN integra a estrutura regida pelo Decreto nº 11.336/2023, que estabeleceu a organização básica dos órgãos do Minc. Entre as competências regimentais do IPHAN aprovadas pela Portaria IPHAN nº 141/2023, estão a análise do plano anual, plano plurianual, da proposta orçamentária e do desenvolvimento institucional, de forma a estabelecer metas e indicadores de desempenho dos planos, programas, projetos e atividades.

O Plano Plurianual (PPA) da União para o período de 2024 a 2027 foi instituído pela [Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024](#). As atribuições do IPHAN estão previstas e englobadas, do ponto de vista orçamentário, no Programa 5125 – Direito à Cultura, cujo objetivo geral é “Consolidar a cultura como um dos eixos estratégicos de desenvolvimento social e sustentável, por meio do acesso, produção e fruição da cultura, o desenvolvimento técnico, a garantia dos direitos autorais, do direito à arte, à cultura, à memória e às tradições; o fomento, o fortalecimento das cadeias produtivas e criativas; a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural, com respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural, étnica e regional brasileira.”

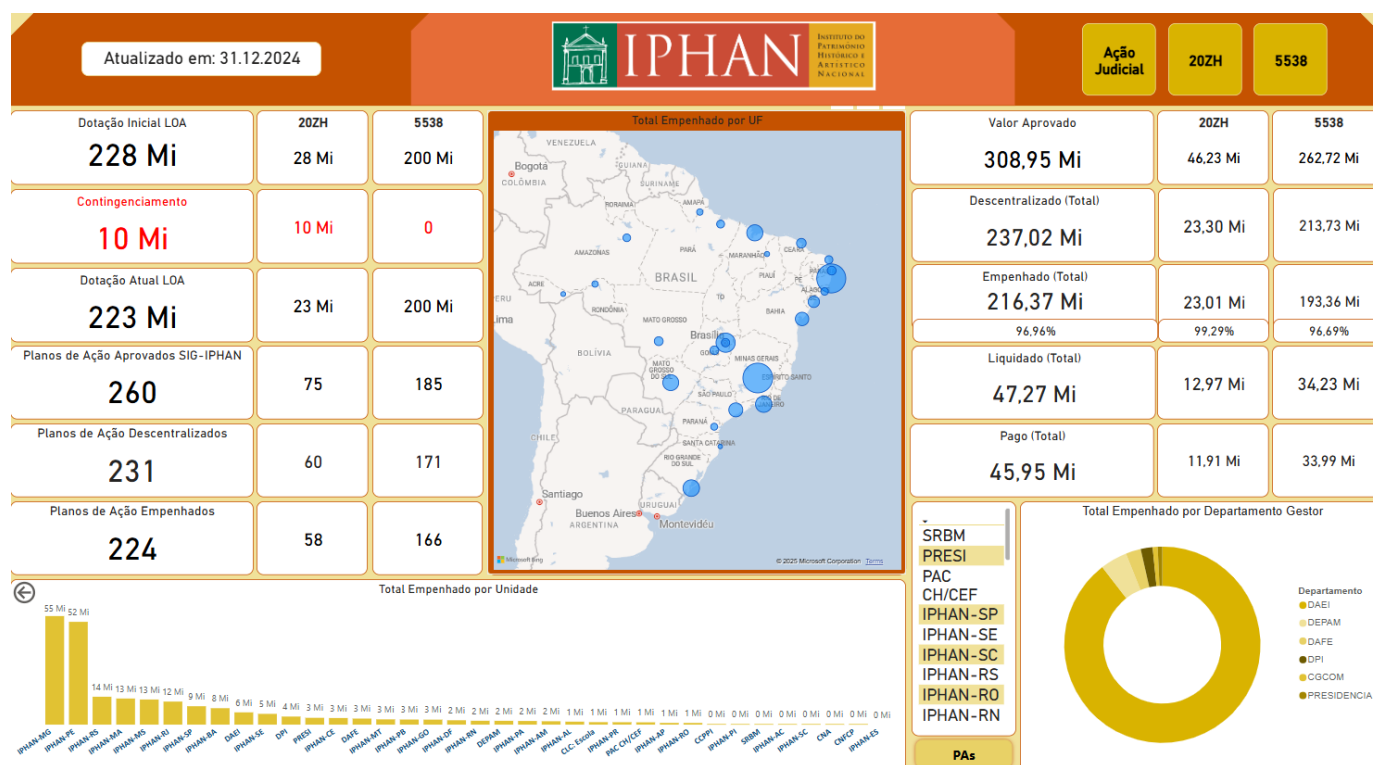
Há, ainda, formalmente a vinculação aos Objetivo Estratégicos de “Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular em todas suas formas de expressão

e Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos.”

Do ponto de vista da Lei Orçamentária Anual (LOA), o IPHAN é responsável por executar duas Ações Orçamentárias finalísticas cruciais para a política de preservação do patrimônio cultural, todas vinculadas ao programa orçamentário mencionado, quais sejam: Ação 20ZH – Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro; e Ação 5538 – Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades com Bens Tombados. A execução orçamentária dessas ações está retratada, mais adiante, na seção Gestão Orçamentária e Financeira.

O IPHAN viabiliza a execução dessas Ações Orçamentárias por intermédio dos seus Planos de Ação (PA). De forma resumida, PA é um instrumento de gestão para um território específico e delimitado. Entre outros elementos, define diretrizes, ações e metas para orientar a atuação integrada do poder público em suas diversas instâncias e a articulação com ações do setor privado e de organizações da sociedade. O controle e a gestão dos PA vinculados a cada unidade administrativa integrantes da estrutura organizacional do IPHAN é vinculado ao respectivo departamento gestor. A imagem a seguir demonstra os projetos finalísticos do órgão em 2024.

Figura 6 – Painel gerencial de acompanhamento orçamentário e financeiro das ações finalísticas, em 2024.



Fonte: <<https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/tg/servlet/mstrWeb?pg=login&v=1742502609522>>, acesso em 31 dez. 2024.

2.7 – Ambiente Interno e Externo

A análise do ambiente interno e externo é fundamental para compreender em que contexto se encontra a Autarquia. Essa análise visa, não apenas identificar fatores externos que podem afetar sua atuação, mas também identificar os principais ativos e fragilidades que permeiam sua estrutura interna.

Desse modo, entende-se por ativos e fragilidades o fenômeno ou condição, interno à organização, de caráter estrutural, capaz de afetar de modo significativo o seu desempenho no curto, médio e longo prazos.

Essa perspectiva é importante para direcionar a atuação do órgão no sentido de prospectar seus ativos (pontos fortes) e minimizar as fragilidades.

Esses aspectos influenciam diretamente na perspectiva de desenvolvimento do IPHAN em relação ao ambiente em que está inserido. Numa sociedade em constate mudança e evolução, em que as prioridades são constantemente alteradas, é importante manter os objetivos em destaque para minimizar o impacto externo nas entregas e resultados esperados pela Autarquia. Nesse sentido, os principais fatores do ambiente externo que podem impactar a atuação do IPHAN são:

Político-institucional

- **Instabilidade do financiamento público**

As fontes de financiamento do patrimônio cultural são insuficientes e instáveis, dependentes do orçamento da União e de emendas parlamentares. Obter recursos para a simples manutenção do patrimônio é um desafio constante.

- **Grau de valorização do patrimônio cultural**

Baixo reconhecimento e valorização sobre a importância do patrimônio histórico-cultural e sua preservação para a história e a identidade nacional.

Tecnologia

- **Impacto das novas tecnologias na gestão:**

Crescente digitalização de patrimônios e impactos nos processos burocráticos internos.

Complexificação das plataformas para manipular e gerir arquivos cada vez mais complexos e pesados.

- **Disponibilidade de TI na interlocução com a sociedade:**

Novas tecnologias para ampliar a comunicação e participação social (*tours* virtuais, digitalização e disseminação de acervos, registro de sítios arqueológicos).

Sociedade

- **Baixo engajamento da sociedade civil na preservação do patrimônio**

Baixo engajamento da sociedade civil com a exploração ou preservação do patrimônio cultural.

- **Aumento do fluxo de pessoas**

Crescimento do fluxo de pessoas entre regiões e países;

Aumento de carreiras especializadas, inclusive de gestão patrimonial e no setor cultural.

Mudanças climáticas

- **Aumento dos riscos dos impactos de eventos críticos climáticos sobre o patrimônio material**

Eventos climáticos extremos tendem a ser mais intensos e frequentes, com aumento dos danos;

A maior parte dos municípios não têm planos de mitigação de riscos climáticos;

São raras as discussões sobre o clima que abordem a salvaguarda do patrimônio histórico e cultural.

Desenvolvimento urbano

- **Aumento dos conflitos em relação à preservação do patrimônio com a expansão urbana**

Ocupação desordenada do solo urbano;

Aumento no número de empreendimentos privados para exploração econômica;

Demanda por novos padrões de construção de edifícios, em detrimento dos modelos salvaguardados.

2.8 - Determinação da Materialidade das Informações

A elaboração do Relatório de Gestão Integrado do IPHAN é coordenada pela Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento, por intermédio da atuação da Coordenação de Planejamento e Projetos. A estrutura do documento segue as orientações do TCU para a unidade prestadora de contas e, além disso, envolveu um esforço para a produção de um conteúdo voltado para a sociedade, numa dinâmica descentralizada que considerou a participação das diversas áreas do IPHAN. Ressalte-se que o conteúdo referente aos resultados finalísticos foi organizado, tendo em vista os valores gerados pelo Instituto à

sociedade, levando-se em consideração os dados fornecidos pelos Departamentos do órgão. Essa estrutura de conexão entre as diversas áreas do IPHAN permite que as informações sejam prestadas pelos setores mais próximos da entrega das políticas públicas (Unidades Especiais e Coordenações), sejam validados pela instância superior (Coordenações-gerais), até chegar a nível da Alta Administração (Departamento Gestores e GAB-PRES).

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

3.1 Gestão de Riscos

De acordo com a [Instrução Normativa Conjunta CGU/MP Nº 1, de 10 de maio de 2016](#), gerenciamento de riscos é o processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização.

Nesse processo, além de identificar potenciais riscos oferecidos pelo ambiente externo, é necessário detectar também os principais ativos e fragilidades da própria organização.

Assim como pontos de atenção (fragilidades) ficaram evidenciados os seguintes fatores, internos e externos que podem impactar nas entregas do IPHAN:

- **Invisibilidade e comunicação deficiente com a sociedade** – O IPHAN não é conhecido pela sociedade, e quem conhece, vê o Instituto como órgão fiscalizador e burocrático, que atrapalha o desenvolvimento do país. Práticas pouco centradas no cidadão. Dificuldade de difusão do conhecimento e trabalho produzido.
- **Lentidão nas respostas às demandas da sociedade** - Processos e serviços de licenciamento ambiental e respostas às solicitações da sociedade demorados.
- **Pouca atuação em conjunto com governos e instituições interessadas** - O IPHAN não tem a tradição de dialogar com entes do Estado ou da sociedade civil que para colaborar na concretização dos projetos.
- **Imprevisibilidade Orçamentária** – O exercício de 2024 foi pautado por uma imprevisibilidade orçamentária, principalmente no tocante às Ações Orçamentárias que apoiam as atividades finalísticas do órgão. Além da destinação orçamentária quase 400% menor do que aquela proporcionada em 2023, cortes orçamentários restringiram ainda mais a atuação da Autarquia.

Em contrapartida, como pontos positivos é possível perceber a seguinte situação:

- **Senso de propósito** - O trabalho realizado no Instituto é de enorme importância para a sociedade, e os servidores se identificam com o propósito do IPHAN.

- **Alta qualidade técnica** - Os servidores do IPHAN e o público especializado reconhecem a qualidade técnica do trabalho realizado, em grande parte por conta da qualificação dos servidores (muitos possuem graduação e pós-graduação em áreas essenciais, como arqueologia, arquitetura, arquivologia, antropologia, biblioteconomia, etc.).
- **Aumento da diversidade do patrimônio cultural reconhecido** - Aumento do reconhecimento de patrimônio de populações antes não consideradas.
- **Referência nacional e internacional em gestão do patrimônio** – O IPHAN é visto como referência nacional e internacional em termos de gestão do patrimônio.

O IPHAN ainda está buscando instituir uma política voltada à Gestão de Riscos que seja amparado por um conjunto de instrumentos, mecanismos e agentes institucionais que, com o propósito de assegurar o alcance dos objetivos estratégicos da organização por meio de um gerenciamento de riscos e controles internos da gestão eficaz, viabilizam a implementação do gerenciamento de riscos e controles internos.

A recriação do MinC, aprovada pelo [Decreto Nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023](#), reinseriu o IPHAN na estrutura organizacional deste Ministério e fortaleceu a política do Patrimônio Cultural brasileiro. Mesmo com diversos desafios a serem enfrentados, a perspectiva de que a guinada na valorização da cultura e, por conseguinte, de sua preservação, geram expectativas para que as pautas defendidas pelo IPHAN sejam levadas adiante possibilitando o desenvolvimento do órgão e o fortalecimento de suas estruturas.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4.1 - Estratégia

Em 2024 foi publicada a Portaria IPHAN Nº 213, de 27 de dezembro de 2024, que aprova a prorrogação do período de vigência do Planejamento Estratégico Institucional - PEI 2021 - 2024 no âmbito do IPHAN por mais um ano. Essa prorrogação se deu em virtude da necessidade de aprimoramento e finalização do processo de construção de uma nova estratégia para o órgão que reflita a sua real atuação.

Em 2024 foi realizada a avaliação do alcance das metas e indicadores estabelecidos no PEI 2021-2024, referente aos resultados de 2023.

O Mapa Estratégico, que foi construído coletivamente, é composto por 13 objetivos e 24 indicadores, com suas respectivas metas. Tais metas foram acompanhadas e a avaliação tem o objetivo de compreender como está a implementação do Planejamento Estratégico no IPHAN e possibilita fazer ajustes finos para o próximo ano (2025), bem como, produzir reflexões para o próximo Mapa Estratégico (2026-2030).

O resultado alcançado nessa avaliação demonstra a situação da execução dos 24 indicadores, demonstrado a seguir:

Metas atingidas no período – 9

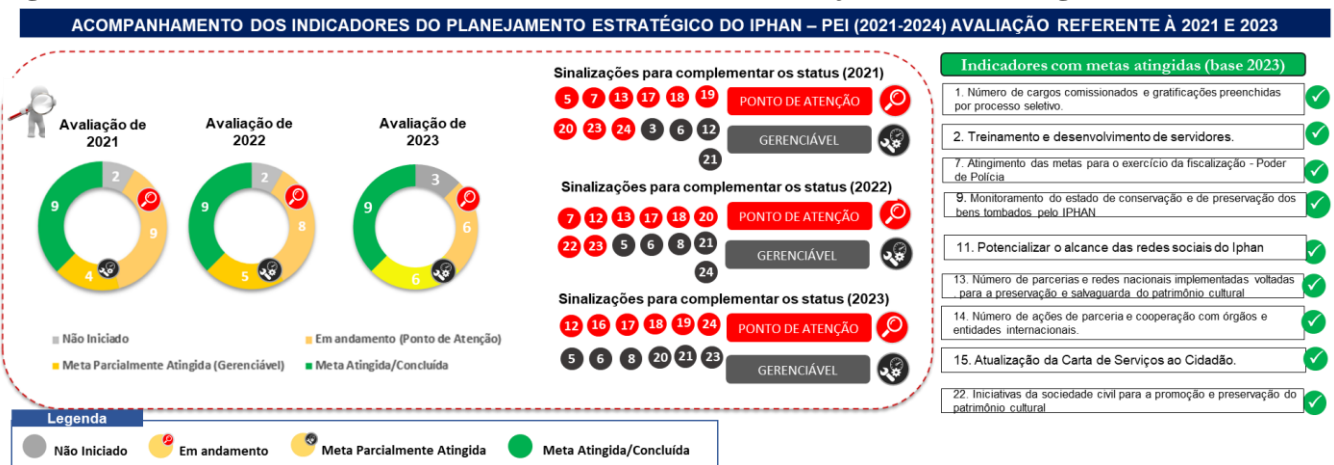
Metas parcialmente atingidas no período – 6

Metas em andamento (pontos de atenção) – 6

Metas não iniciadas – 3

O gráfico a seguir traz o detalhamento do acompanhamento de forma detalhada indicando o avanço de cada uma das metas no monitoramento realizado em 2024:

Figura 7 – Painel de monitoramento dos indicadores do Planejamento Estratégico do IPHAN.



Fonte: CPLAN

Todos os objetivos estratégicos, com seus respectivos indicadores e metas podem ser encontrados no site do IPHAN, módulo Transparência e Prestação de Contas, [Planejamento Estratégico Institucional](#).

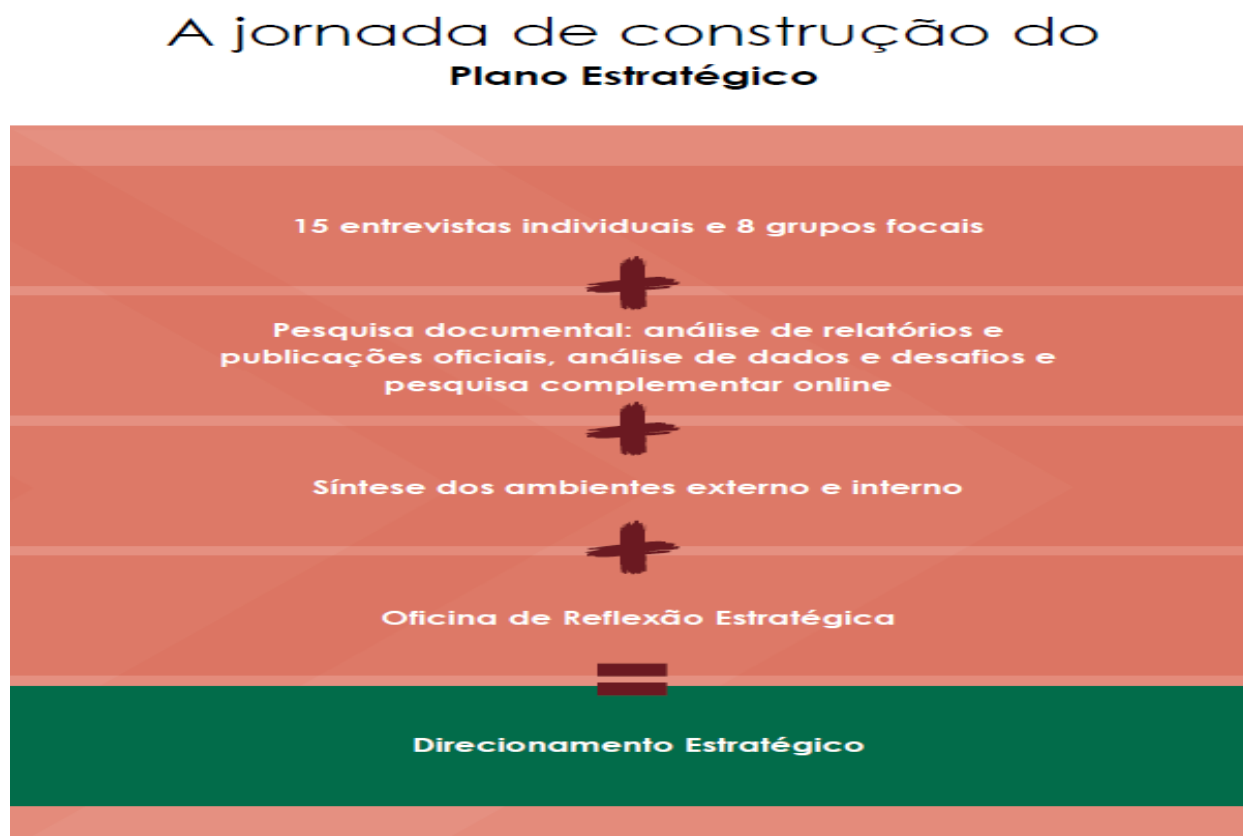
O IPHAN é um órgão capilarizado e com atuação em diversas atividades no tocante à preservação do Patrimônio Cultural. Essa vasta complexidade de entregas demanda uma estratégia que represente todas as peculiaridades do Instituto.

Nesse sentido, o IPHAN produziu um instrumento que guiará toda a formulação de sua estratégia, o Direcionamento Estratégico do IPHAN. A elaboração da peça foi realizada por meio de uma parceria com uma Organização da Sociedade Civil, a Comunitas, que foi de extrema importância na captação de recursos privados para subsidiar a contratação da empresa MacroPlan, que conduziu todo o processo de elaboração do Direcionamento Estratégico.

A elaboração do Direcionamento Estratégico do IPHAN visa a identificar elementos dos ambientes externos e internos e construir um conjunto de orientações estratégicas para esse Instituto nos próximos quatro anos. O Direcionamento Estratégico deve estar alinhado com as diretrizes do Governo Federal, associadas ao patrimônio histórico e cultural nacional, e constitui a etapa inicial de um processo mais robusto de planejamento e gestão estratégica.

Nessa jornada, diversos atores, internos e externos, foram ouvidos no intuito de angariar perspectivas sobre o atual momento do Órgão e, onde se espera chegar. As principais atividades realizadas nesse período foram:

Figura 8 – Etapas da construção do novo Planejamento Estratégico do IPHAN.



Fonte: Macroplan.

Toda essa jornada culminou no Direcionamento Estratégico do órgão que prevê a visão, propósito e princípios, bem como já define Objetivos Estratégicos que deverão ser desdobrados em metas e indicadores de desempenho, na próxima etapa do projeto. A expectativa é que todo o Planejamento Estratégico, com seus indicadores, metas e carteira de projetos sejam finalizados até o final de 2025.

Figura 9 – Direcionamento Estratégico do IPHAN



Fonte: Macroplan.

4.2 - Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade do IPHAN de Gerar Valor

O Comitê de Monitoramento do IPHAN, constituído pela Portaria IPHAN nº 152, de 8 de fevereiro de 2024, tem por objetivo o monitoramento dos Planos de Ação no Sistema Integrado de Gestão do IPHAN (SIG-IPHAN), para agilizar e flexibilizar a execução das Ações Orçamentárias; a avaliação do desempenho orçamentário dos projetos e desafios estratégicos com base em indicadores de desempenho; a identificação de entraves na execução orçamentária e implementação de projetos, buscando soluções; o fornecimento de subsídios ao planejamento estratégico e orçamentário anual; a avaliação de relatórios gerenciais e estratégicos do Comitê de Monitoramento; a proposição de diretrizes para o monitoramento do planejamento estratégico e a execução orçamentária; a proposição de ações de fortalecimento institucional ligadas ao monitoramento e execução orçamentária; e a proposição de melhorias no SIG-IPHAN, para atender às necessidades de monitoramento.

Além disso, o novo Regimento Interno reinseriu na estrutura do órgão o Serviço de Escritório de Projetos e Processos (SEPP), no intuito de facilitar o planejamento, a modelagem, a análise, a implementação, a execução e a elaboração, o acompanhamento e o controle dos processos organizacionais, disseminando a cultura de gerenciamento de processos no âmbito do IPHAN. Ainda, acrescentou a figura do Serviço de Gestão, Monitoramento e Acompanhamento (SGMA), ao qual compete, dentre outras funções, levantar indicadores de desempenho dos processos organizacionais e prover o suporte técnico e metodológico às unidades do IPHAN, buscando atingimento e cumprimento das metas estabelecidas nos instrumentos de planejamento do órgão. Logo, ao revitalizar sua estrutura interna, o órgão busca mais eficiência na sua atuação e potencializa a geração de valor por meio de processos orientados pelos resultados.

4.2.1 - Ouvidoria

A Ouvidoria-Geral do IPHAN, enquanto unidade recém-criada, enfrentou o desafio de consolidar sua atuação e propósito no seio deste Instituto. Diante desse cenário, em 2024, a equipe da Ouvidoria empreendeu esforços internos para desenvolver um planejamento estratégico robusto, delineando diretrizes claras que serviriam como guia na condução das ações, culminando na definição de eixos prioritários para sua atuação até o ano de 2026

A primeira ação da gestão consistiu na interação direta com as Funções/Instâncias de Integridade do IPHAN. Em reuniões produtivas, foram estabelecidos os eixos iniciais de atuação, delineando as bases fundamentais para a atuação da Ouvidoria-Geral. Estes eixos compreendem o fortalecimento da equipe, o

aprimoramento do recebimento e tratamento de demandas, a promoção da transparência ativa, o estímulo à ouvidoria interna, o fomento à Ouvidoria Ativa e à integridade, bem como à comunicação institucional.

Propósito da Ouvidoria-Geral do IPHAN

O propósito da Ouvidoria-Geral do IPHAN é promover o acolhimento, o atendimento e a mediação das diferentes necessidades e demandas da sociedade, atuando como um elo de confiança e colaboração entre os cidadãos (pessoas físicas e jurídicas), os trabalhadores do IPHAN e a instituição como um todo.

Além disso, a Ouvidoria busca estabelecer relações transparentes e representativas, estimulando a confiança e a participação ativa do público interno e externo, promovendo o aprimoramento contínuo do patrimônio cultural e o fortalecimento das relações com a comunidade.

Criação da Ouvidoria-Geral do IPHAN

Anteriormente à edição do Decreto nº 11.178/2022, que aprovou a nova estrutura do IPHAN, as funções típicas de ouvidoria eram executadas pelo DPA; e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e a transparência ativa ficavam sob a responsabilidade da Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação (AMLAI) do IPHAN, vinculado ao Gabinete da Presidência. Apesar de serem atividades congêneres e utilizarem o mesmo sistema para tratamento das manifestações (Plataforma Fala.BR), eram administradas em áreas diferentes. Com o decreto, foi criado o órgão seccional Ouvidoria, subordinado à Presidência do IPHAN.

A criação da Ouvidoria proporcionou, dentre outros benefícios:

- Consolidação do tratamento das manifestações e pedidos de acesso à informação;
- Equipe única de trabalho;
- Eliminação de sobreposição de finalidades entre estruturas;
- Padronização de comunicação com as unidades administrativas deste Instituto;
- Canal único para recebimento dos diferentes tipos de manifestação e pedidos de acesso à informação; e
- Estrutura hierárquica única, subordinada diretamente à Presidência da autarquia.

A partir da nomeação da Ouvidora efetiva, em 24 de março de 2024, a Ouvidoria-Geral do IPHAN iniciou sua participação na Rede Nacional de Ouvidorias, prevista no Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, e passou a acompanhar as diretrizes da Ouvidoria-Geral da União (OGU), como membro do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (SisOuv), e também a fazer parte da Rede Nacional de Ouvidorias (Renouv).

Concomitantemente, iniciaram-se as discussões junto às Funções/Instâncias de Integridade do Instituto, para a revisão da minuta de Portaria de Atendimento da Ouvidoria e dos fluxos de recebimento e tratamento de manifestações de ouvidoria, especialmente de denúncias.

A primeira ação em conjunto com as Funções/Instâncias de Integridade foi o compartilhamento da minuta de Portaria de Atendimento, para que as unidades pudessem contribuir. Nesse sentido muitas sugestões foram coletadas e se iniciou a participação do IPHAN no “Programa Integridade em Cena”, do MinC.

Com a publicação do Decreto nº 11.807/2023 e da Portaria IPHAN nº 141/2023 - Regimento Interno, a Ouvidoria do IPHAN passou a ser denominada Ouvidora-Geral (OUV), conforme prescreve a alínea “d” do inciso III do artigo 6º dessa portaria, e, além disso, o IPHAN pode contar com uma coordenação de gestão de integridade ligada ao Gabinete da Presidência.

Ouvidoria-Geral em Números

Atendimentos

Em 2024, a Ouvidora-Geral do IPHAN realizou 1.522 atendimentos, conforme apresentado na Tabela 1, abaixo. Este número reflete o compromisso contínuo da Ouvidoria em oferecer suporte e canal de comunicação eficiente, fortalecendo a relação entre o IPHAN e os usuários dos serviços desta autarquia.

Na Tabela 1, a seguir, é possível verificar a quantidade de atendimentos que foram realizados pela Ouvidoria-Geral do IPHAN em 2024, representados no Gráfico 1, mais adiante.

Quadro 1 - Total de Atendimentos da Ouvidora-Geral do IPHAN, em 2024 (Quantidade e Percentagem)

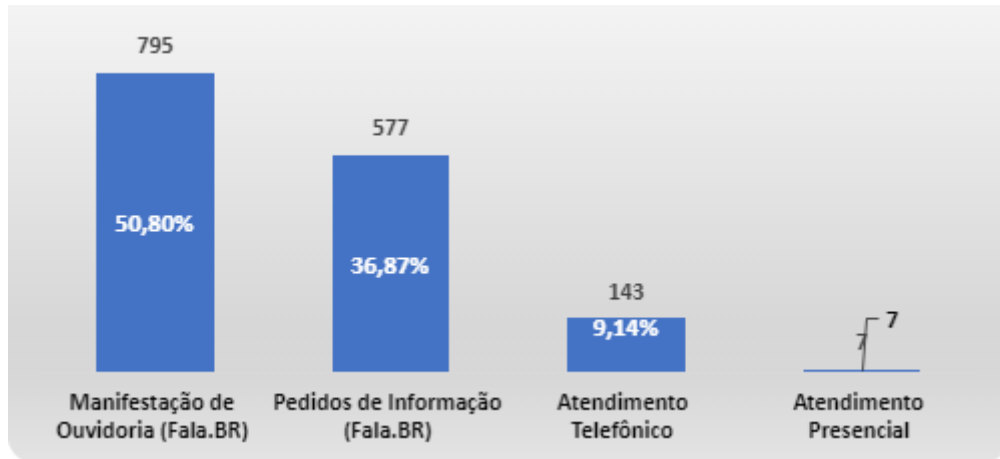
Atendimentos pela Ouvidoria-Geral do IPHAN	2024	Percentual
Manifestação de Ouvidoria (Fala.BR)	795	50,80%
Pedidos de Informação (Fala.BR)	577	36,87%
Atendimento Telefônico	143	9,14%
Atendimento Presencial	7	0,45%
TOTAL	1.522	97,26%

Fonte: Ouvidoria-Geral do IPHAN (dados extraídos do Painel Resolveu?)

< <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu>>, do Painel Lei de Acesso à Informação

< <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>> e controles internos da unidade, em 14/01/2025

Gráfico 1- Atendimentos da Ouvidora-Geral do IPHAN, por tipo



Fonte: Ouvidoria-Geral do IPHAN (dados extraídos do Painel Resolveu? < <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu> >, do Painel Lei de Acesso à Informação < <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai> > e controles internos da unidade, em 15/01/2025)

Quando comparados os atendimentos de 2024 aos do ano de 2023, observa-se um aumento de 11,75% no número total de atendimentos, com 160 atendimentos a mais, totalizando 1.522 registros. Os dados comparados incluem somente Manifestações de Ouvidoria, Pedidos de Acesso à Informação, Atendimentos Telefônicos e Atendimentos Presenciais.

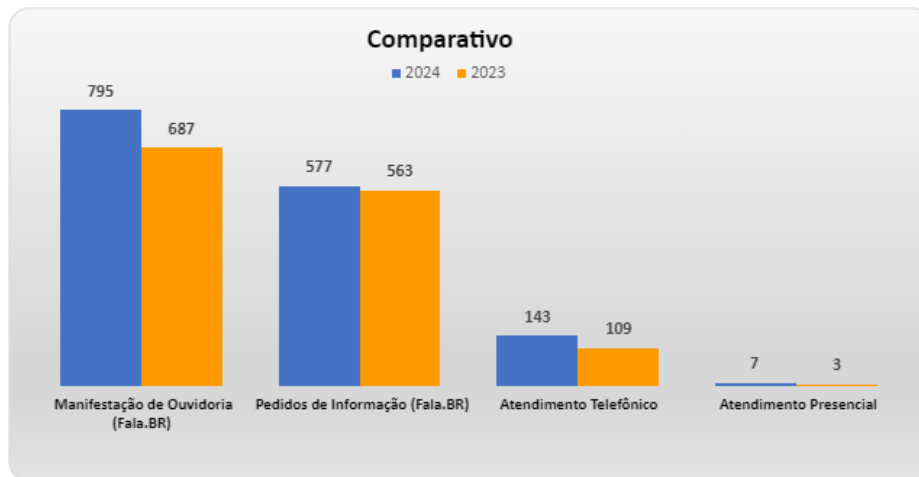
Em 2023, contabilizavam-se os e-mails recebidos no endereço eletrônico do SIC, como atendimentos de pedidos de acesso à informação. Já em 2024, esses e-mails não foram considerados, uma vez que o canal oficial para o recebimento dessas solicitações passou a ser exclusivamente o Fala.BR. Apesar disso, foram registrados 143 atendimentos realizados por telefone, reforçando os esforços da Ouvidora-Geral do IPHAN para diversificar e consolidar os canais de comunicação disponíveis. Essas mudanças refletem o compromisso contínuo em aprimorar os meios de atendimento ao cidadão, como pode-se observar na Tabela 2 e Gráfico 2, dispostas a seguir.

Quadro 2 - Comparativo de atendimentos realizados pela Ouvidora-geral do IPHAN entre os anos 2024 e 2023. (Quantidade e Porcentagem)

DEMANDAS	2024	2023	Diferença entre períodos	
Manifestação de Ouvidoria (Fala.BR)	795	687	108	15,72%
Pedidos de Informação (Fala.BR)	577	563	14	2,49%
Atendimento Telefônico	143	109	34	23,8%
Atendimento Presencial	7	3	4	58,2%
TOTAL	1522	1362	160	11,75%

Fonte: Ouvidoria-Geral do IPHAN (dados extraídos do painel resolveu <<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu>>, do painel lei de acesso à informação <<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>> e controles internos da unidade, em 14/01/2025)

Gráfico 2 - Comparativo de atendimentos realizados pela Ouvidoria-Geral do IPHAN entre os anos 2024 e 2023. (Quantidade)



Fonte: Ouvidoria-Geral do IPHAN (dados extraídos do Painel Resolveu? <<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu>>, do Painel Lei de Acesso à Informação <<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>> e controles internos da unidade em 15/01/2025)

Cumprе ressaltar que as demandas do IPHAN são demandas singulares e divergem em conteúdo dos demais órgãos do Sistema de Ouvidorias, pois, em sua maioria, as manifestações e os pedidos de acesso à informação possuem caráter específico, e sua análise requer conhecimento técnico especializado da unidade, como conhecimento em arquitetura, arqueologia e/ou licenciamento ambiental, por exemplo.

Manifestações de Ouvidoria

As manifestações da Ouvidoria, de acordo com inciso V do artigo 2º da [Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017](#), que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, classificam-se em cinco categorias distintas: sugestão, denúncia, elogio, reclamação e solicitação de providência. No sistema Fala.BR, também são contemplados os tipos "Simplifique", que consiste em uma proposta para simplificar a prestação de determinado serviço público, e "Comunicação".

A comunicação de irregularidade, conforme disposto no § 2º do artigo 23 do Decreto nº 9.492/2018, refere-se a uma informação de fonte anônima que relata possíveis irregularidades com indícios mínimos de relevância, autoria e materialidade. Por não se enquadrar como uma manifestação nos termos estabelecidos pela Lei nº 13.460/2017, a comunicação não permite o acompanhamento por parte do seu remetente, uma vez que optou por permanecer anônimo.

Total de manifestações registradas na Plataforma Fala.BR

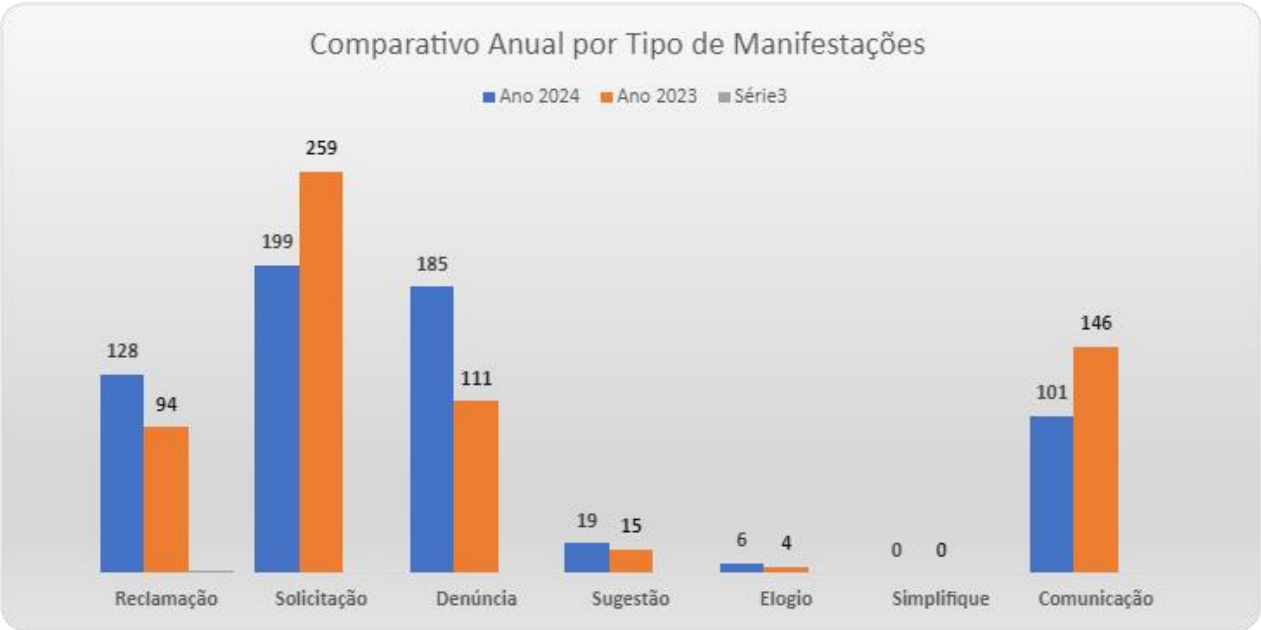
Na Tabela 2.1, é possível ver quantas vezes as pessoas se manifestaram na [Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR](#) nos anos 2024 e 2023. Ela mostra os tipos de manifestações e suas diferentes variações entre um ano e outro, destacando que houve um aumento de 15,74% no total de manifestações, o que significa que foram registradas 99 manifestações a mais em 2024.

Quadro 3 - Total de manifestações de ouvidoria, por tipo, nos anos 2024 e 2023. (Quantidade e Percentagem)

MANIFESTAÇÕES	Ano 2024	Ano 2023	Diferenças	%
Reclamação	218	94	124	131,91%
Solicitação	199	259	-60	-23,17%
Denúncia	185	111	74	66,67%
Sugestão	19	15	4	26,67%
Elogio	6	4	2	50,00%
Simplifique	0	0	0	0,00%
Comunicação	101	146	-45	-30,82%
TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	728	629	99	15,74%
ARQUIVADAS	67	58	9	15,52%
TOTAL GERAL	795	687	108	15,72%

Fonte: Ouvidoria-Geral do IPHAN (dados extraídos do Painel Resolveu? < <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu> > e controles internos da unidade, em 15/01/2025)

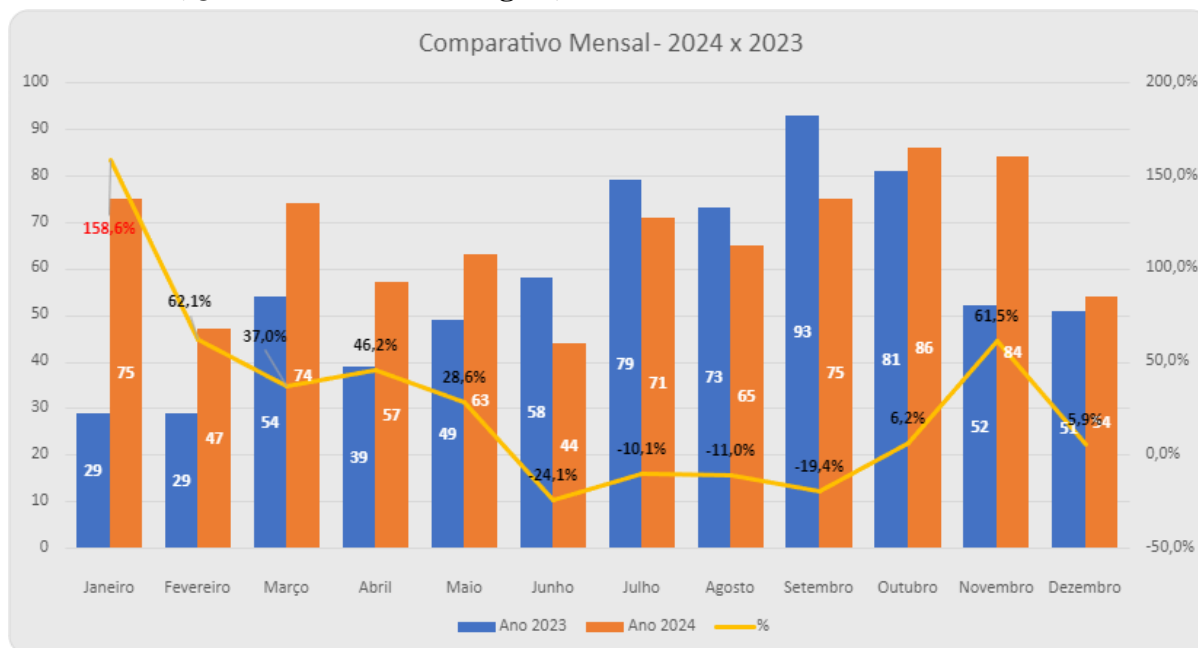
Gráfico 3 - Total de manifestações de ouvidoria, por tipo, nos anos 2024 e 2023 (Quantidade)



Fonte: Ouvidoria-Geral do IPHAN (dados extraídos do Painel Resolveu? < <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu> > e controles internos da unidade, em 15/01/2025).

A análise comparativa mensal entre o total de manifestações registradas em 2024 e 2023 revela um notável aumento de registros de manifestações de ouvidoria no Fala.BR, com um acréscimo de 158,6% no mês de janeiro/2024, comparado ao mesmo mês do ano anterior, conforme evidenciado no gráfico apresentado a seguir. Esse aumento apresentado indica uma significativa ampliação na participação e no engajamento dos cidadãos, ressaltando a importância crescente de ouvir e atender os usuários dos serviços oferecidos pelo Instituto.

Gráfico 4 - Comparativo de manifestações atendidas pela Ouvidoria-Geral do IPHAN, entre os anos 2023 e 2024. (Quantidade e Porcentagem)



Fonte: Ouvidoria-Geral do IPHAN (dados extraídos do Painel Resolveu?

< <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu> > e controles internos da unidade, em 15/01/2025.

Total de manifestações registradas na Plataforma Fala.BR, por área

Conforme dispõe o § 6º, do art. 18, do [Decreto nº 9.492/2018](#), que regulamenta a Lei nº 13.460/2017, a Ouvidoria poderá solicitar informações às áreas do órgão. No gráfico, a seguir, são demonstradas as manifestações registradas na plataforma Fala.BR que foram encaminhadas às áreas. Na área dos departamentos, além dos departamentos de Patrimônio Material, Imaterial, Planejamento e Administração etc. encontram-se também o GAB-PRES e as unidades a ele vinculadas, como a Ouvidoria-Geral e Corregedoria, por exemplo.

Gráfico 5 - Apresentação das manifestações por área de atendimento em 2024 (Quantidade)



Fonte: Ouvidoria-Geral do IPHAN (dados extraídos dos controles internos da unidade, em 15/01/2024)

Das manifestações encaminhadas para as diferentes áreas, as solicitações somam um total de 229 registros. Dessas, cinco foram arquivadas devido à falta de informações necessárias, enquanto as Comunicações (denúncias anônimas) alcançaram 116, sendo que 16 foram arquivadas por falta de indícios mínimos para a investigação de responsabilidades.

A Tabela 1, adiante, mostra as unidades do IPHAN que receberam da Ouvidora-Geral mais de dez manifestações para análise. Essas unidades forneceram informações que ajudaram na elaboração das respostas finais enviadas aos usuários e usuárias.

Tabela 1 - Total de manifestações tramitadas no Fala.BR, por Unidade (Quantidade)

Unidade	Reclamação	Solicitação	Sugestão	Elogio	Denúncia	Comunicação	Qtde
OUV	10	85	11	3	8	5	122
IPHAN/RJ	15	15	1		23	7	61
IPHAN/BA	8	10			16	16	50
DEPAM	1	6	1		2	2	12
DPA	5	16	3	1	3	2	30
IPHAN/MG	23	16			5	12	56
IPHAN/SP	123	13			3	4	143
CORREG				1	30	10	41
IPHAN/DF	2	3	2	2	3		12
IPHAN/SC	1	5			2	8	16
IPHAN/RS	6	7			16	6	35
DPI	2	7	1				10
CNA	3	6	4		2	1	16
IPHAN/GO	5				3	7	15
IPHAN/PR	2	5			4	2	13

DAFE	4	5	1			1	11
ÉTICA	1				6	10	17
GAB-PRES	4	6	1			2	13
Total	215	205	25	7	126	95	673
ARQUIVADA							
S	5	5			2	16	
TOTAL GERAL	220	210	31	7	128	111	673

Fonte: Ouvidoria-Geral do IPHAN (dados extraídos dos controles internos da unidade, em 15/01/2025)

Ao analisar os dados apresentados na tabela acima, é possível observar o seguinte:

- Das 229 Solicitações registradas, a Ouvidoria-Geral forneceu respostas diretas para 85 delas e arquivou cinco. Além disso, de maneira indireta e com o apoio dos pontos focais nas unidades, o DPA contribuiu com informações em 16 solicitações. Esse número representa 6,9% do total de solicitações atendidas pela Ouvidoria-Geral, enquanto as respostas diretas e os arquivamentos representam 39,3%.
- Do total de 236 Reclamações, a Superintendência do IPHAN no Estado de São Paulo (IPHAN/SP), por meio de seus pontos focais, analisou e subsidiou as respostas de 123 reclamações, representando 52,12% do total registrado na plataforma Fala.BR, direcionado ao IPHAN. O subassunto mais recorrente, no caso dessas solicitações, foi “atraso na análise de processos”, com 96 manifestações registradas, representando 78,05% do que foi subsidiado ao IPHAN/SP.
- Entre Denúncias e Comunicações, destaca-se a Superintendência do IPHAN no Estado da Bahia (IPHAN/BA), que contribuiu com subsídios para respostas de 32 denúncias e comunicações, das quais 25 versavam sobre o tema “Intervenção Irregular em Bem Tombado”; e
- À Corregedoria do IPHAN foram tramitadas 30 Denúncias e Comunicações sob o subassunto “Infração Disciplinar - Lei nº 8.112/1990”.

Tratamento das manifestações de ouvidoria

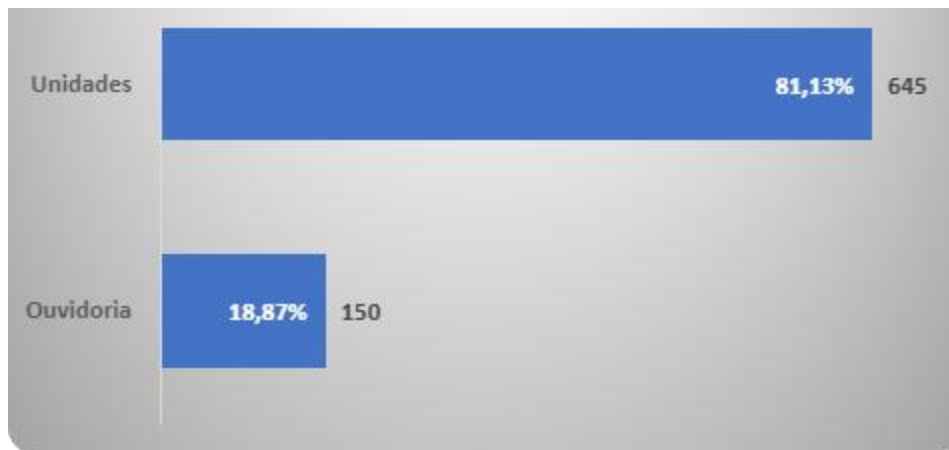
As manifestações de ouvidoria recebidas em 2024 abrangem aquelas que a Ouvidoria-Geral respondeu diretamente aos usuários e usuárias após análise, sem precisar encaminhá-las às unidades e, também as respostas que necessitaram ser elaboradas junto às unidades do IPHAN. Essas manifestações podem ser denominadas de respostas “diretas” e respostas “com apoio técnico”, respectivamente.

As respostas diretas são possíveis, pois se trata de respostas produzidas com informações disponíveis na transparência ativa do IPHAN ou de temáticas frequentes em que a Ouvidoria já possui uma resposta padrão validada pela área responsável.

Já as manifestações respondidas por meio de resposta “com apoio técnico”, como dito anteriormente, são as que a Ouvidora-Geral contou com a colaboração das unidades especializadas desta Entidade para elaborar cada resposta ao usuário e usuária. Nesse processo, os pontos focais indicados pelos Departamentos, Unidades Especiais e Superintendências são fundamentais para oferecer suporte à Ouvidora-Geral.

Dessa forma, observa-se que, do total de 795 manifestações, 122 foram respondidas diretamente e não precisaram ser encaminhadas às unidades do IPHAN. Somadas às manifestações arquivadas, que também necessitam de tratamento nas unidades, foram 150 manifestações que receberam tratamento direto da Ouvidora-Geral, o que representa 18,87% do total de manifestações recebidas, como demonstrado no gráfico disposto adiante.

Gráfico 6 - Tratamento das Manifestações, em 2024, pela Ouvidoria-Geral do IPHAN (Quantidade e Percentagem)



Fonte: Ouvidoria-Geral do IPHAN (dados extraídos dos controles internos da unidade, em 15/01/2025)

Resolutividade das demandas

Quando a resposta é encaminhada ao cidadão ou cidadã e a demanda é concluída pela Ouvidoria, a CGU sugere ao cidadão ou cidadã que responda uma pesquisa de satisfação, no qual é questionado se sua demanda foi resolvida, e o cidadão ou cidadã tem as seguintes opções de respostas: ‘sim’, ‘parcialmente’ ou ‘não’.

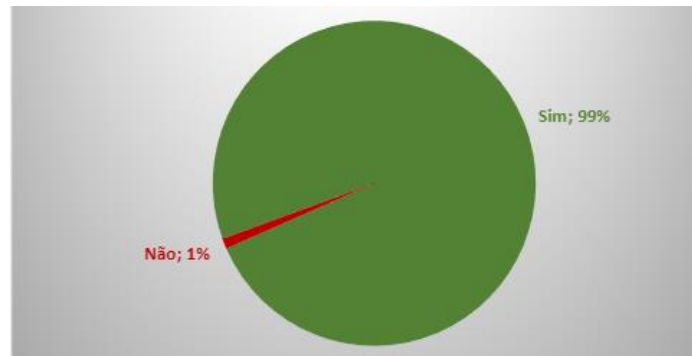
O resultado da pesquisa é apresentado no Painel Resolveu?, que abrange os 330 órgãos e entidades da esfera federal cadastrados no Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (SisOuv), em que é possível realizar filtragem dos dados por órgão/entidade.

Na esfera federal, em 2024, foram registradas 1.048.286 manifestações, e 4,84% dos usuários responderam à pesquisa, equivalendo a 50.763 respondentes.

O IPHAN, em 2024, recebeu 795 manifestações de ouvidoria. Quanto à resolutividade das demandas, de acordo com os dados extraídos do Painel “Resolveu?”, pode-se observar que 98,98% das manifestações encaminhadas ao IPHAN foram consideradas resolvidas, enquanto apenas 1,02% não foram resolvidas.

Já no contexto geral de todos os órgãos e entidades federais, a resolutividade é de 83,73% para demandas resolvidas e 16,27% para não resolvidas, conforme demonstrado nos gráficos abaixo.

Gráfico 7 - Percepção de resolutividade indicada pela Ouvidoria-Geral – IPHAN (Porcentagem)



Fonte: Ouvidoria-Geral do IPHAN (dados extraídos do Painel Resolveu?)

<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu> em 15/01/2025

Gráfico 8 - Percepção de resolutividade indicada pela Ouvidoria-Geral - ESFERA FEDERAL (Porcentagem)



Fonte: Ouvidoria-Geral do IPHAN (dados extraídos do Painel Resolveu?)

<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu> em 15/01/2025

Embora o percentual de respondentes da Pesquisa de Satisfação da CGU reflita uma amostragem sutil do total de manifestações de Ouvidoria registradas na Plataforma Fala.BR, do ponto de vista estatístico, faz-se necessário seu acompanhamento, por se tratar de avaliação continuada dos serviços públicos, dando

cumprimento ao determinado no § 1º do artigo 23 da Lei nº 13.460/2017, pois serve de subsídio para reorientar e ajustar os serviços prestados.

A Ouvidora-Geral do IPHAN está comprometida em aumentar o nível de resolutividade das manifestações encaminhadas à autarquia, sendo que, ao longo do ano de 2024, a Ouvidora-Geral do IPHAN publicou quatro orientações gerais, visando a melhoria técnica das respostas aplicadas as manifestações, demonstrando compromisso com o cidadão.

Sobre a resolutividade, foi publicada a [Orientação nº 3/2024](#), a qual oferece orientações sobre a marcação dos campos relativos à resolução das manifestações de Ouvidoria no Fala.BR.

Nível de Satisfação do Usuário

O nível de satisfação do usuário e da usuária também é obtido quando ele ou ela responde a pesquisa de satisfação do Fala.BR, desenvolvida pela CGU: ‘Você está satisfeito(a) com o atendimento prestado?’ é a pergunta feita para medir a satisfação relativa ao atendimento. O resultado de 2023 apontou a média de satisfação com o atendimento do IPHAN para 41,67% dos respondentes, enquanto a avaliação dos demais órgãos e entidades na esfera federal é, em média, 35,83% satisfeitos com o atendimento prestado.

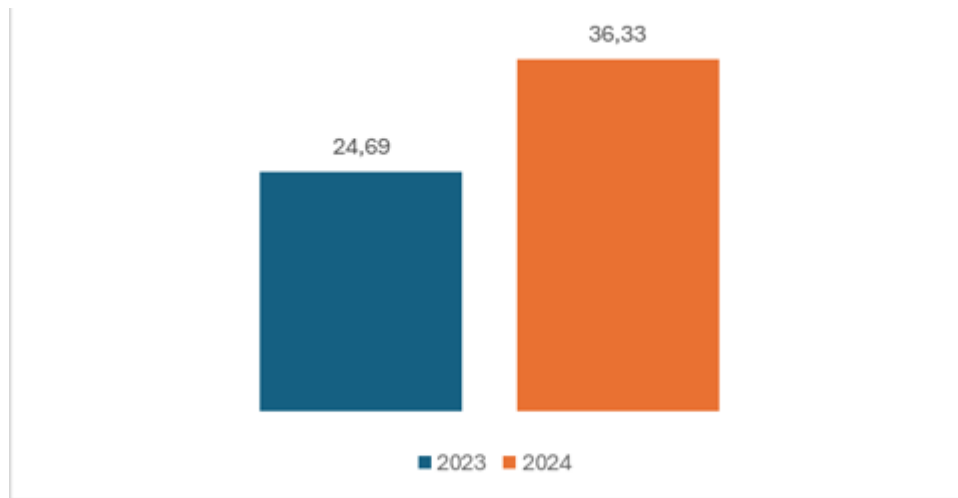
Tempo médio de respostas às manifestações

Conforme estabelecido pela Lei nº 13.460/2017, a Ouvidoria tem a responsabilidade de enviar a decisão final aos usuários em até 30 dias, a contar da data do recebimento da demanda, podendo prorrogar esse prazo por mais 30 dias, se necessário. Além disso, as consultas às áreas técnicas devem ser respondidas no prazo de 20 dias, com a possibilidade de prorrogação por mais 20 dias, mediante justificativa.

No contexto da transparência e controle social da Administração Pública, a CGU desenvolveu o Painel Resolveu?, uma ferramenta que fornece dados sobre manifestações de Ouvidoria. Essas manifestações incluem denúncias, sugestões, solicitações, reclamações, elogios e pedidos de simplificação. O painel permite pesquisar, analisar e comparar indicadores de desempenho, forma rápida, dinâmica e interativa.

Entre os dados apresentados pelo Painel Resolveu, destaca-se o Tempo Médio de Resposta. No ano de 2024, os órgãos cadastrados no Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal responderam às manifestações em um tempo médio de 12,82 dias. No mesmo período, o IPHAN apresentou respostas conclusivas, em média, em 36,33 dias, na Plataforma Fala.BR, representando um aumento de 11,64 dias em comparação com o ano de 2023, conforme evidenciado no gráfico a seguir.

Gráfico 9 - Tempo médio de respostas às manifestações de Ouvidoria-Geral, em 2023 e 2024, pelo IPHAN (Dias)

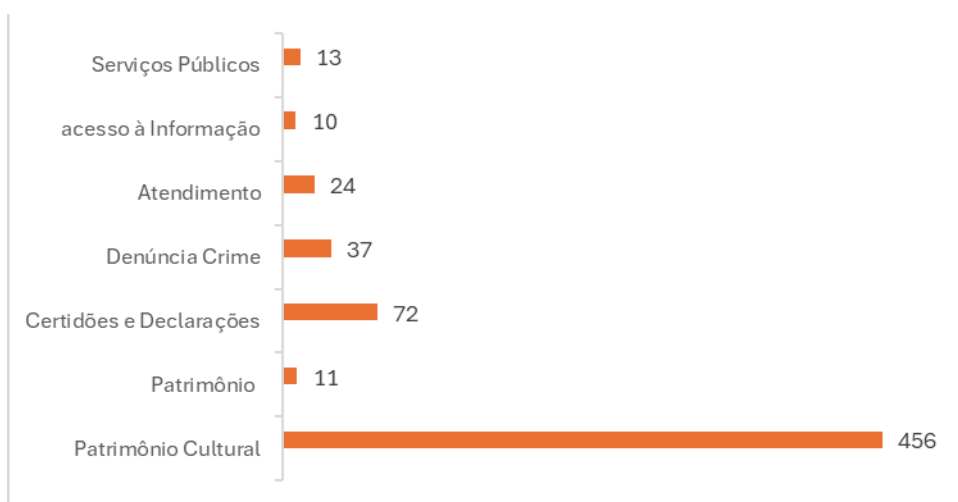


Fonte: Ouvidoria-Geral do IPHAN (dados extraídos do Painei Lei de Acesso à Informação <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai> e controles internos da unidade em 15/01/2025)

Assuntos mais demandados na Plataforma Fala.BR

Na Plataforma Fala.BR, ao registrar uma manifestação, os usuários e usuárias são orientados a selecionar o assunto correspondente a partir de uma lista sugerida pelo sistema. No gráfico subsequente, é apresentado o *ranking* dos assuntos mais frequentemente escolhidos pelos cidadãos. Vale ressaltar que foram excluídos da análise os assuntos que obtiveram menos de dez opções.

Gráfico 10 - Ranking dos assuntos mais registrados pelos usuários do Fala.BR, direcionados ao IPHAN, em 2024



Fonte: Ouvidoria-Geral do IPHAN (dados extraídos do Painei Lei de Acesso à Informação), disponível em: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai> e controles internos da unidade em 15/01/2025)

4.2.2 - Formas de acesso ao serviço de informação ao cidadão do IPHAN

Os pedidos de informação ao cidadão são regulamentados pela Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), conforme previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal do Brasil, que garantem o direito fundamental do cidadão e cidadã de ter acesso às informações produzidas e armazenadas pelo Estado. Faz parte desse arcabouço jurídico, o Decreto n.º 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a LAI.

Nas últimas décadas, o IPHAN tem buscado desenvolver, implantar e institucionalizar uma política de transparência pública, visando disponibilizar para a sociedade o vasto universo das informações produzidas, custodiadas e armazenadas pela Autarquia.

Nessa política de transparência ativa, o IPHAN publica em seu sítio oficial todas as informações públicas consideradas relevantes para a sociedade, buscando disponibilizar pesquisas atualizadas, fidedignas e facilmente acessíveis. Por outro lado, sempre existem informações, processos ou procedimentos que usualmente requerem mais qualificações ou esclarecimentos. Para essas situações, sempre no esforço de ampliar e manter a transparência, o IPHAN desenvolveu alguns canais de comunicação direta com o cidadão.

Em consonância com a Carta de Serviços ao Cidadão, o Serviço de Informação ao Cidadão (Sic-IPHAN) é o canal de atendimento ao cidadão e cidadã que proporciona o acesso à informação. O Sic-IPHAN funciona na Ouvidora-Geral do órgão, localizada na Sede, em Brasília/DF, e também em todas as unidades do IPHAN por meio dos pontos focais designados para o recebimento e o acompanhamento junto às áreas técnicas responsáveis pelas respostas às manifestações registradas na Plataforma Fala.BR.

Além das instalações físicas, distribuídas pela sede em Brasília/DF, seis Unidades Especiais, 27 Superintendências e 37 Escritórios Técnicos, o IPHAN disponibiliza, pelo menos, duas vias de acesso e comunicação com a sociedade. São elas: via Correios, da própria Autarquia e via Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR), gerenciado pela CGU. Outra forma de apoio ao cidadão e cidadã é via contato telefônico, sendo mais comum o atendimento para esclarecimentos sobre como utilizar o Serviço de Informação ao Cidadão no Fala.BR.

4.2.2.1 - Forma de Acesso

4.2.2.1.1 – Protocolo Digital

O Protocolo Digital desde sua implantação do no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em agosto de 2021 encontra-se em execução desde então.

Por meio deste serviço *online* um documento pode ser protocolado no IPHAN com economia de tempo e recursos financeiros, tanto para a sociedade quanto para os cofres públicos, visto que a população pode protocolar um documento de qualquer lugar do país. Ao aderir este sistema, o IPHAN não precisou instalar qualquer sistema ou módulo para utilizá-lo. Existe uma instalação única e centralizada no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, sendo necessário apenas realizar a integração da ferramenta com o seu sistema de processo eletrônico, o que gera economia de tempo e de recursos da Administração Pública.

Os dados do protocolo digital do IPHAN, em 2024, podem ser acessados através do link abaixo:

- a) Protocolo Digital IPAHN 2024 ([6003113](#))

4.2.2.1.2 Plataforma Fala.BR

O Fala.BR nasceu como e-SIC, em 2012, como um instrumento garantidor do direito de acesso à informação, para cumprir as determinações da Lei nº 12.527/2012. Por sua vez, em 2014, foi lançado o sistema e-Ouv, que permitia às ouvidorias receberem e responder às manifestações, até que em 2019 a CGU lançou o Fala.BR, uma plataforma informatizada que integrou o e-SIC e o e-Ouv, como é descrito no [Manual do Fala.BR](#).

O IPHAN, desde 2012, recebe pedidos de acesso à informação pelo Fala.BR (e-SIC, até 2019) e, até o dia 31/12/2024, foram recebidos neste órgão 4.228 pedidos e 621 recursos, distribuídos nas quatro instâncias recursais.

4.2.2.1.2 - Via Correios

Apesar de pouco utilizado, até o dia 31/12/2024 a Ouvidoria-Geral recebeu três pedidos de cidadãos e cidadãs via Correios. Nesses casos, o SIC-IPHAN cadastrou os pedidos dos cidadãos na Plataforma Fala.BR e os encaminhou às áreas técnicas, para tratamento, por meio do Sistema de Informações Eletrônicas (SEI). Diferentemente das manifestações de ouvidoria, que atualmente são tramitadas e tratadas no próprio Fala.BR, os pedidos de acesso à informação são tratados e tramitados no SEI, pois a plataforma Fala.BR não possui módulo de tratamento para o SIC, até o presente momento.

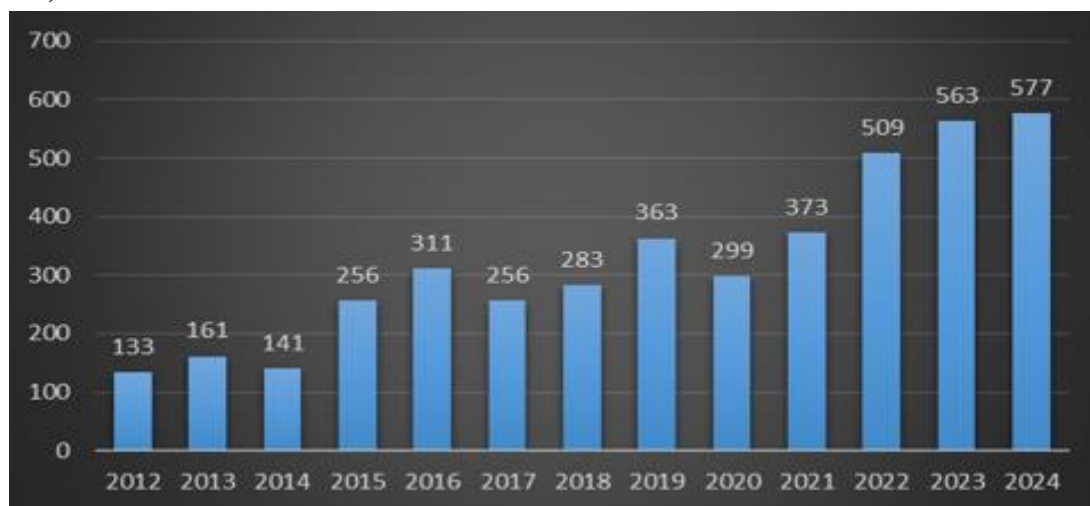
4.2.2.1.3 - Atendimento presencial

A Ouvidoria-Geral do IPHAN recebeu, em espaço reservado, sete cidadãos(ãs) que, após serem ouvidos(as) receberam orientação para registro de sua demanda na plataforma Fala.BR, o que foi feito posteriormente. O atendimento presencial é realizado no âmbito do SIC e das manifestações de ouvidoria, após a explicação do servidor do IPHAN sobre os tipos de demandas que são de competência da Ouvidoria-Geral o cidadão ou cidadã decide sobre seu registro e, caso necessário, é auxiliado pela equipe sobre como realizar o registro na Plataforma.

Recebimento de pedidos de acesso à informação

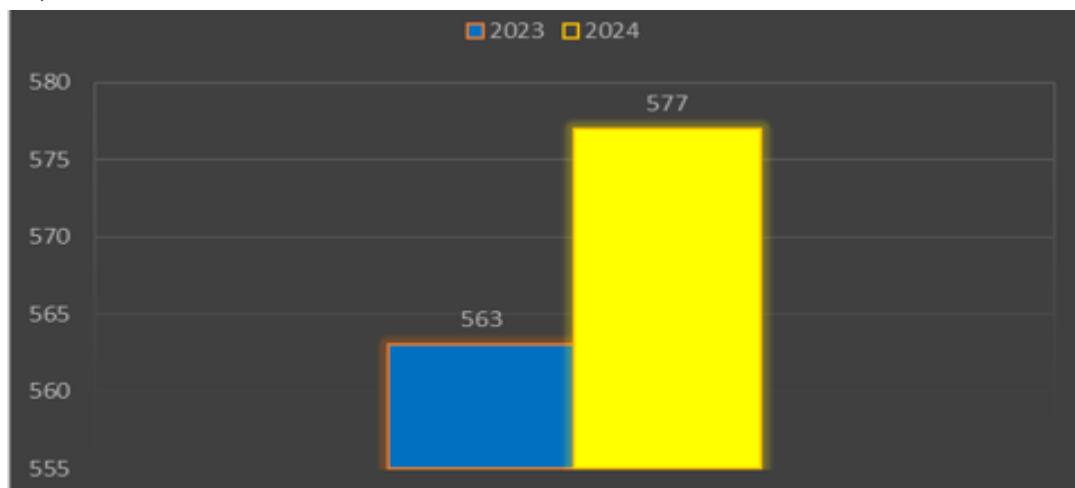
Através da Plataforma Fala.BR, a Ouvidoria-Geral do IPHAN registrou 577 pedidos de informação em 2024, apresentando um aumento de 2,49% em comparação ao ano de 2023, que teve 563 registros. O gráfico abaixo ilustra o crescimento, ano a ano, do número de pedidos de acesso à informação enviados ao IPHAN, destacando o histórico de pedidos recebidos pelo órgão de 2012 a 2024.

Gráfico 11 - Histórico de pedidos de acesso à informação recebidos pelo IPHAN, entre 2012 a 2024 (Quantidade)



Fonte: Ouvidoria-Geral do IPHAN (dados extraídos do Painel Lei de Acesso à Informação < <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai> > e controles internos da unidade, em 15/01/2025)

Gráfico 12 - Comparativo: Total de Pedidos de Informação recebidos pelo IPHAN, em 2023 e 2024 (Quantidade)



Fonte: Ouvidoria-Geral do IPHAN (dados extraídos do Painel Lei de Acesso à Informação < <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai> > e controles internos da unidade, em 15/01/2025)

Tempo médio das respostas

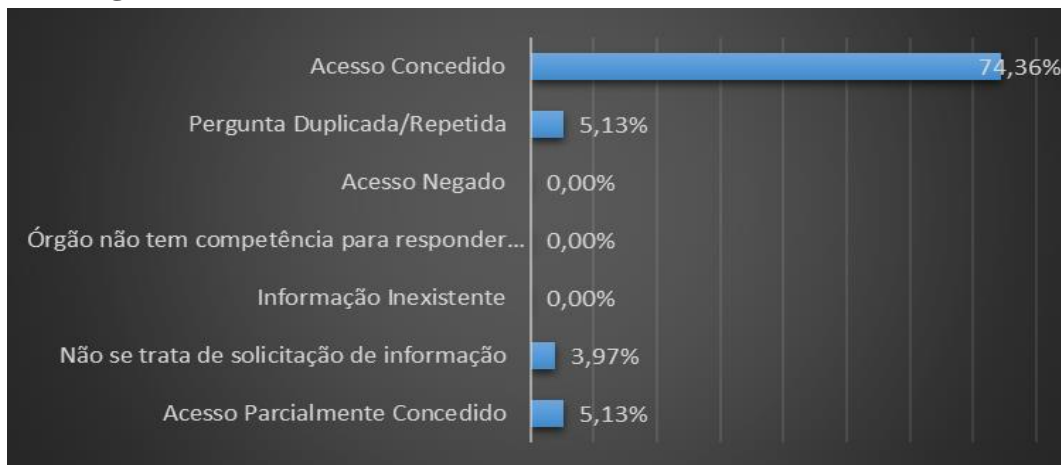
A Lei de Acesso à Informação (LAI) estabelece diretrizes claras para o prazo de resposta a pedidos de acesso à informação. Conforme a legislação, os órgãos públicos têm o compromisso de atender as requisições no prazo máximo de 20 dias, contados a partir do protocolo do pedido. Esse período pode ser prorrogado por mais 10 dias, mediante justificativa expressa e comunicação ao solicitante. Vale ressaltar que a LAI preconiza a transparência e agilidade na disponibilização de informações, promovendo a participação cidadã e o acesso facilitado aos dados públicos.

No Painel da Lei de Acesso à Informação, são apresentados o tempo médio de resposta para os pedidos de acesso à informação registrados na Plataforma Fala.BR e a posição do IPHAN em relação aos 320 órgãos e entidades cadastrados no sistema. Em 2024, o IPHAN teve um tempo médio de resposta de 14,26 dias. Em comparação com 2023, não houve um aumento considerável no tempo de resposta, resultando na 174ª posição no *ranking* apresentado no Painel LAI.

Tipos de respostas

Ao responder a solicitações de acesso à informação na Plataforma Fala.BR, o órgão ou entidade responsável deve indicar o 'tipo de resposta', conforme evidenciado no gráfico a seguir. No decorrer do ano de 2024, o IPHAN concedeu acesso a 74,36% das demandas recebidas pelo SIC-IPHAN. Este dado destaca o comprometimento do órgão em promover a transparência e facilitar o acesso do público às informações solicitadas.

Gráfico 13 - Demonstrativo das Decisões sobre os Pedidos de Informação recebidos pelo IPHAN, em 2024 (Percentagem)

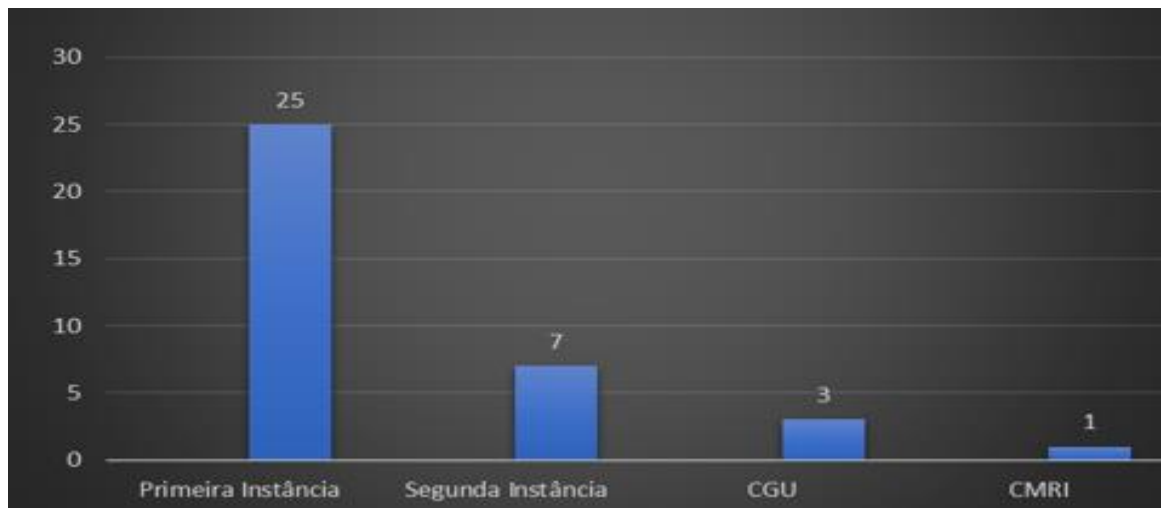


Fonte: Ouvidoria-Geral do IPHAN (dados extraídos do Painel Lei de Acesso à Informação < <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>> e controles internos da unidade, em 15/01/2025)

Recursos

A LAI dedica uma seção específica para tratar da interposição de recursos quando um pedido de acesso à informação não atende às expectativas do requerente. Em 2024, foram apresentados 36 recursos, abrangendo as quatro instâncias administrativas possíveis, em desfavor das respostas fornecidas pelo IPHAN, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

Gráfico 14 - Demonstrativo dos recursos interpostos, por instância, em relação aos pedidos direcionados ao IPHAN, em 2024 (Quantidade)



Fonte: Ouvidoria-Geral do IPHAN (dados extraídos do Painel Lei de Acesso à Informação < <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>> e controles internos da unidade em 15/01/2025)

Sobre os recursos em 1ª instância, que são aqueles encaminhados à autoridade imediatamente superior ao responsável pela resposta, 83,33% foram reformadas, readequando a resposta ao pedido. Em 2ª instância, que são os recursos encaminhados ao dirigente máximo da instituição, 66,67% foram reformadas,

e em 3ª instância, 33,33% foram reformadas, readequando a resposta ao pedido, conforme pode ser observado no gráfico apresentado abaixo.

Gráfico 15 - Demonstrativo das decisões sobre os recursos interpostos, por instância, relacionados a demandas de LAI dirigidas ao IPHAN (Quantidade)



Fonte: Ouvidoria-Geral do IPHAN (dados extraídos do Painel Lei de Acesso à Informação < <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai> > e controles internos da unidade, em 15/01/2025)

4.2.2.2 - Transparência Ativa

A transparência, conforme os moldes estabelecidos pela CGU, pode ser compreendida em dois principais aspectos: transparência ativa e transparência passiva.

A transparência ativa refere-se à iniciativa proativa por parte dos órgãos e entidades públicos em disponibilizar informações de interesse coletivo, de forma espontânea e acessível ao público. Isso inclui a divulgação de dados, documentos, relatórios e demais informações relevantes, sem que haja uma demanda específica por parte dos cidadãos. A transparência ativa busca, assim, promover a divulgação proativa de informações como um meio de fomentar a participação cidadã e fortalecer a *accountability* no âmbito público.

Já a transparência passiva refere-se à disponibilidade de informações em resposta a solicitações específicas dos cidadãos e cidadãs. Nesse caso, a Administração Pública atua em resposta a pedidos formais, garantindo o acesso à informação, de maneira transparente e em conformidade com as normativas estabelecidas, especialmente no contexto da LAI. A transparência passiva é essencial para assegurar que os cidadãos e cidadãs possam requerer dados específicos, promovendo, assim, a garantia do direito de acesso à informação.

Os meios adotados pela Ouvidoria-Geral do IPHAN para realizar o acompanhamento dos pedidos de acesso à informação e da transparência ativa incluem a Plataforma Fala BR, que constitui o módulo de acesso à informação. Por meio desse sistema, os cidadãos registram suas solicitações no Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Além disso, utiliza-se o SEI, como mencionado na sessão anterior.

A LAI, estabelecida pela Lei nº 12.527/ 2011 e posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012, é o instrumento legal que assegura o acesso à informação pública e promove a transparência. O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) desempenha um papel crucial ao receber as solicitações de acesso à informação, contribuindo significativamente para a disseminação e promoção de uma cultura transparente, assim como para o fortalecimento da participação social.

Sob supervisão da CGU, foi desenvolvido o Sistema de Transparência Ativa (STA) e o Guia de Transparência Ativa (GTA). Essas ferramentas têm como objetivo orientar a Administração Pública na divulgação de 49 itens essenciais para garantir a transparência, conforme estabelecido pela LAI. Em outras palavras, o STA e o GTA foram criados para auxiliar os órgãos públicos a cumprirem as exigências legais de transparência, fornecendo diretrizes e recursos para divulgar informações de forma eficiente e acessível ao público.

Dentre os itens de conteúdo mínimo verificado pela CGU, via STA< estão:

- Institucional
- Ações e Programas
- Participação Social
- Auditorias
- Convênios e Transferências
- Receitas e Despesas
- Licitações e Contratos
- Servidores
- Informações classificadas
- Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)
- Perguntas Frequentes
- Dados Abertos

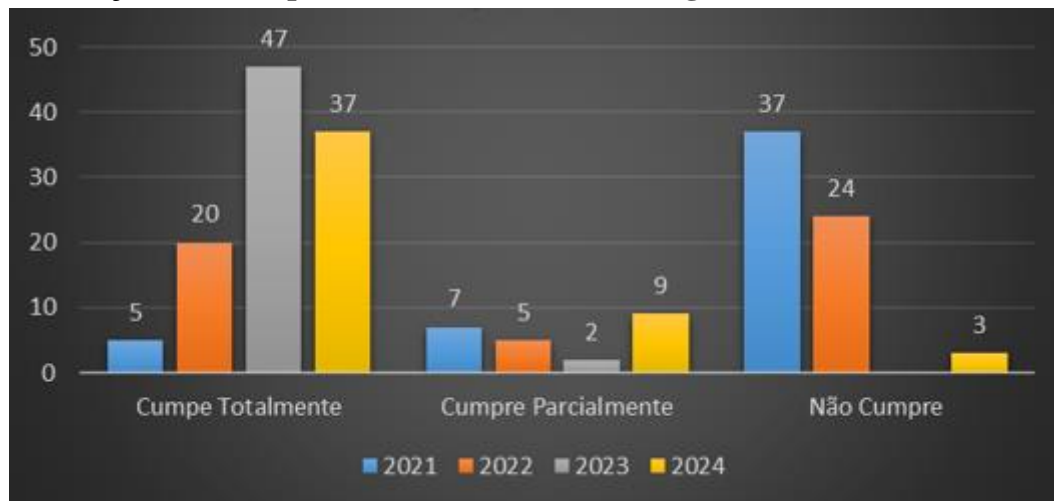
O *checklist* dos itens analisados está disponível no próprio GTA.

Transparência Ativa no IPHAN

Desde 2021, o IPHAN vem dedicando esforços significativos para atender aos requisitos do STA. Até a metade do ano de 2024, o IPHAN conseguia atender 47 dos 49 itens do STA, contudo, após uma

reavaliação da CGU, obteve-se uma diminuição de aproximadamente 21,28%, em relação a esse atendimento. Após o declínio, o órgão equilibrou-se com 37 itens de cumprimento. A reavaliação da CGU mostra que apenas nove itens foram cumpridos parcialmente e três não cumprem de forma alguma a exigência, em termos de transparência ativa. Contudo, mesmo após análise da CGU, o IPHAN conseguiu manter uma média de aproximadamente 78,72% de cumprimento do STA. A evolução do cumprimento dos requisitos de Transparência Ativa pelo IPHAN é apresentada no gráfico a seguir.

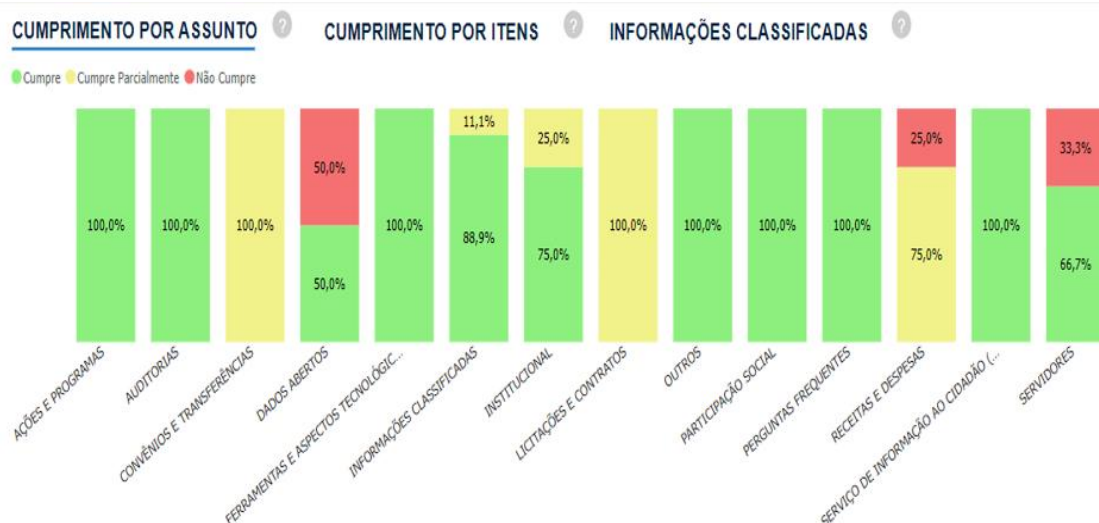
Gráfico 16 - Evolução da Transparência Ativa no IPHAN, segundo a CGU (Quantidade)



Fonte: Ouvidoria-Geral do IPHAN (dados extraídos do Painel Lei de Acesso à Informação < <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai> > e controles internos da unidade em 15/01/2025)

O gráfico a seguir é baseado nas informações provenientes do Painel da Lei de Acesso à Informação. Ele apresenta o cumprimento da Transparência Ativa pelo IPHAN, apresentando dados por assunto.

Gráfico 17 - Transparência Ativa no IPHAN, por assunto, em 2024, segundo a CGU (Percentagem)



Fonte: Ouvidoria-Geral do IPHAN (dados extraídos do Painel Lei de Acesso à Informação < <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai> > e controles internos da unidade, em 15/01/2025)

Para o ano de 2025, o IPHAN estabeleceu metas ambiciosas para aprimorar o cumprimento dos requisitos do Sistema de Transparência Ativa (STA). Entre as principais metas estão: aumentar o número de itens atendidos, de 37 para 49, garantindo que todos os itens parcialmente cumpridos sejam integralmente atendidos e que os itens não cumpridos sejam resolvidos. Além disso, o IPHAN pretende implementar um sistema de monitoramento contínuo junto com as instâncias de integridade, para assegurar a manutenção de uma média de cumprimento superior a 90%. Essas ações visam, não apenas atender às exigências da CGU, mas também promover uma cultura de transparência e eficiência dentro da instituição.

4.2.2.3 - Carta de Serviços

Aprovada pela Portaria IPHAN n.º 1, de 13 de janeiro de 2022, publicada no Boletim Administrativo Eletrônico (BAE) n.º 1660, a Carta de Serviços ao Cidadão consiste em um instrumento de gestão pública democrática voltada para resultados e é recomendável a todo e qualquer órgão/entidade pública que exerçam atividades de prestação de serviços públicos, direcionados à sociedade em geral ou a outro órgão e entidades públicas.

Figura 10 – Carta de Serviços ao Cidadão do IPHAN.



Fonte: Ouvidoria do IPHAN.

Simplificar a vida do cidadão e ampliar a capacidade de atendimento às demandas da sociedade, com qualidade e eficácia, são dois desafios centrais priorizados pela gestão do IPHAN. Para superá-las, foi necessária a mobilização, orientação e adequada formação de lideranças.

A Ouvidoria-Geral do IPHAN tem como atribuição a atualização da Carta de Serviços ao Cidadão, sendo suas as funções de:

- Mapeamento de serviços prestados pelo IPHAN;
- Identificação da necessidade e apoio ao processo de formulação de novos serviços pelos gestores;
- Monitoramento do cumprimento dos padrões estabelecidos na Carta de Serviços ao Usuário, por meio das informações oriundas de manifestações, avaliações de satisfação e outros meios de coleta de dados; e
- Atualização periódica das informações acerca dos serviços listados na Carta de Serviços ao Usuário.

A última atualização da Carta de Serviços ao Cidadão do IPHAN ocorreu entre novembro e dezembro de 2022 por meio da atuação conjunta entre a CGPLAN e a Ouvidoria, tendo sido atualizada a legislação pertinente ao funcionamento do IPHAN, bem como, os endereços, os telefones, e os horários de funcionamento de todas as Unidades e Bibliotecas deste Instituto, estando a última versão disponível no [endereço eletrônico](#).

Em 2023, a Ouvidoria-Geral detectou a necessidade de atualização da carta de serviços e do Portal de Serviços Gov.BR e iniciou a elaboração do planejamento para atualização de ambos os instrumentos concomitantemente, desenvolvendo ferramentas para acompanhamento e controle da atualização junto às unidades técnicas.

Em outubro de 2024, a Ouvidoria-Geral do IPHAN iniciou o processo de atualização do Portal de Serviços do Instituto, envolvendo ativamente os departamentos, unidades especiais e superintendências. Essa iniciativa está alinhada com o compromisso institucional de oferecer uma gestão pública mais eficiente e transparente, conforme estabelecido pela Carta de Serviços ao Cidadão. O processo foi planejado de forma a garantir a participação colaborativa de todos os setores envolvidos, fortalecendo a prestação de serviços públicos de qualidade e ampliando a acessibilidade para diferentes perfis de cidadãos.

O plano de ação elaborado pela Ouvidoria detalha as etapas do processo de atualização. Esse planejamento incluiu o mapeamento detalhado dos serviços prestados, a identificação de lacunas e a definição de ações para corrigir inconsistências e atender às demandas dos usuários e usuárias de forma mais eficaz. Cada etapa foi cuidadosamente descrita, com prazos e responsabilidades bem definidos, reforçando a prioridade dada à clareza e à organização do processo. Além disso, o plano incorpora metodologias para integrar as demandas de diferentes unidades e oferecer soluções adequadas às necessidades do público.

Um dos aspectos mais importantes da atualização é a comunicação com a equipe do Sistema de Gestão de Dados (SGD) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Por meio de

reuniões de alinhamento, a Ouvidoria tem assegurado que as atualizações do Portal de Serviços sejam realizadas com base nas melhores práticas, garantindo um serviço completo e bem descrito. A atualização do portal também se destaca pelo cuidado em atender a todos os tipos de perfis de cidadãos, promovendo acessibilidade e inclusão. As informações são apresentadas de forma clara e detalhada, contemplando diferentes níveis de conhecimento e necessidades. Essa abordagem busca tornar os serviços do IPHAN mais compreensíveis e acessíveis, facilitando o acesso a direitos culturais e patrimoniais para o público em geral e órgãos parceiros.

Com essa ação, o IPHAN demonstra sua relevância na oferta de serviços públicos voltados à preservação do patrimônio cultural do Brasil. A atualização e o aperfeiçoamento contínuos de ferramentas de gestão, como a Carta de Serviços ao Cidadão e o Portal de Serviços, evidenciam o compromisso da instituição com a qualidade, a inovação e a ampliação do acesso à informação, fortalecendo os laços entre o instituto e a sociedade.

4.2.3 - Auditoria Interna

Durante o exercício de 2024, a Auditoria Interna (AUDIN) do IPHAN aprimorou a transparência ativa do órgão, no que concerne à disponibilização direta de informações e de documentações relacionadas ao controle interno e à auditoria, bem como buscou agregar valor ao órgão por meio da realização de trabalhos diversificados.

Nesse viés, na subseção [“Relatório e Informes de órgãos de controle”](#) da seção “Controle” do Portal Institucional do IPHAN, são apresentados os principais relatórios, acórdãos, informes e afins relacionados a esta Entidade, por meio dos quais são emanadas recomendações, determinações ou outras orientações voltadas ao Instituto, nos últimos anos, bem como as providências adotadas pelos gestores desta autarquia, no fito de atender essas deliberações. Essa subseção se divide em ações provenientes da [\(CGU\)](#) e [\(TCU\)](#).

Já, na subseção [“Auditoria Interna”](#) da seção [“Controle”](#), são apresentados os documentos mais recentes relacionados à atuação da AUDIN, como: os Planos Anuais de Auditoria Interna (PAINT), os Relatórios Anuais de Auditoria Interna (RAINT), os Relatórios de Auditoria Interna, o Estatuto dessa Unidade e os Pareceres de Auditoria Interna sobre a Prestação de Contas Anuais.

Adicionalmente, na subseção [“Processos de Contas Anuais”](#), inserida na seção [“Auditorias”](#) do referido Portal, são apresentados os documentos referentes aos processos de contas anuais deste Instituto, elencando-se: primeiramente, os seus Relatórios de Gestão anuais e peças de prestação de contas anuais; e, em seguida, os documentos (relatório, certificados e/ou pareceres de auditoria) emanados pela CGU, se for caso, bem como, os resultados dos julgamentos proferidos pelo TCU, face aos exames realizados, todos por

exercício de referência. Ainda, nessa subseção do aludido Portal, encontra-se o compêndio, elaborado pela AUDIN, por meio do qual se registra o histórico completo atualizado de Acórdãos de Julgamento de contas anuais do IPHAN, pelo TCU, também por exercício.

Ressalta-se que os principais trabalhos realizados e os resultados alcançados pela AUDIN do IPHAN, durante o exercício de 2024, estão detalhados no RAIN'T concernente às contas de 2024 ([RAIN'T 2024](#)).

Em 2024, a AUDIN contribuiu de forma significativa para a gestão da instituição, sobretudo por meio da realização de auditorias, consultorias, assessoramentos e monitoramentos, os quais abordam temas e objetos variados. Sob o enfoque de prevenção da ocorrência de falhas e irregularidades, bem como da busca por melhores resultados possíveis, os trabalhos dessa Unidade auxiliaram o IPHAN a identificar e implementar oportunidades de melhoria, tratar as falhas e os riscos existentes, implementar orientações, recomendações e determinações advindas de órgãos e entidades públicas (como, da própria AUDIN, da CGU, do TCU, do MGI, do MinC, dentre outros), bem como aprimorar o gerenciamento de riscos, a integridade, os controles internos e a governança desse Instituto, de forma sinérgica e agregada.

Nesse contexto, pontua-se que, em 2024, foi emitido o [Relatório de Auditoria nº 01/2024 - AUDIN/IPHAN](#), que versa sobre o resultado da auditoria realizada pela AUDIN em relação à avaliação de Inconsistências Contábeis atreladas a algumas das 39 Unidades Gestoras (UG), como aquelas relacionadas a: gestão do patrimônio, no que concerne a avaliação de bens, sua depreciação, amortização e exaustão; gestão de convênios, Termos de Execução Descentralizada (TED) e congêneres, no que concerne à comprovação, aprovação, repasse e liberação de recursos; saldos alongados/indevidos; saldos invertidos; falta/restrição conformidade de registro de gestão; utilização inadequada de eventos; e outras. Face a essas inconsistências, foram recomendadas, nesse Relatório, medidas para aprimorar os controles, dentre estas: avaliação minuciosa de todos os ativos da Entidade e implementação de ações e políticas para garantir registros contábeis adequados; revisão detalhada dos registros contábeis relacionados à depreciação, amortização e exaustão de ativos imobilizados, com controles internos robustos e preferencialmente o uso do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS); e conclusão de análises de convênios, Termos de Compromisso (TC), Termos de Execução Descentralizada (TED), entre outros.

Outro trabalho a ser destacado, realizado em 2024, foi a Auditoria Compartilhada, integrada pela AUDIN do IPHAN e por equipe da Superintendência da CGU no Rio de Janeiro (CGU/RJ), no que concerne à avaliação das Obras de Restauração, Conservação e Modernização das Instalações do Palácio Gustavo Capanema (PGC), no Rio de Janeiro/RJ, executadas por meio do Contrato nº 16/2018. Essa ação de controle resultou no [Relatório de Auditoria nº 2/2024-AUDIN/IPHAN](#), e se justificou, dentre outros fatores, pela materialidade expressiva do contrato, cujo valor inicial de R\$ 57.830.053,31 foi elevado para o montante de R\$ 80.435.095,03, após diversas prorrogações e aditamentos. Além disso, o contrato faz

parte do Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas (PAC-CH) e visa a restauração de um bem tombado de grande relevância cultural. A criticidade do projeto é destacada pela dependência de diversas entidades culturais do MinC quanto à conclusão das obras, com impacto significativo em suas operações quanto a locações de espaços para as suas instalações enquanto as obras do PGC não se finalizam efetivamente.

A auditoria compartilhada em tela identificou falhas críticas no planejamento, na execução e no monitoramento das obras, tais como: imprecisão de um Termo de Referência detalhado e deficiências na gestão de riscos; deficiência na formalização técnica, especialmente na execução do sistema de climatização; ingerências indevidas da Contratada, atrasos significativos; deficiência/ausência de apresentação de cronogramas físico-financeiros atualizados das obras, mesmo após reiterados pedidos requeridos pela Contratante (IPHAN); ausência/morosidade de aplicação de sanções previstas no Contrato nº 16/2018, por parte dos gestores do IPHAN/RJ, diante de descumprimentos contratuais, como inadimplência na entrega de serviços/produtos; fragilidades na gestão processual; riscos à preservação do patrimônio e falta de transparência; deficiências na gestão de pessoal; falta de relatórios gerenciais adequados e a ausência de um sistema informatizado específico; deficiência de supervisão técnica; ausência/deficiência de responsável técnico da empresa Contratada durante parte da realização das obras; e insuficiência na alocação de frentes de trabalho. As referidas falhas, dentre outras questões, geraram atrasos e custos adicionais, destacando a necessidade de melhorias urgentes nos processos gerenciais e decisórios deste Instituto. Frente a essa situação, foram elaboradas diversas recomendações, pela AUDIN, no intuito de se aprimorar a gestão de procedimentos e processos administrativos relacionados ao PGC e a outras obras sob a responsabilidade do IPHAN.

Por fim, está em fase de finalização o Relatório de Auditoria nº 1/2025-AUDIN/IPHAN, o qual objetiva avaliar a implementação de ações, ferramentas e políticas de Integridade Pública no IPHAN, analisando sua conformidade com as normativas vigentes e seu alinhamento com as diretrizes de boa governança. Essa ação de controle busca verificar a eficácia de seus controles internos, governança e gestão de riscos, buscando garantir que o IPHAN esteja promovendo um ambiente ético, transparente e íntegro. A auditoria também permite identificar possíveis inconsistências ou ineficiências, propondo recomendações para o aprimoramento das práticas de Integridade no Instituto. Ainda, sobre essa temática, é vital mencionar a colaboração e a sinergia das Funções/Instâncias de Integridade deste órgão, em prol de promover, participar e divulgar eventos, normas e boas práticas atreladas à Integridade, com vistas a fomentar e aprimorar a cultura de Integridade nesta Instituição.

4.2.4 - Comissão de Ética

A ética é um aspecto fundamental na gestão pública, pois contribui para a construção de uma gestão transparente, eficiente e comprometida com o interesse público. A promoção da ética em âmbito federal ocorre pelo Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, coordenado, avaliado e supervisionado pela Comissão de Ética Pública (CEP) da Presidência da República (PR).

Assim como as demais comissões de ética setoriais que compõem o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, a **Comissão de Ética do IPHAN**, instituída pela [Portaria IPHAN Nº 590, de 18 de dezembro de 2014](#), tem a função de zelar pelo cumprimento do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo [Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994](#). Seguindo as normas de funcionamento e o rito processual estabelecidos pela [Resolução CEP nº 10, de 29 de setembro de 2008](#), possui competência para desempenhar funções educativa, consultiva, representativa, investigativa e punitiva. Como Função/Instância que compõe os serviços da Unidade de Gestão da Integridade no IPHAN, sua principal atividade consiste em orientar e aconselhar os servidores, colaboradores e autoridades sobre o padrão de conduta ética no órgão.

Atividades executadas em 2024

O relato integrado das atividades realizadas em 2024, pela Comissão de Ética do IPHAN, foi consolidado da seguinte forma:

Tabela 2 – Atividades executadas pela Comissão de Ética, em 2024.

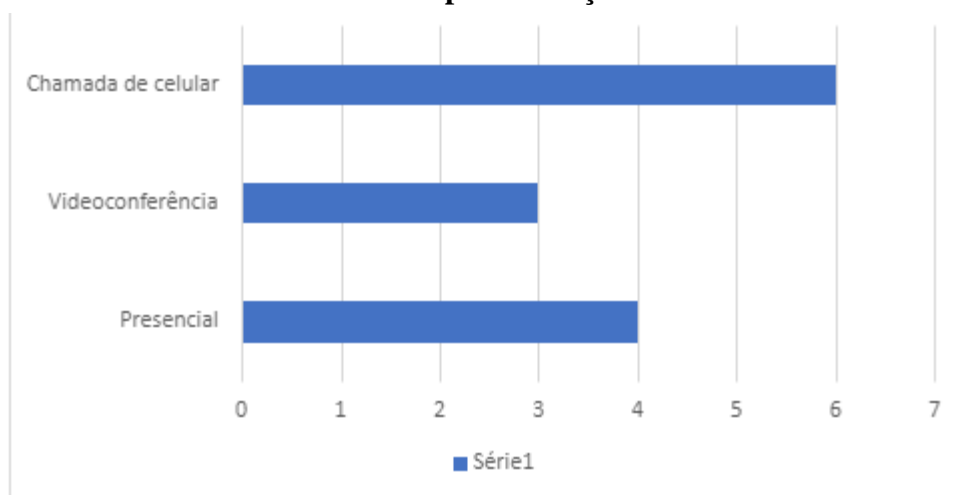
Descrição da Atividade	Quantitativos
Atendimento aos agentes públicos do IPHAN	12
Representação do IPHAN na Rede do Sistema de Gestão da Ética Pública	10
Atividade de caráter educativo e preventivo	06
Reunião deliberativa (Ética)	11
Reunião com representantes da Integridade	13

Fonte: Comissão de Ética.

Detalhamento das Atividades

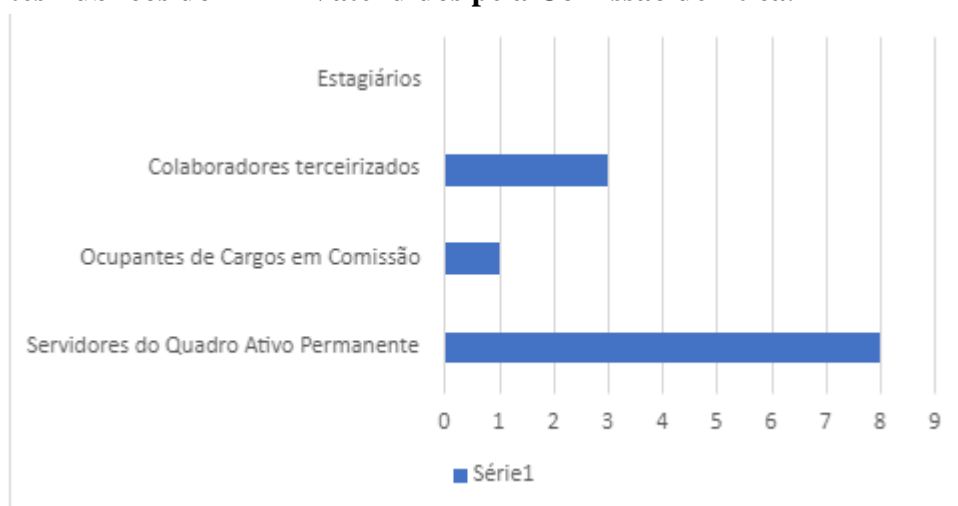
- **Atendimento aos agentes públicos do IPHAN:** Com o objetivo de potencializar os canais de atendimento, aproximando os membros da Comissão e da sua secretaria executiva, as modalidades de atendimento se diversificaram entre atendimento presencial, virtual (por videoconferência) e por chamada de celular, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 18 – Demanda dos canais de atendimento para serviços da Comissão de Ética.



Fonte: Comissão de Ética.

Gráfico 19 – Agentes Públicos do IPHAN atendidos pela Comissão de Ética.



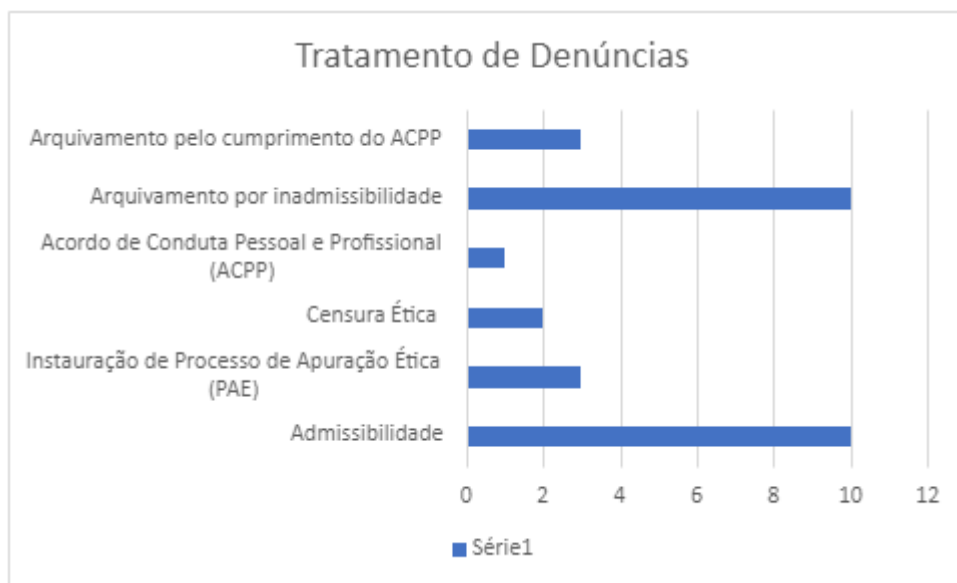
Fonte: Comissão de Ética.

- Representação do IPHAN na Rede do Sistema de Gestão da Ética Pública:** Os membros da Comissão e de sua secretaria executiva representaram o IPHAN em dois eventos presenciais promovidos pela CEP e em outros oito eventos virtuais promovidos por outras Comissões de Ética setoriais. Das ações promovidas pela CEP, representantes da Comissão de Ética do IPHAN participaram do Encontro Nacional do Sistema de Gestão da Ética Pública e da Reunião Técnica com a Secretaria Executiva da CEP, ambas no mês de maio. Dos eventos virtuais, destaca-se a representação do IPHAN nos encontros temáticos promovidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Fundação

Biblioteca Nacional (FBN), Fundação Casa de Rui Barbosa e FINEP, com temáticas sobre Ambientes virtuais, Inteligência Artificial, Segurança Orgânica, Integridade, Mediação e Liderança.

- **Atividade de caráter educativo e preventivo:** A Comissão de Ética do IPHAN participou de seis atividades, sendo duas ações conjuntas das Funções/Instâncias de Integridade, nas Unidades descentralizadas do IPHAN. Atendendo demanda da Superintendência do IPHAN no Estado de Goiás (IPHAN/GO), a representante da Comissão de Ética discursou sobre boas práticas no serviço público em evento ocorrido em agosto, que contou com representantes das principais Funções/Instâncias de Integridade; a outra atividade, promovida pela Ouvidoria, com participação da Comissão de Ética, aconteceu em dezembro, na Superintendência do IPHAN no Estado do Rio de Janeiro (IPHAN/RJ), e contou também com a presença de servidores de duas Unidades especiais. Ainda no mês de dezembro, duas atividades organizadas pelo DPA com os colaboradores terceirizados lotados na Sede do IPHAN incluiu palestra sobre Ética e Boas Práticas no ambiente de trabalho, além das seguintes palestras, realizadas na Semana da Integridade no IPHAN:
 1. “[Discriminação e preconceito: uma desconstrução necessária](#)”
 2. “[Ética e Integridade - avanços e desafios](#)”
- **Reunião deliberativa (Ética):** No cumprimento do Art. 6º da [Resolução CEP nº 10/2008](#), a Comissão de Ética do IPHAN se reuniu ordinariamente em dez ocasiões, com destaque para o mês de janeiro, durante o qual a Reunião Ordinária contou com seis sessões, organizadas entre os dias 23 e 26. Houve ainda uma outra reunião, de caráter extraordinário, no mês de novembro. Registrou-se um total de 29 tratamentos de denúncias, sendo realizados dez Juízos de Admissibilidade, para averiguação prévia em Procedimento Preliminar, três instaurações de Processos de Apuração Ética; um Acordo de Conduta Pessoal e Profissional; aplicação de duas Censuras Éticas; e 13 arquivamentos, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 20 – Tratamento de Denúncias



Fonte: Comissão de Ética.

- **Reunião com representantes da Integridade:** Para tratar de assuntos relativos ao planejamento e ao aprimoramento de suas atividades, sobre temas como ética, gestão e integridade, a Comissão participou de 13 reuniões, com representantes de outras unidades administrativas do IPHAN, das quais, três delas com pauta específica para a elaboração de um Código de Ética e Integridade para o IPHAN.

4.2.5 - Política de Integridade

A partir da publicação do [Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017](#), tornou-se obrigatória a criação de Unidade de Gestão de Integridade (UGI) e a implementação dos programas de integridade pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal. Na mesma linha, a CGU publicou a [Portaria nº 1.089/2018](#), alterada pela [Portaria nº 57/2019](#), para estabelecer as orientações e procedimentos para a estruturação, execução e monitoramento dos programas de integridade.

Para isso, é relevante estabelecer, para o desenvolvimento de suas atividades, uma forma de atuação pautada na integridade, seja no ambiente interno ou externo. Além disso, nos últimos anos, os processos de controle administrativo, as ferramentas de transparência pública e governança avançaram e passaram a exigir dos órgãos públicos reestruturação, a fim de prever estruturas voltadas à prevenção e ao combate a atos de corrupção e fraudes. Para tanto, houve a alteração regimental, por meio da qual criou-se a Coordenação de Gestão da Integridade (CGINT), para que junto com as unidades de Corregedoria (COREG), Ouvidoria (OUV), AUDIN, Comissão de Ética do IPHAN, Coordenação-Geral de Comunicação Institucional (CGCOM) e outras instancias de integridade, possam juntas garantir a instituição de programa

e plano de integridade, atualizados e completos, na estrutura organizacional do IPHAN, cada qual com a sua competência regimental e regulamentar.

Figura 11 - Instâncias Da Integridade do IPHAN



Fonte: CPLAN.

O artigo 15 da Portaria IPHAN nº 141/2023 estipula que cabe à CGINT as seguintes atribuições:

I – coordenar a implementação do programa de integridade e exercer o seu monitoramento contínuo, visando ao aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência de atos lesivos;

II – coordenar a elaboração do Plano de Integridade, com vistas à prevenção e à mitigação de vulnerabilidades eventualmente identificadas;

III – atuar na orientação e treinamento dos servidores do IPHAN com relação aos temas atinentes ao programa de integridade;

IV - coordenar iniciativas e ações voltadas ao fomento da integridade, considerando o disposto no Plano de Integridade e em conjunto com as demais instâncias relacionadas à integridade no IPHAN;

V - propor, orientar e subsidiar a aplicação das metodologias de gerenciamento de riscos e governança junto às unidades administrativas do IPHAN, considerando o disposto no Plano de Integridade e em conjunto com as demais instâncias relacionadas à integridade no IPHAN;

VI – promover outras ações relacionadas a implementação do Programa de integridade, em conjunto com as demais áreas do IPHAN; e

VII - responder à CGU, TCU, à Comissão de Ética Pública, entre outros órgãos fiscalizadores e reguladores, sempre que necessário.

Portanto, cabe à CGINT a proposição e coordenação do Plano e do Programa de Integridade, atualizados e completos do IPHAN, inclusive com a identificação, avaliação e tratamento dos riscos de integridade, por meio da assessoria e auxílio das referidas funções/instâncias de integridade.

A criação efetiva da CGINT, em 2024, e da Ouvidoria e Corregedoria do IPHAN, em anos anteriores, objetivou a valorização de temas relacionados à integridade e gestão de riscos no âmbito do Instituto, aprimorando o atendimento ao cidadão e a orientação das demais unidades do IPHAN quanto ao cumprimento das normas relativas à proteção e ao tratamento de dados pessoais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Tais áreas juntamente com a Procuradoria Federal e Auditoria Interna compõem as principais instâncias de integridade da Instituição e de Gestão de Riscos.

Com a publicação do Decreto n.º 11.807, de 2023, a Coordenação de Gestão da Integridade (CGINT) representa um exemplo de 2ª linha de defesa da Instituição.

Dessa forma, o IPHAN busca desenvolver o fortalecimento das suas estruturas de gestão, com vistas a proporcionar mais eficiência na atuação do Instituto, ampliando ações de integridade e trazendo mais qualidade no atendimento ao cidadão.

O IPHAN, com o objetivo de cumprir as exigências regulatórias e atos normativos, desenvolveu um conjunto de ações e processos internos.

Esses processos impactam, de forma efetiva, a sociedade brasileira, tornando o patrimônio histórico um instrumento de desenvolvimento cultural, social e econômico. Para isso, é relevante estabelecer, para o desenvolvimento de suas atividades, uma forma de atuação pautada na integridade, seja no ambiente interno ou externo. Além disso, nos últimos anos, os processos de controle administrativo, as ferramentas de transparência pública e governança avançaram e passaram a exigir dos órgãos públicos reestruturação, a fim de prever estruturas voltadas à prevenção e ao combate a atos de corrupção e fraudes

A CGINT, a Ouvidoria, a Corregedoria, a Auditoria Interna, a COGEP, a Comissão de Ética e a Coordenação de Comunicação Institucional compõem as principais Funções/Instâncias de Integridade do IPHAN. Sob a coordenação da CGINT, elas desenvolvem ações relacionadas ao tema da integridade, visando fomentar uma cultura organizacional que respeite valores, práticas e padrões éticos, tratando riscos de corrupção, fraude e comportamentos inadequados

Dessa forma, o IPHAN busca desenvolver o fortalecimento da sua estrutura de gestão, com vistas a proporcionar mais eficiência na atuação do Instituto, ampliando ações de integridade e trazendo mais qualidade no atendimento ao cidadão.

Ações Desenvolvidas pela CGINT - 2º/2024

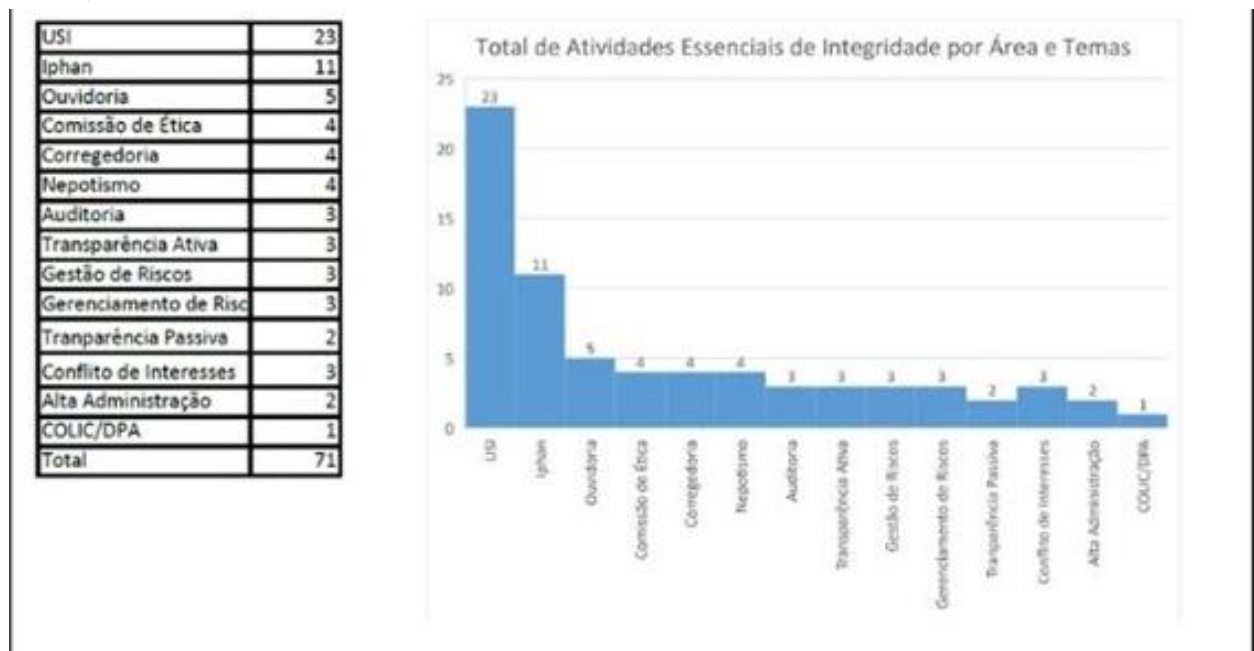
Nessa seção, descrevem-se as principais ações desenvolvidas pela CGINT no segundo semestre de 2024. São elas:

a) Autoavaliação da Integridade com base no Modelo de Maturidade da Integridade Pública (MMIP), proposto pela CGU - Processo relacionado: 01450.008845/2023-11

A CGINT respondeu, a partir dos subsídios apresentados pelas áreas técnicas do IPHAN, um total de 71 perguntas. Além disso, foram apresentadas as evidências para cada resposta positiva. Após o encaminhamento do formulário à CGU, foram elaborados relatórios consolidados por área e tema, e encaminhados às unidades competentes, para que pudessem ter conhecimento das ações essenciais contempladas e não contempladas no Modelo de Maturidade, conforme consta na figura abaixo:

Resultados do MMIP

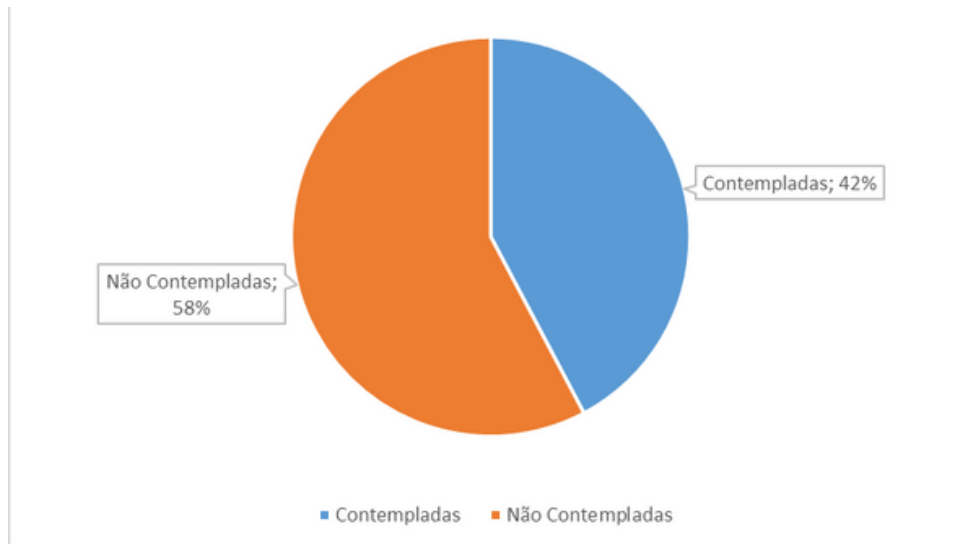
Figura 12 - Total de atividades essenciais de Integridade do IPHAN, por área e temas, em 2024 (Quantidade)



Fonte: CGINT (dados extraídos do Modelo de Maturidade da Integridade Pública, CGU, em 25/08/2024)

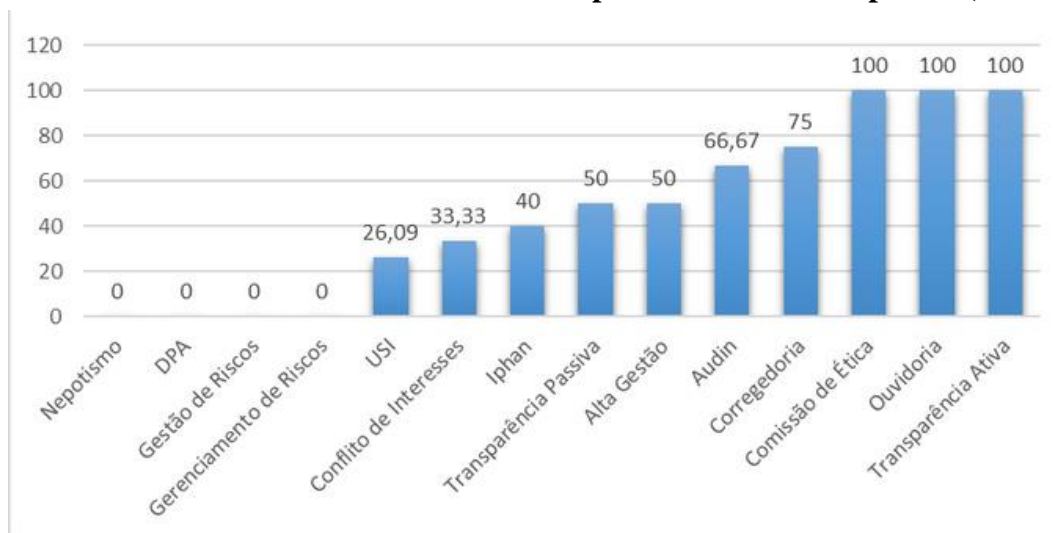
O resultado da avaliação do MMIP realizada pela CGU demonstrou que das 71 atividades essenciais de integridade, 58% não foram contempladas e 42% estão contempladas nas ações desenvolvidas pelo IPHAN, conforme consta no Relatório Consolidado do Modelo de Maturidade (Doc. SEI nº 5658893¹).

Gráfico 21 - Total de atividades contempladas e não contempladas (Percentagem)



Fonte: CGINT (dados extraídos do Modelo de Maturidade da Integridade Pública, CGU, em 25/08/2024)

Gráfico 22 - Total de atividades essenciais contempladas e não contempladas (Percentagem)



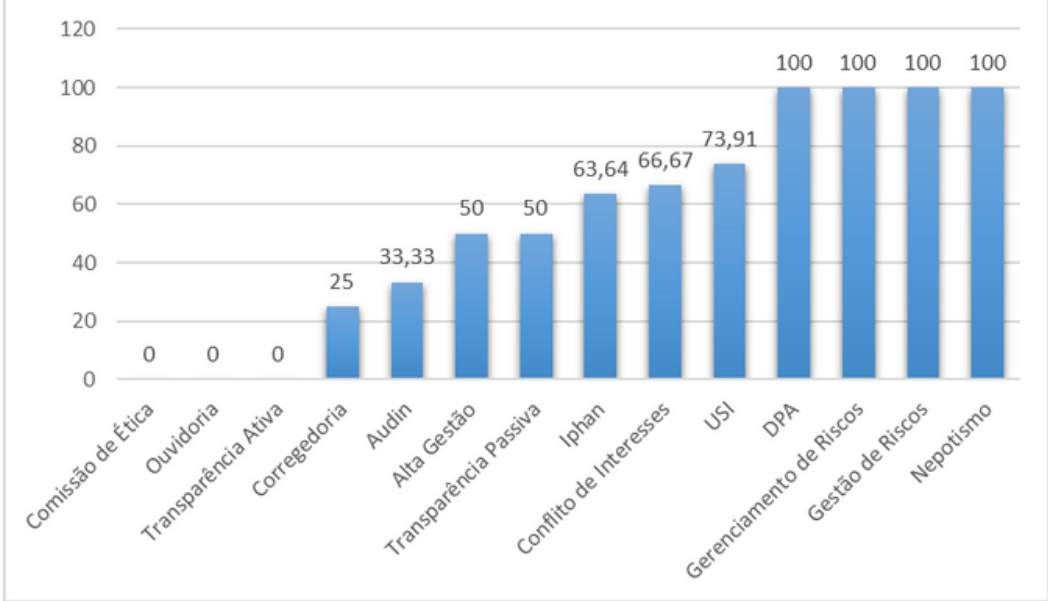
Fonte: CGINT (dados extraídos do Modelo de Maturidade da Integridade Pública, CGU, em 25/08/2024)

A AUDIN apresentou, posteriormente à pesquisa em tela, os fluxos requeridos pela CGU, ainda em 2024, e que, portanto, a percentual apresentado referente à AUDIN será majorado, na pesquisa.

¹ Disponível em:

<https://sei.IPHAN.gov.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&id_procedimento=5589732&id_documento=6424284>, acesso em: 21 mar. 2025.

Gráfico 23 - Total de atividades essenciais contempladas e não contempladas (Porcentagem)



Fonte: CGINT (dados extraídos do Modelo de Maturidade da Integridade Pública, CGU, em 25/08/2024)

b) Ações de integridade desenvolvidas no “Programa Integridade em Cena”, do MinC e suas vinculadas, e outros eventos, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 4 - Descrição das atividades relacionadas à Integridade, desenvolvidas no âmbito do IPHAN, em 2024

Processo	Data	Ação	Formato	Tema	Organizador	Palestrante
01450.003104/2024-16	15/10/2024	Encontro Regional de Gestão e Contratações Públicas do Iphan 2024 - Norte e Centro-Oeste	Presencial	Painel Temático - Atuação das Instâncias de Integridade e Procuradoria Federal no IPHAN	DPA	Representantes: Ouvidoria Auditoria Corregedoria Procuradoria Federal Coordenação de Gestão da Integridade
01450.009160/2024-64	16/10/2024	Integridade em Cena	on-line/Teams	Ética e Integridade na terceirização: construindo relações de trabalho saudáveis	MinC/Iphan	Ana Lilia Lima dos Santos
-	25/10/2024	Liderança Íntegra	on-line/Teams	A força da liderança que assume responsabilidades e transforma erros em oportunidades	MinC/Iphan	Virginia de Angelis
-	12/11/2024	Liderança Íntegra	on-line/Teams	Ouvir para liderar: fomentando uma cultura de diálogo	MinC/Iphan	Magali Dantas
-	13/12/2024	Liderança Íntegra	on-line/Teams	Não temos tempo a perder: como pensar a governança e a integridade como aliadas da nossa jornada	MinC/Iphan	Erika Nassar
01450.008240/2024-01	16/12/2024	Semana da Integridade no Iphan - 2024	Híbrido	Discriminação e preconceito no ambiente de trabalho: uma desconstrução necessária	Comitê de Integridade	Rita de Cássia Linhares Chaves Lopes
01450.008240/2024-01	16/12/2024	Semana da Integridade no Iphan - 2024	Híbrido	Mitos e verdade sobre assédios e discriminação	Comitê de Integridade	Carla Rodrigues Cotta
01450.008240/2024-01	17/12/2024	Semana da Integridade no Iphan - 2024	Híbrido	Apresentação das instâncias da integridade	Comitê de Integridade	Liliane Vieira Martins Leal Suelen Botelho Jocelyne Moura Danielle Henderson Lais Barros Gonçalves Suelen Botelho de Almeida Aguiar Notaro
01450.008240/2024-01	18/12/2024	Semana da Integridade no Iphan - 2024	Híbrido	O papel do gestor e dos servidores na prevenção de ilícitos e conflitos interpessoais	Comitê de Integridade	Jeanne Silva Nogueira
01450.008240/2024-01	19/12/2024	Semana da Integridade no Iphan - 2024	Híbrido	Autoconhecimento, Integridade e Produtividade: 20 lições	Comitê de Integridade	Naira dos Santos Gomes
01450.008240/2024-01	20/12/2024	Semana da Integridade no Iphan - 2024	Híbrido	Racismo Institucional, Letramento Racial e Registro Correto de Denúncias no Fala BR	Comitê de Integridade	

Fonte: CGINT (dados extraídos do controle interno da unidade, 2024).

Liderança Íntegra trata-se de ação conjunta das Assessorias Especiais de Controle Interno do MinC e do Ministério do Planejamento e Orçamento, para sensibilização e capacitação de lideranças em temas relacionados à integridade.

No segundo semestre de 2024, a CGINT participou das ações promovidas pelo IPHAN e/ou pelo MinC relacionados à integridade, como o Encontro Regional de Gestão e Contratações Públicas do IPHAN

2024 - Norte e Centro-Oeste, em que houve a participação das Funções/Instâncias de Integridade no Painel Temático ‘Atuação das Instâncias de Integridade e Procuradoria Federal no IPHAN’, e participação na organização da Semana da Integridade – 2024.

c) Participação da CGINT em eventos e cursos

A CGINT, consonante à perspectiva pedagógica e preventiva da gestão de integridade, participou, em 2024, de 28 eventos, cursos, reuniões e seminários realizados sobre temas atinentes à integridade pública, totalizando 110h de capacitação.

Dentre as capacitações, destacam-se o Seminário de Gestão de Riscos e Integridade, promovido pela Agência Nacional de Cinema (Ancine), com duração de 11 horas, a Capacitação em Procedimentos Administrativos Disciplinares, promovida pela Corregedoria do IPHAN, com duração de 20 horas, e o Encontro Nacional de Corregedorias, promovido pela CGU, com duração de 24 horas.

Quadro 5 - Descrição das capacitações efetuadas pela equipe da CGINT, em 2024

DATA/PERÍODO	HORÁRIO Início/Término	CH Total	INSTITUIÇÃO/ ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
FEVEREIRO				
16/02/2024	10h às 12h	2h	Corregedoria da Amazul	Palestra: Assédio Moral e a responsabilidade dos gestores e empregados públicos
27/02/2024	10h às 12h	2h	Secretaria de Integridade Pública da CGU	Encontros de Integridade. Live: "e-Agendas - Política de Transparência de Agendas"
28/02/2024	14h às 18h	6h	Corregedoria-Geral da União/CGU	Encontro com titulares de unidade correcionais
TOTAL	3	10h		
MAIO				
29/05/2024	9h às 12h	3h	Secretaria de Integridade Pública da CGU	Integrideias : experiências em integridade pública
TOTAL	1	3h		
AGOSTO				
14/08/2024	9h30m às 12h	3h	Rede Girc	49ª edição da Rede Girc , com o tema: Corrida maluca: ganhos e limitações dos índices e modelos de maturidade.
30/08/2024	10h às 12h	2h	Unifesp/Integridad e Pública	IV Ciclo de Capacitação em Integridade. Webinário: A Jornada da Denúncia de Assédio: da Ouvidoria à Corregedoria.
TOTAL	2	5h		
SETEMBRO				
02/09/2024	14h às 18h	4h	Ancine	Seminário Gestão de Riscos e Integridade
03/09/2021	9h às 12h	3h	Ancine	Seminário Gestão de Riscos e Integridade
03/09/2024	14h às 18h	4h	Ancine	Seminário Gestão de Riscos e Integridade
05/09/2024	10h às 12h	2h	Liderança Íntegra	O impacto do exemplo ético na cultura organizacional
10/09/2024	10h às 12h	2h	Integridade em Cena Convida	Gênero e sexualidade: possibilidades de inclusão e cidadania
11/09/2024	9h às 12h	3h	Corregedoria	Capacitação em Procedimentos Administrativos Disciplinares
16/09/2024	14h30m às 15h30m	1h	Ipea/IBGE/MPO	Evento: 1 ano do Integridade Planejada Abertura e reflexão. Integridade Planejada : um ano de conquistas e compromisso. Mesa de abertura.
	15h30m às 16h30m	1h		A importância das parcerias e redes para o fortalecimento da integridade institucional.
	16h30m às 17h30m	1h		Sinergia pela integridade: a importância da interlocução entre Ouvidoria, Corregedoria, Controle Interno e Participação Social.
17/09/2024	14h30m às 15h40m	1h10m	Ipea/IBGE/MPO	Ouvidoria e integridade: como apoiar o gestor com ações preventivas. Palestra: O papel da Ouvidoria no Fomento à Integridade.
	15h40m às 17h	1h20m		Palestra: Tratamento de denúncias: como qualificar o processo?
18/09/2024	14h30m às 15h40m	1h10m	Ipea/IBGE/MPO	Fortalecendo a Cultura da Integridade. Palestra: Assédio Moral e Cultura Organizacional: transformando desafios em mudanças.
	15h40m às 17h	1h20m		Painel: Corregedorias e a Construção de uma Cultura de Integridade no Serviço Público
18/09/2024	9h às 12h	3h	Corregedoria	Capacitação em Procedimentos Administrativos Disciplinares
23/09/2024	9h às 12h	3h	Corregedoria	Capacitação em Procedimentos Administrativos Disciplinares
TOTAL	11	32h		
OUTUBRO				
10/10/2024	9h às 12h	3h	Corregedoria	Capacitação em Procedimentos Administrativos Disciplinares
23/10/2024	9h às 12h	3h	MGI	Pró-Integridade Convida: Vamos falar sobre as fronteiras entre Gestão e Correição?
25/10/2024	15h às 17h	2h	Liderança Íntegra	A força da liderança que assume responsabilidades e transforma erros em oportunidades. Palestrante: Virginia de Ângelis Oliveira de Paula

25/10/2024	9h às 12h	3h	Corregedoria	Capacitação em Procedimentos Administrativos Disciplinares
30/10/2024	9h às 12h	3h	Corregedoria	Capacitação em Procedimentos Administrativos Disciplinares
30/10/2024	14h às 17h	3h	Ouvidoria	Palestra Comunicação Não Violenta. Palestrante: Carolina Quintanilha.
TOTAL	6	17h		
NOVEMBRO				
05/11/2024	8h às 18h	8h	CGU	Encontro Nacional de Corregedorias
06/11/2024	8h às 18h	8h	CGU	Encontro Nacional de Corregedorias
07/11/2024	8h às 12h	4h	CGU	Encontro Nacional de Corregedorias - Oficina: Aplicação da metodologia de gestão de riscos com base em ilícitos administrativos. Palestrante: Rodrigo Abijaodi
07/11/2024	14h às 18h	4h	CGU	Encontro Nacional de Corregedorias - Oficina: Metodologia para a condução de oitivas. Palestrante: Fabian Maia
12/11/2024	10h às 12h	2h	Liderança Íntegra	Ouvir para liderar: fomentando uma cultura de diálogo
TOTAL	5	26h		
DEZEMBRO				
13/12/2024	10h às 12h	2h	Liderança Íntegra	Não temos tempo a perder: como pensar a governança e a integridade como aliados da sua jornada. Palestrante: Érika Nassar
16/12/2024	9h às 12h	3h	Comitê de Integridade	Semana da Integridade do Iphan - 2024 Discriminação e Preconceito no ambiente de trabalho: uma desconstrução necessária. Palestrante: Rita de Cássia Linhares Chaves Lopes Mitos e Verdades sobre assédios e discriminação. Palestrante: Carla Cotta
17/12/2024	9h às 12h	3h	Comitê de Integridade	Semana da Integridade do Iphan - 2024 Integridade no Iphan: avanços e desafios: apresentação dos representantes da área de integridade - Corregedoria, Auditoria, Ouvidoria, Comissão de Ética e Coordenação de Gestão da Integridade.
18/12/2024	9h às 12h	3h	Comitê de Integridade	Semana da Integridade do Iphan - 2024 O papel do gestor e dos servidores na prevenção de ilícitos e conflitos pessoais. Palestrante: Suelen Botelho de Almeida Aguiar Botelho
19/12/2024	9h às 12h	3h	Comitê de Integridade	Semana da Integridade do Iphan - 2024 Autoconhecimento, Integridade e Produtividade: 20 lições. Palestrante: Jeanne Silva Nogueira
20/12/2024	9h às 12h	3h	Comitê de Integridade	Semana da Integridade do Iphan - 2024 Racismo Institucional, Letramento Racial e Registro Correto de Denúncias no Fala.BR Palestrante: Naira dos Santos Gomes
TOTAL	6	17h		

Fonte: CGINT (dados extraídos do controle interno da unidade, 2024).

d) Plano de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação no âmbito do IPHAN - Processo relacionado: 01450.010355/2024-57

Com base no [Decreto nº 12.122, de 30 de julho de 2024](#), que criou o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação, e na [Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024](#), a CGINT, com a contribuição das Funções/Instâncias de Integridade do IPHAN, elaborou o **Plano de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação** no âmbito do IPHAN, que foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) no dia 29 de janeiro de 2025.

e) Outras ações:

- Elaboração do Plano de Trabalho Individual - Processo: 01450.007577/2024-92
- Procedimentos para a estruturação da CGINT - Processo: 01450.008573/2024-21
- Análise da proposta do Código de Conduta do IPHAN - Processo: 01450.010810/2024-14
- Participação em reuniões diversas; e
- Despachos processuais.

4.2.6 - Corregedoria do IPHAN

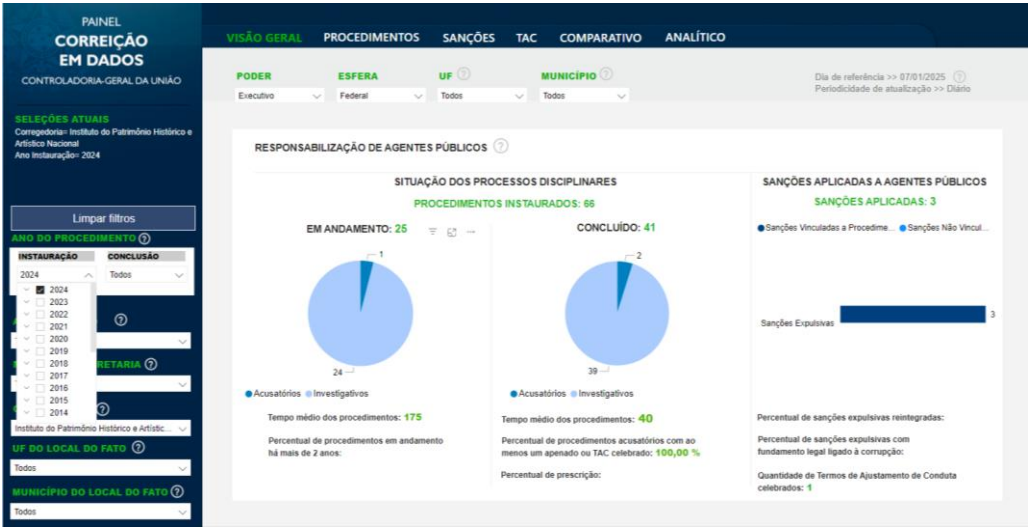
A Corregedoria do IPHAN é uma das unidades setoriais do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Este sistema compreende as atividades relacionadas aos seguintes objetivos: prevenir a prática de ilícitos administrativos; combater a corrupção; contribuir para melhoria da gestão da administração pública; atuar de forma cooperativa com os órgãos e entidades; e participar ativamente do sistema de integridade pública.

Criada em agosto de 2022, a partir da aprovação da Estrutura Regimental do IPHAN, por meio do [Decreto n.º 11.178, de 18 de agosto de 2022](#), a Corregedoria foi investida na competência precípua de gerir as atividades de correição desse Instituto.

Suas funções estão também explicitadas no Regimento Interno do IPHAN, [Portaria IPHAN n.º 141/2023](#), que prevê para a unidade correcional o exercício das seguintes atribuições: a) desenvolvimento de atividades educativas e preventivas de ilícitos disciplinares; b) condução de processos de responsabilização de pessoas jurídicas, previstos na Lei Anticorrupção de n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013; c) atribuição de aplicação de penalidades vinculadas a infrações de menor potencial ofensivo (advertência e suspensão de até 30 dias), atividades não fixadas expressamente no Anexo I do Decreto n.º 11.178/2022.

Conforme dados disponíveis no Painel Correição em Dados, da CGU (<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/corregedorias>), foram instaurados 66 (sessenta e seis) procedimentos disciplinares pela Corregedoria do IPHAN, em 2024, classificados da forma a seguir especificada:

Figura 13 – Painel de Correição em dados, CGU.



Fonte: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/corregedorias>

Tabela 3 - Procedimentos disciplinares - por Tipo, em 2024, no IPHAN (Quantidade)

Tipos de Procedimentos	Quantidade de procedimentos
Investigativos	63
Acusatórios	3
Total de procedimentos	66

Fonte: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/corregedorias>

No ano de 2024, foram concluídos 81 processos, consoante tabela abaixo:

Tabela 4 - Processos Disciplinares – Concluídos em 2024, no IPHAN (Quantidade)

Tipos de Procedimentos	Quantidade de Procedimentos
Investigativos	75
Acusatórios	6
Total de procedimentos	81

Fonte: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/corregedorias>

Também foram aplicadas quatro sanções expulsivas após regular processamento de processos administrativos disciplinares.

Os procedimentos disciplinares instaurados em 2024 pela Corregedoria do IPHAN possuem os seguintes temas (um processo pode ter mais de um tema e por isso, a soma dos temas não coincide com o total de processos instaurados):

Tabela 5 - Procedimentos disciplinares - por Assunto, em 2024, no IPHAN (Quantidade)

Assunto dos Procedimentos	Número de Procedimentos
Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	28
Ausência ou impontualidade ao serviço	10
Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou despreço	9
Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos	8
Assédio Moral	7
Ausência de presteza nas atividades ou na prestação de informações	6
Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos	6
Conflito de interesse entre a fundação pública e atos da vida privada, inclusive os previstos na Lei nº 12.813/13	5
Comportamento inidôneo	4
Concessão irregular de benefícios, licenças ou autorizações	4
Conduta de conotação sexual	4
Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	4
Acumulação Indevida de Cargos	2
Designação de atribuições a pessoa estranha a repartição	2
Favorecimento próprio ou de terceiros	2
Nepotismo	2
Coronavírus	1
Descumprimento de normas relacionadas ao orçamento público	1
Descumprimento, de modo injustificado, de cláusulas em contrato celebrado com a Administração Pública	1
Desrespeito ao sigilo de informações	1
Irregularidades ou fraudes em convênios ou outros acordos	1
Reconhecimento de dívida	1

Fonte: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/corregedorias>

Além da realização das atividades inerentes à atuação repressiva de ilícitos funcionais, a Corregedoria do IPHAN realizou algumas ações de caráter educativo e preventivo: Realizou *lives* para disseminação de conteúdo afetos às atividades correcional e administrativa, dentre as quais podem citar:

- “[Assédio Moral e Discriminação](#)”;

- [“Integridade \(avanços e desafios\)”](#);
- [“O papel do gestor e dos servidores na prevenção de ilícitos e de conflitos interpessoais”](#);
- [“Curso de processo administrativo disciplinar”](#), no ano de 2024, resultando na capacitação de quase 40 servidores para atuação na área.

4.3 - Resultados e Desempenho da Gestão

Departamento de Articulação, Fomento e Educação (DAFE)

O Departamento de Articulação, Fomento e Educação (DAFE) tem papel central na gestão das políticas para o Patrimônio Cultural, de forma integrada e transversal, e tem como objetivo desenvolver programas e projetos de forma efetiva, para que o patrimônio cultural seja acessível, valorizado e preservado, promovendo uma conexão sólida entre a sociedade e o patrimônio cultural representativo dos grupos formadores do país, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988. Suas ações abrangem articulação, educação, fomento, formação e gestão da informação, buscando promover uma relação sustentável e inclusiva entre cultura e cidadania, por meio da aproximação intersetorial, interinstitucional e interfederativa. Com o apoio das superintendências estaduais do IPHAN, o DAFE lidera iniciativas estratégicas, como o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC), a Política de Educação Patrimonial e o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (PRMFA), atualmente em sua 37ª edição. É responsável, também, por projetos de gestão documental, pela coordenação das linhas editoriais do IPHAN, pela capacitação de gestores públicos, além das ações de cooperação internacional para a gestão patrimonial.

Em 2024, o DAFE deu continuidade à reestruturação de processos, à reorganização da força de trabalho e à recomposição das coordenações e das equipes, investindo na ação articulada e na aproximação com a sociedade como um todo e com as unidades descentralizadas do IPHAN, tendo realizado o I Seminário Interno do Departamento, em formato híbrido, com a participação de servidoras e de servidores do IPHAN de todas as unidades federativas do país.

O exercício de 2024 foi, ainda, o primeiro ano de vigência do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) no âmbito do IPHAN, o que apresentou novos desafios ao departamento e às suas unidades vinculadas, considerando que o DAFE, neste desenho inicial do PGD, foi designado como gestor de macroprocessos estratégicos, estruturantes e transversais a todo o IPHAN, quais sejam: Articulação das Políticas Culturais nos Territórios (nacional e internacional); Gestão de Documentação e Acervos; e Formação, Capacitação e Educação Patrimonial.

4.3.1 - Ações de cooperação e fomento nos níveis nacional e internacional

No âmbito das ações de cooperação nacional e internacional, a equipe técnica do DAFE realizou as seguintes ações, especificadas por unidade:

Coordenação-Geral de Educação, Formação e Participação Social (COGEDU)

→ Macroprocesso VII: Formação, Capacitação e Educação

- Entrega final 1: Formação e Qualificação de gestores, agentes públicos e pesquisadores implementadas

- Acompanhamento processual e a celebração de cinco Termos de Colaboração e um Termo de Convênio, referentes ao [Edital de Chamamento Público nº 06/2023](#), para a execução de Projetos de Educação Patrimonial em parceria entre o IPHAN e Organizações da Sociedade Civil (OSC); Órgão ou Entidade da Administração Pública direta e indireta Estadual; além do monitoramento das dez ações restantes, igualmente contempladas pelo Edital;

- Continuação da formalização de parcerias com instituições de ensino superior (universidades e institutos federais) com vistas à realização de formações voltadas aos agentes sociais, para a apresentação de projetos culturais de educação patrimonial, por meio de Dispensas de Termos de Execução Descentralizada (D-TED);

- Elaboração da edição, a partir da contratação da consultoria Projeto de Cooperação Técnica Internacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Prodoc/Unesco), dos seguintes materiais técnicos: sistematização dos ciclos virtuais do Encontro Nacional de Educação Patrimonial - IPHAN 2023; levantamento e organização de tipologias, metodologias, linhas temáticas e legislação (municipal, estadual e federal) no campo da Educação Patrimonial; registro e sistematização dos resultados, apresentando os objetivos, as boas práticas, os impactos, as potencialidades e os desafios identificados ao longo do Encontro Nacional de Educação Patrimonial - IPHAN 2023;

- Publicação da "Carta de Brasília" (sistematização dos resultados, apresentando os objetivos, as boas práticas, os impactos, as potencialidades e os desafios identificados ao longo do Encontro Nacional de Educação Patrimonial - IPHAN 2023; novembro/2024);

- Realização de quatro Ciclos de Oficinas e Debates Virtuais envolvendo as diferentes unidades do IPHAN (maio, julho-agosto, outubro e novembro/2024);

- Disponibilização dos formulários do Inventário Participativo, em formatos *docx* e *pdf*, na página institucional do IPHAN durante o Webinar *Inventários Participativos* (agosto/2024);

- Participação na Oficina de Inventários Participativos voltada à identificação dos bens culturais e dos valores associados à "Praça Olhos D'Água" e à "Feira do Troca e de manifestações correlatas", no distrito de Olhos D'Água, Alexânia/GO (abril/2024);
- Colaboração no desenvolvimento de projetos de Educação Patrimonial no contexto dos Canteiros Modelo, por meio de reuniões, encontros e/ou oficinas;
- Participação na reunião da Comissão Nacional de Educação Escolar Quilombola - Mesa 4: Quilombolas falam sobre as diversas situações da Educação Escolar Quilombola para o Ministério da Igualdade Racial (MIR), Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), MinC, IPHAN e Fundação Cultural Palmares (FCP);
- Participação na reunião III Ègbé - Encontro Nacional da Cultura dos Povos Tradicionais de Matriz Africana - IPHAN, FCP e SETEQ/MDA, no Palácio do Planalto (abril/2024);
- Participação nas reuniões preparatórias do Encontro Bioma Cerrado/Patrimônio Cultural e Ações Climáticas (abril/2024);
- Proposição do Acordo de Cooperação Técnica - Diretoria de Políticas Para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros – DPTMAT/SQPT, MIR (maio/2024);
- Palestra para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso durante o "Encontro Estadual do Patrimônio Público" (maio/2024);
- Reunião sobre as interfaces do Inventário do Hip Hop com o uso do novo INRC (setembro/2024);
- Participação da Banca do Programa Bolsas Acervos do CNFCP (outubro/2024);
- Atividades formativas no âmbito da Educação Patrimonial junto aos seguintes grupos e instituições na cidade de Bragança/PA: Associação Remanescente Quilombola da Comunidade do Torre (ARQUIT), em /Tracuateua/PA; Grupo de Mulheres Artesãs de Vila Cuera; Grupo de Ceramistas da Comunidade de Vila Cuera; Coletivo Casa da Mata, Comunidade Camutá; Arquivo Público Municipal de Bragança/PA (outubro/2024);
- Tratativas com o Ministério da Saúde para a construção de projetos interligados de Saúde Mental e Educação Patrimonial (novembro-dezembro/2024);
- Publicação da Nota Técnica nº 12/2024/COGEDU/DAFE referente ao “Programa Casas do Patrimônio”, com vistas a traçar um panorama histórico do funcionamento e das experiências referentes às Casas do Patrimônio e a apresentar alternativas para operacionalizar a viabilização do programa (dezembro/2024), além da elaboração e da apresentação interna da proposta do “Programa Casas do Patrimônio”;
- Contribuição na Metodologia de Projetos de Educação Patrimonial Integrados ao PAC – Obras;

- Análise continuada de 87 produtos relativos à Educação Patrimonial nos Projetos relacionados ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac)/Lei Rouanet;
 - Análise e emissão de pareceres técnicos referentes a sete Projetos Integrados de Educação Patrimonial (PIEP) e oito Relatórios Integrados de Educação Patrimonial (RIEP) no contexto de processos de Licenciamento Ambiental - IN IPHAN nº 1, de 25 de março de 2015;
 - Atendimento continuado na prestação de informações ao público sobre as questões atinentes à Educação Patrimonial; e
 - Participação em diferentes grupos de trabalho (GT), Comissões Técnicas e Comitês: Revisão da IN IPHAN nº 1/2015, relacionada a Licenciamento Ambiental no âmbito do IPHAN; GT Preservação do Audiovisual; GT Lugares Sagrados do Xingú; GT Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC); Comitê Permanente para Preservação do Patrimônio Cultural de Matriz Africana (Copmaf); Comitê de Monitoramento do IPHAN; Comitê de Governança Digital do IPHAN; Pesquisa "Patrimônio Cultural, Economia e Sustentabilidade", realizada pelo Observatório da Economia Criativa (OBEC) / Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com adesão da Universidade Federal da Bahia (UFBA).
- Coordenação-Geral de Fomento e Economia do Patrimônio (CGFE)**

→ Macroprocesso I: Articulação das Políticas Culturais nos Territórios (nacional e internacional)

- Entrega final 3: Sustentabilidade Econômica do Patrimônio cultural fomentada
- Gestão dos projetos de patrimônio cultural submetidos à Lei de Incentivo à Cultura no Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), no âmbito do IPHAN;
- Capacitação de pareceristas do Pronac/IPHAN: promoção de encontros virtuais e presenciais de capacitação de pareceristas externos e de servidores do IPHAN, para a análise de projetos do Pronac;
- Análise e emissão de pareceres para projetos inscritos em editais de programas de fomento direto do MinC: Programa Rouanet nas Favelas e Programa Rouanet Norte;
- Realização da 37ª edição do [Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade](#), com o tema “Visibilidade de Gênero na Economia do Patrimônio”, com 274 ações inscritas, 245 habilitadas, 123 classificadas para a Etapa Nacional, 30 finalistas e 18 ações premiadas.
- Participação na itinerância de Reunião da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), em Vitória/ES, Cuiabá/MT, Cariri Cearense/CE, Manaus/AM e Brasília/DF;
- Participação no Seminário de Alinhamento de Ações e Demandas da Escola Solano Trindade de Formação e Qualificação Artística, Técnica e Cultural – ESCULT;
- Realização de três Oficinas de Análise de projetos do Pronac para servidores do IPHAN, no Rio de Janeiro/RJ, em Fortaleza/CE e em São Paulo/SP;

- Realização da Oficina de elaboração de projetos para o Fundo Municipal de Investimentos Culturais (FMIC) de Campo Grande/MS, voltada para um público de baianas de acarajé;
- Participação no Seminário de Políticas para a Economia Criativa: G20+Ibero-América, no Rio de Janeiro/RJ, de 7 a 9 de agosto de 2024;
- Participação no 20º Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, de 21 a 24 de agosto de 2024;
- Participação no Seminário Interno de Regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, em 26 e 27 de agosto de 2024;
- Realização da mesa-redonda "Educação, Democracia e Igualdade Racial no Patrimônio Cultural", no canal do YouTube do IPHAN, em 19 de novembro de 2024, integrando a programação do Mês da Consciência Negra, coordenada pelo Comitê Permanente para Preservação do Patrimônio Cultural de Matriz Africana COPMAF/IPHAN;
- Realização da palestra "Programas e Instrumentos de Fomento à Preservação de Bens Móveis e Integrados", no V Seminário Estadual para a Preservação de Bens Móveis e Integrados, na Faculdade de São Bento, Rio de Janeiro/RJ, em 5 de dezembro de 2024;
- Participação no Encontro de Especialistas da Pesquisa "Patrimônio Cultural, Economia e Sustentabilidade", em Salvador/BA, em 16 e 17 de dezembro de 2024; e
- Produção de informativo com oportunidades de fomento à cultura, enviado periodicamente para os servidores do IPHAN e para o público externo. Atualmente, há cerca de 4.000 endereços de e-mail do público externo cadastrados para recebimento do informativo.

Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (CGESP)

→ Macroprocesso I: Articulação das Políticas Culturais nos Territórios (nacional e internacional)

- Entrega final 1: Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC) institucionalizado
- Entrega final 2: Articulação para a gestão compartilhada do patrimônio cultural realizada

• Oficina de elaboração do Modelo Lógico e Plano de Ação para a Implementação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC), realizada, presencialmente, entre os dias 09 e 11 de dezembro de 2024, em cooperação com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A ação contou com a participação das Coordenações-Gerais das unidades da Sede do IPHAN e teve como objetivo a elaboração de um modelo lógico para auxiliar a implementação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da metodologia proposta pela Nota Técnica “Modelo Lógico: Como elaborar Modelo Lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação”, publicada pelo Ipea em 2010;

- Execução do projeto Quintas do Sistema, com realização de edições com os estados de Tocantins/TO, Mato Grosso do Sul/MS e Amazonas/AM. O projeto Quintas do Sistema consiste em uma estratégia de mobilização, de formação de agenda e de divulgação das atividades de fortalecimento da rede de governança do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC). A proposta é que se realize um ciclo de debates, de seminários, de oficinas e de outros espaços de discussão sobre as principais questões acerca das necessidades de institucionalização do SNPC, tais como, o marco regulatório, o financiamento, os instrumentos de pactuação, a formação, a gestão de dados e de informações, entre outros;

- Conclusão da primeira etapa do projeto de sinalização dos lugares de memória relacionados ao tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, desenvolvido em cooperação com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). A cooperação compreendeu o apoio técnico ao MDHC na seleção de bens e referências culturais, na indicação de modelos de sinalização mais apropriados ao patrimônio cultural, e na análise e na autorização de intervenção em bens culturais para instalação da sinalização informativa e indicativa;

- Participação, articulação e integração das equipes do IPHAN Sede às oficinas de construção do Plano Nacional de Cultura, coordenadas pela Subsecretaria de Gestão Estratégica, do MinC, entre junho e julho de 2024, contando com dois encontros semanais, que ocorrerão na Enap;

- Realização de ciclo de reuniões para a formação da Rede de Observatórios do Patrimônio Cultural. A Rede tem como um de seus objetivos promover a articulação e cooperação técnica para a produção de conhecimento e o desenvolvimento metodológico voltado ao monitoramento e avaliação das políticas públicas de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural. No ano de 2024, foram realizadas reuniões com quatro instituições responsáveis pela coordenação de observatórios de políticas culturais e patrimônio, com o objetivo de aproximar essas instituições do projeto do Observatório do SNPC.

- Realização do ciclo de reuniões com as Superintendências do IPHAN para debater as articulações locais para o Sistema Nacional de Patrimônio, em abril de 2024. Essa ação consistiu na identificação, por meio de questionário, do grau de articulação das superintendências nos territórios. Foram levantadas informações sobre as ações de articulação, apoio técnico, cooperação, parceria etc., formais e não formais, informações sobre a estrutura administrativa de gestão do patrimônio cultural nos órgãos estaduais, sobre a existência e o funcionamento de conselhos de cultura e patrimônio, bem como a participação do IPHAN nessas instâncias, articulações institucionais e atuação com políticas transversais, entre outros dados. Após a coleta e a sistematização das informações, foram realizadas reuniões com cada unidade para o aprofundamento das informações, a identificação de potencialidades para atuação sistêmica, as dificuldades e os obstáculos à articulação federativa nos territórios e a identificação de boas práticas;

- Acompanhamento da execução do TED nº 02/2023: firmado com o Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (Ibict) voltado à construção da plataforma de informação do Observatório do Sistema

Nacional de Patrimônio Cultural (plataforma digital de dados sobre a gestão do patrimônio cultural que visa a favorecer a estruturação e o monitoramento da articulação federativa para a preservação do patrimônio cultural);

- Integração ao MinC, para o planejamento e a preparação metodológica da [4ª Conferência Nacional de Cultura](#), e articulação e preparação das áreas do IPHAN para participação nos GT da Conferência, entre janeiro e março de 2024.

- Realização de oficina com as áreas técnicas do IPHAN para mapeamento dos processos de gestão compartilhada. As oficinas seguiram metodologia formulada pela CGESP para identificação junto às áreas de processos institucionais, ou etapas da execução desses processos que podem ter sua gestão e implementação compartilhada com outros entes do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, notadamente entes governamentais subnacionais, instituições de ensino e pesquisa, organizações da sociedade civil (OSC). O objetivo das oficinas é consolidar as informações para construção de um documento de referência para o SNPC, a ser nomeado Carta da Gestão Compartilhada; e

- Participação da Comissão de Avaliação dos Projetos Habilitados no [Chamamento Público 01/2023](#), do PAC Seleções, no âmbito do Novo PAC.

Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (CGESP) e Divisão de Assessoria Internacional de Cooperação e Articulação (ASINCA)

→ Macroprocesso I: Articulação das Políticas Culturais nos Territórios

- Entrega final 2: Articulação para a gestão compartilhada do patrimônio cultural realizada

→ Macroprocesso VII: Formação, Capacitação e Educação Patrimonial

- Entrega Final 2: Capacitação de gestores, profissionais e pesquisadores no âmbito da cooperação internacional implementada

- [Ciclo de Diálogos sobre Patrimônio Cultural e Ações Climáticas](#): Parceria com o Comitê de Mudanças Climáticas e Patrimônio do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS Brasil). O Ciclo mobilizou uma rede de agentes públicos, detentores de bens culturais, gestores e pesquisadores interessados na temática. Em 2024, a programação do Ciclo contou com o Seminário Internacional Patrimônio Cultural e Ações Climáticas, evento paralelo do GT de Cultura do G20, bem como com a realização de dois webinários e duas oficinas regionais dedicadas aos biomas da Mata Atlântica e do Pantanal. As agendas, gravações dos eventos, materiais relevantes e documentos de referência estão disponíveis na página do Ciclo no Portal do IPHAN;

- Articulação com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) para a realização do “Mapeamento de risco do patrimônio cultural nacional”: (a) articulação com o Cemaden, com vistas ao monitoramento e emissão de alertas que considerem o fator do patrimônio cultural. As ações de articulação compreenderam o compartilhamento de documentação e dados que compõem sistemas de informação do IPHAN ao Cemaden para a elaboração de estudos, prognósticos e avaliações preliminares de impacto decorrente de eventos climáticos extremos ao patrimônio cultural acautelado. Esse tipo de estudo contribui para políticas públicas mais eficazes, alinhando proteção e adaptação às mudanças climáticas e desastres naturais. A ação deve ter continuidade a partir da formalização de um protocolo de intenções entre as duas instituições; e

- Cooperação com a Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec) para inclusão de metas e indicadores de desempenho voltados ao campo do patrimônio cultural no novo Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil. A cooperação resultou na articulação das áreas técnicas do IPHAN – coordenadas pela CGESP/DAFE - para a proposição de metas de preservação ao patrimônio no contexto de enfrentamento aos desastres naturais, entre julho e agosto de 2024.

Divisão de Assessoria Internacional de Cooperação e Articulação (ASINCA)

→ Macroprocesso I: Articulação das Políticas Culturais nos Territórios

- Entrega final 4: Cooperação Internacional para a preservação, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural implementada

- Apoio técnico à Assessoria de Assuntos Internacionais (ASSIN) em reuniões bilaterais com delegações da França e Portugal, incluindo apresentação de insumos, auxílio à redação de minutas e notas técnicas nos temas do Departamento;

- Assessoramento às missões internacionais de representantes das Coordenações-Gerais e Unidades Especiais do DAFE; e

- Apoio e assessoramento contínuo à atuação internacional do Centro Lúcio Costa/, Centro de Categoria 2 (CLC/CC2), incluindo articulação junto à ABC para prospecção de oportunidades de financiamento das atividades do Centro Regional de Formação em Gestão do Patrimônio Mundial .

Acordos, Seminários e Cooperação Nacionais

No âmbito dos acordos, seminários e cooperação a nível nacional, a equipe técnica do DAFE realizou as seguintes ações, especificadas por unidade:

Divisão de Apoio Administrativo, Coordenações-Gerais e Unidades Especiais vinculadas

→ Macroprocesso I: Articulação das Políticas Culturais nos Territórios

- Entrega final 1: Articulação para a gestão compartilhada do patrimônio cultural realizada
 - Realização do [I Seminário Interno “Babado do DAFE”](#), ocorrido nos dias 2 e 3 de dezembro de 2024. O evento, voltado aos coordenadores e chefes das divisões técnicas das superintendências, teve como prioridade o alinhamento das prioridades e dos objetivos estratégicos da área central com as propostas das unidades do Instituto para o próximo exercício.

Coordenação-Geral de Educação, Formação e Participação Social (COGEDU)

→ Macroprocesso I: Articulação das Políticas Culturais nos Territórios

→ Macroprocesso VII: Formação, Capacitação e Educação

- Entrega final 1: Formação e Qualificação de gestores, agentes públicos e pesquisadores implementadas
 - Realização do Webinar Inventários Participativos, como programação da Semana do Patrimônio (agosto/2024);
 - Participação no 19º Encontro Nacional de Arquivos e Acervos Audiovisuais Brasileiros Encontro Da Educação – XVI Fórum Da Rede Kino (junho/2024);
 - Participação no Seminário “Educação patrimonial: Memória e participação social”, com a palestra intitulada "Educação Patrimonial na preservação do Patrimônio cultural: uma visão institucional" (agosto/2024);
 - Participação no IV Encontro do Plano Integrado de Salvaguarda do Frevo, Recife/PE (setembro/2024);
 - Participação no Evento Mês da Consciência Negra - IPHAN (novembro/2024); e
 - Participação no 8º Fórum Nacional de Museus em Fortaleza/CE (novembro/2024).

Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (CGESP)

→ Macroprocesso I: Articulação das Políticas Culturais nos Territórios

- Entrega final 1: Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC) institucionalizado;
- Entrega final 5: Projeção, fortalecimento e governança da imagem institucional do IPHAN;

- Participação no 8º Fórum Nacional de Museus, realizado em Fortaleza/CE, entre os dias 25 e 29 de novembro de 2024 – O seminário versou sobre o fortalecimento do setor museológico como centro dinâmico de desenvolvimento sociocultural sustentável e sobre o Plano Setorial de Museus 2025-2035; e
- Participação no Seminário Interno de Regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, promovido pela Secretaria de Comitês de Cultura do MinC, ocorrido em agosto de 2024.

Coordenação-Geral de Fomento e Economia do Patrimônio (CGFE)

- Acompanhamento da pesquisa "Patrimônio Cultural, Economia e Sustentabilidade", desenvolvida por meio do TED nº 22/2023, firmado entre o IPHAN e a UFRB, vigente até 2026;
- Celebração de dispensa de TED com o Ministério das Mulheres para apoiar financeiramente a 37ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 28 de junho de 2024; e
- Participação na Comissão Julgadora do Edital Periferia Viva 2024, do Ministério das Cidades, de 19 de agosto a 9 de outubro de 2024.

Acordos, Seminários e Cooperação Internacionais

No âmbito dos acordos, seminários e cooperação a nível internacional, a equipe técnica do DAFE realizou as seguintes ações, especificadas por unidade:

Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (CGESP)

- Macroprocesso I: Articulação das Políticas Culturais nos Territórios
- Entrega final 4: Cooperação Internacional para a preservação, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural implementada:
 - 1ª Conferência Internacional de Tecnologias das Energias Renováveis, realizada em Teresina/PI, entre 03 e 05 de junho. Participação como palestrante no painel Mitigação, Adaptação e Resiliência Climática, apresentando as experiências do IPHAN de construção de uma agenda de discussões sobre os impactos de eventos climáticos extremos no patrimônio cultural, bem como as boas práticas na área;
 - Participação como palestrante nos *encontros preparatórios para a Assembleia Geral do [ICOMOS](#)*, organizado pelo CLC/DAFE, com as temáticas de “Perspectivas brasileiras e sulamericanas quanto

a propostas de modificações no *Outstanding Universal Values (OUV)*"; “Debates sobre a nova estratégia de apresentação de candidaturas para o Patrimônio Mundial (*Preliminary Assessment*)”; “Agenda de Integração entre patrimônios natural e cultural” e “Agenda do hemisfério sul para revisão da Carta de Veneza”.

Ações Conjuntas da Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (CGESP) e a Divisão de Assessoria Internacional de Cooperação e Articulação (ASINCA)

→ Macroprocesso I: Articulação das Políticas Culturais nos Territórios

- Entrega final 4: Cooperação Internacional para a preservação, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural implementada
 - Realização do Seminário Internacional Patrimônio Cultural e Ações Climáticas, evento paralelo à realização da reunião do GT de Cultura do G20 em Brasília, de 27 a 29 de maio de 2024; e
 - Reconhecimento, Gestão e Monitoramento dos bens culturais em âmbito internacional: Diante da reestruturação da área internacional formalizada no Regimento Interno do IPHAN, de 12 de dezembro de 2023, os resultados referentes ao "Reconhecimento, Gestão e Monitoramento dos bens culturais em âmbito internacional" não estão diretamente associados às atribuições desta Assessoria Internacional no DafeDAFE. No entanto, a CGESP deu continuidade ao acompanhamento da execução do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) nº 022/2023, com a Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM), voltado à elaboração de projetos executivos para a implantação de Centros de Interpretação e à elaboração de projetos executivos e à execução da implantação de sinalização turística para 15 (quinze) sítios culturais e um sítio misto brasileiros reconhecidos como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Divisão de Assessoria Internacional de Cooperação e Articulação (ASINCA)

→ Macroprocesso I: Articulação das Políticas Culturais nos Territórios

- Entrega final 4: Cooperação Internacional para a preservação, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural implementada

→ Macroprocesso VII: Formação, Capacitação e Educação

- Entrega final 2: Capacitação de gestores, profissionais e pesquisadores no âmbito da cooperação internacional implementada

- [Seminário Internacional Patrimônio Cultural e Ações Climáticas](#): organização e realização do evento paralelo do Grupo de Trabalho de Cultura do G20, no período de 27/05/2024 a 29/05/2024, em parceria com o MinC, o Comitê de Mudanças Climáticas e Patrimônio do ICOMOS Brasil e a Unesco. O evento contou com palestras, apresentações de estudos de caso e oficinas e teve a participação de gestores, especialistas internacionais, detentores de bens culturais e membros das delegações do G20. Página do evento:
- Participação e subsídios técnicos ao Grupo de Trabalho de Cultura do G20 durante a presidência brasileira, em reuniões virtuais e presenciais (em Brasília/DF e Salvador/BA), culminando na publicação da Declaração de Salvador da Bahia dos Ministros de Cultura do G20. A ASINCA acompanhou ainda o Seminário Internacional sobre Cultura e Mudança do Clima, evento paralelo realizado em Salvador/BA;
- Participação no Comitê Técnico de Patrimônio e Turismo (COMPAT) e subsídios à Assessoria de Assuntos Internacionais (ASSIN) no âmbito das reuniões da Comissão de Patrimônio Cultural (CPC) nas presidências do Paraguai (1º semestre) e Uruguai (2º semestre);
- Apoio à organização do curso “Patrimônio cultural em caso de desastres/emergências: riscos e intervenções de segurança - Capacetes Azuis para a Cultura”, promovido pela Organização Internacional Instituto Ítalo- Latino-americana (IILA), em colaboração com o MRE, o IPHAN, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e a Polícia Federal;
- Participação na VII Reunião Ordinária da Comissão Interamericana de Cultura da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada em 15/10/2024, em formato virtual;
- Participação na Conferência das Partes da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC), em Baku, Azerbaijão, de 10/11/2024 a 16/11/2024. A missão incluiu a participação em mesa no evento paralelo do Pavilhão da Espanha, intitulado “Patrimônio cultural em tempos de emergência climática: abordagens, desafios e perspectivas”, e o assessoramento técnico à Delegação Brasileira na 2ª Reunião de Alto Nível de Diálogo Ministerial sobre a Ação Climática baseada na Cultura;
- Análise e contribuição técnica ao Termo de Referência do Grupo de Amigos de Ação Climática Baseada na Cultura, coalizão de Estados Membros da Organização das Nações Unidas (ONU), copresidida pelo Brasil e pelos Emirados Árabes Unidos;
- Análise e contribuição técnica à minuta de Memorando de Entendimento sobre Cooperação e Intercâmbio Cultural, com a Colômbia;

- Análise e subsídios técnicos à proposta de Renovação do Acordo do Governo Brasileiro com a Unesco, para o reconhecimento do Centro Regional de Formação em Gestão do Patrimônio Mundial (Centro Lucio Costa) como Centro de Categoria 2, sob os auspícios da Unesco; e

Outras ações relevantes:

- Macroprocesso I: Articulação das Políticas Culturais nos Territórios
 - Entrega final 2: Articulação para a gestão compartilhada do patrimônio cultural realizada
- Macroprocesso VIII: Formação, Capacitação e Educação
 - Entrega final 3: Gestão eficiente, eficaz e transparente do recurso público
- Apoio à publicização das ações internacionais do IPHAN:
- Revisão e aporte de novos conteúdos à seção do *site* do IPHAN destinada à área internacional;
- Participação no Conselho Nacional de Turismo (CNT), incluindo representação do MinC nas câmaras temáticas relacionadas ao patrimônio cultural;
- Retomada da publicação da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- Colaboração, em diversas instâncias (revisão de texto, criação de projeto gráfico, diagramação, acompanhamento de impressão, adequação ao padrão Edições IPHAN, emissão do *International Standard Book Number* (ISBN) junto à Biblioteca Aloísio Magalhães, com a edição das seguintes publicações:
 - Plano de salvaguarda: modos de fazer o queijo minas artesanal;
 - Plano de salvaguarda: matrizes tradicionais do forró;
 - Plano de salvaguarda: Ciranda do Nordeste;
 - Plano de salvaguarda: Tava, lugar de referência para o povo Guarani;
 - Plano de salvaguarda: Capoeira de Roraima/RR;
 - Patrimônio em prática, Vol. 2: diálogos e participação social;
 - Mapeamento das casas de religião de matriz africana no Rio Grande do Sul/RS: Módulo 1 – Porto Alegre e Grande Porto Alegre/RS;
 - Mapeamento das casas de religião de matriz africana no Rio Grande do Sul/RS: Módulo 2 – Jaguarão, Pelotas e Rio Grande/RS;
 - Revista da 36ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade - 20 anos da Lei nº 10.639/2003: Educação, Democracia e Igualdade Racial; e
 - Relatório técnico referente às ações do grupo de trabalho desenvolvimento de coleções das bibliotecas do IPHAN.

Os títulos publicados em formato digital pelo IPHAN podem ser acessados por meio do acervo das Publicações do Patrimônio, disponível no site - <http://portal.IPHAN.gov.br/publicacoes/>.

4.3.2 - Ações do Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial

Figura 14 – Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial.



Fonte: <https://www.gov.br/IPHAN/pt-br/unidades-especiais/centro-nacional-de-folclore-e-cultura-popular>

As principais atividades realizadas pelo Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial (CCPPI) em 2024 contemplaram exposições de artes visuais, concertos, cursos, seminários, mesas redondas, palestras e lançamentos de catálogos, entre outras ações distribuídas durante o ano nas galerias expositivas, pátios e sala multiuso. Essas ações estão englobadas dentro dos seguintes macroprocessos:

- Macroprocesso I: Articulação das Políticas Culturais nos Territórios
- Macroprocesso III: Preservação do Patrimônio Cultural Material
- Macroprocesso V: Gestão de Documentação e Acervos
- Macroprocesso VII: Formação, Capacitação e Educação

O CCPPI celebra parcerias institucionais regionais, nacionais e internacionais, como por exemplo, com a BIENALSUR (Argentina), com o Instituto Moreira Salles, o Instituto PIPA, além de Universidades (programas de pós-graduação da UERJ e UFRJ).

Em 2024, foram realizadas 18 exposições, nove concertos musicais, duas oficinas, 11 seminários, debates e colóquios e três lançamentos de catálogos, entre outras atividades. O público estimado foi de 150 mil visitantes ao longo do ano.

A lista das atividades realizadas durante o ano de 2024 pode ser encontrada no [Relatório de Atividades CCPPI – 2024 \(Inserir hiperlink\)](#).

4.3.3 - Ações do Centro Lúcio Costa

→ Macroprocesso VII: Formação, Capacitação e Educação

- Entrega final 1: Formação e Qualificação de gestores, agentes públicos e pesquisadores implementadas

Eventos e representações

- Representação do CLC no Comitê Permanente para Preservação do Patrimônio Cultural de Matriz Africana (Copmaf);
- Representação do CLC no Ciclos de Oficinas e Debates virtuais de Educação Patrimonial/DAFE – 2024;
- Participação no seminário Caravana das Artes: 100 Anos de Modernismo em Tiradentes/MG, organizado pelo pesquisador Luiz Cruz, com o apoio do Centro Cultural Yves Alves, da Prefeitura de Tiradentes e do Escritório Técnico do IPHAN em Tiradentes, com o objetivo de contribuir com pesquisas sobre a história cultural de Minas Gerais - abril de 2024;
- Organização da Palestra “Museologia Social e Participação”, propondo a discussão sobre Museologia Social no Brasil nos últimos 20 anos, as políticas públicas de cultura e, principalmente, a atuação da sociedade civil organizada em lutas e movimentos sociais, com ênfase nas redes e estratégias de articulação.
- Inês Gouveia, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP) - maio de 2024;
- Representação do CLC/CC2 em eventos paralelos do G20 em Brasília/DF: “Seminário Internacional “Patrimônio Cultural e Ações Climáticas” e “Ciclo de Diálogos sobre Patrimônio Cultural e Ações Climáticas” - maio/2024;
- Apoio logístico e representação do CLC/CC2 no Curso "O patrimônio cultural em caso de catástrofe: riscos e intervenções de segurança", em parceria com Instituto Ítalo-Latino-Americano (IILA) - Capacetes Azuis para a Cultura - junho/2024;

- Representação do CLC/CC2 na 46ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em Nova Delhi, na Índia - julho/2024;
- Realização da mesa redonda “PEP 20 Anos - duas décadas da criação do Programa de Especialização do Patrimônio”, em que se debateu a importância do Programa e da efeméride para a formação superior profissional em patrimônio, reunindo atores que ajudaram a conceber e implementar em 2004 o Programa de Especialização do Patrimônio (PEP) e sua transformação em Mestrado Profissional - agosto de 2024;
- Representação do CLC/CC2 no Salão Nacional do Turismo - IPHAN e Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM) - agosto/2024;
- Realização da mesa redonda “Palácio Gustavo Capanema (PGC) - Pesquisa e Documentação”, no formato presencial, no Paço Imperial, com pesquisadores que tiveram como tema de estudo o Palácio Gustavo Capanema 2017 - agosto de 2024;
- Realização do I Colóquio Patrimônio e Memórias Difíceis, com o tema “60 anos do golpe empresarial-militar e experiências de memorialização dos anos de chumbo”, proposto no âmbito do Projeto de extensão “Experiências, Memórias e Patrimônio” - setembro de 2024;
- Participação no 1º Encontro Internacional de Territórios e Saberes, realizado em Paraty/RJ, com o tema Preservação e Salvaguarda do Patrimônio Cultural como Estratégia de Defesa dos Territórios de Comunidades Tradicionais. O evento foi organizado pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, a Universidade Federal do Fluminense, a Universidade do Estadual Paulista e o Colégio Pedro II, com o objetivo valorizar o tema das identidades culturais por meio da troca de experiência - setembro de 2024;
- Organização e Participação no Simpósio Temático: “História oral e patrimônio cultural: memórias de trabalhadores em instituições de acervos histórico-culturais”, no XVII Encontro Nacional de História Oral: Trajetórias, Movimentos e Perspectivas, Joinville/SC, atividade do Grupo de Pesquisa CNPq: “Memórias Orais dos Trabalhadores da Cultura”, em parceria com Fundação Biblioteca Nacional e Fundação Casa de Ruy Barbosa - setembro de 2024;
- Organização de quatro encontros preparatórios para a Assembleia Geral do ICOMOS, com as temáticas de “Perspectivas brasileiras e sul-americanas quanto a propostas de modificações no *Outstanding Universal Values (OUV)*”; “Debates sobre a nova estratégia de apresentação de candidaturas para o Patrimônio Mundial (*Preliminary Assessment*)”;
- “[Agenda de Integração entre patrimônios natural e cultural](#)” e “Agenda do hemisfério sul para revisão da Carta de Veneza”;

- Representação do CLC/CC2 na Assembleia Geral Anual do ICOMOS em Ouro Preto - novembro/2024;
- Realização da mesa redonda “Políticas públicas de Ações afirmativas”, no âmbito do ciclo de eventos do “Mês da Consciência Negra”, do IPHAN - novembro de 2024;
- Participação no 18º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU), em Natal/RN, cujo tema central foi “Horizontes (im)possíveis”, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAU/UFRN). O evento teve como objetivo dar continuidade aos debates para a consolidação do campo da história urbana no Brasil, desenvolvidos desde 1999, propiciando um espaço de discussões sobre questões e processos relacionados a história dos territórios e dos saberes e poderes em disputa nas cidades - novembro de 2024;
- Organização da 3ª Jornada Fluminense de Pós-Graduandos em Acervos, Preservação e Memória, em parceria entre os programas de pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (PPGPAT), da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; em Preservação de Acervos de Ciência & Tecnologia (PPACT), do Museu de Astronomia e Ciências Afins; em Memória e Acervos (PPGMA), da Fundação Casa de Rui Barbosa; em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; em Projeto e Patrimônio (PGPP), da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e o Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, do IPHAN – novembro, 2024;
- Organização, apoio financeiro para a realização e representação do CLC/CC2 no *Workshop* Gestão Patrimônio Mundial - Governança Local, em Colônia do Sacramento, no Uruguai - novembro/2024;
- Representação do CLC/CC2 no Seminário Internacional de Arqueologia Subaquática, promovido pela Unesco, em parceria com o IPHAN, a Marinha do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores - novembro/2024;
- Organização, apoio logístico e representação do CLC/CC2 no *Workshop* Interpretação e Apresentação de Sítios do Patrimônio Mundial - Sítio Roberto Burle Marx, em parceria com o Sítio Roberto Burle Marx e o Centro Internacional de Interpretação e Apresentação de Sítios Patrimônio Mundial - WHIPIC - CC2/Coreia (novembro/2024), com produção do vídeo “[Inclusive Heritage Presentation Guideline Project - WHIPIC, SRBM](#)” e da animação “[Sítio Roberto Burle Marx](#)”;
- Participação no V Seminário Estadual para a Preservação de Bens Móveis e Integrados, com a apresentação da experiência do Mestrado profissional do IPHAN, abordando o tema “A Preservação de Bens Móveis e Integrados: entre recursos, conceitos e técnicas”. O evento foi organizado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (Inepac) e pela Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, para o fortalecimento da cooperação técnica entre as duas instituições, buscando compreender a diversidade dos bens móveis e integrados e a complexidade de sua preservação; e

- Representação do CLC/CC2 no Congresso Internacional de Cultura em Ação Climática 2024 - dezembro/2024; e
- Organização e realização da V Reunião do Comitê Executivo e VI Reunião do Conselho de Governança Reunião de Governança do CLC/CC2 2024 dezembro/2024.

Parcerias e intercâmbios

- Participação na Pós-graduação *Lato Sensu* em Patrimônio Cultural do CEFET/RJ;
- Participação em grupo de estudos cadastrado no CNPq "Memória, Linguagem, Formação" na UNESP campus Rio Claro/SP, com publicação de texto ("A Sociedade do cansaço e as contribuições de Byung-Chul Han para o campo da Educação: uma leitura contemporânea fundamental") em periódico acadêmico científico (Revista Educação: teoria e prática - UNESP Rio Claro);
- Participação no Comitê Científico do ArquiMemória 6 – Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado;
- Atividade de extensão “Cidades e Patrimônio: o Bairro do Catete”, elaborada e ministradas, por meio de intercâmbio com o Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB/RJ, com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, com o Museu da República e com a Associação de Moradores do Catete;
- Participação com o capítulo “Arquivos do Patrimônio e História Oral: reflexões em torno de práticas e vivências no IPHAN no livro “História Oral e Arquivo”, organizado pela Professora Luciana Heymann (Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde - Fiocruz);
- Publicação de Patrimônio em Prática - vol. 2: Diálogos e Participação Social – parceria CLC e DIVEP/DAFE;
- Co-organização do livro: Patrimônio como Direito, organizado por Claudia Baeta Leal (IPHAN, CLC, Rio de Janeiro/RJ, Brasil), Márcia Chuva (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/RJ, Brasil) e Luciana Heymann (Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro/RJ, Brasil);
- Reuniões com vista à adesão dos países da Região de abrangência do CLC/CC2: a Visita de professoras pesquisadoras do pólo de São Tomé e Príncipe, da Universidade de Évora, para articulação de uma possível adesão do país ao CLC/CC2 - janeiro/2024;
- Visita de delegação de pesquisadores e autoridades de Angola para articulação de uma possível adesão do país ao CLC/CC2 -abril/2024;
- Proposta de projeto em parceria com Moçambique: I Convocatória de Projetos e Iniciativas de Cooperação Triangular entre a Ibero-América e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) – I Edital da Secretaria Geral Íbero-Americana e Instituto Camões - abril/2024; e

- 1º Curso de Letramento racial para servidores do IPHAN - Parceria entre COGEP/DPA, COPMAF e CLC – dezembro de 2024.

Estruturação e fortalecimento institucional

- Criação de canal no Youtube “[Centro Lúcio Costa CC2](#)” para abrigar os eventos e atividades formativas;
- Estruturação da plataforma Moodle - dezembro/2024; Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural;
- Lançamento dos Editais para formação da Turma 2024 do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, primeira turma com ações afirmativas para discentes pretos e pardos, quilombolas, indígenas e PCDs: o Edital para discentes em Ampla Concorrência, Edital para servidores do IPHAN, Edital para Servidores e Empregados Públicos Extraquadros; o Formação da Turma 2024: dez discentes bolsistas (ampla concorrência), três discentes servidoras do IPHAN e sete discentes servidores (as) extraquadros;
- Realização de três módulos de aulas (turmas 2023 e 2024) do Mestrado Profissional, que contou com diversas visitas técnicas, como, por exemplo: Museu Vivo de São Bento (Município de Duque de Caxias/RJ); Conjunto Urbano Tombado de Petrópolis/RJ; Museu Imperial (IB, em Petrópolis/RJ; Acervo Nosso Sagrado (Museu da República/IBRAM/RJ); Cais do Valongo/RJ; Conjunto Urbano Tombado da Praça XV de Novembro e adjacências/RJ; e
- Realização de 24 bancas de defesa de dissertação do Mestrado Profissional, de alunos bolsistas, servidores do IPHAN e servidores extraquadros, com temáticas como: patrimônio imaterial e sociobiodiversidade, práticas de arquitetura no IPHAN, gestão dos espaços tombados e na dinâmica urbana em Parnaíba/PI, preservação do patrimônio cultural e orçamento público, georreferenciamento de bens registrados e licenciamento ambiental, preservação do patrimônio ferroviário, educação patrimonial, preservação e coleções documentais, entre outras.

4.3.4 - Ações do Centro de Documentação do Patrimônio

O Centro de Documentação do Patrimônio (CDP) foi instituído como unidade especial do IPHAN por meio do Decreto nº 9.238, de 15 de dezembro de 2017. É a unidade responsável pela guarda, disseminação e preservação da informação sobre o Patrimônio Cultural no Brasil. Compete ao CDP a gestão documental e da informação no IPHAN e para tanto está organizado em quatro divisões: Arquivo Central de Brasília, Arquivo Central do Rio de Janeiro, Biblioteca Aloísio Magalhães (Brasília/DF) e Biblioteca Noronha Santos (Rio de Janeiro/RJ).

- Macroprocesso III: Preservação do Patrimônio Cultural Material;
- Macroprocesso V: Gestão de Documentação e Acervos; e
- Macroprocesso VII: Formação, Capacitação e Educação.

• **Difusão do Patrimônio Cultural Documental:** O CDP atendeu 7.785 usuários em demandas internas e externas, durante o exercício de 2024, cumprindo assim o papel de agente social e de mediador da informação bibliográfica e arquivística nos ambientes corporativos e para demandas ligadas às pesquisas acadêmicas, protagonizando também, por meio dos arquivos, o atendimento ao que emana a Lei n. 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação. Adicionalmente, foram digitalizados e disponibilizados, sob demanda, cerca de 79.958 páginas de documentos com acesso público, no referido ano;

• **Preservação do Patrimônio Cultural Documental do IPHAN:** Realização de procedimentos de conservação preventiva em 21.139 itens, em 2024, que foram higienizados e acondicionados de forma que se mantenham estáveis e prolonguem a vida útil de seu suporte;

• **Boletins da Biblioteca Aloísio Magalhães:** Foram desenvolvidos ao longo do ano, seis boletins com informações sobre os acervos bibliográficos custodiados no IPHAN. O Boletim é difundido pelo e-mail institucional, divulga as novas aquisições da biblioteca, destaca itens do acervo, divulga o catálogo *online* e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como, oferta dicas de leitura;

• **Capacitações Ministradas:** Foram ministradas capacitações para o desenvolvimento de atividades de higienização do acervo (1), troca de etiquetas de acervo bibliográfico (1) e uso da plataforma *Pergamum* (3), totalizando cinco capacitações para o período;

• **Apoio Técnico:** Por meio do laboratório de fotografia foram realizados registros fotográficos e cobertura de eventos do IPHAN e realização de registros importantes para a memória institucional do órgão, totalizando 19 ações, entre os quais exemplificam-se as seguintes: inauguração do prédio da Superintendência do Rio de Janeiro; eventos Patrimônio da Pequena África – Patrimônio Humano e Patrimônio Material; e, eventos Patrimônio e História de luta pela identidade cultural; e

• **Preservação do Patrimônio Cultural Material:** Foram inscritos pelo Arquivo Central, Seção Rio de Janeiro/RJ, oito bens culturais de natureza material nos Livros do Tombo, no ano de 2024. Além disso, foram abertos 56 novos processos de tombamento na Série Histórica “T”. Também foram abertos seis processos de tombamento de Quilombos, inaugurando a Série Histórica “Q”.

4.3.5 - Ações de proteção ao patrimônio material

O patrimônio material protegido pelo IPHAN é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis, como as cidades históricas, os sítios arqueológicos e paisagísticos e os bens individuais; ou móveis, como as coleções arqueológicas, os acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

4.3.5.1 - Ações de Identificação e Reconhecimento

A atual gestão da Coordenação Geral de Identificação e Reconhecimento (CGDI), do DEPAM entende, frente aos desafios impostos à gestão pública nos últimos anos no país, que sua atuação deve ir além de lutar contra os passivos processuais ou de manter uma postura reativa em relação as propostas que são demandadas. É fundamental que essa Coordenação Geral busque, constantemente, construir estratégias de atuação atendendo esse novo cenário nacional, assumindo posturas proativas e participativas, que efetivamente contribuam para a reconstrução e transformação do Brasil.

Diante deste desafio, foi proposto o desenvolvimento de estratégias de atuação da CGID/DEPAM pautadas nos compromissos e diretrizes do atual governo e da gestão do IPHAN e do MinC, buscando pensar as ações de identificação e reconhecimento do patrimônio cultural material visando colaborar para defesa da igualdade, da democracia, da soberania e da paz; promoção da justiça social e inclusão; garantia dos direitos humanos, a cultura e o reconhecimento da diversidade; promoção da preservação do patrimônio cultural por sua dimensão estratégica para o processo de reconstrução democrática do país; combate às desigualdades territoriais; implantação de políticas públicas de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo estrutural; implantação de políticas públicas de proteção dos direitos e dos territórios dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais; e respeito à diversidade cultural dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira.

Para tanto, a CGID tem focado nas seguintes premissas de trabalho: buscar a participação social na construção e implantação das políticas públicas; corrigir distorções de atuação da Coordenação; garantir os direitos culturais e de acesso aos bens patrimoniais como forma de empoderamento cidadão; pautar a atuação da Coordenação em valores éticos e democráticos; abrir os procedimentos técnicos e administrativos para visões mais contemporâneas da cultura, olhando para comunidades periféricas, não

hegemônicas, democratizando os instrumentos da política cultural, enfrentando o conservadorismo e os dogmas patrimoniais.

Visando alcançar objetivos tão desafiadores, busca-se desenvolver as ações baseadas em **iniciativas estratégicas**, que pautadas na transversalidade, na integração das diferentes unidades da federação, nos diversos departamentos da instituição e em uma visão sistêmica do patrimônio cultural brasileiro.

No ano de 2024 a CGID dedicou-se a organizar os procedimentos de análise para conclusão dos processos de tombamento. Foram doze processos encaminhados para análise do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, já com tombamentos aprovados, e 22 processos concluídos com indicação de indeferimento.

Trabalhou-se, também, na continuidade da revisão da Portaria que estabelece os procedimentos para instrução dos processos de tombamento - revisão da Portaria IPHAN nº 11, de 11 de setembro de 1986, e na organização e estruturação dos procedimentos internos relativos à valoração do patrimônio ferroviário e outros instrumentos normativos que visem a operacionalização dos processos internos.

Estruturou-se uma robusta capacitação interna aos servidores do IPHAN para a operacionalização da Portaria IPHAN nº 135, de 20 de novembro de 2023, e iniciou-se o diálogo com outros órgãos e entidades públicos para a divulgação dessa Portaria.

Por fim, foi iniciado o projeto para rerratificação do Acervo Nosso Sagrado, com a Unirio - Rio de Janeiro/RJ, por meio de um [Termo e Execução Descentralizada Nº 18/2023](#) que abarca mobilização e participação social, pesquisa e levantamento de dados, incluindo um inventário participativo, produção do Inventário Nacional de Referências Culturais, produção do dossiê de rerratificação do tombamento, cadastro da coleção na base de dados do IPHAN e produção de publicações.

Resultados quantitativos

O processo de tombamento de bens previstos pelo Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, é regulamentado pela Portaria IPHAN nº 11/1986. Conforme previsto pelo Decreto-Lei e pela referida Portaria, a proteção pelo instrumento de tombamento inicia-se com a devida notificação sobre o tombamento às partes interessadas, o que se denomina de **tombamento provisório**. Esse tombamento provisório pode dar-se em caráter emergencial, quando o bem estiver, de algum modo, ameaçado, o que poderia comprometer a conclusão dos estudos de tombamento, nesse caso a proteção é intitulada de **tombamento emergencial**.

Após o tombamento provisório, os processos são encaminhados para a Secretaria Executiva do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e, lá, ficam aguardando a realização das reuniões para serem analisados quanto ao seu mérito.

Quando já analisado pelo Conselho Consultivo (CC) e devidamente aprovados, é atribuído a esses processos o *status* de **tombamento aprovado**. Mas para que seja considerado um tombamento definitivo, ainda carecerão algumas etapas. Após a aprovação pelo Conselho Consultivo, o processo segue para o MinCI e lá a ministra homologa o tombamento do bem, nessa etapa, denominada de **bem com tombamento homologado**.

Por fim, após a homologação da ministra, o processo retorna para a Presidência do IPHAN que, então, encaminha para o Arquivo Central do IPHAN, que fará a inscrição do bem no(s) devido(s) Livros(s) do Tombo. É apenas nessa fase final que se considera que o bem esteja, de fato, tombado, conforme previsto no Decreto Lei nº 25/1937.

Cabe ainda salientar que ao longo de muitos anos foi prática da instituição realizar tombamento de diversos bens a partir de um único processo de tombamento. Tais bens poderiam ser monumentos isolados de uma mesma cidade ou até mesmo de cidades diversas, sem guardarem, necessariamente, qualquer similaridade, seja tipológica, funcional, territorial entre outros. Portanto, há divergências entre o número de processos da série histórica “T” concluídos pelo tombamento (1202) e o número efetivo de bens tombados (1243).

Dados sobre bens tombados – dezembro de 2024

- Quantidade Total de bens tombados (processos T concluídos e inscritos nos Livros do Tombo): **1202** ;
- Quantidade Total de bens com tombamento provisório: nove;
- Quantidade Total de bens com tombamento emergencial: cinco;
- Quantidade Total de bens com tombamento aprovado no CC: **12** ;
- Quantidade de Bens inscritos nos Livros do Tombo em 2024: sete; e
- Número total de processos de tombamentos abertos em 2024: **50**.

Quadro 6 – Relação de bens com tombamento provisório em 2024:

Item (nº)	Nº T	UF	Município	Classificação do bem	Nome do bem	Data da Notificação
1	518	SP	São Paulo	Infraestrutura ou equipamento urbano	Remanescentes de caminhos: 1. Caminho do Mar; 2. Caminho	27/10/2023

					do Padre José; 3. Calçada de Lorena	
2	781	SP	Pindamonhangaba	Edificação	Casa: Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba	15/05/2024
3	1193	PB	João Pessoa	Patrimônio Natural	Área destinada ao Parque Estadual Cabo Branco e Ponta do Seixas	25/03/2011
4	1273	SC	Florianópolis	Conjunto Urbano	"Freguesias Luso-Brasileiras na Região da Grande Florianópolis	04/11/2016
5	1482	SE	Maruim	Edificação e Acervo	Igreja Matriz de Nosso Senhor dos Passos	16/09/2014
6	1483	PE	Goiana	Conjunto Urbano	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Goiana	12/07/2011
7	1540	MA	São Luís	Bem móvel ou integrado	Imagem de São Bonifácio	17/06/2011
8	1597	PA	Belém	Coleção ou acervo	Coleção de artilharia do antigo Arsenal de Marinha – 4º Distrito Naval	23/05/2014
9	1643	RJ	Rio de Janeiro	Conjunto Arquitetônico	Plataformas de embarque da Estação Barão de Mauá e da	10/09/2014

					Estação e Oficinas de Praia Formosa	
--	--	--	--	--	--	--

Fonte: DEPAM

Quadro 7 - Relação dos bens com tombamento provisório em caráter emergencial em 2024:

Item (nº)	Nº T	UF	Município	Classificação do bem	Nome do bem	Data da Notificação
1	1582	RS	Novo Hamburgo	Conjunto Urbano	Centro Histórico de Novo Hamburgo (incluindo coleção pertencente à Fundação Ernesto Scheffel)	02/05/2015
2	1606	RS	Pedras Altas	Edificação e Acervo	Castelo Assis Brasil	24/06/2016
3	1655	RJ	Rio de Janeiro	Coleção ou acervo	Coleção de Postais de Elysio Custódio Gonçalves de Oliveira Belchior	17/07/2012
4	1800	RS	Novo Hamburgo	Coleção ou acervo	Acervo da Fundação Ernesto Frederico Scheffel	22/05/2015
5	2109	SC	Florianópolis	Edificação	Lagoa Iate Clube	04/10/2024

Fonte: DEPAM

Dados por ano da gestão 2024

- Quantitativo total de bens com tombamento aprovados pelo Conselho Consultivo: **12**

Quadro 8 – Relação de bens com tombamento aprovados

Relação dos bens Item(nº)	Nº T	UF	Município	Classificação do bem	Nome do bem
1	1407	SP	São Paulo	Edificação	Prédio da estação Júlio Prestes
2	1793	BA	Cachoeira	Terreiro	Terreiro Aganjú Didê da Nação Nagô-Tedô (Terreiro Ilê axé Icimimó Aganju Didé)
3	593	SP	São Paulo	Edificação e Acervo	Conjunto Arquitetônico de São Francisco
4	1312	AL	Coqueiro Seco	Edificação e Acervo	Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens
5	553	MT	Cuiabá	Bem móvel ou integrado	Retábulos da Catedral N. S. Bom de Jesus
6	1511	SP	São Paulo	Edificação e Acervo	Casa de Vidro
7	827	RJ	Rio de Janeiro	Conjunto Arquitetônico	Fortaleza de São João
8	1374	RJ	Niterói	Conjunto Arquitetônico	Fortificações do complexo de Santa Cruz, Praia de Fora e Imbuhy
9	451	PR	Balsa Nova	Edificação e Acervo	Igreja Nossa Senhora da Conceição ou Capela de Tamanduá
10	1896	AL	Maceió	Coleção ou acervo	Coleção Perseverança e Auxílio
11	1931	SP	São Paulo	Conjunto Arquitetônico	Conjunto Desportivo do Ibirapuera
12	1560	PI	Teresina	Edificação e Acervo	Igreja Nossa Senhora de Lourdes, inclusive acervo (tombamento + registro)

Fonte: DEPAM

- Quantitativo total de bens inscritos no Livro do Tombo em 2024: **7**

Quadro 9 – Relação dos bens inscritos no Livro do Tombo

Item(nº)	Nº T	UF	Município	Classificação do bem	Nome do bem
1	1713	AC	Vários	Sítio arqueológico	Sítios Arqueológicos de Estrutura de Terra Geoglifos
2	1511	SP	São Paulo	Edificação e Acervo	Casa de Vidro, Sede do Instituto Lina Bo Bardi, à Rua General Almerio de Moura, nº200, no Bairro do Morumbi
3	553	MT	Cuiabá	Bem móvel ou integrado	Retábulos da Catedral de N.S. Bom Jesus
4	593	SP	São Paulo	Edificação e Acervo	Igreja de São Francisco (Ordem Primeira e Ordem Terceira)
5	1374	RJ	Niterói	Conjunto Arquitetônico	Conjunto: Arquitetônico e Paisagístico formado pelos Fortes de Imbuhy e Rio Branco
6	1407	SP	São Paulo	Edificação	Prédio da estação Júlio Prestes
7	1793	BA	Cachoeira	Terreiro	Terreiro Aganjú Didê da Nação Nagô-Tedô (Terreiro Ilê Axé Icimimó Aganju Didê)

Fonte: DEPAM

- Quantitativo total de notificações de tombamentos provisórios emitidas, em 2024 – bens ainda não tombados: **1**

Quadro 10 – Relação das notificações de tombamentos provisórios

Item (nº)	Nº T	UF	Município	Classificação do bem	Nome do bem	Data da Notificação
2	781	SP	Pindamonhangaba	Edificação	Casa: Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba	15/05/2024

Fonte: DEPAM

- Quantitativo total de notificações de tombamentos emergenciais, em 2024: **1**

Quadro 11 - Relação das notificações de tombamentos emergenciais

Item (nº)	Nº T	UF	Município	Classificação do bem	Nome do bem	Data da Notificação
1	2109	SC	Florianópolis	Edificação	Lagoa Iate Clube	04/10/2024

Fonte: DEPAM

- Quantitativo total de bens com tombamento aprovado no CC, aguardando homologação, em 2024: 5

Quadro 12 - Relação dos bens com tombamento aprovado no CC

Item (nº)	Nº T	UF	Município	Classificação do bem	Nome do bem
1	967	RJ	Petrópolis	Edificação e Acervo	Casa: Rui Barbosa (Praça),55
2	1512	RS	Pelotas	Conjunto Urbano	Centro histórico da cidade de Pelotas
3	1545	RJ	Rio de Janeiro	Coleção ou acervo	Coleção Geyer
4	1599	AM	Manaus	Patrimônio Natural	Encontro das Águas dos Rios Negro e Solimões
5	1931	SP	São Paulo	Conjunto Arquitetônico	Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães

Fonte: DEPAM

- Quantitativo total de bens homologados, aguardando inscrição no(s) Livro(s) do(s) Tombo, em 2024: 8

Quadro 13 - Relação dos bens homologados

Item (nº)	Nº T	UF	Município	Classificação do bem	Nome do bem
1	451	PR	Balsa Nova	Edificação e Acervo	Igreja de N.S. da Conceição ou Capela de Tamanduá
4	995	MG	Juiz de Fora	Edificação	Museu Mariano Procópio
5	1312	AL	Coqueiro Seco	Edificação e Acervo	Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens
6	1368	SP	São José dos Campos	Conjunto Arquitetônico	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico "Tecelagem Parahyba"

10	1691	MG	Juiz de Fora	Conjunto Arquitetônico	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Museu Mariano Procópio
12	827	RJ	Rio de Janeiro	Conjunto Arquitetônico	Forte: São José, Reduto S. Teodósio e muralhas do Forte da Entrada (na área da Fortaleza de São João-Urca)
5	1560	PI	Teresina	Edificação e Acervo	Igreja Nossa Senhora de Lourdes
7	1896	AL	Maceió	Coleção ou acervo	Coleção Perseverança e Auxílio

Fonte: DEPAM

- Quantitativo total de processos de tombamentos abertos, em 2024: **50**

Quadro 14 - Relação dos processos de tombamentos abertos

Item (nº)	Nº T	UF	Município	Classificação do bem	Nome do bem
1	2073	RJ	São Gonçalo	Terreiro	Terreiro Egbè Ilê Ìyá Omidayè Aşé Obálayó
2	2074	SP	Cachoeira Paulista	Terreiro	Tenda Espírita de Caridade Cabocla Jurema
3	2075	BA	Tanque Novo	Bem móvel ou integrado	Painel Histórico Cultural de Tanque Novo
4	2076	BA	Itaparica	Terreiro	Terreiro Tuntun Olukotu
5	2077	BA	Lauro de Freitas	Terreiro	Terreiro Ilê Axé Opô Aganju
6	2078	BA	Palmeiras	Edificação	Casarão de Joaquim Pinto
7	2079	BA	Itaparica	Terreiro	Terreiro Ilê Axé Babá Omiguian
8	2080	BA	Chorrochó	Conjunto Arquitetônico	Conjunto Histórico e Arquitetônico da Igreja do Senhor do Bonfim, Cruzeiro e Cemitério

9	2081	BA	Salvador	Edificação	Edifício-sede do Instituto de Cacau da Bahia
10	2082	BA	Seabra	Edificação	Imóvel localizado à Rua João Esquivel
11	2083	RN	Extremoz	Ruína	Ruínas da Antiga Igreja de São Miguel Arcanjo e Convento Jesuíta
12	2084	BA	Salvador	Terreiro	Templo Afro Religioso Hukpame Savalu Vodun Zo Kwe
13	2085	BA	Feira de Santana	Conjunto Urbano	Avenida Getúlio Vargas
14	2086	BA	Santo Antonio de Jesus	Edificação	Sobrado-sede da Sociedade Filarmônica Amantes da Lyra
15	2087	GO	Goiânia	Conjunto Urbano	Traçado Urbano do Setor Sul
16	2088	PA	Belém	Edificação	Chalé Tavares Cardoso
17	2089	SP	Piracicaba	Conjunto Arquitetônico	Complexo Beira-Rio
18	2090	SP	Osasco	Edificação	Chalé Brícola - Museu Municipal de Osasco
19	2091	RJ	Mangaratiba	Bem móvel ou integrado	Marco de 1826 da antiga Fazenda de Santa Cruz
20	2092	AL	São Miguel dos Campos	Edificação	Casa da Cultura de São Miguel dos Campos - AL: Antigo Sobrado da Baronesa
21	2093	SP	São Paulo	Edificação	Imóvel do antigo Incinerador Vergueiro
22	2094	BA	Salvador	Edificação	Residência Universitária Masculina da UFBA
23	2095	CE	Aracati	Edificação e Acervo	Capela de Nossa Senhora da Soledade da Mata Fresca
24	2096	SP	Santa Bárbara d'Oeste	Edificação	Estádio do União Agrícola Barbarense

25	2097	BA	Salvador	Infraestrutura ou equipamento urbano	Monumento Mãe Stella de Oxóssi
26	2098	PE	Recife	Conjunto Arquitetônico	Conjunto histórico e arquitetônico da Estação Central do Recife-PE
27	2099	CE	Aracati	Edificação	Igreja de São José
28	2100	MG	Santa Rita de Jacutinga	Edificação	Fazenda Santa Clara
29	2101	SP	Santos	Edificação	Imóvel da atual Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social
30	2102	SE	Estância	Ruína	Antigo Trapiche do Porto da Areia em Estância/SE
31	2103	BA	Salvador	Infraestrutura ou equipamento urbano	Trens do subúrbio de Salvador
32	2104	BA	Salvador	Patrimônio Natural	Lagoa do Pituaçu
33	2105	SC	Lauro Muller	Infraestrutura ou equipamento urbano	Campo de futebol do Esporte Clube Guatá
34	2106	MA	Bom Lugar	Edificação	Casa da rua Manoel Severo nº 330
35	2107	ES	São Mateus	Conjunto Urbano	Sítio Histórico Porto de São Mateus
36	2108	BA	Salvador	Jardim Histórico	Praça Carlos Bastos
37	2109	SC	Florianópolis	Edificação	Lagoa Iate Clube
38	2110	CE	Uruburetama	Edificação	Museu Casa de Câmara e Cadeia
39	2111	PR	Quatro Barras e Morretes	Patrimônio Natural	Caminho Colonial do Itupava
40	2112	MG	Carmo do Cajuru	Patrimônio Natural	Pedra do Calhau
41	2113	RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Centro Cultural Tia Doca
42	2114	SP	Vargem Grande Paulista	Edificação	Capela Santa Maria dos Anjos

43	2115	SP	Presidente Epitácio	Edificação	Colônia Árpád Falva
44	2116	SP	São Paulo	Edificação	Mausoléu da Família Franco de Mello
45	2117	RJ	Volta Redonda	Edificação	Casarão Três Poços
46	2118	BA	Salvador	Equipamento	Sereia de Itapuã/Iemanjá
47	2119	BA	Salvador	Equipamento	Busto de Mãe Gilda de Ogum
48	2120	SP	Guarujá	Terreiro	Terreiro Ilê Axé Oyá Messan Orum
49	2121	SP	Campinas	Edificação	Fazenda Santa Elisa
50	2122	AC	Mâncio Lima	Conjunto	Maloca dos antigos (Nawa)

Fonte: DEPAM

- Quantitativo total de processos de tombamento arquivados (indeferidos), em 2024: **22**

Quadro 15 - Relação dos bens referentes aos processos indeferidos

Item (nº)	Nº T	UF	Município	Classificação do bem	Nome do bem
1	634	PA	Cametá	Patrimônio Natural	Restos de Samaumeira
2	796	MG	São João del Rei	Edificação e Acervo	Igreja Matriz de São Miguel Arcângelo (ex Cajurú)
3	1224	PE	Brejo Madre de Deus	Edificação	Casa de Câmara e Cadeia de Brejo da Madre de Deus - Pernambuco
4	1311	PA	Belterra	Conjunto Urbano	Áreas urbanas de Belterra e Fordlândia, em Santarém e Aveiro, respectivamente
5	1311	PA	Aveiro	Conjunto Urbano	Áreas urbanas de Belterra e Fordlândia, em Santarém e Aveiro, respectivamente
6	1344	RJ	Angra dos Reis	Conjunto Urbano	Vila junto à Escola Naval
7	1383	BA	Lençóis	Patrimônio Natural	Rio Mucugezinho, situado no Parque Nacional da Chapa Diamantina

8	1527	MG	Juiz de Fora	Conjunto Arquitetônico	Pátio ferroviário, Usina de creosotagem e conjunto arquitetônico da Estação Francisco Bernardino
9	1763	RJ	Volta Redonda	Edificação	Torre de aviação do Aeroclube de Volta Redonda
10	1889	CE	Barbalha	Conjunto Urbano	Centro Histórico de Barbalha
11	1903	PA	Belém	Conjunto Arquitetônico	Sede campestre da Tuna Luso Brasileira
12	1930	RJ	Nova Friburgo	Conjunto Arquitetônico	Conjunto da Fábrica Filó
13	1945	PA	Belém	Edificação	Prédio do Instituto Evandro Chagas
14	1974	PI	Teresina	Bem móvel ou integrado	Gravura Érica, de autoria de Roberto Burle Marx
15	1995	PR	Curitiba	Infraestrutura ou equipamento urbano	Circuito do Autódromo Internacional de Curitiba
16	2041	ES	Mimoso do Sul	Infraestrutura ou equipamento urbano	Trecho da linha férrea e estações entre Mimoso do Sul e Atílio Vivácqua
17	2048	PR	Foz do Iguaçu	Jardim Histórico	Praça das Aroeiras
18	2049	SC	Rio Negrinho	Infraestrutura ou equipamento urbano	Estrada Imperial Dona Francisca
19	2069	SP	São Paulo	Edificação	Teatro Aliança Francesa
20	2072	SC	Cocal do Sul	Edificação	Antiga Casa Paroquial
21	2075	BA	Tanque Novo	Bem móvel ou integrado	Painel Histórico Cultural de Tanque Novo
22	2086	BA	Santo Antonio de Jesus	Edificação	Sobrado-sede da Sociedade Filarmônica Amantes da Lyra

Fonte: DEPAM

- Número total de processos de tombamento em instrução (superintendências): **365**
 - Número total de processos de tombamento em instrução: **336**
 - Número total de processos de rerratificação em instrução: **29**

- Número total de processos de tombamento em instrução (DEPAM): **46**
- Número total de processos de tombamento em instrução: **37**
- Número total de processos de rerratificação em instrução: **9**

Dados dos tombamentos pela Portaria IPHAN nº 135/2023

Quadro 16 - Relação dos bens referentes aos processos de tombamento de quilombos em instrução, em 2024 - Portaria IPHAN nº 135/2023

Item (nº)	Nº Q	UF	Município	Enquadramento	Nome do Quilombo/Comunidade
1	1	MS	Campo Grande	I	Comunidade Remanescente de Quilombo Eva Maria de Jesus/ Tia Eva
2	2	MG	Patos de Minas	I	Quilombo de São Sebastião da Boassara
3	3	MG	Contagem	I	Comunidade Quilombola dos Arturos
4	4	MA	Chapadinha	I, II	Comunidade Quilombola da Lagoa Amarela
5	5	BA	Rio de Contas	I, II	Quilombos de Barra do Brumado, Bananal e Riacho das Pedras

Fonte: DEPAM

Quadro 17 - Relação dos bens referentes aos processos de tombamento de quilombos em migração do Decreto Lei 25/1937 para a Portaria IPHAN nº 135/2023

Item	Nº T	UF	Município	Nome do Quilombo/Comunidade
1	1399	SE	Porta da Folha	Mocambo
2	1352	MA	Mirinzal	Frechal/Frexal
3	1304	GO	Cavalcante	Kalunga (Vão do Moleque)

Fonte: DEPAM

DADOS DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO

- Número total de bens ferroviários valorados (bens móveis) até 12/2024: 36 Termos de Transferência, totalizando 38.269 bens, entre bens móveis, acervos documentais e material rodante;
- Número total de bens ferroviários valorados (bens imóveis) até 12/2024: 602 bens imóveis homologados;
- Número total de bens ferroviários valorados (bens móveis) 2024: não houve;
- Número total de bens ferroviários valorados (bens imóveis) 2024: 55 bens imóveis:
 - Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier - Ouro Preto/MG (conjunto formado por 6 imóveis);
 - Conjunto Ferroviário de Itararé/SP (formado por 49 bens);
- Número total de bens ferroviários valorado retificados (bens imóveis): 14
 - Estação de João Amaro - Iaçú/BA;
 - Estação Ferroviária de Daniel Queiroz - Quixadá/CE; e
 - Conjunto Ferroviário de Arcoverde (formado por 12 bens).

4.3.5.2 - Ações de Normatização

À Coordenação-Geral de Normatização e Gestão do Território (CGNT) compete, de acordo com o Regimento Interno do IPHAN, publicado por meio da Portaria IPHAN nº 141/2023, entre outras ações:

- I - Propor diretrizes e procedimentos metodológicos-operacionais orientados para processos institucionais de normatização e gestão dos bens culturais de natureza material no território, de acordo com a política de preservação do patrimônio cultural material;
- II - Apoiar as unidades descentralizadas na compreensão e análise dos bens culturais de natureza material em seus contextos territoriais a fim de fomentar o compartilhamento de responsabilidades entre os entes federados e as comunidades na gestão dos bens;
- III - Coordenar a execução, o monitoramento e a avaliação das ações e procedimentos de normatizações e gestão dos bens no território, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Departamento;

4.3.5.2.1 Portarias de normas de preservação

4.3.5.2.1.1 Portarias vigentes

Atualmente o IPHAN conta com **60 portarias de normas de preservação** relativas a 21 conjuntos urbanos, nove bens paisagísticos, 20 conjuntos arquitetônicos, 62 edificações e um bem arqueológico, além

de 123 bens com tombamento isolado localizados dentro de outros conjuntos protegidos. Isso significa que essas portarias regulam **236 bens culturais**. No total, 12 relativas ao bem tombado e seu entorno, cinco somente bem tombado, 31 de entorno, oito revisões ou complementações e quatro sobre outros temas.

Em dezembro de 2024 todas as portarias foram **disponibilizadas no [site do IPHAN](#)**;

4.3.5.2.1.2 Portarias publicadas

Portaria IPHAN nº 201, publicada no DOU em 30 de outubro de 2024 - Dispõe sobre a definição de diretrizes de preservação e de critérios de intervenção para a área tombada e as áreas de entorno dos bens pertencentes ao "**Acervo Arquitetônico e Urbanístico Art Déco de Goiânia**", situado no estado de Goiás/GO, bem objeto de tombamento federal pelo IPHAN. Acompanhada da norma comentada.

Portaria IPHAN nº 176/2024, publicada no DOU em 28/6/2024 - Dispõe sobre a definição de diretrizes de preservação e critérios de intervenção para a área tombada do **Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina**, situado no estado de Minas Gerais/MG, bem objeto de tombamento pelo IPHAN. Acompanhada da norma comentada.

4.3.5.2.1.3 Consultas Públicas

A publicação das portarias é antecedida pela divulgação das minutas por Consulta Pública, com a finalidade de receber contribuições para ampliar o processo de participação da sociedade na elaboração do instrumento.

Em outubro de 2024 foi publicada a Consulta Pública para a norma de preservação do Conjunto Arquitetônico de Sobral/CE.

4.3.5.2.1.4 Atividades de apoio técnico e articulação institucional no território

Salvador/BA. Norma de Preservação para o Centro Histórico de Salvador em andamento com apoio da UFBA, envolve articulação local com Prefeitura Municipal de Salvador, por meio da Fundação Mario Leal Ferreira e Secretaria de Cultura, Governo do Estado da Bahia, com envolvimento da Companhia de Desenvolvimento Urbano (CONDER) e Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), e movimentos sociais ligados ao CH. Plataforma *online* para captura de contribuições da sociedade para a proposta da norma divulgada em 16/12/2024. Visita Técnica realizada em 2024.

Olinda/PE. Norma de Preservação para o Centro Histórico de Olinda em elaboração com o apoio da UFPE, [Termo de Execução Descentralizada Nº 12/2023](#), envolve articulação local com a população e parcerias com a Prefeitura e o Governo do Estado por meio da Fundarpe. Visita técnica realizada em 2024.

Serra do Navio/AP. Apoio a implementação de ações de regularização fundiária na Vila de Serra do Navio e de normatização com apoio de consultoria especializada (contratada via PRODOC) e apoio da UNIFAP, [Termo de Execução Descentralizada Nº 38/2023](#), envolvendo a Prefeitura Municipal de Serra do Navio e governo do Estado.

Paraty/RJ. Revisão da portaria das normas de preservação de Paraty, com apoio de consultoria especializada envolvendo mobilização de diversos setores, inclusive ICMBio, e articulação com a estruturação do Comitê Gestor do Patrimônio Mundial e alinhamento com revisão do Plano Diretor Municipal. Visita Técnica realizada em 2024.

4.3.5.2.1.5 Bases de informações georreferenciadas para bens tombados

Quixadá/CE. Elaboração de produtos cartográficos para subsidiar a elaboração das normas de preservação do sítio natural dos monólitos de Quixadá e do Açude do Cedro, no Ceará.

Diamantina e Serro/MG. Elaboração de produtos cartográficos para subsidiar a elaboração das normas de preservação de Diamantina e Serro.

Serra da Barriga/AL. Elaboração de produtos cartográficos para subsidiar a elaboração das normas de preservação com apoio da UFAL, [Termo de Execução Descentralizada Nº 23/2023](#).

4.3.5.2.2 Participação em eventos acadêmicos e institucionais para divulgação das ações de normatização de bens tombados

Recife/PE. II Seminário de Reabilitação de Áreas Centrais, promovido por BNDES e Porto Digital, em 26 e 27 de fevereiro de 2024.

Recife/PE. Encontro Nacional de Moradia em Áreas Centrais, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico/ IBDU.

Rio de Janeiro/RJ. Encontro Nacional de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENAMPARQ). Encontro Nacional de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

4.3.5.2.3 Participação em eventos representando o DEPAM/IPHAN

4ª Conferência Nacional de Cultura,
Oficinas do Plano Nacional de Cultura,
Seminário de Regulamentação do Sistema Nacional de Cultura (MinC);
Conselho das Cidades (MCidades);
Programa Cidades Verdes Resilientes (MMA);
G20 Mudanças Climáticas (Brasília e Salvador),
Audiência Pública do Horto Botânico/RJ na Câmara dos Deputados (Brasília).

4.3.5.2.4 Capacitações da equipe CGNT

ICCROM/UNESCO - Curso sobre avaliação de impacto em contextos de Patrimônio Mundial como representação única do Brasil.

4.3.5.2.5 Articulação institucional

ACT com MCidades para apoiar a estruturação de ações do MCMV em áreas tombadas com normas publicadas ou em fase de conclusão - perspectiva de assinatura em 2025;

Plano Clima/ Setorial Cidades - inclusão de uma ação específica sobre incorporação da adaptação climática nas normas de preservação.

4.3.5.2.6 Acompanhamento da execução

4.3.5.6.1 [TED nº 05/2023](#), firmado entre o DEPAM/IPHAN e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/UnB, tendo por objeto a revisão, complementação e edição do Material de Orientação para a elaboração de normas de preservação para bens tombados localizados em contextos urbanos;

4.3.5.6.2 [TED nº 07/2023](#), firmado entre o DEPAM/IPHAN e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/UFBA, tendo por objeto desenvolver instrumentos e estratégias para validação, divulgação e edição da normatização para as áreas tombadas da zona central de Salvador: Centro Histórico e Cidade Baixa/BA;

4.3.5.6.3 [TED nº 38/2023](#) firmado entre o DEPAM/IPHAN e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/UNIFAP, tendo por objeto as Normas de Preservação da Vila

de Serra do Navio/AP – apoio à regularização fundiária, critérios de intervenção para as residências e educação patrimonial; e

4.3.5.6.4 [TED nº 12/2023](#), firmado entre o DEPAM/IPHAN e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), tendo por objeto o desenvolvimento de estudos e subsídios para a elaboração da portaria de normatização do Sítio Histórico de Olinda/PE.

4.3.5.3 - Ações de Fiscalização

A Coordenação-Geral de Autorização e Fiscalização (CGAF) é responsável pelos processos autorização, fiscalização e circulação de bens culturais do patrimônio cultural de natureza material, dentro da estrutura do DEPAM.

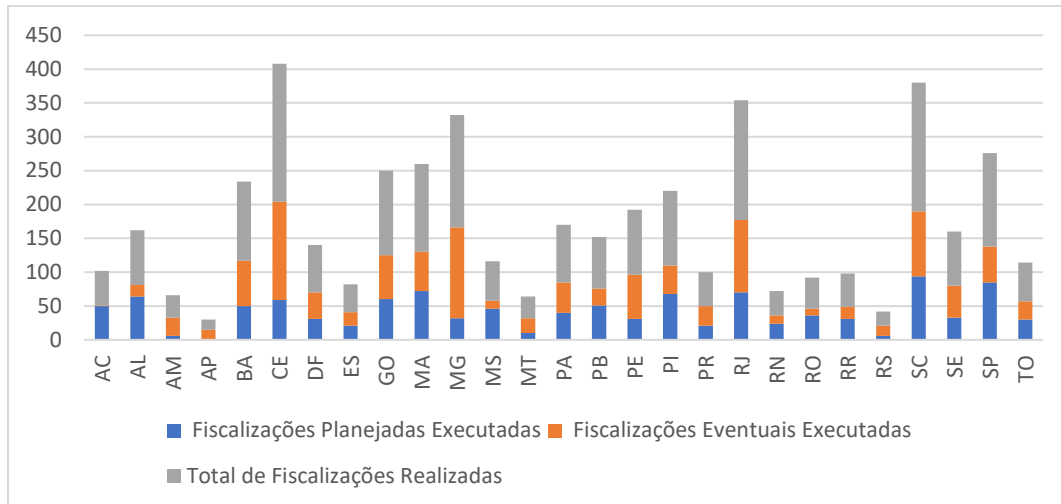
No ano de 2024, a CGAF teve por objetivo concluir o processo de revisão da Portaria IPHAN nº 187/2010, concluir a atualização dos sistemas institucionais informatizados (Banco de Bens Culturais Procurados - BCP e Cadastro Nacional de Negociantes de Obras de Arte e Antiguidades - CNART) e prestar assistência técnica às Superintendências do IPHAN com base em diretrizes objetivas e alinhadas com a atual gestão do DEPAM

4.3.5.3.1 Ações de Fiscalização

As ações de autorização e fiscalização são exercidas por meio da Coordenação-Geral de Autorização e Fiscalização (CGAF). Grande parte dos esforços empreendidos no âmbito desta unidade está voltada para as rotineiras atividades de autorização e fiscalização do Patrimônio Cultural de natureza material.

No tocante às atividades de planejamento e monitoramento das atividades de fiscalização, seguem as atividades desenvolvidas durante o exercício de 2024:

Gráfico 24 - Fiscalizações por Unidade em 2024.



Fonte: CGAF/DEPAM (dados extraídos em 29/01/2024 do FISCALIS).

- Realização de reuniões técnicas com o Centro Nacional de Arqueologia (CNA) e a Coordenação Nacional de Licenciamento (CNL), para definição de proposta de metas de fiscalização para o exercício de 2025, resultando na publicação da Portaria IPHAN n.º 206, de 10 de dezembro de 2024.
- Instrução processual para nomeação de novos fiscais, nos termos da Portaria IPHAN n.º 196, de 18 de maio de 2019, para exercício de Poder de Polícia Administrativa, resultando na publicação de oito portarias, acrescentando 44 fiscais adicionais ao quadro técnico do IPHAN.

4.3.5.3.2 Ações de Capacitação - Qualificação Técnica e Aperfeiçoamento Profissional

- Capacitação dos Procedimentos de Autorização e Fiscalização do Patrimônio Edificado, Procedimentos fiscalização do comércio e leilão de obras de arte e antiguidades e os sistemas BCP e CNART, para a Superintendência do IPHAN em Alagoas, de 30/10 a 01/11/2024.

4.3.5.3.3 Ações de Monitoramento e Acompanhamento

- Atualização constante de dados a respeito dos perfis dos agentes envolvidos nos procedimentos de fiscalização, inclusive nos usuários do sistema FISCALIS. Há 375 servidores com perfil ativo no sistema, sendo que destes, 746 são fiscais nomeados pela Presidência do IPHAN para a função (informações obtidas diretamente por meio de atualização dos fiscais para a confecção dos crachás de fiscalização – Processo n.º 01450.007574/2024-59).
- Realização de reuniões técnicas com fiscais voltados ao monitoramento do comércio de obras de arte e antiguidades das Superintendências do IPHAN, por videoconferência, sempre que solicitado, para fins de orientação quanto aos procedimentos instituídos pela Portaria IPHAN n.º 80, de 7 de março de 2017.
- Ações de manutenção, desenvolvimento e implementação de melhorias nos sistemas informatizados, Fiscalis e CNART.

- Continuidade da reestruturação do Banco de Bens Culturais Procurados (BCP), de forma a agilizar o processo de consulta e permitir a implementação de melhorias diversas e possibilidades de interoperabilidade com outros sistemas e bases de dados, com lançamento do novo BCP em 30/01/2025.
- Acompanhamento constante do funcionamento do Serviço de Consulta Sobre a Existência de Restrição Legal para Saída de Obras de Arte do País via atualização de perfis de usuários do sistema, abertura de chamados para correção de erros e obtenção de informações demandadas em procedimentos judiciais junto ao MGI.
- Instrução e monitoramento de processos de exportação temporária de bens acautelados, contando com a colaboração da Coordenação-Geral de Conservação (CGCO), para a análise dos laudos de estado de conservação dos bens em questão.
- Apoio técnico nas articulações nacionais e internacionais à Coordenação-Geral de Cooperação Internacional (COGECINT) e ao Departamento de Articulação, Fomento e Educação (DAFE), referentes ao combate ao tráfico ilícito de bens culturais, em atenção à Convenção da Unesco de 1970 e a outros tratados internacionais.
- Continuidade das discussões técnicas com o Ibram, para a revisão da Portaria IBPC n.º 262, de 14, de agosto de 1992.

4.3.5.3.4 Participação em Eventos

- Palestra na Capacitação e Treinamento para a Recuperação de Ativos e o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - PNLD 2024: Bens culturais e a sua interface com a lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos – Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP/MPMG - Ouro Preto/MG, na data 19 a 21 de agosto de 2024;
- Palestra no 8º Fórum Nacional de Museus: Fiscalização museal - Mitos, verdades e cooperação – Ibram – Fortaleza/CE, na data de 25 a 29 de novembro de 2024;
- Participação na Reunião Plenária Anual da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) 2024 – Brasília/DF, na data de 26 a 28 de novembro de 2024;

Palestra no V Seminário Estadual para a Preservação de Bens Móveis e Integrados: Procedimentos e Ferramentas de Monitoramento de Circulação de Bens Móveis Culturais - Rio de Janeiro/RJ, na data de 03 a 05 de dezembro de 2024.

Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI)

4.3.6 - Ações desenvolvidas da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial

Macroprocessos finalísticos da Política da Salvaguarda do Patrimônio Imaterial

Primeiramente, é importante mencionar aqueles normativos principais que instituem um campo de atuação específico voltado para o patrimônio cultural imaterial no contexto das políticas públicas Governo Federal, em atenção ao [Art. 216 da Constituição Federal de 1988](#), e que são pedra fundamental para atuação

do IPHAN junto às comunidades detentoras dos saberes, lugares, celebrações, formas de expressão e línguas que constituem referências culturais para a identidade brasileira, quais sejam:

- a) [Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000](#), que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.
- b) [Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006](#), que promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, doravante (Unesco), em sua 32ª sessão, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003.
- c) [Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010](#), que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências.

Enquanto desdobramentos desses normativos, há aqueles que organizam a atuação do IPHAN na condução dos processos e procedimentos relativos à salvaguarda do patrimônio imaterial. Entre esses, a [Portaria IPHAN nº 200, de 18 de maio de 2016](#), que dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), criado pelo mencionado Decreto nº 3.551, de 2000, e formaliza sua tradução em termos de política pública por meio da **Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial**.

No âmbito organizacional do IPHAN, a condução dessa Política se dá com a orientação e acompanhamento do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI). Já sua execução ocorre também pelo DPI, mas principalmente pelas 27 Superintendências do IPHAN em todo o território nacional.

A Portaria apresenta princípios, conceitos e linhas de atuação da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, assim como seus macroprocessos, processos de trabalho e instrumentos, em síntese:

Figura 15 - Macroprocessos, processos e instrumentos da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial.

Macroprocesso		Processo	Instrumento	Outro documento orientador ou normativo
POLÍTICA DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL	Identificação de Bens Culturais de Natureza Imaterial	Identificar bens culturais de natureza imaterial	Diversos	-
		Aplicar o Inventário Nacional de Referências Nacionais	Inventário Nacional de Referências Culturais	Manual em revisão para a nova versão digital.
		Aplicar o Guia de Pesquisa e Documentação para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística	Guia de Pesquisa e Documentação para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística	Guia (Vol. 1 e 2) e suplemento metodológico.
	Reconhecimento de Bens Culturais de Natureza Imaterial	Registrar Bens Culturais de Natureza Imaterial	Processos de Registro	Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006.
		Revalidar [o título de] Bens Culturais Registrados	Processos de Reavaliação para Revalidação	Resolução nº 5, de 12 de julho de 2019.
		Incluir Línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística	Inventário Nacional da Diversidade Linguística	Decreto nº 9.938, de 24 de julho de 2019, alterado pelo Decreto nº 11.119, de 30 de junho de 2022
		Apoiar candidaturas às Listas da Convenção Unesco de 2003	Formulário de Candidatura às Listas da Convenção da Unesco de 2003	Resolução nº 1, de 5 de junho de 2009
	Apoio e Fomento a Bens Culturais de Natureza Imaterial	Realizar ações e Planos de Salvaguarda de Bens Culturais Registrados	Ações e Planos de Salvaguarda de Bens Registrados	Portaria nº 299, de 17 de julho de 2015 e Termo de Referência
		Promover Ações de Apoio e Fomento a Bens Culturais Imateriais	Ações de Salvaguarda	Manual de Elaboração de Planos de Salvaguarda
		Monitorar e Avaliar Ações e Planos de Salvaguarda	Formulários e Relatórios de Monitoramento e Avaliação da Salvaguarda de Bens Registrados	-
		Promover a Difusão das Ações de Salvaguarda	Edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial	-

Fonte: Portaria IPHAN nº 200, de 2016, e demais [Legislações e Documentos de Referência](#) do patrimônio imaterial disponíveis para consulta no site do IPHAN.

No âmbito do IPHAN há também o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), unidade especial do IPHAN, autônoma e vinculada ao DPI, que desenvolve e executa programas e projetos de estudo, pesquisa, documentação, difusão e fomento relativos às tradições de matrizes populares. Exponentes da atuação do CNFCP são, por exemplo, a manutenção de um dos maiores acervos de arte popular brasileira, do Museu de Folclore Edison Carneiro (MFEC), da Biblioteca Amadeu Amaral (BAM) e do programa Sala do Artista Popular (SAP), que em 2024 completou longevos 40 anos.

As ações que se passa a apresentar nos itens que seguem resultam da atuação conjunta dessas diversas unidades com o objetivo de perpetuar o patrimônio imaterial enquanto legado nacional que, por meio das tradições culturais populares, constitui referências para formação da identidade nacional.

4.3.7.1 - Planos de Salvaguarda

Os Planos de Salvaguarda são instrumentos de planejamento coletivo que visam nortear e potencializar as iniciativas de proteção, valorização, promoção e apoio aos patrimônios culturais de natureza imaterial. Após o Registro do bem cultural, o IPHAN orienta que seja construído um plano de salvaguarda, com vistas a estabelecer um conjunto de objetivos e ações de salvaguarda a serem desenvolvidas a curto, médio e longo prazo, a fim de promover um amplo alcance da política de salvaguarda, a qual deve também estar articulada a outras políticas públicas.

De caráter dinâmico e transversal, o Plano busca também estabelecer um compromisso social e parcerias entre os agentes do Poder Público em todas as suas esferas, OSCs, entre outras instituições, visando a efetivação dos direitos culturais e cidadania, tendo como fundamento as diretrizes de gestão compartilhada da Política Nacional do Patrimônio Imaterial.

Almeja-se com este documento fortalecer a produção e a reprodução do bem cultural registrado, garantindo a execução de projetos e ações coerentes com os objetivos e metas que a comunidade detentora definiu e busca alcançar ao longo dos anos.

Nesse sentido, no ano de 2024 foram elaborados, diagramados e publicados os Planos de Salvaguarda dos seguintes bens registrados:

Tabela 6 - Planos de Salvaguarda publicados em 2024.

Mês	Plano de Salvaguarda Publicado
dezembro	Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal
novembro	Matrizes Tradicionais do Forró
maio	Ciranda do Nordeste
abril	Ofício do Mestre de Capoeira e Roda de Capoeira em Roraima

Fonte: COABRE/DPI.

Ainda foram elaborados ou iniciaram seus processos de elaboração no ano de 2024, porém ainda não foram diagramados e publicados, os 23 Planos de Salvaguarda listados a seguir:

Tabela 7 - Planos de Salvaguarda elaborados ou em processo de elaboração em 2024.

Plano de Salvaguarda Elaborados
Marabaixo
Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe
Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá e Ritxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá
Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins
Modo de Fazer Viola de Cocho/MS
Banho de São João de Corumbá e Ladário/MS
Jongo no Rio de Janeiro
9 Planos de Salvaguarda do Ofício do Mestre de Capoeira e Roda de Capoeira, sendo do: Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Ceará, Paraíba, Amazonas, Tocantins, Espírito Santo e Minas Gerais
Bembé do Mercado
Teatro de Bonecos Popular do Nordeste no Ceará
Cavalo Marinho
Produção Tradicional e práticas socioculturais associadas a Cajuína no Piauí
Toque dos Sinos em Minas Gerais e Ofício de Sineiro
Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty/RJ
Fandango Caiçara

Fonte: COABRE/DPI.

4.3.7.2 - Resultados e Desempenho da Gestão relacionados aos processos e instrumentos da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial

Um dos instrumentos de orientação para a definição de metas e objetivos estratégicos do IPHAN foi a [Portaria IPHAN nº 23, de 17 de maio de 2021](#), que aprovou o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) para o quadriênio 2021-2024. Além desse instrumento, com a publicação da [Portaria IPHAN nº 145, de 22 de dezembro de 2023](#), alterada pela [Portaria IPHAN nº 153, de 15 de fevereiro de 2024](#), foi instituído o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) no IPHAN. A Portaria nº 145, já mencionada, discorre que:

“Art. 1º [...]

Parágrafo único. O PGD é um programa indutor de melhoria de desempenho institucional no serviço público, com foco na vinculação entre o trabalho dos participantes, as entregas das unidades e as estratégias organizacionais, com ciclos anuais de avaliação.”

Enquanto o PEI constitui-se uma ferramenta de prospecção em médio prazo para objetivos institucionais de entregas à sociedade, o PGD permite a implementação desses objetivos por meio da gestão estratégica de pessoas, com instrumentos de proposição de entregas individuais e coletivas, além de colaborar para a avaliação do desempenho institucional.

No âmbito do PGD do IPHAN, as entregas relativas à Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, ou seja, todas aquelas executadas por meio dos macroprocessos, processos e instrumentos regulamentados pela Portaria IPHAN nº 200/2016, (Tabela 1) foram aglutinados em apenas um macroprocesso denominado “**IV - Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**” para fins de

construção de Planos de Trabalho Individuais (PTIs) e Planos de Entregas das Unidades Executoras (PEUEs).

Majoritariamente, esse identificador estará encontrado nos PTIs dos servidores e servidoras que colaboraram com a Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, bem como nos PEUEs de diversas unidades do IPHAN, quando essas se referirem às entregas que serão apresentadas nos itens a seguir. Importante mencionar também que as entregas de servidores e unidades podem colaborar com mais de um dos macroprocessos do PGD do IPHAN, a depender do nível de integração que a entrega promove entre diversas frentes de atuação institucional no campo do patrimônio cultural.

Com a publicação da [Portaria IPHAN nº 211, de 27 de dezembro de 2024](#), a vigência do PGD do IPHAN em 2024 foi prorrogada até 28 de fevereiro de 2025. Com isso, foi adiado o período de avaliação final do 1º Ciclo do PGD do IPHAN. Os resultados aqui apresentados, relativos à Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial e sistematizados pelas equipes do Departamento de Patrimônio Imaterial e do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, serão também observáveis na avaliação do 1º Ciclo do PGD/IPHAN, num futuro próximo.

4.3.7.3 - Candidaturas de Bens Culturais Imateriais Brasileiros à Lista Representativa do Patrimônio Cultural da Humanidade e à Lista de Boas Práticas

Enquanto importante destaque no ano de 2024, foi apreciado e aprovado pelo Comitê Intergovernamental da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, a candidatura dos Modos Tradicionais de Fazer Queijos Minas Artesanal, mais um Patrimônio Cultural do Brasil que teve ser reconhecimento em nível internacional.

Também em 2024, o DPI, em parceria e diálogo com a Representação do Brasil na Unesco e com o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, submeteu para apreciação da Unesco a candidatura da Sala do Artista Popular como um dos programas, projetos e atividades de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial que reflitam de modo mais adequado os princípios e objetivos da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade (também conhecida como Lista de Boas Práticas de Salvaguarda da Convenção de 2003).

Foram iniciadas, ainda, com apoio da Superintendência do IPHAN em Pernambuco as atividades de construção do formulário de candidatura do Maracatu Nação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural da Humanidade, a ser submetida para a Unesco em março de 2025.

Com essas ações e aquelas já mencionadas no tópico anterior, está se retomando o posicionamento brasileiro de liderança e excelência técnica na discussão internacional a respeito da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

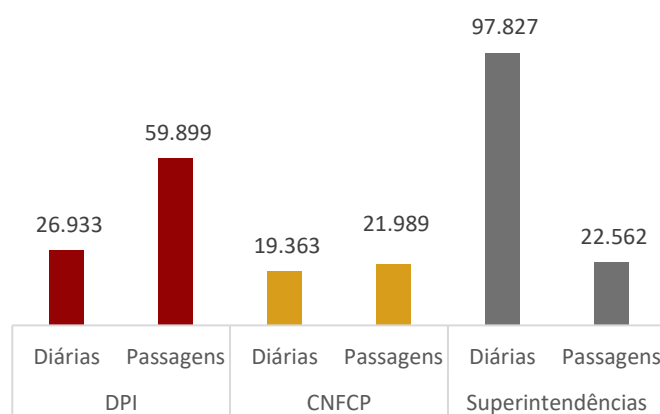
4.3.7.4 - Articulação da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial nos territórios, em âmbito nacional e internacional

Um dos objetivos da atual gestão do IPHAN, iniciada em 2023, é fazer com que as políticas voltadas ao patrimônio brasileiro cheguem ao Brasil profundo, impactando os mais diversos territórios do país e contemplando nossa diversidade étnica, racial, cultural e ambiental. Na Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial essa é uma necessidade constante, tendo em vista sua matéria de trabalho, bem como uma oportunidade profícua de aproximação entre o Estado e a população.

No IPHAN, essa aproximação ocorre principalmente pelas 27 Superintendências do IPHAN e por seus Escritórios Técnicos. Os servidores e servidoras lotados nessas unidades atuam de forma contínua junto às comunidades de detentores e detentoras dos bens culturais imateriais, implementando a salvaguarda do patrimônio imaterial em todas as suas frentes de atuação, bem monitorando as demandas e ações desenvolvidas em seus entornos.

Em 2024, o montante de R\$ 248,5 mil¹ foram utilizados pelo IPHAN, com recursos geridos pelo Departamento de Patrimônio Imaterial e utilização pelo próprio DPI, pelo CNFCP e pelas Superintendências do IPHAN. Ao todo, 155 deslocamentos a serviço em território nacional foram proporcionados, em 72 processos instruídos para diferentes missões. Os gráficos a seguir demonstram a distribuição de recursos por unidades, tipos de despesas, assim como quantitativos de deslocamentos a que se destinaram esses investimentos.

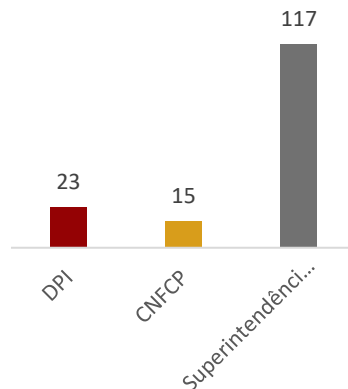
Gráfico 25 - Recurso (em R\$) por unidades solicitantes, envolvendo a atuação do DPI, em 2024



Fonte: SCDP e acompanhamento anual realizado pela COADM/DPI.

¹compõe o valor dos recursos do Plano de Ação 9269/2024 e da suplementação feita pelo DPA em Nota de Empenho no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) para utilização da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial

Gráfico 26 - Quantidade de deslocamento por unidade solicitante, em 2024, envolvendo a atuação do DPI.



Fonte: SCDP e acompanhamento anual realizado pela COADM/DPI.

A atuação do IPHAN nos territórios foi afetada pelos cortes orçamentários ocorridos em 2024 e pela flutuação nos valores de passagens aéreas. Por esse motivo, foi dada priorização aos deslocamentos mais essenciais ao acompanhamento da salvaguarda do patrimônio imaterial nos interiores dos estados pelas Superintendências, para que essa atividade essencial não fosse interrompida, mesmo que reduzida.

A atuação de gestores e técnicos do IPHAN no campo do patrimônio imaterial não se restringiu apenas ao território nacional. Em 2024, foi dada continuidade ao fortalecimento das políticas, programas e projetos internacionais voltados para as referências culturais imateriais da América Latina e da Humanidade.

O DPI é o núcleo focal do Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina e Caribe (Crespial), em que a direção do Departamento exerce a representação do Brasil no Conselho Administrativo (CAD) desse Centro de Categoria 2 da Unesco. O CAD é o órgão máximo de governança do Crespial e, além de representantes dos núcleos focais dos países membros, conta também com uma representação da Diretoria Geral da Unesco. As reuniões ordinárias do CAD são anuais, entretanto, em 2024, a participação do Brasil não foi possível devido à sua ocorrência no mesmo período da 4ª Conferência Nacional de Cultura (4ª CNC).

Integrou, também, o Grupo de Apoio à representação do IPHAN no Comitê Técnico de Patrimônio e Turismo (Compat) da Comissão de Patrimônio Cultural (CPC) do Mercosul Cultural. De maneira virtual, foram realizadas reuniões sobre a Presidência *Pro Tempore* do Paraguai e do Uruguai no Mercosul Cultural em 2024. Outra frente de ação do Departamento nesse sentido foi a participação no Grupo de Apoio à representação do IPHAN no GT Teatros do Mercosul, com a participação de representantes em reuniões virtuais entre outras atividades do grupo.

Em 2024, o DPI também fez parte da composição das delegações brasileiras na 19ª Reunião do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (19COM) da Unesco e, ainda, na Assembleia Geral dos Estados-Partes da Convenção 2003 para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco. Esses são dois dos principais fóruns internacionais relativos ao patrimônio imaterial, por meio dos quais são deliberados os assuntos que concernem à implementação e aplicação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, da qual o Brasil é signatário.

Durante a 19COM, DPI e detentores de bens culturais imateriais brasileiros participaram também do evento paralelo “Patrimônio cultural imaterial, mudança climática e segurança alimentar: desafios e potencialidades para a salvaguarda das culturas alimentares”, ocasião em que foi lançada a Declaração de Assunção sobre a Importância do Patrimônio Cultural Imaterial para a Segurança Alimentar no Contexto das Mudanças Climáticas, construída a partir de diálogos entre os países da América Latina e Caribe, nos quais houve participação ativa do Brasil.

Cabe, ainda, mencionar a participação do corpo técnico e de gestores do IPHAN no Fórum Conectando o Patrimônio Vivo, os direitos culturais e o desenvolvimento sustentável a partir da América Latina e no Primeiro Encontro Iberoamericano de Tradições Musicais como patrimônio Cultural Imaterial, em ambos o Crespial atuou como parte da organização.

4.3.7.5 - Ações orçamentárias aprovadas e empenhadas no âmbito da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial

Em 2024, o montante de R\$ 4,2 milhões em orçamento para atividades finalísticas do IPHAN na Ação 20ZH foi destinado especificamente à atuação do IPHAN na seara do patrimônio imaterial. Os recursos foram distribuídos nos Planos de Ação sistematizados a seguir, cadastrados no SIG-IPHAN.

Tabela 8 - Planos de Ação sob gestão do DPI aprovados em 2024 (em R\$)

ID	Unidade	Ação de Destino ¹	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
9724	CNFCP	Celebração dos 65 do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular e 40 anos da Sala do Artista Popular	37.500,00	37.500,00	37.500,00
9741	CNFCP	Aditamento de prazo e acréscimo de valor ao contrato de serviços de concepção, programação visual e produção editorial	26.541,66	-	-
9266	DPI	Cooperação e fortalecimento institucional a partir do sistema Tainacan em parceria entre Iphan e Laboratório Tainacan – FCI/UnB, para desenvolvimento continuado de sistemas do PCI (1º Repasse)	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00
9269	DPI	Diárias e Passagens para as ações finalísticas da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial	161.177,45	161.177,45	154.050,16
9267	DPI	Fomento a projetos selecionados pelo Edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, edição 2023 (continuidade)	2.775.721,06	2.384.721,06	2.368.139,46
9275	IPHAN-PE	Oficinas de Dança Tradicional de Caboclinho	67.000,00	67.000,00	67.000,00
9549	IPHAN-RO	Termo de Execução Descentralizada para elaboração Dossiê de Registro do Divino Espírito Santo do ale do Guaporé/RO (continuidade)	45.736,80	42.302,63	42.302,63
Total			4.213.676,97	3.792.701,14	3.768.992,25

Fonte: SIG-IPHAN.

¹ Título do ID adaptado para melhor compreensão da ação de destino nas Tabelas 1 e 2.

Além desses Planos de Ação, outros empreendimentos sob a responsabilidade do DPI tiveram o valor total de R\$ 2,3 milhões em recursos empenhados por meio de emendas parlamentares destinadas à Ação Orçamentária 20ZH, no âmbito da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial. Udeles também para investimento em projetos classificados no Edital do PNPI em 2023, outros para projetos e programas do CNFCP e um para a salvaguarda do Jongo do Sudeste.

Tabela 9 - Planos de Ação sob gestão da Coordenação de Assuntos Legislativos (COASPAR), relativos à unidade DPI, aprovados em 2024 (em R\$).

ID	Unidade	Ação de Destino	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
9755	DPI	Apoio a projetos de salvaguarda do patrimônio imaterial do PNPI 2023 no Rio de Janeiro	900.000,00	900.000,00	-
9554	DPI	Encontro de Salvaguarda do Jongo no Rio de Janeiro	312.000,00	312.000,00	-
9762	CNFCP	Projetos da Difusão Cultural do CNFCP	3.900,00	-	-
9761	CNFCP	Programa Sala do Artista Popular Edição 2024/2025	300.000,00	300.000,00	-
9530	CNFCP	Projetos e Programas do CNFCP	493.540,00	154.000,00	-
9511	CNFCP	Programa de Edições e projetos educativos	294.138,81	-	-
Total			2.303.578,81	1.666.000,00	-

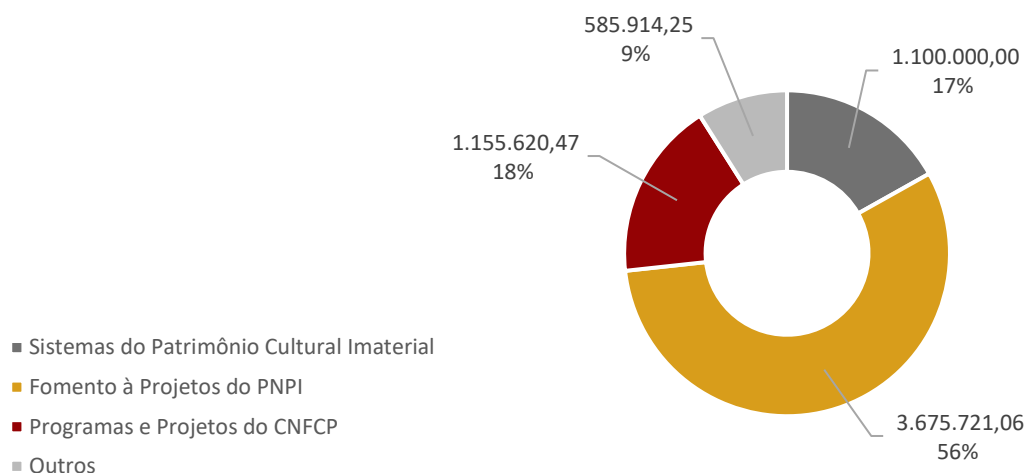
Fonte: SIG-IPHAN.

Ao todo, o montante de R\$ 6,5 milhões foi empenhado em 2024 no âmbito da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial. Dando continuidade à retomada do Edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (Edital do PNPI), iniciada no ano anterior, 56% dos recursos empenhados foram investidos em projetos já classificados pelo certame em 2023.

Outro investimento significativo foi destinado à inovação em serviços públicos, com 18% dos recursos empenhados na parceria entre o IPHAN e a Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (FCI/UnB) para a continuidade do desenvolvimento dos sistemas do patrimônio cultural imaterial utilizando a plataforma Tainacan, com foco na modernização dos serviços prestados à sociedade por meio da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial e na ampliação do acesso à informação sobre o patrimônio brasileiro em transparência ativa.

Por fim, cabe mencionar o investimento em projetos e programas do CNFCP, perfazendo 17% desse montante de recursos empenhados em 2024, com significativa parcela de emendas parlamentares.

Gráfico 27 - Principais investimentos orçamentários do IPHAN empenhados para ações da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial (em R\$ e em Percentagem).



Fonte: SIG-IPHAN e COADM/DPI.

4.3.7.6 - Monitoramento de Ações de Salvaguarda Desenvolvidas pelas Superintendências para Bens Registrados

Como uma das formas de implementação da Portaria IPHAN nº 200/2016, um dos instrumentos de gestão aplicados pelo IPHAN anualmente no âmbito da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial é o **Formulário de Monitoramento das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados**. Entre os objetivos do Formulário, destacam-se: sistematizar o registro documental das ações de salvaguarda desenvolvidas pelo IPHAN; permitir avaliação integrada das ações de salvaguarda realizadas ou apoiadas pelo Instituto; subsidiar técnicos ou gestores na tomada de decisão e na produção de documentos institucionais que necessitem quantificar os resultados das ações de salvaguarda; acompanhar a evolução dos processos de salvaguarda de Bens Registrados nas Unidades Federativas; e contribuir com a avaliação de políticas públicas para os Bens Culturais reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil, bem como com a avaliação continuada da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial.

Em 2024, o DPI aplicou junto às unidades do IPHAN, entre os dias 16 de outubro de 2024 e 3 de janeiro de 2025, o Formulário de Monitoramento das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados - Ciclo 2024 ([Processo SEI nº 01450.009299/2024-16](#)).

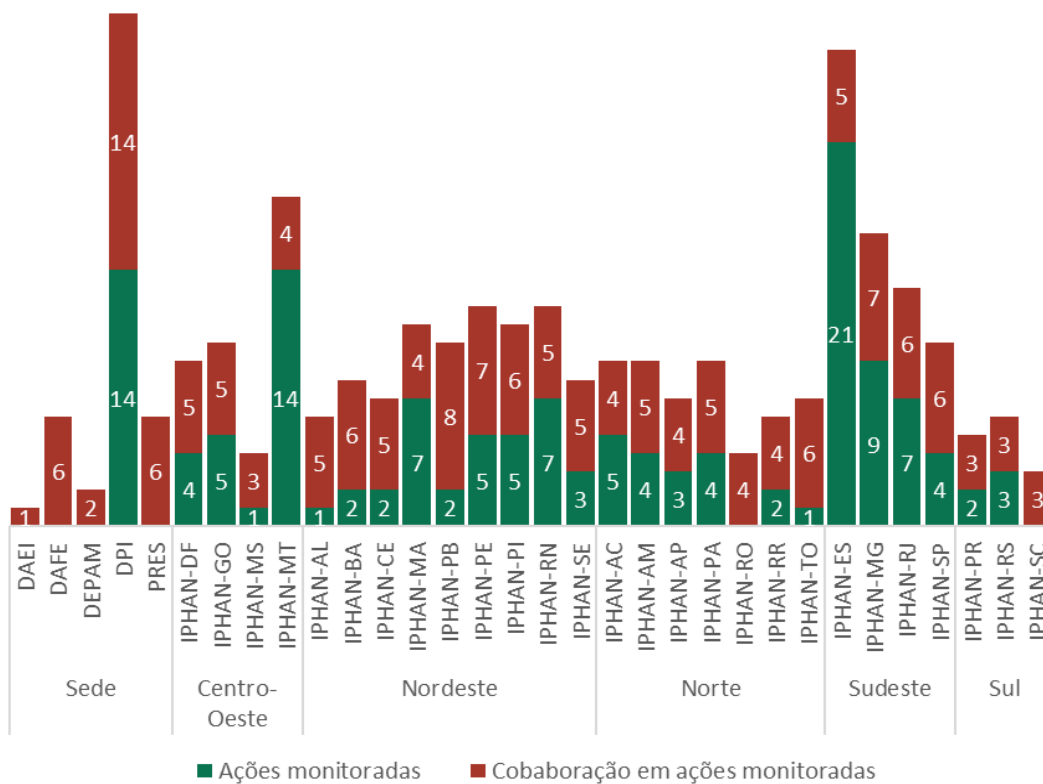
Considerando o volume de dados coletados, o tratamento e avaliação de todas as fichas estão em andamento e serão posteriormente convertidos em informações qualificadas acerca da salvaguarda dos bens registrados, via “Relatório Anual de Monitoramento das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados” e “Compêndio das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados Monitoradas”. Não obstante, avaliações preliminares apresentam as informações a seguir:

As unidades do IPHAN encaminharam ao DPI **137 formulários de monitoramento** relativos às ações de salvaguarda executadas ao longo de 2024 para Bens Culturais Registrados (um acréscimo de 17% em relação ao ano anterior). As ações desenvolvidas beneficiaram de forma direta ou indireta todas as **27 Unidades Federativas** do país e beneficiaram diretamente **43 bens registrados** (75% do total de bens

registrados). Apenas dez ações de salvaguarda foram consideradas emergenciais (7%), 110 ações foram realizadas em parcerias com a comunidade detentora e/ou parceiros institucionais (80%) e nove ações monitoradas foram executadas por comunidades detentoras e/ou parceiros institucionais.

O Gráfico 4, adiante, especifica, no eixo vertical, a quantidade de ações de salvaguarda de bens registrados monitoradas por Unidade do IPHAN (legenda em verde) e inclui a quantidade de ações em que a respectiva unidade atuou em colaboração (legenda em vermelho); no eixo horizontal, o gráfico especifica as unidades do IPHAN, agrupando as nas categorias Sede, Centro-oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. Foram citadas 32 unidades do IPHAN (todas as superintendências e os departamentos finalísticos), mas a submissão de formulários foi realizada por 26 unidades, com destaques para o IPHAN/ES, o IPHAN/MT e o IPHAN/MG.

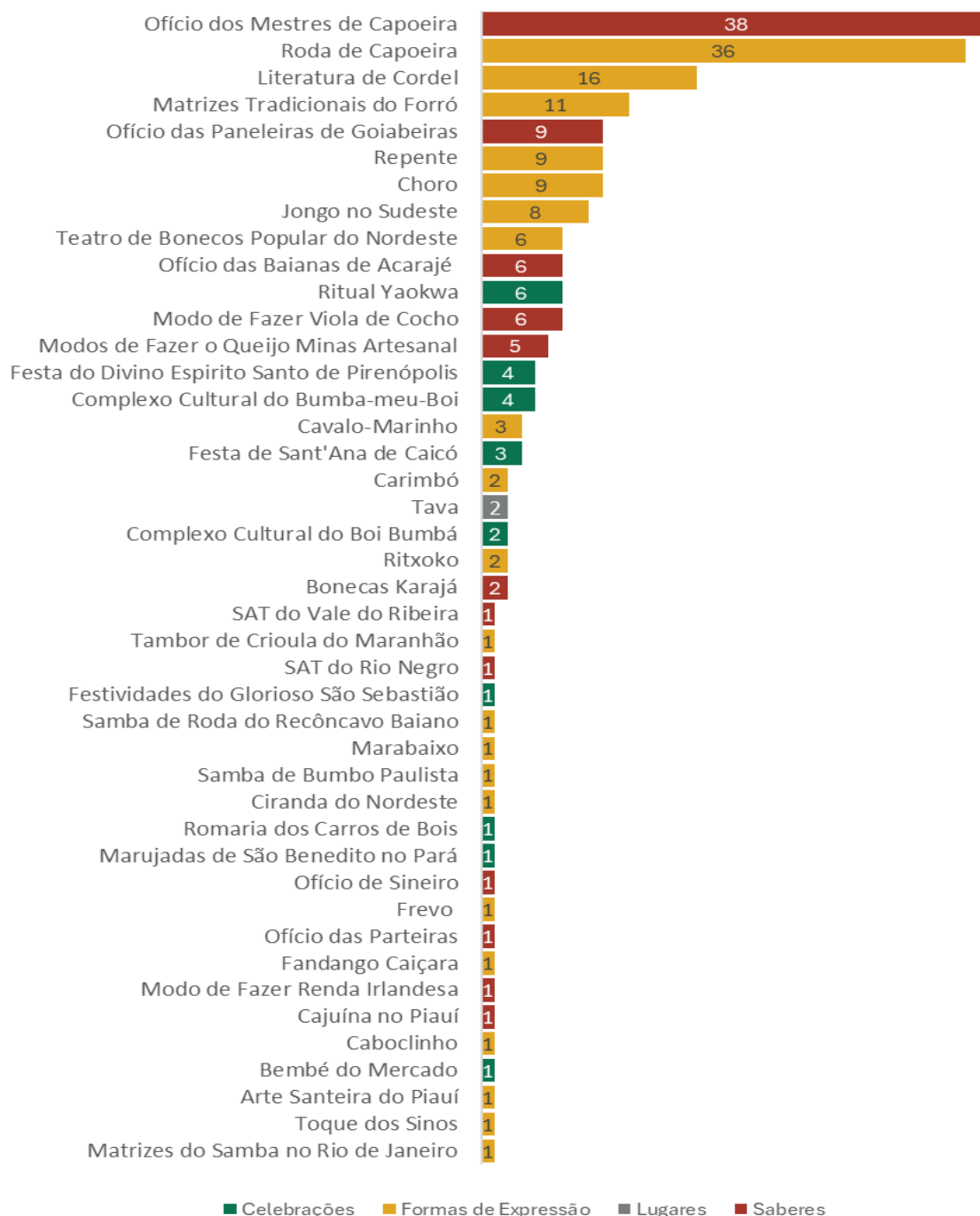
Gráfico 28 - Quantidade de ações de salvaguarda monitoradas por unidade, em 2024.



Fonte: Ciclo 2024 do Formulário de Monitoramento das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados, COMAS/CGPS/DPI (2025).

O Gráfico X, a seguir, apresenta, no eixo horizontal, a quantidade de ações de salvaguarda monitoradas por bem registrado; enquanto o eixo vertical indica os bens registrados que tiveram ações monitoradas, categorizados por Livro de Registro, conforme legenda. O gráfico, por uma questão de dimensionamento, apresenta um título resumido para os 43 bens registrados que tiveram ações monitoradas, mas a titulação oficial e a documentação pertinente a cada registro podem ser consultadas em <https://bcr.IPHAN.gov.br/>. Cumpre destacar que cada ação de salvaguarda pode beneficiar mais de um bem registrado, inclusive em Livros de Registro distintos.

Gráfico 29 - Quantidade de ações de salvaguarda monitoradas por bem registrado, em 2024.



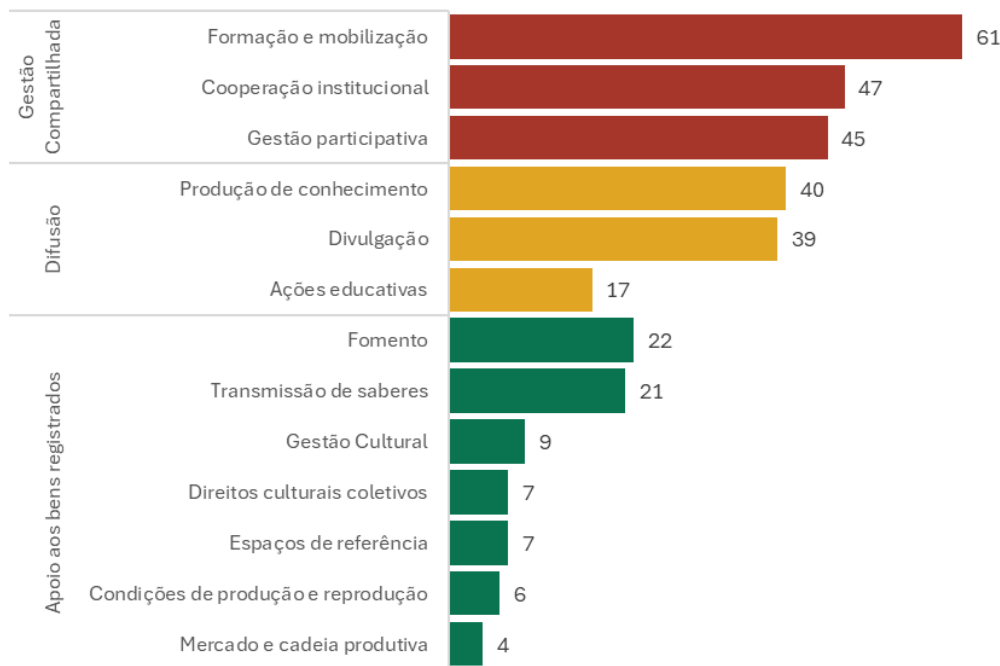
Fonte: Ciclo 2024 do Formulário de Monitoramento das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados, COMAS/CGPS/DPI (2025).

Os 14 bens registrados que não tiveram ações de salvaguarda monitoradas em 2024 foram: Arte Kusiwa - Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajápi; Círio de Nossa Senhora de Nazaré; Cachoeira de Iauaretê - Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri; Feira de Caruaru; Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty/RJ; Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim; Maracatu Nação; Maracatu de Baque Solto; Modos de Fazer Cuias do Baixo Amazonas; Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha/CE; Feira de Campina Grande; Tradições Doceiras na Região de Pelotas e Antiga Pelotas – Morro

Redondo, Turuçu, Capão do Leão e Arroio do Padre; Procissão do Senhor dos Passos de Florianópolis e Banho de São João de Corumbá e Ladário/MS.

O Gráfico x, adiante, demonstra, no eixo vertical, as tipologias de ações de salvaguarda categorizadas pelos eixos temáticos gestão compartilhada, difusão e apoio aos bens registrados; o eixo horizontal apresenta a quantidade de ações de salvaguarda monitoradas por tipologia de ação. Cumpre destacar que cada ação de salvaguarda pode ser categorizada em mais de uma tipologia de ação, inclusive de eixos temáticos distintos.

Gráfico 30 - Quantidade de ações de salvaguarda monitoradas por tipologia de ação, em 2024



Fonte: Ciclo 2024 do Formulário de Monitoramento das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados, COMAS/CGPS/DPI (2025).

As informações apresentadas refletem a complexidade e a abrangência das ações de salvaguarda realizadas pelo IPHAN para proteção, valorização e preservação dos bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil. O aumento no volume de ações monitoradas (mesmo com a drástica redução orçamentária em 2024, quando comparada com 2023) e na participação das unidades do IPHAN evidencia o compromisso institucional com a preservação e valorização dos bens registrados, bem como a efetividade do sistema de monitoramento como ferramenta estratégica de gestão. O relatório anual e o compêndio de 2024 servirão como instrumentos fundamentais para a análise continuada das políticas públicas e para o aprimoramento das ações de salvaguarda e serão publicados no decorrer de 2025.

O [Relatório Anual de Monitoramento das Ações de Salvaguarda de Bens registrados – Ciclo 2023](#) e o [Compêndio das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados Monitoradas em 2023](#) foram finalizados no decorrer de 2024 e já estão disponíveis no sítio oficial do IPHAN, na seção de publicações.

4.3.7.7 - Edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

Em 2023, o [Edital do PNPI](#) classificou 58 projetos, formando um banco de iniciativas aptas ao recebimento de investimentos orçamentários do Governo Federal para realização de ações que visam a identificação, promoção e sustentabilidade do patrimônio cultural imaterial em diversos territórios do Brasil. O Edital se estruturou em três linhas:

- I. projetos de pesquisa e identificação de bens culturais imateriais utilizando o novo Inventário Nacional de Referências Culturais;
- II. projetos de pesquisa sociolinguística que utilizem como referência o Guia de Pesquisa e Documentação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL);
- III. iniciativas de apoio e fomento aos Bens Culturais Registrados (BCR) como Patrimônio Cultural do Brasil, inscritos em um dos Livros de Registro do IPHAN.

Ainda em 2023, foi empenhado o montante de R\$ 9,7 milhões da Ação Orçamentária 20ZH nesses projetos e, em 2024, o valor adicional de R\$ 3,6 milhões, como demonstrado anteriormente. No segundo ano desde a retomada do Edital, este importante instrumento da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial já possibilitou ao IPHAN alcançar a marca de cerca de R\$ 13 milhões de investimento em parcerias com outras instituições públicas e, principalmente, com a sociedade civil, para, em conjunto, salvaguardar o patrimônio cultural brasileiro.

Em 2024, além do investimento orçamentário, houve uma grande concentração de força de trabalho para a formalização das parcerias para início, de fato, da execução dos projetos nos diversos territórios de incidência. O IPHAN convocou 30 dos 58 proponentes para celebração de Termos de Colaboração, de Convênio e de Execução Descentralizada, em suas respectivas linhas de atuação. Quanto ao *status* de celebração das parcerias, 25 dos projetos convocados tiveram os respectivos instrumentos de parceria celebrados.

Gráfico 31 - Distribuição dos 25 projetos celebrados por tipo de instituição parceira

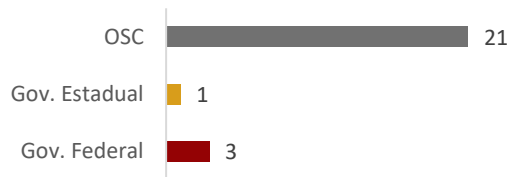
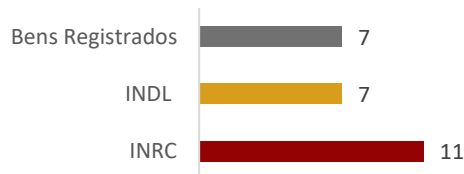


Gráfico 32 - Distribuição dos 25 projetos celebrados por linha do Edital - (Quantidade)



Fonte: COADM-DPI/DPI.

Os gráficos dispostos acima confirmam desdobramento já observado desde o resultado da avaliação dos projetos submetidos do certame em 2023: um reforço significativo em ações para identificação de bens culturais, utilizando o INRC, e para a diversidade linguística, utilizando o Guia para o INDL; assim como, uma predominância de projetos propostos pelas OSC, ampliando a participação social na formulação e na gestão de iniciativas em prol do patrimônio cultural imaterial.

Em 2025, após votação da Lei Orçamentária Anual (LOA), intenciona-se dar continuidade à convocação de parceiros classificados, conforme a disponibilidade orçamentária. Ademais, almeja-se realizar a conclusão do repasse financeiro para parcerias já celebradas.

Identificação de Referências Culturais Imateriais

As ações de identificação do patrimônio imaterial estão voltadas para as atividades de pesquisa e documentação do patrimônio cultural imaterial, tanto consagrado quanto não consagrado. É uma importante ação que embasa tomadas de decisão futuras dos demais processos de salvaguarda do patrimônio imaterial, além de auxiliar na produção de uma cartografia da diversidade cultural brasileira.

Entre as ações de identificação que tiveram impacto nas entregas do DPI para a sociedade durante 2024, destacam-se três oficinas de capacitações de usuários do sistema *online* do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).

O INRC foi criado pelo IPHAN como instrumento de identificação do patrimônio cultural brasileiro em 2000 e teve sua nova plataforma lançada em meados de 2023. O novo espaço virtual poderá receber documentos, fotos, áudios e vídeos sobre as manifestações da cultura brasileira – inicialmente a partir de

projetos-piloto, que contribuirão para o aperfeiçoamento do Inventário. Considerada uma iniciativa para inovação e governo digital, a plataforma poderá ser utilizada por prefeituras, governos estaduais, organizações não governamentais e, principalmente, pelas próprias comunidades detentoras das referências culturais nos mais diversos territórios do País. Nesse formato, o INRC facilita a identificação de universos culturais, além de se aprimorar, enquanto um repositório de conhecimento para toda a sociedade, agora mais disponível ao amplo acesso.

Então, para que a plataforma de fato inicie sua utilização e se desenvolva, dedicou-se a capacitar pesquisadores, grupo de detentores, parceiras da sociedade civil e de demais instâncias estatais, além de servidores do IPHAN, para sua utilização. Nas três oficinas de Educação à Distância (EAD) oferecidas, participaram, aproximadamente, 250 pessoas, grande parte vinculadas aos 20 projetos de INRC atualmente em desenvolvimento.

Identificação da Diversidade Linguística Brasileira

O reconhecimento e a valorização da Diversidade Linguística são ações desenvolvidas a partir do Decreto nº 7.387/2010, no qual o IPHAN, representando o MinC, assumiu a gestão e o desenvolvimento da parte técnica do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL).

Em 2024, foi concluído o desenvolvimento da versão *online* do INDL. Ação realizada no âmbito da parceria estabelecida por meio do [Termo de Execução Descentralizada Nº 1/2022](#), com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com vistas ao desenvolvimento de plataforma *online* que servirá como repositório virtual dos projetos de inventários sociolinguísticos. A plataforma foi internalizada ao sistema de tecnologia da informação do IPHAN em fins de 2024, para que os novos inventários realizados a partir do chamamento do Edital do PNPI já possam ser iniciados com a ferramenta *online*. A versão virtual do INDL abrigará informações e documentação em diversos formatos (áudio, audiovisual, fotos, textos, *links* etc.) sobre a diversidade linguística brasileira.

Devido ao desenvolvimento da nova plataforma do INDL, em 2024, foram realizadas duas oficinas com um público de, aproximadamente, 100 pessoas: uma oficina para o público de pesquisadores e falantes envolvidos em 6 projetos de inventários; e uma oficina para o público interno do IPHAN. A intenção foi capacitá-los, tanto no uso da plataforma, quanto na metodologia de pesquisa, além de apresentar o arcabouço teórico geral sobre política de diversidade linguística.

Além disso, realizou-se o acompanhamento do lançamento e da distribuição dos Dicionários Talian-Português e Português-Talian, de Darcy Loss Luzzato, com o apoio da Superintendência do IPHAN nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, além de contar com o apoio da comunidade falante do Talian.

Por fim, entre os destaques das ações de 2024 realizadas com vistas a fortalecer a diversidade linguística, trabalhou-se na construção da minuta de Portaria Interministerial para a instauração do Conselho Nacional de Políticas para Diversidade Linguística, a fim de melhor coordenar e articular a atuação dos diversos órgãos e entidades da Administração Pública federal. A expectativa é que o ato de instituição desse colegiado seja publicado em 2025 e, a partir disso, sejam avaliadas novas propostas de reconhecimento de línguas inventariadas como referências culturais brasileiras.

4.3.7.8 - Ações de Identificação e Reconhecimento de Bens Imateriais

No campo do patrimônio imaterial o instrumento de consagração de bens culturais imateriais é o Registro como Patrimônio Cultural do Brasil, que resulta na inscrição em um dos quatro Livros de Registro: Ofícios, Saberes, Lugares e Formas de Expressão. Os patrimônios registrados são, portanto, os bens culturais imateriais reconhecidos formalmente pelo Governo Federal segundo o Decreto nº 3.551/ 2000.

Esses bens caracterizam-se pelas práticas e domínios da vida social apropriados por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade. São transmitidos de geração a geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, sua interação com a natureza e sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade. Contribuem, dessa forma, para promoção do respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Desde a promulgação do Decreto nº 3.551/2000, o Registro é uma das principais ações que atendem ao princípio da preservação do patrimônio, integrando de forma contundente as culturas populares e tradicionais ao escopo dos bens culturais reconhecidos nacionalmente. Até o momento, o IPHAN registrou 57 bens culturais imateriais como Patrimônio Cultural do Brasil, aproximando-se do Indicador Estratégico 21 - “Ampliar o Registro de bens culturais de natureza imaterial” do Objetivo Estratégico 12 - “Democratizar o acesso ao patrimônio cultural”, cuja meta era - “Atingir a totalidade de 60 bens Registrados até dezembro de 2024”, mencionados na [Portaria IPHAN nº 23, de 17 de maio de 2021](#).

Apesar dos enormes esforços para cumprir essa meta durante os anos de 2023 e 2024, a diminuição de realização de reuniões do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural afetou o desempenho institucional nesse quesito. Ainda assim, em 2024, foram apreciados pelo Conselho Consultivo e registrados quatro novos bens culturais imateriais, conforme demonstrado na Tabela 4, adiante:

Tabela 10 - Relação dos bens culturais imateriais registrados, em 2024, como Patrimônio Cultural do Brasil

Mês	Bem Cultural Registrado	Livro de Registro
fevereiro	Choro	Formas de Expressão
maio	Samba de Bumbo Paulista	Formas de Expressão
maio	Ofício, Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil	Saberes
setembro	Marujadas de São Benedito no Pará	Celebrações

Fonte: CGIR/DPI.

Ressalta-se, ainda, a realização de quatro reuniões da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial nas quais foram analisadas as pertinências preliminares para instrução de 20 solicitações de Registro de bens culturais imateriais. Além disso, outros dois processos foram finalizados em 2024 e encontram-se aptos para apreciação do Conselho Consultivo em 2025. São eles:

- Solicitação de Registro do Procissão de Nosso Senhor dos Passos de Lençóis/BA;
- Solicitação de Registro do Saberes do Rosário: Congados, Congadas e Ternos de Moçambique.

Destaca-se, também, o empenho de recurso para a instrução técnica dos processos de Folia de Reis e Reisados. Além da finalização desses processos, diversas outras ações foram realizadas para dar continuidade e realizar o acompanhamento e supervisão de processos de Registro em andamento, contemplando realização de reuniões de mobilização e esclarecimento, orientação às equipes contratadas, análise de materiais, contratação de pesquisa, entre outras ações. Destacam-se, principalmente, ações com os seguintes processos de Registro: Cocos do Nordeste, Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado, Tooro Nagashi em São Paulo/SP, Pesca Colaborativa com Botos em Laguna/SC; Engenhos de Farinha em Santa Catarina/SC; Festa da Nossa Senhora do Rocio; entre outros.

Revalidação de Bens Culturais Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil

No que diz respeito à reavaliação para Revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil de Bens Culturais Registrados, em 2024 foram encaminhados para avaliação da Câmara Setorial de Patrimônio Imaterial (CSPI), obtendo aprovação preliminar dos pareceres de reavaliação, os processos relativos aos seguintes bens culturais:

Tabela 11 - Relação de bens culturais cuja reavaliação foi apreciada, em 2024, pela CSPI.

Mês	Bem Cultural
agosto	Modo de Fazer Viola de Cocho
outubro	Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe
outubro	Ofício de Mestre de Capoeira
outubro	Roda de Capoeira
novembro	Saberes e Práticas Associadas ao Modo de Fazer Bonecas Karajá
novembro	Ritxokó: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá
novembro	Festa do Divino Espírito Santo de Paraty

Fonte: CGIR/DPI.

Os bens culturais acima relacionados já podem ser apresentados ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para deliberação quanto à Revalidação, alguns deles, inclusive, já tiveram essa decisão final proferida. Em 2024, o Conselho Consultivo avaliou e aprovou os processos dos seguintes bens, que tiveram seus títulos de Patrimônio Cultural do Brasil revalidados:

Tabela 12 - Relação de bens culturais com títulos revalidados em 2024.

Mês	Bem Cultural
setembro	Jongo no Sudeste
novembro	Ofício de Mestre de Capoeira
novembro	Roda de Capoeira
novembro	Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe
novembro	Samba de Roda da Bahia
novembro	Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro
novembro	Toque dos Sinos em Minas Gerais
novembro	Ofício de Sineiro

Fonte: CGIR/DPI.

Dessa forma, com a retomada das reuniões do Conselho Consultivo, aproximou-se de cumprir o Indicador Estratégico 24 - “Percentual de bens registrados revalidados” do Objetivo Estratégico 13 - “Fomentar a participação da sociedade na preservação”, que tem como Meta - “Revalidar 100% dos bens registrados há mais de 10 anos até o final de 2024”.

4.3.7.9 Análise de propostas, processos e projetos intersetoriais relativos ao Patrimônio Cultural Imaterial

Além da gestão, da implementação e da aplicação dos macroprocessos, processos e instrumentos da Política de Salvaguarda, há aqueles processos que, por natureza, são intersetoriais e que podem perpassar diversos setores do IPHAN, dentro de suas respectivas especialidades, e por esse motivo impactam a força

de trabalho que está dedicada às ações voltadas para o patrimônio cultural imaterial nas unidades do IPHAN, seja no DPI, no CNFCP ou nas Superintendências do IPHAN.

Apresentam-se, a seguir, três tipologias de processos que se destacam nesse contexto de intersectorialidade, quais sejam:

4.3.7.9.1 Análise de Impacto ao Patrimônio Cultural Imaterial

O licenciamento ambiental é uma obrigação legal compartilhada entre instituições federais, estaduais e municipais e precede a instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente destrutiva para a cultura local ou para o meio ambiente. Em tais processos, o IPHAN manifesta-se quanto ao risco de impacto desses empreendimentos ao patrimônio cultural, seja material, imaterial ou arqueológico.

Em 2024, 4.607 Fichas de Caracterização de Atividade (FCA) foram submetidas à manifestação do IPHAN e foram analisadas quanto à possibilidade de impacto ao patrimônio imaterial. Dessas, 142 geraram a necessidade de apresentação de Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Imaterial (RAIPI), também analisados pelos servidores e servidoras especializados(as) em patrimônio imaterial.

Essa é uma demanda que incide, principalmente, sobre as equipes de patrimônio imaterial nas Superintendências da Entidade. Isso porque, de forma majoritária, as FCAs e os RAIPIs são avaliados pelas unidades localizadas nos estados de ocorrência dos empreendimentos, conforme disposto na IN.

4.3.7.9.2 Análise de propostas da sociedade para fomento ao Patrimônio Cultural Imaterial

A [Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991](#), também conhecida como Lei Rouanet, tem o objetivo de fomentar a atividade cultural no Brasil e instituiu o Programa Nacional de Incentivo à Cultura (Pronac) para captar e canalizar recursos para o setor cultural. Quando destinados ao patrimônio cultural imaterial, os projetos são avaliados pelas equipes técnicas dessa especialidade no IPHAN.

Em 2024, 48 projetos propostos ao Pronac e tramitados no Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic) foram avaliados e receberam pareceres das equipes do DPI e do CNFCP, que contribuíram, assim, com a implementação eficaz desse mecanismo de fomento e com as iniciativas em favor do patrimônio imaterial para fora do IPHAN, com participação ativa da sociedade civil.

4.3.7.9.3 Análise de proposições e indicações legislativas relativas ao Patrimônio Cultural Imaterial

Em 2024, o DPI analisou 89 peças processuais de proposições legislativas. São Projetos de Lei, Indicações Legislativas ou Projetos de Lei em fase de sanção que são tramitados aos Ministérios que possuem interface com a matéria para que se manifestem tecnicamente.

O quantitativo de análises legislativas pelo DPI em 2024 representou a marca de mais de 200% das análises do mesmo tipo no ano anterior pela unidade. Por intermédio dos pareceres emitidos pelos Departamentos, o IPHAN tem estabelecido uma frente de informação junto ao Poder Legislativo, comunicando sobre as políticas públicas, processos, instrumentos, princípios e atribuições dadas pelos normativos federais voltados para o patrimônio cultural, a exemplo do Decreto nº 3.551/2000, e do Decreto nº 5.753/2006.

4.3.7.10 - Inovação de serviços e acesso à informação sobre o patrimônio imaterial

Em 2024, foi finalizada a colaboração entre o IPHAN e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) para o desenvolvimento das plataformas do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), do Inventário Nacional de Diversidade Linguística (INDL) e do Repositório Digital dos Bens Culturais Registrados (BCR). Como consolidação das reflexões e dos resultados alcançados pela parceria, foi lançado junto com o Ibict o livro “[Memória em Rede do Inventário Nacional de Referências Culturais](#)”.



Na sequência, foi dada continuidade ao desenvolvimento desses sistemas por meio do estabelecimento de um Termo de Execução Descentralizada com a Faculdade de Ciências da Informação da Universidade de Brasília (FCI/UnB). O novo instrumento, firmado com investimento de R\$ 3,2 milhões ao longo de 3 anos, terá duração até março de 2027 e visa o tratamento qualitativo dos dados do legado do INRC e do INDL, além de aprimoramento dos Repositórios do [BCR](#) e [INRC](#), da finalização do [INDL](#), somado ainda à criação do banco de imagens do patrimônio cultural.

A intenção com esse trabalho é aumentar a transparência ativa dos dados construídos pelo IPHAN a respeito da diversidade cultural brasileira, disponibilizar o rico acervo de bens culturais para acesso de toda a sociedade e criar instrumentos para gestão participativa do patrimônio cultural imaterial.

4.3.7 - Ações do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) integra o Sistema MinC como Unidade Especial do IPHAN vinculada ao Departamento de Patrimônio Imaterial. Tem papel central na pesquisa, documentação, difusão e fomento das expressões culturais populares brasileiras. Criado em 1958, suas origens remontam ao Movimento Folclórico Brasileiro e à Comissão Nacional de Folclore, inspirada por recomendações da Unesco.

Localizado em um conjunto arquitetônico tombado pelo IPHAN, no bairro do Catete, Rio de Janeiro/RJ, o Centro possui um acervo museológico com cerca de 20 mil objetos, um acervo arquivístico com 100 metros lineares de documentos, 150 mil itens iconográficos, cinco mil itens audiovisuais e um acervo bibliográfico com, aproximadamente, 50 mil documentos (livros, periódicos, teses, catálogos expositivos e publicações do CNFCP e do IPHAN). Além disso, possui uma cordelteca com mais de 11 mil exemplares de folhetos de cordel e cerca de 62 mil recortes de documentos na hemeroteca. Sua estrutura atual é composta por divisões de pesquisa, difusão, museu, arquivo, biblioteca e administração. Além da exposição de longa duração do Museu de Folclore Edison Carneiro, e de duas galerias para exposições temporárias, a Galeria Mestre Vitalino (GMV) e a Galeria do Terceiro Andar, o CNFCP mantém a Sala do Artista Popular (SAP), com seis exposições anuais e um espaço de comercialização permanente.

Em 2024, o CNFCP destacou importantes realizações, como as celebrações de seus 65 anos e dos 40 anos do SAP. O evento “Encontro na Gira do Tempo” reuniu mesas de conversa, exposições, apresentações culturais e o Mercado Brasil de Artesanato Tradicional, promovendo interação direta entre artesãos e o público. Além disso, a exposição “Nóis morre, as coisa fica” celebrou as artes populares e as contribuições do SAP, refletindo sobre a evolução desse campo no Brasil. Esses eventos contaram com ampla participação e acessibilidade, reforçando o papel do CNFCP na promoção e difusão da cultura popular.

O CNFCP possui espaços expositivos abertos à visitação. Em 2024, foram mais de 70.000 visitas, conforme tabela abaixo:

Tabela 13 - Quantitativo de visitação aos Espaços Expositivos, da CNFCP, em 2024.

Espaço Expositivo	Exposição	Visitação Total (Assinaturas)	Visitação Total (Contador)
Museu de Folclore Edison Carneiro	"Os Objetos e suas Narrativas" e Sala do Artista Popular	16.890	25.144
Galeria Mestre Vitalino	"SAP Mundo Ment" (08/02 a 28/04); "Nóis Morre, as Coisa Fica" - 40 anos da SAP (a partir de 04/07)	21.306	46.704

4.3.8.1 - Ações de incentivo à pesquisa em folclore e cultura popular

4.3.8.1.1 Concurso Sílvia Romero de Monografias sobre Folclore e Cultura Popular

Instituído em 1959 o Concurso Sílvia Romero de Monografias foi idealizado com o propósito de estimular a produção de conhecimento científico sobre os diversos temas do folclore e da cultura popular.

Em 2024, foram recebidas 118 inscrições para o Concurso. A Comissão Especial de Seleção foi composta por cinco especialistas, reconhecidos pela contribuição ao campo de estudos de cultura popular e folclore, sendo um deles integrante dos quadros do IPHAN.

Tabela 14 - Relação de Premiados e Menções Honrosas referentes ao Concurso Sílvia Romero de Monografias, em 2024

Premiação	Monografias
1º prêmio	“Encantaria quilombola” , de Juliana Loureiro Silva, baseada na tese de doutorado original “Encantaria Quilombola: uma etnografia fílmico-fotográfica do atuar dos encantados junto à comunidade rural negra maranhense de Santa Rosa dos Pretos”, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, orientada pelo Prof.º Elsie Lagrou, em 2023.
2º prêmio	“A vida social do pandeiro no Rio de Janeiro (1900 – 1939)” , de Eduardo Marcel Vidili, baseada na tese de doutorado original “A vida social do pandeiro no Rio de Janeiro (1900 – 1939): trânsitos, significados e a inserção no rádio e fonografia”, defendida na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Uni-Rio) – Programa de Pós-Graduação em Música, orientada pelo Prof.º Pedro de Moura
3º prêmio	“Dívidas d’alma: relações entre vivos e mortos na cultura popular do sertão do São Francisco, Minas Gerais” , de Lucas Parreira Alves, baseada na dissertação de mestrado original “Dívidas d’alma: sensibilidades entre vivos e mortos no sertão do São Francisco, Minas Gerais”, defendida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, orientada pelo Prof.º Aderval Costa Filho, em 2023.
1ª Menção Honrosa	““A nossa identidade tá aí: Vila Bela, festança e o povo negro’: heranças da comunidade negra de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT” , de Letícia Helena de Oliveira, título original da dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Programa de Pós-Graduação em História Social, orientada pela Prof.ª Mônica Lima e Sousa, em 2020.
2ª Menção Honrosa	“O Maracatu na Zona da Mata de Pernambuco” , de Noshua Amoras de Moraes e Silva, baseada na dissertação de mestrado “Composição e metamorfose no maracatu da Zona da Mata de Pernambuco”, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, orientada pelo Prof.º Marcio Goldman, em 2018.
3ª Menção Honrosa	“São Gonçalo da Mussuca em transformação: os impactos causados por festivais culturais em grupos populares” , de Denisson Cleber de Farias Santos, título original da dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Sergipe (UFS) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares, orientada pelo Prof.º Marcelo Alves Brazil, em 2022.

Fonte: CNFCP.

Ainda em relação a este Programa, realizou-se em 2024 o evento “Um Dedo de Prosa” com os vencedores do Prêmio Sílvia Romero de Monografias de Folclore e Cultura Popular - edição 2023, Rafael Galante, Carlos Eduardo Machado, Rafaela Sales Goulart, Letícia Freixo Pereira e Leonardo Leal. Também o curso, com três dias de duração, “Os sinos da liberdade sobre as cidades da escravidão: a diáspora africana

e a História Social do ofício de sineiro no Brasil”, ministrado pelo historiador e etnomusicólogo Rafael Galante, vencedor do Concurso em 2023.

4.3.8.1.2 Prêmio Mário de Andrade de Fotografias Etnográficas

No ano de 2024 a segunda edição do Prêmio recebeu inscrições de 254 fotografias individuais e 401 séries fotográficas. Abaixo segue a relação de premiados:

Tabela 15 - Relação de Premiados e Menções Honrosas referentes ao Prêmio Mário de Andrade de Fotografias Etnográficas, em 2024

Premiados	Categoria Fotografia Individual	Categoria Série Fotográfica
1º lugar	Semente ancestral, força encantada Pankararu Autora: Amanda Augusta de Souza Data da fotografia: 2018 Local da fotografia: Território Indígena Pankararu - Pernambuco	Canjerê dos Pretos Velhos na Jurema Sagrada de Pernambuco Autora: Wenny Mirielle Batista Misael Data(s) das fotografias que compõem a série fotográfica: 28 de maio de 2023 e 12 de maio de 2024. Local(is) das fotografias que compõem a série fotográfica: Ilé Aşë Ỗrişànlá Tàlàbí, localizado na rua Orobó nº257, em Arthur Lundgren I, Paulista - Pernambuco.
2º lugar	Ecos ancestrais - Memórias sonoras de um povo Autora: Aurea Carolyne Sobral Germano Data da fotografia: 02/julho de 2023 Local da fotografia: Cortejo Trocando Tambores – BaobÁfriCampinas (Largo do Rosario, Campinas/SP)	Lamparinas do Fogaréu Autor: Fernão Capelo de Amorim Rocha Data(s) das fotografias que compõem a série fotográfica: As fotografias foram tiradas nos anos de 2023 e 2024 durante a Semana Santa Local das fotografias que compõem a série fotográfica: Todas as imagens foram registradas em Oeiras (PI)
3º lugar	Oxum, a rainha da água doce Autor: Mauricio Fonseca dos Santos Identificação do(s) retratado(s) na fotografia (se houver): Deisi Janine de Souza Franco Data da fotografia: 25/09/2023 Local da fotografia: IFRS - Campus Alvorada	As Caretas do Mingau Autor: Matheus Leite Ferreira Data(s) das fotografias que compõem a série fotográfica: 2 de julho de 2022 e 2023 Local(is) das fotografias que compõem a série fotográfica: Saubara-Ba
1ª menção honrosa	Cortejo noturno da Irmandade da Boa Morte Autor: Carlos Pereira Nunes Filho Data da fotografia: 14/08/2023 Local da fotografia: Cidade de Cachoeira – Recôncavo Baiano - BA	Farinhada no Piauí - Um olhar fotográfico nas raízes culturais Autor : John Lucas Pereira Cruz Data(s) das fotografias que compõem a série fotográfica: 03/08/2022 Local(is) das fotografias que compõem a série fotográfica: Capitão de Campos-PI
2ª menção honrosa	Ecos da resistência Autor: Gabriel Passos Pinheiro Data da fotografia: 6/1/2021 Local da fotografia: POJUCA – BA	Brasil profundo - Pega do boi no Sertão de Pernambuco Autor: Leandro Pellizzoni Data(s) das fotografias que compõem a série fotográfica: 27/07/2024 Local(is) das fotografias que compõem a série fotográfica: Serrita PE
3ª menção honrosa	Um contraste cultural Autor: Antonio Jorge Gonçalves de Oliveira Junior Data da fotografia: Julho/2007 Local da fotografia: Vila de São Jorge – Chapada dos Veadeiros, Goiás	Um fio de resistência Autor: Luciano Santos Dayrell Data(s) das fotografias que compõem a série fotográfica: Julho e Setembro de 2023 Local(is) das fotografias que compõem a série fotográfica: Quilombo do Gurutuba, nas comunidades de Malhada Grande e Picada, no município de Catuti, Minas Gerais

Fonte: CNFCP.

4.3.8.1.3 Mapeamento das matrizes tradicionais do forró no estado do Rio de Janeiro/RJ

O Mapeamento tem o objetivo de conhecer aqueles que se dedicam à difusão, à continuidade e ao fortalecimento do forró. Esta pesquisa está sendo coordenada pela Associação Cultural do Museu de Folclore Edison Carneiro (Acamufec), com o acompanhamento do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/IPHAN e a participação de pesquisadores detentores e bolsistas do curso de Produção Cultural do Polo Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Em 2024 foi realizada o primeiro encontro virtual de apresentação do projeto, e o encontro virtual temático “Quadrilhas Juninas”. Também o encontro de mobilização presencial com detentores da região das Baixadas Litorâneas, em Aldeia Velha, no Rio de Janeiro/RJ.

4.3.8.1.4 Mercado Brasil de Artesanato Tradicional

Grande mostra realizada em parceria com a Acamufec nos jardins do Palácio do Catete, ponto turístico da cidade do Rio de Janeiro/RJ. Destinada à difusão da arte popular e do artesanato tradicional, reuniu objetos provenientes de mais de 65 comunidades de todas as regiões do Brasil, que por seu significado simbólico, tecnologia de confecção ou matéria-prima empregada são testemunhos do viver e do fazer das comunidades tradicionais. Nela, os artistas/artesãos, que já passaram pelos programas institucionais Sala do Artista Popular e Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural expõem seus trabalhos, explicam e demonstram as técnicas de confecção, estipulam livremente o preço e beneficiam-se integralmente da renda obtida com as vendas durante a mostra. Além da venda de objetos artesanais e das oficinas de demonstração de técnicas, a Mostra trouxe ao público apresentações de grupos culturais.

Em 2024, a 7ª edição do Mercado Brasil de Artesanato Tradicional integrou o calendário de comemorações pelos 65 anos do CNFCP e os 40 anos do Programa Sala do Artista Popular, realizando-se junto ao Seminário “Na Gira do Tempo: CNFCP 65 anos”, realizado no período de 05 a 09 de setembro. Foram promovidas as oficinas Cerâmica do Vale do Jequitinhonha; Trançados de Buriti ; Xilogravura ; Escultura em Madeira ; Acessórios de Rede ; Bordados e Objetos de Sucata.

4.3.8.2 - Sala do Artista Popular (SAP)

O Programa Sala do Artista Popular (SAP), criado em 1983, é uma iniciativa permanente de pesquisa, documentação, difusão e fomento à arte popular e ao artesanato tradicionais brasileiros. Suas ações incluem pesquisas de campo, registro fotográfico, produção de exposições temporárias com catálogos etnográficos, vídeos documentários e atividades interativas, como oficinas e rodas de conversa. Além disso, o SAP mantém um espaço permanente de comercialização, onde os artistas definem os preços de suas obras,

ampliando oportunidades de mercado e promovendo o contato com diversos públicos, colecionadores e galeristas.

Em 2024, por meio do Termo de colaboração com a o Acamufec, realizou cinco edições e uma extra-SAP. As exposições retornaram às comunidades de origem, promovendo a valorização local e novas redes de relações.

A SAP ainda documentou novos artistas para as edições de 2025 e preparou, com o DPI, a candidatura do programa à Lista de Boas Práticas de Salvaguarda da Unesco, reforçando seu papel na preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro.

Tabela 16 - Informações sobre as cinco SAPs Inéditas de 2024.

Exposição	Data	Localidade dos artistas/ comunidades	Presença na Abertura	Evento Associado
Mundo Ment	08/02/2024 a 28/04/2024	Rio de Janeiro, Brasil	Marcelo Ment	Um dedo de prosa "O Graffiti e os museus"
Trançados de arumã e tucum: artes de uma comunidade baniwa	04/04/2024 a 19/05/2024	São Gabriel da Cachoeira, AM	Genival Camico da Silva e Maria Lindalva Fontes	Oficina de trançados
Tkai wamsre, wanör tê dasiwawe: barro, nosso parente ancestral	23/05/2024 a 28/07/2024	Minas Gerais	Nei Xakriabá e Ivanir Xakriabá	Um dedo de prosa "Cerâmica Xakriabá"
Aberaldo e o rio: esculturas da Ilha do Ferro	22/08/2024 a 29/09/2024	Ilha do Ferro, Brasil	Aberaldo Sandes Costa e Fabrício Sandes Costa	Um dedo de prosa sobre o trabalho
Mulheres na Xilogravura	04/10/2024 a 24/11/2024	São Paulo, Brasil	Regina Drozina, Nireuda Longobardi e Lucélia Borges	Oficina de xilogravura

Fonte: CNFCP

Encontro de Artesãos

Integrando o Programa SAP, esta atividade propõe um espaço privilegiado para o encontro e a promoção de debates sobre as principais questões que envolvem a produção, a distribuição e a comercialização da arte popular e do artesanato brasileiros.

No ano de 2024 o encontro realizou-se de 10 a 13 de dezembro, reunindo 17 artistas cujas obras integram a exposição "Nóis morre, as coisa fica" - Artes populares no Brasil, comemorando os 40 anos do Programa Sala do Artista Popular. Com estes artistas, que participaram das quatro décadas do Programa, realizou-se uma avaliação do mesmo, e apontamentos para seu futuro.

Edição: 70 anos da Carta do Folclore Brasileiro

Esta ação objetiva a publicação de uma edição comentada da Carta do Folclore Brasileiro em função da efeméride dos 70 anos de sua edição e considerando a relevância e a atualidade deste documento para os debates sobre o campo das culturas populares.

O trabalho desenvolvido neste projeto, em 2024, envolveu a organização dos textos e amediação dos processos de revisão junto aos seus respectivos autores. Incluiu também a produção de material audiovisual para ser usado como parte da estratégia de lançamento do livro prevista para o próximo ano. Além disso, a escrita de texto para introdução da obra em pauta, bem como a pesquisa e a seleção de acervos para sua composição gráfica.

Mapeamento das coleções Théo Brandão do CNFCP e Museu Théo Brandão

O projeto tem por objetivo mapeamento dos acervos fonográficos produzidos por Théo Brandão que estão sob custódia do CNFCP e do Museu Théo Brandão (MTB). Visa cotejar informações sobre fonogramas disponíveis em ambas as instituições para otimizar seu respectivo acesso, mantendo cópias nas duas instituições. O projeto envolve diversas instituições como o Museu Théo Brandão, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

O CNFCP atuou na formatação e nos ajustes do projeto e, em 2024, no processo de digitalização de 180 fitas K-7 que integram o acervo do MTB. Atuou também no planejamento das ações e das reuniões de alinhamento, bem como da gestão do projeto. Recebeu a visita técnica da equipe do MTB em que foram explicitados mecanismos sobre digitalização e conservação de acervos. Atualmente, o projeto está em fase de encerramento e a entrega final da digitalização dos acervos prevista para março de 2025.

4.3.8.3 - Museu do Folclore Edison Carneiro

Criado em 1968, o Museu de Folclore Edison Carneiro é responsável pela guarda, documentação e disponibilização ao público, de uma coleção com aproximadamente 17.326 obras que compõem o seu acervo.

Em 2024, no trabalho de rotina de processamento dessas obras, foram editados 1.767 registros na base de dados do acervo museológico, com atualização e correção de informações dos formulários do catálogo e formulários do tombo.

O Museu tem ainda um passivo de objetos a serem incorporados à coleção permanente, de cerca de 750 obras já doadas (provenientes das doações de antigos servidores, como o pesquisador Raul Lody e Professor Bráulio do Nascimento, além daquelas doadas pela Acamufec, fruto das exposições na Sala do Artista Popular), e cerca de duas mil obras recentemente doadas pelo pesquisador e folclorista Américo Pellegrini Filho.

Projeto “Documentação de Bens Culturais Populares e Compartilhamento de Saberes: Uma Proposta articulada para acervos”

- Participação em reuniões periódicas com a presença de técnicos do MFEC e do Núcleo Multidimensional de Gestão do Patrimônio e de Documentação em Museus (NUGEP/UNIRIO), para realização de ajustes do projeto, resoluções conceituais e metodológicas para a catalogação dos objetos a serem processados.
- Realização de pesquisa para parametrização de metadados a serem adotados no processamento técnico do acervo e orientação da equipe envolvida, em especial quanto à catalogação de objetos representativos das culturas populares: vocabulário controlado para descrição física dos objetos, padronização de medição e marcação dos objetos, padronização de datação dos objetos; identificação de autoria e de origem brasileira.
- As discussões técnicas com a equipe do NUGEP têm gerado a necessidade de atualização dos procedimentos metodológicos formatados no Manual de Catalogação de Acervos Museológicos da Divisão MFEC, que vem sendo desenvolvido desde 2010.
- Foi realizada a catalogação de 1047 e fotografiação de 500 itens pela equipe do projeto.
- Revisão, pelos técnicos do MFEC, das fichas técnicas (de Inventário, Topográficas e Geral) dos 1047 objetos catalogados no âmbito do TED, totalizando aproximadamente 3000 fichas.

4.3.8.4 - Biblioteca Amadeu Amaral (BAA)

A Biblioteca Amadeu Amaral (BAA), criada em 1961, é especializada em folclore, cultura popular e antropologia cultural, e é responsável pela guarda, tratamento e acesso a uma coleção de documentos bibliográficos que totalizam hoje, aproximadamente, 130 mil documentos, como livros, periódicos, folhetos, monografias, dissertações, teses, folhetos de cordel e recortes de jornal.

Seu acervo contém cerca de 50 mil documentos bibliográficos (livros, periódicos, teses, catálogos expositivos e outras publicações do CNFCP e do IPHAN), além de coleções especiais, como obras raras, cordelteca (com mais de 11 mil exemplares de folhetos de cordel) e hemeroteca digital (com aproximadamente 62 mil recortes de documentos). A BAA possui um dos maiores acervos no campo de estudos do folclore e da cultura popular do Brasil e da América Latina, sendo pioneira na área e única no Rio de Janeiro/RJ.

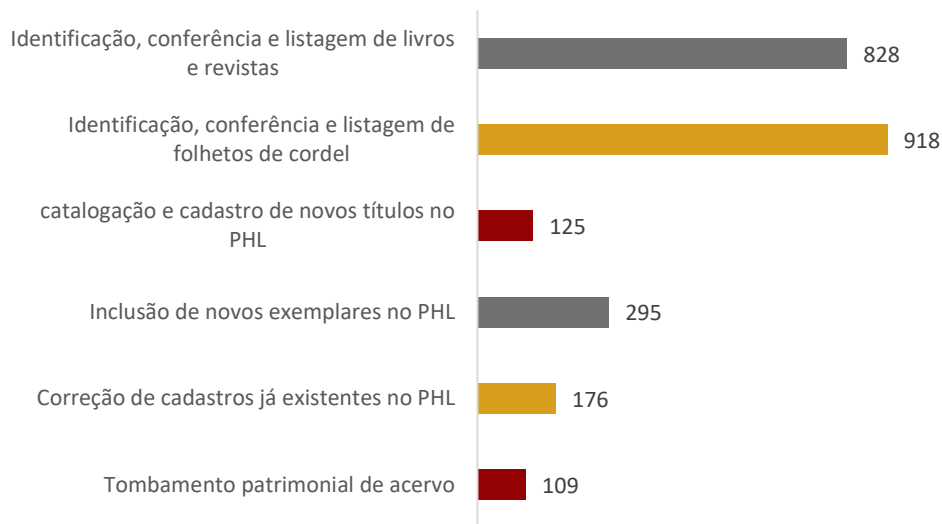
Conforme o regimento interno do IPHAN, publicado em 2023, compete à BAA planejar, coordenar, supervisionar e executar ações de conservação, preservação e segurança relacionadas ao patrimônio

bibliográfico do CNFCP, bem como executar instrumentos e diretrizes que normatizem o acesso, a reprodução e o uso de acervos bibliográficos do CNFCP.

Desde o final do ano de 2019, a biblioteca foi fechada ao atendimento a público, ao mesmo tempo em que ficou sem a atuação constante de um(a) profissional bibliotecário(a). A partir de março de 2024 houve a retomada das atividades na biblioteca.

O tratamento técnico realizado na BAA pode ser agrupado por assunto, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 33 – Tratamento técnico realizado na BAA, em 2024 (Quantidade por itens)



Fonte: CNFCP

4.3.8.5 - Difusão

A Divisão de Difusão Cultural é responsável pela Comunicação, pela edição das publicações do CNFCP e pelo Programa Educativo, além de atuar em conjunto com outros setores na realização de projetos, como as exposições.

Projetos Educativos Itinerantes

Em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, o CNFCP realiza projetos educativos nas escolas estaduais com projetos de difusão e conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio cultural.

Tabela 17 - Dados de utilização dos Projetos Itinerante “Olhando em Volta” - Módulo Trabalho, em 2024 (Quantidade)

Instituição	Localização	Pessoas Atendidas
Colégio Estadual Manoel Bandeira	Caxias, RJ	279
Escola Municipal Professora Carmem Corrêa de Carvalho Reis Bráz	Caxias, RJ	601
Total de pessoas envolvidas nos projetos		880

Fonte: CNFCP

Também foi realizada visita do Educativo do CNFCP ao C. E. Manoel Bandeira, para conhecer os resultados do uso do projeto na escola.

Programa de Edições

Voltado para atender a todas os programas e projetos da casa, o Programa coordena a produção e a publicação de todo o material gráfico, de apoio expositivo, de sinalização e de divulgação (livro, catálogos, *folders*, painéis, *cards*, *banners* etc.). Orientação e aprovação dos serviços de *design* e textos, tendo em vista a adequação de conceitos expressos em textos e visualidades às linhas conceituais dos programas, projetos e princípios do CNFCP. Acompanhamento, junto aos profissionais, das etapas finais de produção.

Tabela 18 - Materiais de comunicação produzidos, por tipos e quantidade

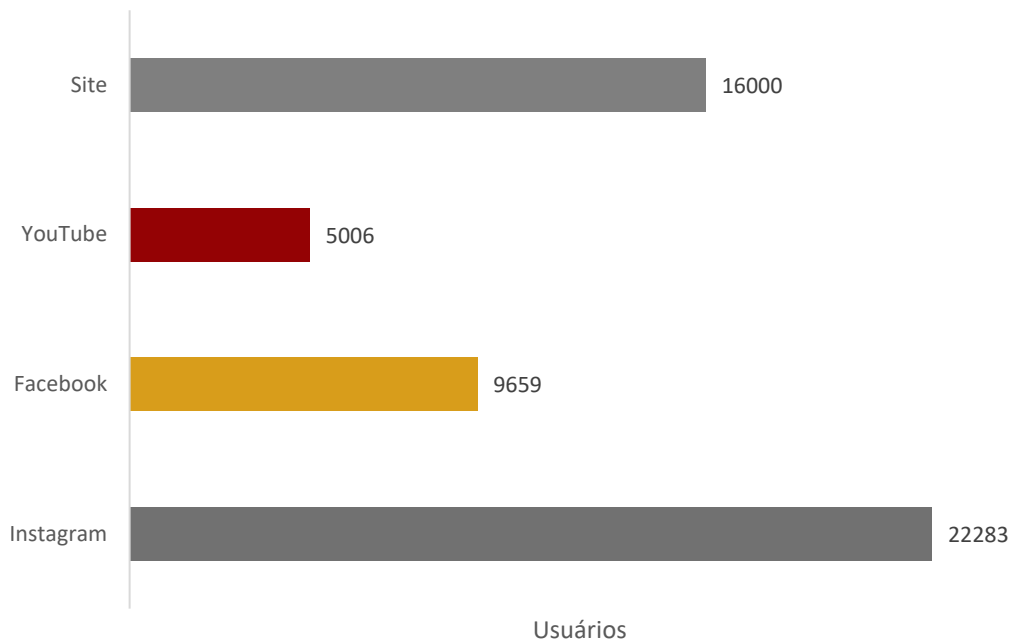
Categoria	Quantidade
Cards	86
Reels	61
Legendas para Instagram	175
Banners e imagens inseridos no site	147
Banners para o Sympla	15
Releases	53

Fonte: CNFCP

Público

No que diz respeito ao número de seguidores, pode-se observar, em relação aos dados registrados no relatório de 2023, que houve um aumento em todas as mídias, tendo sido o mais expressivo no Instagram, com 94% (de 11.460 para 22.283). No caso das demais, foi de 12% para o Youtube (4.440 para 5.006) e 0,02% para o Facebook (9.636 para 9.659 seguidores).

Gráfico 34 - Público virtual em números por plataforma, em 2024 (Quantidade)



Fonte: CNFCP

4.3.8 - Ações de preservação do patrimônio das cidades históricas

DEPARTAMENTO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E INTERSETORIAIS (DAEI)

O DAEI está inserido nas atividades relacionadas com “Objetivo Estratégico 10 – Ampliar o acesso aos benefícios da política de patrimônio”, no “Indicador estratégico 16 – Implantar, recuperar ou modernizar equipamentos culturais e realizar obras de intervenção em bens tombados nas cidades históricas”, tendo como Meta – “Entregar 15 obras todos os anos até 2024”.

De maneira geral, o DAEI atua por intermédio de dois programas de execução de ações para a preservação do patrimônio cultural, a saber: “Novo PAC - Patrimônio Cultural” e “Obras do IPHAN executadas com recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD/ MJSP)”.

4.3.9.1 – Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Patrimônio Cultural

O Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de 2023, lançado pelo Governo Federal, representa uma iniciativa estratégica voltada ao desenvolvimento econômico e social do Brasil. Com foco na modernização da infraestrutura do país, o Novo PAC busca integrar investimentos públicos e privados

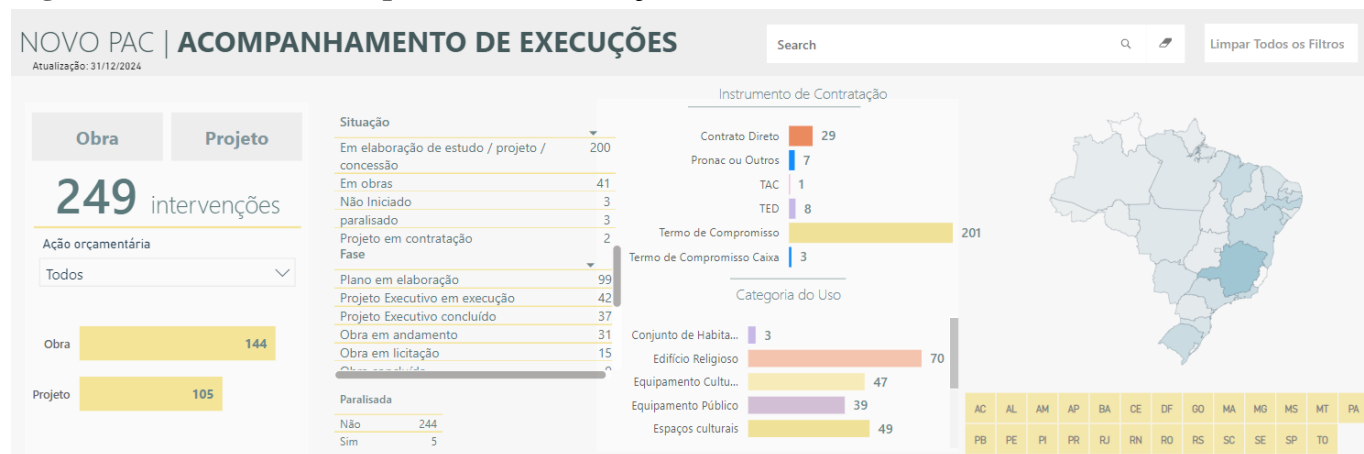
em setores essenciais, visando promover o crescimento sustentável, reduzir desigualdades regionais e gerar emprego e renda. Este novo ciclo do programa apresenta uma proposta robusta, com um orçamento total estimado no montante de R\$ 1,7 trilhão, sendo R\$ 1,3 trilhão até 2026 e R\$ 0,4 trilhão após 2026

O IPHAN foi beneficiado pelo Eixo de Infraestrutura Social Inclusiva, no âmbito da Cultura, recebendo investimentos para a contratação de Obras e de Projetos de arquitetura, engenharia e complementares, para a preservação do patrimônio cultural acautelado pelo Instituto em todo o Brasil. Entre as ações executadas, estão o restauro de edificações históricas, a requalificação urbana de espaços históricos e a criação de estruturas para a preservação de sítios arqueológicos.

Nos últimos dois anos, o IPHAN selecionou 249 ações, sendo 144 referentes à retomada, início ou conclusão de obras no âmbito do PAC Obras, e 105 referentes à contratação de novos projetos técnicos de arquitetura e complementares de engenharia para a preservação de patrimônios culturais materiais, imateriais e arqueológicos, no âmbito do PAC Seleções. São 35 municípios beneficiados pelo primeiro grupo e 83 pelo segundo. Nesse escopo, grande parte das ações será contratada via Termos de Compromisso (TC) firmados com Estados e Municípios, conforme diretrizes do Decreto nº 11.855, de 26 de dezembro de 2023, e da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 32, de 4 de junho de 2024, que regulamenta os TC do Novo PAC. No ano de 2024 foram celebrados 37 novos termos de compromisso para Obras e 52 novos termos de compromisso para projetos.

O [Painel do Novo PAC](#) traz de forma pormenorizada situação de todas as ações contempladas pelo projeto.

Figura 16 – Painel de acompanhamento das ações do Novo-PAC.



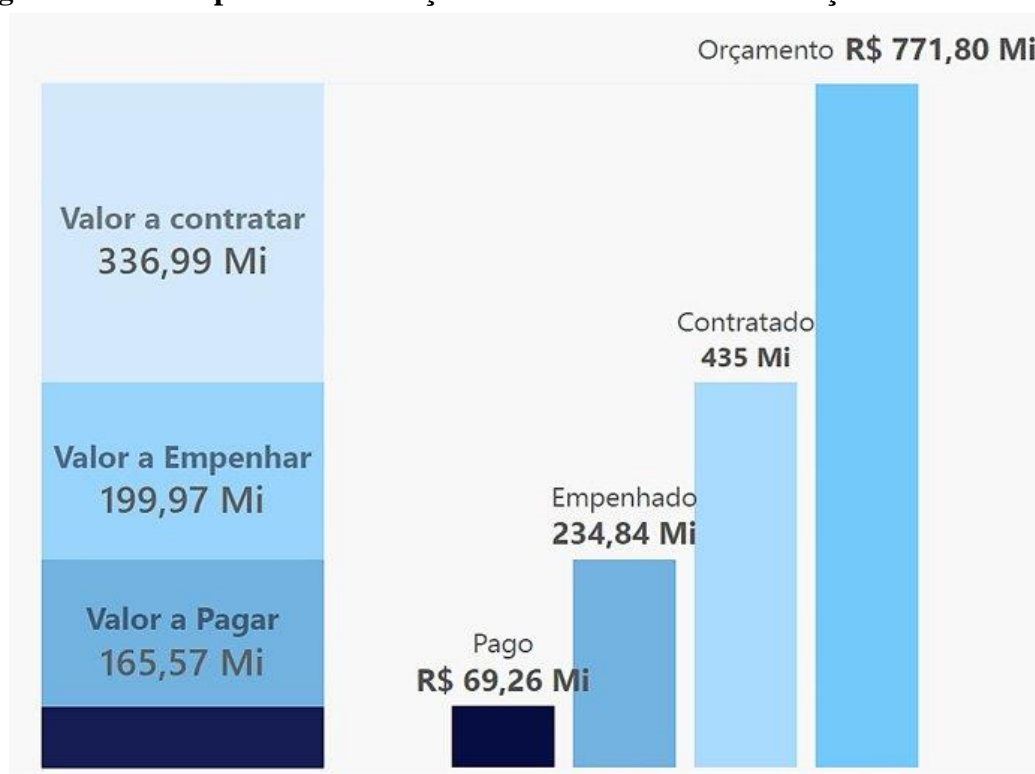
Fonte: <https://www.gov.br/IPHAN/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/novo-pac>

Para as ações do Novo PAC, foi previsto o montante de aproximadamente R\$ 737 milhões para a retomada, conclusão, execução das obras e contratação dos projetos de engenharia e arquitetura. Além do orçamento previsto para o Novo PAC, foram utilizados o montante de R\$ 34 milhões do orçamento

disponível em 2023, para a execução de ações contempladas no novo programa, o que totaliza o valor de R\$ 771 milhões, a serem executados.

Durante o ano de 2024 foram efetuados empenhos para 24 estados em 84 municípios, no valor total de R\$ 200.411.777,00, sendo esse o valor total disponibilizado a este Instituto na Ação Orçamentária 5538 – Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades com Bens Tombados. Foram efetuados, ainda, os pagamentos no valor total R\$ 69.263.425,01, relacionados aos saldos orçamentários, sendo R\$ 40.794.021,29 relativos a pagamentos de empenhos do corrente ano e R\$ 28.469.403,72 relativos aos saldos de Restos a Pagar.

Figura 17 – Acompanhamento orçamentário e financeiro das ações do Novo-PAC.



Fonte: <https://www.gov.br/IPHAN/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/novo-PAC>

4.3.9.2 - Fundo de Defesa dos Direitos Difusos

Em relação às ações financiadas pelo Fundo de Direitos Difusos (FDD), atualmente este departamento acompanha duas obras que estão sendo executadas, sendo elas a Restauração da Casa de Jorge de Lima - Acervo arqueológico da Serra da Barriga em União dos Palmares/AL e a Restauração e Adaptação de Uso dos Galpões do Complexo Ferroviário do município de Caxias/MA.

Com relação às intervenções do IPHAN, cabe destacar que essas vêm sendo executadas por meio de TED, firmados entre este Instituto (unidade descentralizada) e o FDD/MJSP (unidade descentralizadora), com recursos orçamentários provenientes da Ação Orçamentária 6067 – Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Direitos Difusos.

No que se refere às Obras, em 2024, foram entregues nove obras, sendo oito obras no âmbito do Novo PAC, e uma obra no âmbito das obras executadas com recursos do FDD/MJSP, Sendo elas:

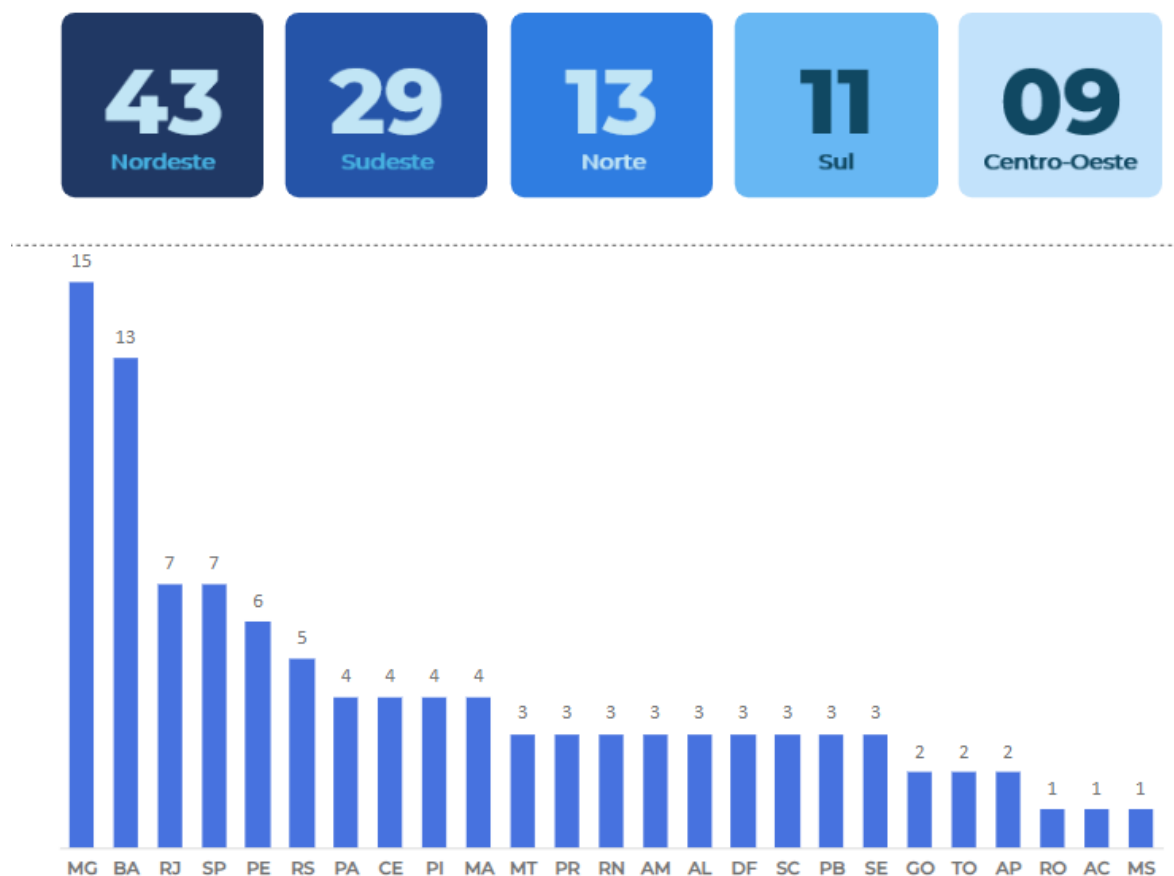
Quadro 18 - Relação de obras entregues pelo IPHAN, em 2024.

UF	Município	Detalhamento das obras executadas pelo IPHAN
CE	Sobral	Restauração da Igreja das Dores
MA	São Luís	Teatro Tablado - UFMA
MG	Congonhas	Requalificação do Teatro Dom Silvério Gomes Pimenta
MG	Congonhas	Restauração da imaginária e peças sacras
MG	Mariana	Recuperação do entorno e complementação da obra da Capela de Santo Antônio
MT	Cuiabá	Restauração da Igreja Senhor dos Passos
PB	João Pessoa	Restauração do antigo Conventinho - Casa das Artes
SP	Santo André	Restauração da Antiga Sede da Associação Recreativa Lyra da Serra (Cine Lyra)
RJ	Rio de Janeiro	Obras de Conservação, Restauração e Modernização do Prédio da Sede da Superintendência do IPHAN/RJ, situado na Av. Rio Branco, 46, Centro, Rio de Janeiro/RJ

Fonte: DAEI

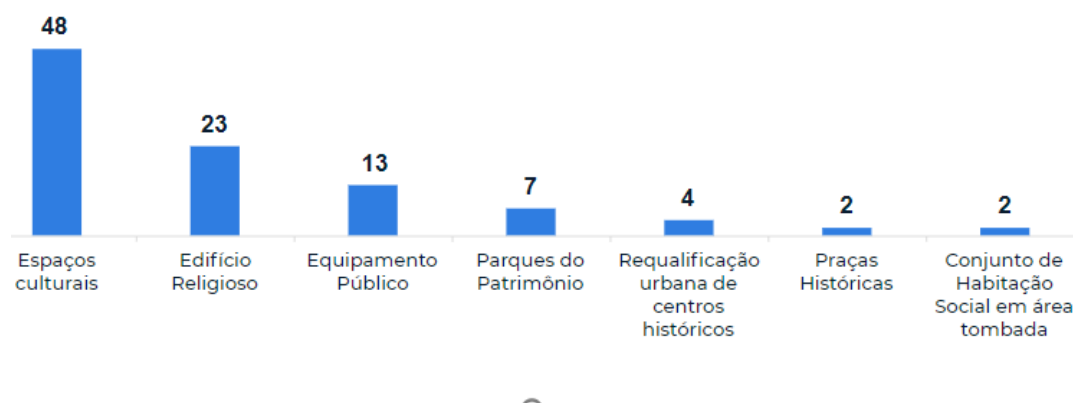
Já quanto aos projetos, foram selecionadas 105 ações referentes à contratação de novos projetos técnicos de arquitetura e complementares de engenharia para a preservação de patrimônios culturais materiais, imateriais e arqueológicos, no âmbito do PAC Seleções, distribuídos conforme gráficos disponibilizados abaixo:

Figura 18 – Ações do Novo-PAC, por região.



Fonte: <https://www.gov.br/IPHAN/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/novo-PAC>

Figura 19 – Ações do Novo-PAC, por matéria.



Fonte: <https://www.gov.br/IPHAN/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/novo-PAC>

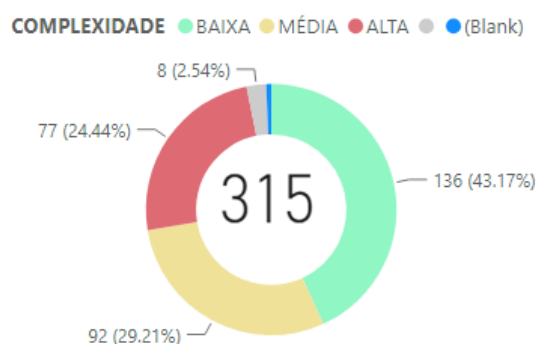
4.3.9.3 - As principais categorias das ações no exercício de 2024

Por fim, quanto às principais categorias das ações atendidas pelo departamento no exercício de 2024, destaca-se a produção de 164 análises pela Coordenação de Planejamento e Controle (CPLAC), entre Notas Técnicas, Despachos e Relatórios de Prestação de Contas. Além disso, foram realizadas 141 análises produzidas pela Coordenação de Projetos e Obras (COPRO), entre Notas Técnicas, Pareceres Técnicos e Despachos, totalizando 315 análises pelo DAEL, categorizadas abaixo por nível de complexidade.

4.3.9 - Ações relativas ao Licenciamento Ambiental

O licenciamento ambiental é uma obrigação legal compartilhada entre instituições federais, estaduais e municipais e precede a instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente destrutiva para a cultura local ou para o meio ambiente. O objetivo do licenciamento é assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas em suas variabilidades físicas, bióticas, socioculturais e econômicas, além de considerar o impacto aos sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade.

Figura 20 – Complexidade das ações desenvolvidas na área do Licenciamento Ambiental.



Fonte: CNL.

Com relação às intervenções do IPHAN, cabe destacar que essas vêm sendo executadas por meio de TED, firmados entre este Instituto (unidade descentralizada) e o FDD/MJSP (unidade descentralizadora), com recursos orçamentários provenientes da Ação Orçamentária 6067.

Coordenação de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Cultural (CAIP) - em 2024

- Foram consolidadas 4.452 Fichas de Caracterização de Atividade (FCAs) de empreendimentos, gerando:
- 1.790 Estudos de Avaliação de Impacto aos Bens Arqueológicos;
- 56 Relatórios de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Registrados; e

- 139 Relatórios de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados.
- Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Cultural (SAIP) - Módulo Superintendência - Implantação no início de 2025.

Coordenação de Regularização e Normatização (COREN) - em 2024:

- Revisão da IN IPHAN nº 01/2015;
- 14 Termos de Ajustamento de Conduta celebrados no ano de 2024;
- Cerca de R\$ 8 milhões em ações voltadas ao patrimônio cultural, decorrentes de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC);
- 35 medidas compensatórias previstas em TAC;
- 383 sítios arqueológicos cadastrados em ações de TAC;
- Seis ações de fortalecimento em Instituições de Guarda e Pesquisa (IGP);
- Cinco ações de socialização de sítios arqueológicos e educação patrimonial;
- Ponto focal em cinco ações de outras unidades (grupo de trabalho, comissões, ciclos etc);
- 78 reuniões internas e externas;
- 308 manifestações técnicas entre as demandas abaixo e outras:
- 201 manifestações relativas a 111 processos de TAC;
- 26 respostas ao Ministério Público Federal (MPF) e a Ações Judiciais, envolvendo o patrimônio cultural acautelado pelo IPHAN;
- 18 manifestações relativas à Revisão da IN IPHAN nº 01/2015 e de demais normas de proteção ao patrimônio cultural;
- 17 processos de articulação ou tratativas entre IPHAN e órgãos ambientais estaduais, sobre licenciamento ambiental; e
- Seis respostas a Plataforma Fala.Br e Acesso à Informação - Lei nº 12.527/2011.

4.3.10 - Ações na área de Arqueologia

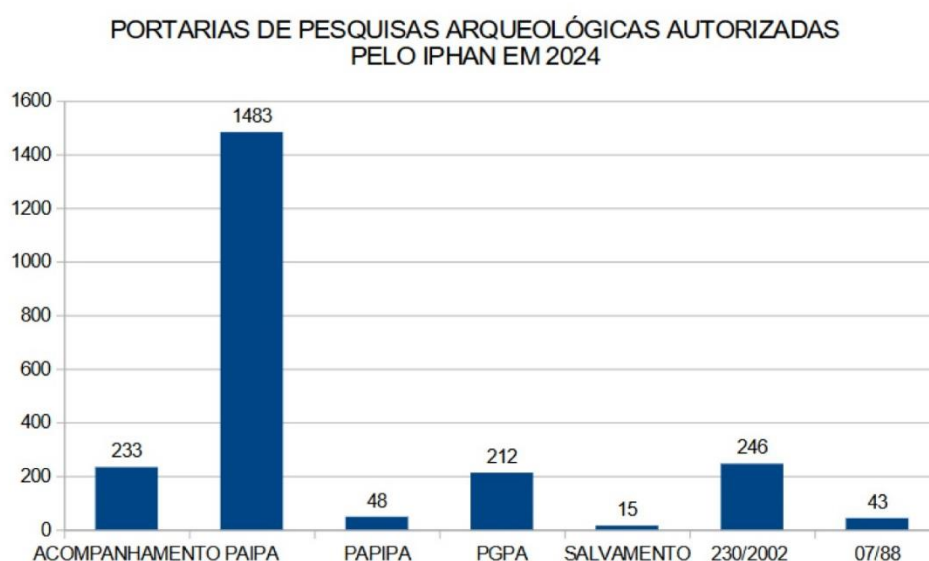
O Centro Nacional de Arqueologia (CNA) é unidade competente para elaborar políticas e estratégias para preservação do Patrimônio Arqueológico Brasileiro em respeito à Lei nº 3.924, de 26 de julho de 61, e a Constituição Federal Brasileira de 1988, mediante da modernização dos instrumentos normativos; da autorização das pesquisas arqueológicas em todo o território nacional; do cadastramento dos sítios arqueológicos e bens arqueológicos móveis; e do gerenciamento de base de dados e da implementação de políticas e atividades direcionadas para conservação e socialização do patrimônio arqueológico.

Nesse ano de 2024, foram concedidas cerca de 2.280 Portarias autorizativas para a execução de pesquisas arqueológicas em território nacional, cuja emissão é de competência exclusiva desta Unidade Especial, em atenção à Lei nº 3924/1961. Tais pedidos, por sua vez, devem ser realizados na forma de

Projetos de Pesquisa que precisam atender aos critérios estabelecidos pela [Portaria SPHAN nº 07, de 01 de dezembro de 1988](#).

Caso as pesquisas estejam relacionadas ao Licenciamento Ambiental, também deverão ser observados os critérios dispostos na [Portaria IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002](#), e na IN IPHAN nº 01/2015. Nesta última categoria, dividem-se as autorizações de pesquisa em dois grupos: Etapa Identificação e Registro (PAIPA/ Nível III, PAPIPA/Nível IV, e Acompanhamento Arqueológico/Nível II); e Etapa Gestão do Patrimônio Arqueológico (PGPA/Níveis III e IV; Salvamento Arqueológico/Níveis I e II).

Gráfico 35 – Pesquisas Arqueológicas

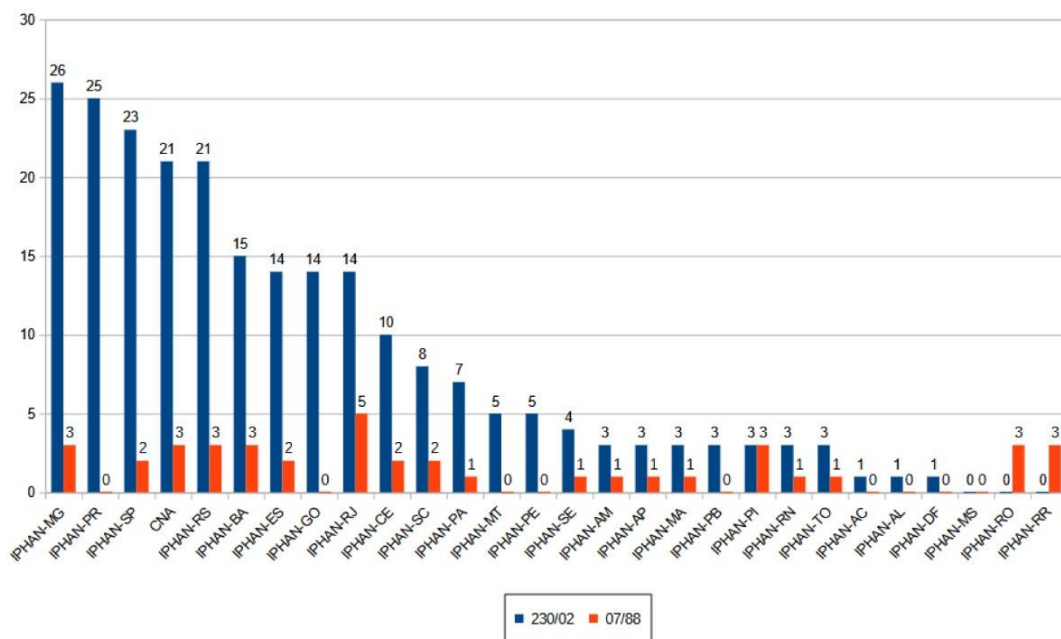


Fonte: CNA

Importante se faz ressaltar que as análises técnicas dos Projetos para realização de pesquisas arqueológicas, independente de suas finalidades, são realizadas pelo Centro Nacional de Arqueologia e pelas Superintendências do IPHAN localizadas nos Estados que compõem a Federação Brasileira. Neste sentido, abaixo, seguem alguns gráficos que visam a demonstrar o volume de portarias expedidas pelo CNA no ano corrente, identificando-as por unidade da Federação, e categorizando-as nos três enquadramentos: Portaria SPHAN nº 07/88, Portaria IPHAN nº 230/2002 e na IN IPHAN nº 01/2015. Nesta última categoria, dividiremos as autorizações de pesquisa em dois grupos: Etapa Identificação e Registro (PAIPA/ Nível III, PAPIPA/Nível IV, e Acompanhamento Arqueológico/Nível II); Etapa Gestão do Patrimônio Arqueológico (PGPA/Níveis III e IV; Salvamento Arqueológico/Níveis I e II).

Gráfico 36 – Projetos autorizados

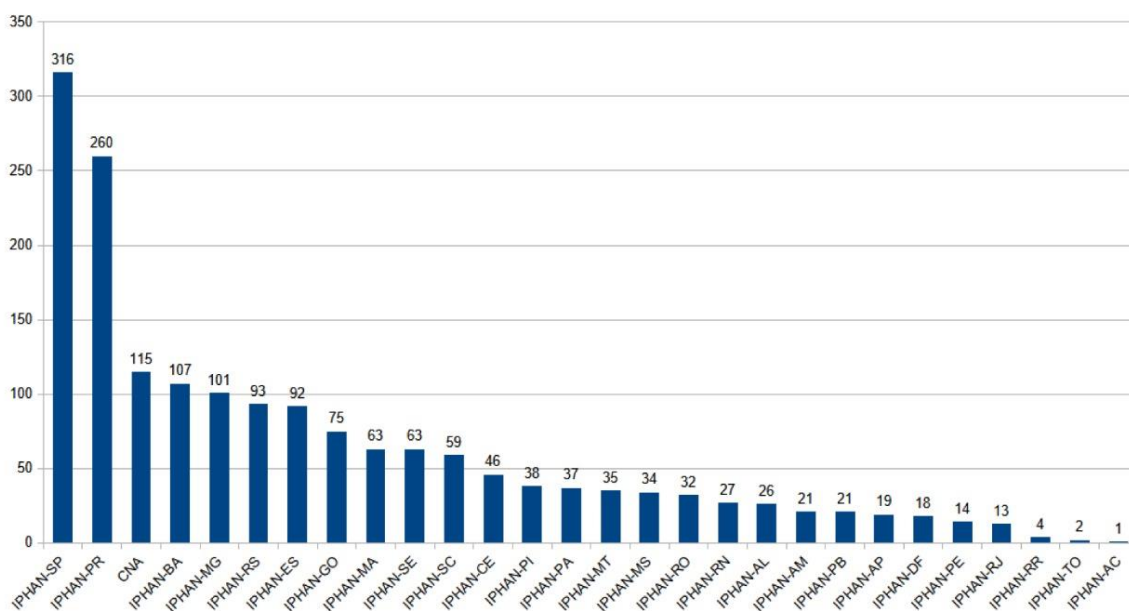
TOTAL DE PORTARIAS DE PROJETOS (230/02 e 07/88) AUTORIZADOS EM 2024



Fonte: CNA

Gráfico 37 – Projetos de acompanhamento, PAIPA e PAPIPA

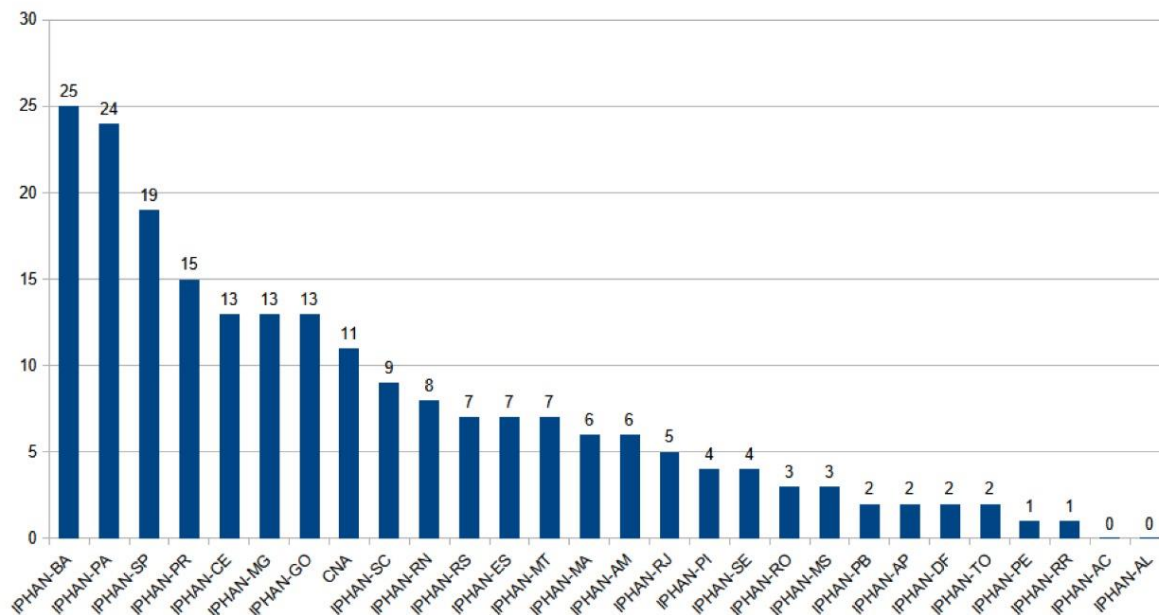
TOTAL DE PORTARIAS DE PROJETOS (Acompanhamento, PAIPA e PAPIPA) AUTORIZADOS EM 2024



Fonte: CNA

Gráfico 38 – Projetos de PGPA e Salvamento

TOTAL DE PORTARIAS DE PROJETOS (PGPA e Salvamento) AUTORIZADOS EM 2024



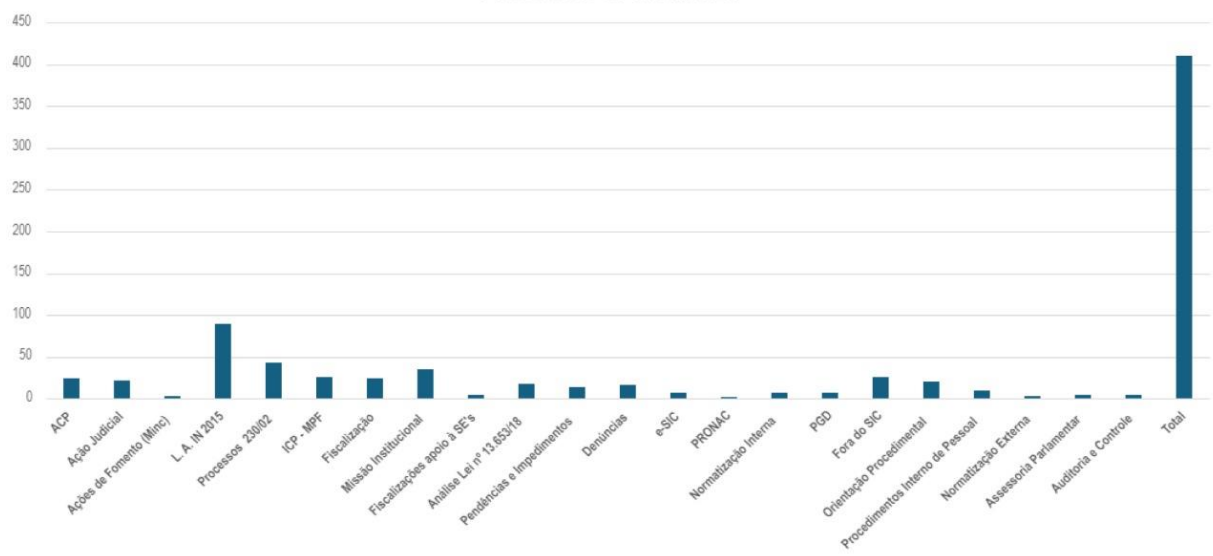
Fonte: CNA

Coordenação de Proteção e Normatização - CPRON

Foram analisados, no âmbito da Coordenação de Proteção e Normatização (CPRON), 410 processos, distribuídos conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 39 – Processos CPRON

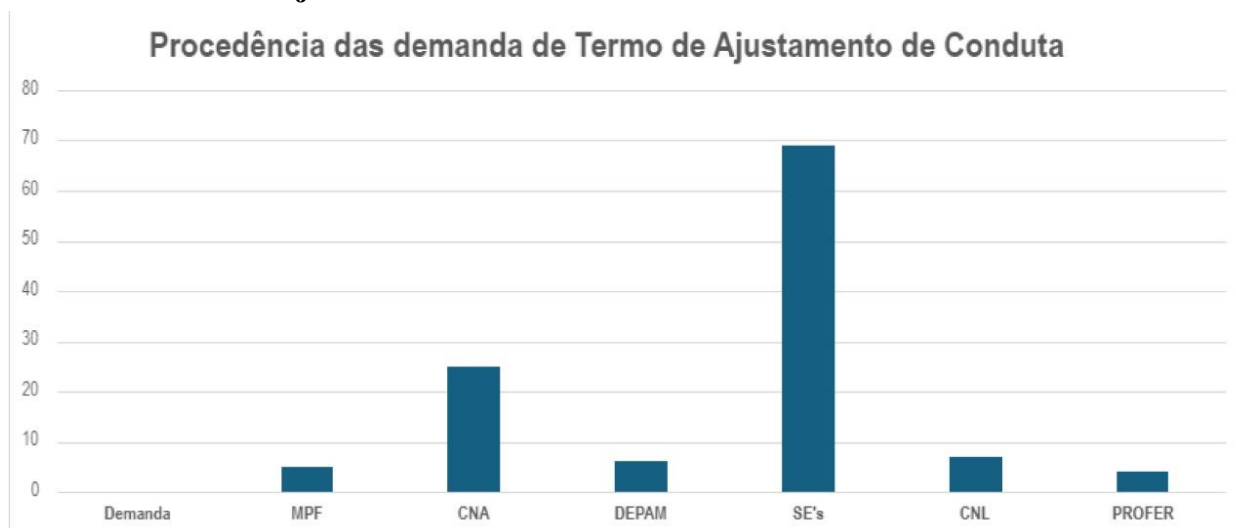
Processos CPRON 2024



Fonte: CPRON

Dos 410 Processos Administrativos analisados, aproximadamente, 116 se referem à análise de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), distribuídos conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 40 – Termos de ajustamento de Conduta



Fonte: CPRON

Ressalta-se também instrução dos seguintes Planos de Ação: Recadastramento de Sítios Arqueológicos no Mato Grosso/MT, Recadastramento de sítios Arqueológicos no Paraná/PR, Recadastramento de Sítios Arqueológicos em Santa Catarina/SC e Recadastramento de Sítios Arqueológicos no Amazonas/MC. Além da gestão do Contrato de Recadastramento de sítios Arqueológicos no Paraná/PR.

Coordenação de Identificação e Reconhecimento (COIR)

A Coordenação de Identificação e Reconhecimento (COIR) produziu cerca de 2.344 análises em processos referentes a projetos e relatórios de pesquisas nos processos de identificação e reconhecimento de sítios arqueológicos. Dentre os 2.344 documentos gerados no âmbito da COIR, referentes às análises e manifestações técnicas, foram contabilizadas:

- 1.915 Projetos e Relatórios de pesquisas arqueológicas (1.768 análises e manifestações técnicas atreladas à IN nº 01/15 e 147 às Portarias nº 230/02 e 07/88);
- 338 Renovações, Retificações e Revisões de Portarias Autorizativas para pesquisas arqueológicas na etapa de identificação e reconhecimento de bens arqueológicos (IN nº 01/15 e Portarias nº 230/02 e 07/88);

- 91 Análises de informações complementares de pesquisas arqueológicas (IN nº 01/15 e Portarias nº 230/02 e 07/88).

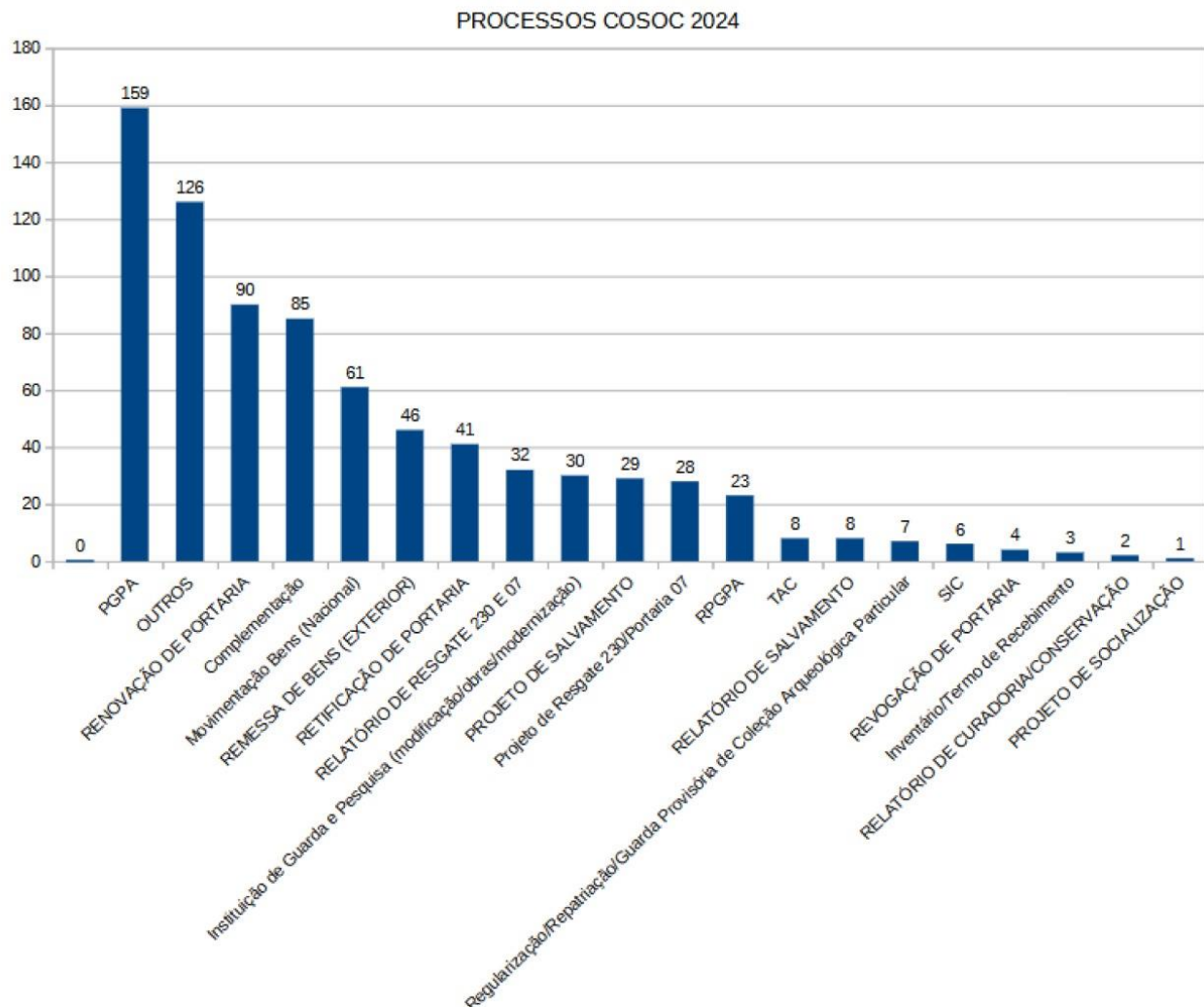
As entregas relativas aos bens arqueológicos identificados e cadastrados estão correlacionadas às pesquisas arqueológicas de identificação e reconhecimento, levantamentos prospectivos, Projetos de Avaliação de Impacto (PAIPA) e Projetos de Acompanhamento Arqueológico (TCAC), cujas análises são realizadas no âmbito da COIR.

A COIR também atuou solidariamente, dando apoio às Superintendências do IPHAN nos estados de Minas Gerais (IPHAN/MG) (71 análises), Rio Grande do Norte (IPHAN/RN) (três análises) e Paraná (IPHAN/PR) (18 análises), fornecendo assistência nas análises e manifestações para o componente arqueológico, nos processos vinculados ao Licenciamento ambiental. Também realizou duas fiscalizações, que proporcionaram a vistoria a sete sítios arqueológicos já reconhecidos e a identificação de cinco novos sítios arqueológicos nos estados de Goiás/GO e Piauí/PI. Além disso, realizou uma fiscalização, em apoio à Superintendência do IPHAN no Estado de São Paulo (IPHAN/SP), que possibilitou a vistoria de três Instituições de Guarda e Preservação (IGP) e a vistoria a uma coleção particular.

Coordenação de Socialização e Conservação (COSOC)

A Coordenação de Socialização e Conservação (COSOC) analisou 790 processos em 2024, que dizem respeito a movimentações e remessas de bens arqueológicos, conservação e socialização, regularização de acervos, autorização de pesquisas analisadas pelas superintendências, projetos e relatórios analisados exclusivamente pelo CNA, sendo distribuídos conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 41 – Processos COSOC



Fonte: COSOC

Também atuou dando apoio às Superintendências do IPHAN nos estados de Minas Gerais (IPHAN/MG) (16 processos), Rio Grande do Norte (IPHAN/RN) (um processo), Paraíba (IPHAN/PB) (um Processo) e Paraná (IPHAN/PR) (um processo), fornecendo assistência nas análises e manifestações para o componente arqueológico, nos processos vinculados ao Licenciamento Ambiental.

Foi elaborado o diagnóstico sobre o Cadastro de Sítios Arqueológicos pelo IPHAN que refletem a Diáspora Africana no Brasil (Estados do Rio de Janeiro/RJ, Bahia/BA e Pernambuco/PE): Fichas do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos e Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), produzido no âmbito do Mestrado do IPHAN.

Outra importante atividade foi a participação na missão para debater preservação e gestão do Patrimônio Cultural dos povos do Xingu, ocorrida na ATIX (Canarana/MT) e no Parque do Xingu, que culminou na criação do Grupo de Trabalho para preservação do Patrimônio Cultural dos povos do Xingu.

Destaca-se a ação em conjunto com o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Projeto de "Delimitação e Resgate emergencial do Sítio Arqueológico Cemitério de Maguinhos, Município de São Francisco do Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro/RJ.

Coordenação de Articulação e Gerenciamento de Dados (CAGED)

A Coordenação de Articulação e Gerenciamento de Dados (CAGED) elaborou documentos relativos ao formulário dos sítios arqueológicos Lajedo de Soledade/RN, Ilha do Campeche/SC, Megalítico de Calçoene/AP, viabilizando eventual inserção deles na Lista Indicativa Brasileira ao Patrimônio Mundial da Unesco.

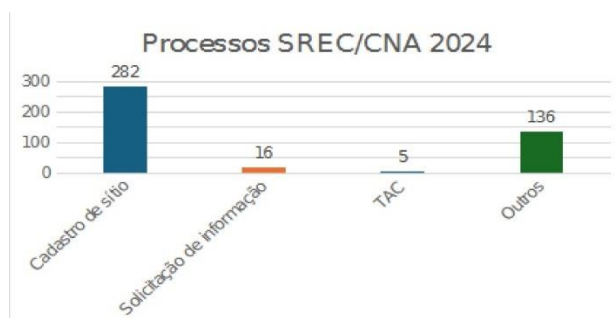
Além disso, participou de missões técnicas nos estados do Amapá/AP, Santa Catarina/SC, Paraíba/PB, Rio Grande do Norte/RN, Rio Grande do Sul/RS e Goiás/GO.

Ressalta-se o Webinar Interno IPHAN intitulado "Detectorismo e seus impactos no Patrimônio Arqueológico", ocorrido em 16 de setembro de 2024.

Serviço de Registro e Cadastro (SREC)

O Serviço de Registro e Cadastro (SREC) analisou um total de 439 processos, dos quais, 282 trataram sobre cadastramento de sítios arqueológicos; manifestação em 16 processos sobre solicitação de informações diversas (além de resposta direta por meio de correio eletrônico ou telefone não contabilizadas); análise e manifestação em cinco processos relacionados a produtos de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), tais como recadastramento de sítios arqueológicos e modelos preditivos para sítios arqueológicos; e análise e manifestação em outros 136 processos de outras tipologias, tais como análise de processos de recadastramento de sítios, cadastramento de usuários para uso do SICG, fiscalização, ações transversais com outras unidades, resposta a outras demandas institucionais, entre outros, resultando em um total de 1.301 sítios arqueológicos cadastrados, atualizados e/ou homologados.

Gráfico 42 – Processos SREC



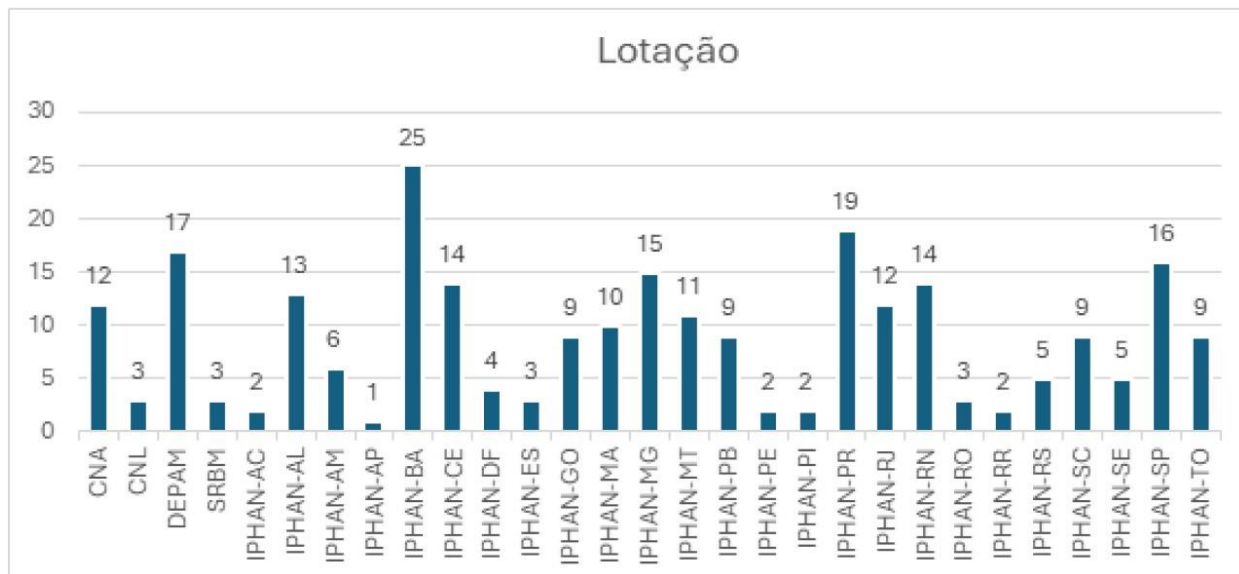
Tipo	Total
Cadastramento	563
Homologação	134
Atualização	113
Complementação	2
Misto	489
Total	1.301

Em 2024, o SREC cadastrou 1.647 sítios arqueológicos no SICG. Ainda, foram elaborados os documentos necessários para abertura de perfis externos para cadastramento de sítios arqueológicos nesse Sistema, tais como a Ficha de Solicitação, a Planilha de atualização de sítios, a Planilha de gestão de perfis e o Estabelecimento de fluxo de solicitação de acesso, no entanto, observou-se a necessidade de diversas evoluções no SICG em telas relativas ao patrimônio Arqueológico e perfis de usuários para a finalização e entrega deste produto, com previsão de entrega no primeiro semestre de 2025.

O SREC produziu a construção de produções cartográficas em 15 processos para apoio nas atividades ordinárias do CNA de fiscalização de sítios arqueológicos e empreendimentos, resposta a demandas institucionais e CGOM, entre outros, das quais destacam-se: a análise e a elaboração de produção cartográfica sobre sítios arqueológicos em áreas de desmatamento com os dados de desmatamento do Projeto de Monitoramento do Desmatamento (PRODES); levantamento, compilação de dados e elaboração de produções cartográfica sobre sítios arqueológicos e Instituições de Guarda e Pesquisa (IGP) afetados pelas enchentes no Rio Grande do Sul/RS; elaboração de produções cartográficas sobre sítios arqueológicos relacionados à diáspora africana no estado do Rio de Janeiro/RJ, entre outros.

Por fim, o SREC foi responsável em 2024 pela inclusão do IPHAN no Convênio da Rede Brasil Meio Ambiente Integrado e Seguro (MAIS) da Polícia Federal (PF), com aquisição do acesso provisório para todos os servidores a imagens de satélite de alta resolução adquiridas pela empresa Planet e disponibilizadas pela Consultoria SCON. Esta ação desdobrou-se ainda em outras ações sendo elas: levantamento junto a todas as unidades e Superintendências Estaduais do IPHAN (SE) sobre o interesse no acesso ao Convênio e estabelecimento do acesso provisório; elaboração de manual intitulado “Guia para acesso às imagens Planet disponibilizadas no âmbito do Convênio IPHAN e Programa Brasil MAIS ”; gestão do cadastro de usuários no Convênio na Rede Brasil MAIS, da PF; realização de Webnário intitulado "Imagens de satélite para monitoramento e preservação do Patrimônio Cultural"; e desenvolvimento das ações necessárias à aquisição do acesso definitivo do Convênio da Rede Brasil MAIS, da PF.

Gráfico 43 - Lotação



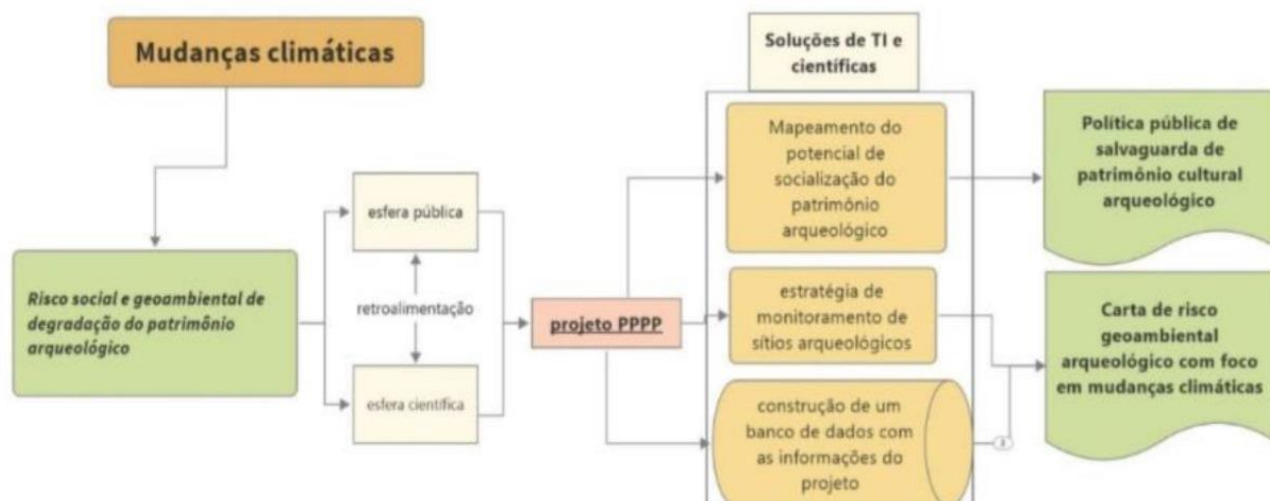
Fonte: SREC

Neste ano de 2024, o CNA promoveu abertura da Consulta Pública para Revisão da Portaria IPHAN nº 196/2016, que, no momento, está em fase de análises e compilações das contribuições.

No ano de 2024, representantes do CNA participaram da elaboração do diagnóstico dos problemas e/ou dificuldades de aplicabilidade da IN IPHAN nº 1/2015, bem como proposição das melhorias necessárias desse ato normativo. O CNA coordenou quatro das nove comissões Temáticas. A saber: Caracterização e Enquadramento de Empreendimentos; Procedimentos de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico; Gestão de Bens Arqueológicos; e Irregularidades e Responsabilizações.

Neste ano de 2024, em conjunto com a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e a Universidade de Campinas (Unicamp), o Centro Nacional participou da elaboração do projeto "Governança integrada e compartilhada do patrimônio arqueológico no contexto de mudanças climáticas", proposto à FAPESP no âmbito do seu Programa de Pesquisa em Políticas Públicas (PPPP). Aguarda-se o resultado final, previsto para abril de 2025, que resultará em uma política de boas práticas para a preservação do patrimônio arqueológico frente às mudanças climáticas. O mapeamento dos processos nos projetos relacionados às mudanças climáticas pode ser observado na figura a seguir:

Figura 21 – Mapeamento dos processos nos projetos relacionados às mudanças climáticas.



Fonte: CNA.

Por fim, compete chamar atenção para o fato de que o Diagnóstico da Arqueologia em conjunto com o "Relatório Final: encaminhamentos propostos no Encontro Nacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico - 2023", encaminhado em 22/12/2022, constituíram-se diretrizes para o planejamento da Unidade para o ano de 2024. Neste sentido, a gestão compromete-se ao planejamento compromissado com o diálogo e a construção em conjunto com as Unidades finalísticas, de maneira que servidoras e servidores que atuem e trabalhem em conjunto com a área de arqueologia se sintam representadas e representados em ações e programas que não estejam descontextualizados das diversas realidades territoriais e conjunturas administrativas desta instituição.

Novos tempos têm se apresentado no horizonte cultural, frente a uma gestão alinhada aos princípios constitucionais da democracia, das diversidades simbólicas, das representatividades étnico-raciais e de gêneros, assim como, das multivocalidades dos valores atribuídos aos bens culturais. E, diante desses processos de (re)significações pelas sociedades contemporâneas, das materialidades e das narrativas sobre o nosso passado em comum, deve-se buscar compreender as múltiplas interfaces do patrimônio cultural com os grupos formadores da sociedade brasileira - desde a sua condição de campo de disputas sociopolíticas até suas possibilidades como construções coletivas, nas quais devem ser observados e garantidos os modos de ser e de estar tradicionais e ancestrais. E é nesta perspectiva qualitativa que se pretende avançar para o ano de 2025, buscando-se fortalecer a área do patrimônio arqueológico dentro da instituição; ao mesmo tempo alavancar seu alcance para a sociedade brasileira, diversa e plural.

4.4 - Gestão de Pessoas

À Coordenação-Geral de Gestão Estratégica de Pessoas (COGEP), unidade vinculada ao DPA, compete planejar, coordenar, orientar e supervisionar as atividades de Gestão de Pessoas no âmbito do IPHAN, em consonância com as diretrizes e normas emanadas do Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC). A estrutura organizacional e as competências regimentais da COGEP estão dispostas no Decreto nº 11.178/2022, alterado pelo Decreto nº 11.807/2023, o qual aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissões e das Funções de Confiança do IPHAN, e na Portaria IPHAN nº 141/2023, que aprovou o Regimento Interno do órgão.

Dentre as principais legislações que vinculam a atuação da COGEP em matéria de pessoal civil estão a Constituição Federal de 1988; a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; o Decreto nº 67.326, de 5 de outubro de 1970; Portaria SGP/SEDGG/ME nº 11.265, de 29 de dezembro de 2022; dentre outros normativos. De acordo com o art. 3º da Portaria nº 11.265/2022, o estudo, a formulação de diretrizes, a orientação normativa, a coordenação, a supervisão, o controle e a fiscalização específica de assuntos relativos ao pessoal civil do Poder Executivo no âmbito da APF direta, suas autarquias, inclusive as em regime especial, e fundações públicas, compete ao Órgão Central do SIPEC.

4.4.1 - Aspectos importantes relacionados ao quadro de servidores

Atualmente, um dos principais riscos relacionados ao quadro de pessoal no IPHAN, e que pode comprometer o cumprimento da missão e dos objetivos estratégicos deste Instituto, é a escassez de pessoal.

Em dezembro de 2023, contava com 859 servidores ocupantes de cargos efetivos, 75 servidores sem vínculo, 58 servidores cedidos a outros órgãos, 28 servidores de outros órgãos cedidos ao IPHAN, 28 servidores em exercício descentralizado, 20 empregados anistiados. Portanto, dispunha de uma força de trabalho composta por 1.068 servidores e empregados públicos.

Em dezembro de 2024, contava com 876 servidores ocupantes de cargos efetivos, 79 servidores sem vínculo, 60 servidores cedidos a outros órgãos, 36 servidores de outros órgãos cedidos ao IPHAN, 28 servidores em exercício descentralizado, 13 empregados anistiados. Nesse contexto, dispunha de uma força de trabalho composta por 1.092 servidores e empregados públicos.

O quantitativo de servidores apresentados acima está distribuído em 27 Superintendências, 37 Escritórios Técnicos, dois Parques Históricos Nacionais e na Administração Central em Brasília/DF, para atender a toda a gama de atribuições constitucionais e legais do Instituto, dentre as quais: identificação, reconhecimento, salvaguarda e fiscalização do Patrimônio Cultural Nacional e Mundial; proteção dos Sítios Arqueológicos e Reservas Técnicas; preservação de acervos documentais e bibliográficos; identificação da diversidade linguística; gestão do Patrimônio; execução de projetos e obras de intervenção em bens e

conjuntos tombados; aprovação, fiscalização e apuração de prestação de contas de Convênios e congêneres e de processos de Lei de Incentivo à Cultura; ações educativas; e definição da Política de Patrimônio Cultural no Brasil.

É importante frisar que, após a autorização de provimentos dos cargos objeto do concurso público autorizado por meio da Portaria MPDG n.º 108, de 02 de maio de 2018, publicada no DOU de 3 de maio de 2018, e executado por meio do Edital IPHAN n.º 1, de 11 de junho de 2018, o qual resultou na autorização e no provimento de 411 cargos de nível superior e de nível médio, esta autarquia iniciou as nomeações de servidores em 30 de abril de 2019, o que resultou em um aumento circunstancial na sua força de trabalho. É necessário esclarecer que, apesar de o provimento de 411 cargos de nível superior e de nível médio, os ingressos foram incapazes de minimizar ou sanar a necessidade de pessoal, considerando que a evasão do quadro de pessoal, entre os anos de 2019 e 2022, foi o equivalente a, aproximadamente, 25% do quantitativo total de ingressos. Essa situação obrigou esta Autarquia a pleitear, junto ao MGI, o provimento adicional dos candidatos aprovados e não convocados para os cargos efetivos objeto do concurso, no percentual máximo permitido de 25%.

A autorização de provimento adicional foi concedida em 19 de julho de 2023, por meio da Portaria IPHAN n.º 3.327, de 18 de julho de 2023. Foi autorizado o provimento de 102 cargos: 26 de Analista I, 44 de Técnico I e 32 de Auxiliar Institucional I.

Do total de 102 nomeados, apenas 97 tomaram posse e entraram em exercício. As nomeações seguiram até o prazo final de vigência do concurso, o qual findou-se em 24 de setembro de 2024, conforme a publicação da Portaria IPHAN n.º 106, de 26 de junho de 2023, publicada no DOU.

Nesse cenário, mesmo com a autorização de provimento adicional, observa-se que a grande evasão dos servidores é, em sua grande maioria, justificada pela ausência de remuneração compatível com o nível de complexidade da atuação e ausência de um plano de carreira. Como pode ser visto, mesmo com o acréscimo de 102 novas nomeações, o número de cargos efetivos preenchidos não aumentou de maneira expressiva e permanece insuficiente. Ao total, foram 32 vacâncias de servidores efetivos em 2024.

Assim, a força de trabalho do Instituto permanece inadequada para o atendimento de sua missão institucional, o que vem implicando em sérias consequências quanto ao tempo de resposta aos processos de licenciamento e à geração de um passivo de projetos pendentes de análise e aprovação, com grave impacto sobre o andamento das obras, até mesmo sobre seus custos e, ao final, com prejuízos para o desenvolvimento do país.

Força de Trabalho

Na tabela abaixo, é possível identificar a composição da força de trabalho do IPHAN com base no exercício 2024. Este é o quadro geral para atender ao IPHAN Sede, em Brasília/DF, e a todas as demais Superintendências e Unidades Especiais, que estão presentes nas 27 Unidades da Federação.

Nota-se que a força de trabalho do Instituto é composta majoritariamente por pessoas da própria Autarquia.

Tabela 19 - Situação Funcional do IPHAN, em 2024. (Quantidade e Percentagem)

SITUAÇÃO FUNCIONAL		%
ATIVO PERMANENTE	876	80,29%
CEDIDO AO IPHAN	36	3,21%
SEM VÍNCULO	79	7,24%
CEDIDO A OUTRO ÓRGÃO	60	5,50%
EXERC. DESCENT. CARREIRA	28	2,57%
EXERC. 7 ART 93 8112	13	1,19%
TOTAL	1092	100%

Fonte: COGEP

A distribuição da força de trabalho é em alguma medida formada pela maioria do gênero feminino, contudo não é possível ver uma diferença alta de entre os gêneros.

Quadro 19 - Força De Trabalho x Gênero (Quantidade e Percentagem)

FORÇA DE TRABALHO x GÊNERO		%
MASCULINO	518	47,44%
FEMININO	574	52,56%
TOTAL	1092	100%

Fonte: COGEP

A seguir, pode-se observar a disposição dos ocupantes de cargos e funções com características de Direção e Assessoramento divididos por sexo. Cabe salientar que fazem parte desse conjunto de dados os Cargos Comissionados Executivos (CCE) e as Funções Comissionadas Executivas (FCE). No Quadro 20, abaixo, é possível observar que, apesar do número de mulheres ser superior ao de homens na composição do quadro de pessoal de servidores ativos, o número de homens ocupando posições de liderança ainda não é equitativo.

Quadro 20 – Cargos de Gestão x Gênero (Quantidade e Percentagem)

CARGOS DE GESTÃO x GÊNERO		%
MASCULINO	149	44,35%

FEMININO	187	55,65%
TOTAL	336	100%

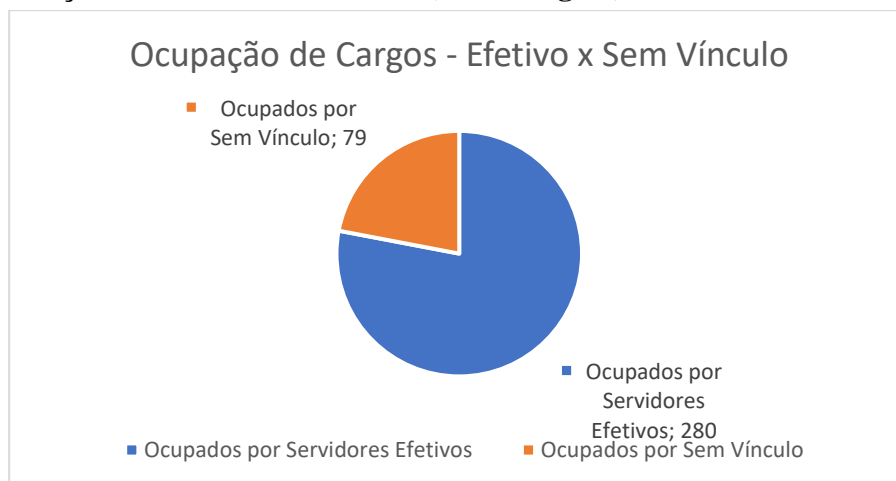
Fonte: COGEP

O Governo federal publicou a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que simplificou a gestão de cargos e de funções de confiança na Administração Pública Federal, dispondo sobre a instituição dos CCE e das FCE; a autorização para o Poder Executivo transformar, sem aumento de despesa, cargos em comissão, funções de confiança e gratificações; e a simplificação da gestão de cargos em comissão e de funções de confiança. Posteriormente, foi publicado o Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, por meio do qual foi regulamentada a Lei nº 14.204/2021.

Os Cargos e Funções Comissionados estão dispostos no Decreto nº 11.178/2022, alterado pelo Decreto nº 11.807/2023.

Pode-se observar, no Gráfico 47, abaixo, que o quantitativo de Cargos/Funções ocupados por servidores efetivos gira em torno de 72,16% e os Cargos ocupados por servidores sem vínculo é de 20,36%, restando 7,47% dos cargos vagos.

Gráfico 44 – Cargos/funções de servidores efetivos (Porcentagem)



Fonte: COGEP

Aposentados, Pensionistas e Abono de Permanência

A Coordenação de Normas, Procedimentos Judiciais e Benefícios apresenta o quantitativo de aposentadorias concedidas, abonos de permanências concedidos, bem como o número de pensões civis por morte que foram concedidas, conforme disposto na Tabela abaixo:

Tabela 20 – Aposentadorias, Pensões e Abono Permanência, em 2024

Quantidade de servidores em abono permanência	103
Quantidade de abonos permanência concedidos	12
Quantidade de aposentadorias concedidas	17
Quantidade de pensões concedidas	17

Fonte: COGEP.

Logo, percebe-se que há 103 servidores em condições reais de aposentadoria a qualquer momento, o que, se ocorrer, acarretará enorme prejuízo às entregas do IPHAN para a sociedade. Em comparação ao ano de 2023, houve um aumento no número de abonos de permanência concedidos, sendo que em 2024 foram concedidos 12 e, em 2023 foram concedidos 10. Na mesma linha de variação no número de concessões, é possível identificar que as pensões civis por morte diminuíram, uma vez que em 2023 foram concedidas 23 e, em 2024, foram concedidas 17. Houve uma baixa no número de aposentadorias concedidas no ano de 2024, em relação ao ano de 2023, sendo que, em **2024, foram concedidas 17** e, em 2023, foram concedidas 18.

4.4.2 Ações de Capacitação/Desenvolvimento

No ano de 2024, foram coordenadas, avaliadas e/ou executadas (exclusivamente, ou em parceria com outras unidades executoras) 1.409 vagas de formação por esta Coordenação, cumprindo o Propósito do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), atendendo a um total de 12 cursos realizados.

Segue abaixo um quadro-resumo das capacitações realizadas em 2024:

Quadro 21 – Capacitações (Quantidade)

CAPACITAÇÃO	PERÍODO	MODALIDADE	SERVIDORES PARTICIPANTES
Formação de gestores e servidores para ingresso no Programa de Gestão e Desempenho (PGD)	FEV/2024	Síncrono e Assíncrono	196 de servidores
Encontro Regional de Gestão e Contratações Públicas do IPHAN 2024 – Edição Sul e Sudeste	ABR/2024	Presencial	54 servidores
1ª Capacitação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) - Foco: INRC On-Line - Tainacan - 2024 (DPI e CODEP)	MAI/2024	Síncrono e Assíncrono	68 servidores (de outras áreas do IPHAN)
Capacitação da Portaria nº 135, 20/11/2023 – Quilombos.	AGO/2024	Presencial	110 servidores
Capacitação Transferegov 2024 - Direto ao ponto (3TURMAS)	SET A OUT/2024	Online - Virtual	108 servidores

Encontro Regional de Gestão e Contratações Públicas do IPHAN 2024 – Edição Norte e Centro-oeste	OUT/2024	Presencial	56 servidores
Capacitação sobre Procedimentos Administrativos Disciplinares (PAD), promovido pela Corregedoria do IPHAN	OUT A NOV/2024	Híbrido	78 servidores
Workshop Orientações para Composição de Preços de Estudos e Projetos de Arquitetura e Engenharia.	OUT/2024	Online - Virtual	servidores
Workshop Análise de Orçamento de Obras Públicas	OUT/2024	Online - Virtual	248 participantes
Power BI	DEZ/2024	Presencial	250 participantes
Letramento Racial	11 a 13/12/2024. Local Rio de Janeiro/RJ.	Presencial	23 servidores
E-Social	10 a 19/12/2024	Presencial	8 servidores

Fonte: COGEP

4.4.3 - Afastamentos para cursar Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Em 2024, sete novos servidores estão em processo de afastamento para participar de Programas de Pós- Graduação *Stricto Sensu* no Brasil, em conformidade com os artigos 95 e 96-A da Lei nº 8.112/1990. Ressalta-se que nove servidores já estavam afastados e que, junto com os novos que passarão a gozar do afastamento, completam os 16 servidores (3% da força de trabalho ativa) aos quais este Instituto pode conceder o afastamento.

4.4.4 Licença para Capacitação

No ano de 2024, também foi lançado um novo edital contemplando 21 vagas para o novo ciclo, com prazo de dois anos – 2024 e 2025. As licenças foram divididas em três períodos distintos e já foi publicado o resultado para o primeiro período, que contempla oito servidores, em consonância com o artigo 87 da Lei nº 8.112/1990; o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019; a IN SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21, de 01 de fevereiro de 2021. A distribuição pode ser conferida no Quadro abaixo:

Quadro 22 – Licença Capacitação (Quantidade)

Ciclo do edital	Total de servidores
1º período	oito servidores (já publicado)
2º período	quatro servidores (a publicar)
3º período	nove servidores (a publicar)

Fonte: COGEP

4.4.5 Estágio Probatório

Estágio probatório é o período de exercício do servidor aprovado em concurso público e nomeado para cargo de provimento efetivo em que este será avaliado e a Administração Pública decidirá acerca de sua permanência no serviço público em face da estabilidade, conforme preleciona o artigo 41 da Constituição Federal:

Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

São avaliados os requisitos de: assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.

No ano de 2024, houve uma mudança na interpretação da avaliação do estágio probatório no âmbito do IPHAN. Depois de consultas à legislação e interpretação jurídica, ficou sedimentado que os servidores cedidos e/ou requisitados a outros órgãos públicos, caso estejam em período de estágio probatório, têm o processo de progressão suspenso até a volta ao exercício no órgão de origem.

Nesse contexto, foram avaliados, no ano de 2024 - início 2025, 25 servidores nas três fases do estágio, já tendo em vista a adaptação à nova interpretação normativa.

4.4.6 Gratificação por encargo de Curso ou Concurso

Em 2024, foram realizados três eventos de capacitação, cujo custeio dos instrutores foi realizado por meio de pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC), e os servidores selecionados para ministrar os conteúdos fazem parte do corpo funcional de servidores do IPHAN, tendo como público-alvo os servidores lotados na Sede, Superintendências, e Unidades Especiais do IPHAN. Cumpre evidenciar, que a dotação orçamentária foi realizada por recurso próprio, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2024, classificado por meio do Plano de Ação: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação; da Unidade Gestora: 343031/40401 COGEP/DPA/IPHAN.

4.4.7 Gratificação de Desempenho (GDAC, GDPGPE, GDACE e GDAIE)

Em 2024, foi realizado o 14º Ciclo de Avaliação de Desempenho da Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural (GDAC) e Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder

Executivo (GDPGPE), e o 12º Ciclo da Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos (GDACE) e GDAIE. Todos os servidores ativos do Instituto foram avaliados.

O IPHAN alcançou o índice de 100% referente às metas institucionais da GDAC/GDPGPE/GDACE/GDAIE, publicado no DOU.

Os resultados da Avaliação de Desempenho Individual dos servidores do IPHAN relacionados ao período avaliativo de 1º de março de 2023 a 1º de março de 2024 foram publicados no BAE do IPHAN.

4.4.8 Progressão Funcional

A progressão funcional é um processo em que os servidores avançam de nível pelo tempo de exercício que acumulam. A seleção de servidores é feita de forma independente da ação de servidores ou colaboradores da CODEP: o pessoal a ser progredido é indicado por sistema digital próprio. Cabe à CODEP apenas comunicar os selecionados, que na fase 1 perfizeram 302 servidores.

4.4.9 Gastos com pessoal

A Divisão de Pagamento de Pessoal (DIVPAG) da Coordenação de Administração de Pessoal e Pagamento (COAPE) da COGEP, lista, a exemplo do estabelecido em anos anteriores, processos rotineiros que perfazem o escopo geral das atividades da Divisão. São estes, Aposentadorias do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) (aposentadoria de servidores efetivos), pensões RPPS vencimentos e vantagens fixas, outras despesas variáveis (que não contemplam uma rubrica de assunto ordinária), sentenças judiciais (ações judiciais que geram financeiro ao servidor/aposentado/pensionista), Despesas de Exercícios Anteriores (parte financeira que o servidor tem direito a receber, contudo não recebeu durante o exercício de direito), pessoal requisitado (gasto com requisições advindas de órgãos ou instituições municipais, governamentais que exigem ressarcimento) e obrigações patronais (Plano de Seguridade Social do Servidor (PSS) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) parte do Órgão).

Assim, seguem-se as despesas de pessoal efetivamente executadas/pagas. Na tabela, abaixo, é possível ver o demonstrativo das despesas com pessoal e encargos sociais, em reais, no ano corrente de 2024. No que se refere às despesas com pessoal, em 2024 foram executados/pagos o montante de R\$ 209,8 milhões.

Tabela 21 – Demonstrativo de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, em 2024.

Demonstrativo de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais - IPHAN 2024	Ativo	Inativo	Pensionistas
Aposentadorias do RPPS	-	73.047.064,48	-

Pensões do PRRS	-	-	17.982.799,03
Vencimentos e Vantagens Fixas	82.163.039,49	-	-
Outras Despesas Variáveis	1.315.075,24	-	-
Benefícios	16.605.133,68	-	-
Sentenças Judiciais	116.524,64	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	164.335,84	-	-
Pessoal requisitado	535.811,90	-	-
Obrigações Patronais	17.942.957,11	-	-
Total	118.842.877,90	73.047.064,48	17.982.799,03
Total Geral	209.872.741,41		

Fonte: COGEP.

Tabela 22 - Evolução dos Gastos com Pessoal

2020	2021	2022	2023	2024
199.992.967,23	203.948.715,18	205.913.272,30	208.104.335,44	209.872.741,41

Fonte: COGEP.

Em relação ao ano de 2023, houve um acréscimo nas despesas com pessoal, devido ao ingresso de novos servidores do concurso público/2018, em decorrência da autorização para provimento do adicional de 25%.

4.4.10 Programa de Estágio:

A contratação de estagiários tem respaldo na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e na IN nº 213, de 17 de dezembro de 2019, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.

O ano de 2024 foi bastante movimentado nesse campo: o IPHAN mudou de agência integradora. Assim, todas as contratações precisaram ser adaptadas à empresa CIDE, que substituiu a AGIEL em processo licitatório próprio. Atualmente, o IPHAN, por meio da CODEP e com a mediação da empresa CIDE, coordena 80 vagas de estágio não-obrigatório.

4.4.11 Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)

A qualidade de vida no trabalho é definida por meio de ações conjuntas que o Órgão cria com o objetivo de disseminar práticas de bem-estar físico, psicológico e social, ações de prevenção ao adoecimento ocupacional e condições favoráveis para o desenvolvimento das pessoas durante a realização do seu trabalho.

É preciso ressaltar que, para o ano de 2024, a CODEP contou com estreita parceria, para realização dos eventos de QVT, da Coordenação-Geral de Comunicação Institucional (CGCOM) da Presidência do IPHAN.

Destacam-se aqui as diversas iniciativas relacionadas ao combate do racismo e, ao mesmo tempo, ao capacitismo dentro do Instituto:

- I) **Roda de conversar IPHAN Sem Barreiras: patrimônio e inclusão.** Neste evento, o IPHAN retomou o tema da acessibilidade e inclusão. A roda de conversar contou com a presença da secretária nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, além do público interno presente no debate com a convidada. O evento foi híbrido: presencial e transmitido remotamente;
- II) **Mês da consciência negra:** Este macro evento contou com a parceria do Ipea e perfez uma Roda de Conversa com o Coletivo Afro Criativo, além da Feira de Afro empreendedores Coletivo Afro Criativo no *hall* de entrada conjunto do complexo IPEA/IPHAN. O evento foi híbrido: presencial e transmitido remotamente;
- III) **Encontro Regional de Gestão e Contratações Públicas do IPHAN – 2024: Edição Norte e Centro Oeste.** Realizado no complexo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), no Setor Policial Sul, de Brasília/DF, o evento contou com a participação de gestores do IPHAN oriundos dos estados das regiões Norte e Centro-Oeste do país. O evento se deu de forma presencial.
- IV) **Formação interna para o Programa de Gestão e Desempenho (PGD):** com a publicação, no final do ano de 2023, da Portaria n. 145/2023, o IPHAN iniciou, já em 2024, a implementação do PGD. Uma das principais ações, neste contexto, foram as diversas formações, síncronas e remotas, oferecidas a praticamente todo o corpo de pessoal do Instituto;
- V) **Dia do Servidor:** na semana do dia do servidor público, diversas ações foram organizadas na Sede do IPHAN, como um show ao vivo de forró, a feira de artesanato local, evento de premiação de iniciativas exemplares de diversos servidores, uma sala de relaxamento e massagem no térreo do edifício Sede e um bingo para servidores.
- VI) **Pratique a paternidade ativa - Dia dos Pais no IPHAN:** evento realizado na semana do Dia dos Pais, contou com entretenimento e reflexão sobre a importância da paternidade ativa, sem preconceitos, visando o desenvolvimento dos filhos e filhas em conjunto com as mais diferentes figuras paternas. O evento foi presencial.
- VII) **Dia das Mães do patrimônio:** evento realizado na semana do Dia das Mães, contou com a apresentação da peça teatral “Minha mãe é uma peça rara”, além de um *Day Spa*, Eco-Feira e roda de debate sobre os diferentes modelos de família em que as mães podem estar inseridas. O evento foi presencial.

4.4.12 Processos Seletivos para Ocupação de Cargos em Comissão e/ou Funções Comissionadas

No exercício de 2024 foram publicados 42 editais no BAE, do IPHAN, e no Portal de "Currículo e Oportunidades", do Sigepe, na plataforma do SouGov, referentes aos processos seletivos instaurados para concessão de gratificações, funções e cargos comissionados, disponíveis nesta Autarquia Federal.

Há editais em que o processo seletivo ocorreu apenas com a mediação burocrática da CODEP: publicação e divulgação da(s) vaga(s) no Sigepe Oportunidades. Já outros processos contaram com a

participação mais intensa desta Coordenação, como aqueles afeitos ao DPA, ou ainda à COGEP ou da própria CODEP. Nessas ocasiões, além do trâmite burocrático, a CODEP participou de entrevistas e outras etapas do processo seletivo.

4.5 Gestão de Licitações e Contratos

Para atender às demandas administrativas de funcionamento do IPHAN é necessária uma variedade de contratos nas mais diversas áreas. Diante disto, ao longo do exercício de 2024, foram licitados, firmados e publicados vários contratos para a consecução dessas demandas.

A obrigatoriedade de licitar está fundamentada no art. 37, XXI, da Constituição Federal para contratação de obras, serviços, compras e alienações, ressalvados os casos especificados na legislação. A Lei 14.133 de 1º de abril de 2021 é a Nova Lei de Licitações e Contratos, que estabelece normas para a contratação e licitação na administração pública.

4.5.1 - Contratações 2024 IPHAN

O quadro abaixo detalha as contratações realizadas pelo IPHAN, no ano de 2024, por modalidade.

Quadro 23 – Contratações IPHAN em 2024

Modalidade	Quantidade de Contratos	Valor (R\$)	Porcentagem (R\$)
Diálogo Competitivo	0	-	0,00%
Dispensa	53	5.037.030,24	2,85%
Pregão	92	140.418.930,15	79,43%
Tomada de Preços	2	774.768,49	0,44%
Concorrência	13	27.907.750,90	15,79%
Inexigibilidade	31	2.643.854,50	1,50%
Total	191	176.782.334,28	100,00%

Fonte: Coordenação de Licitações e Contratos do IPHAN (10/01/2025)

4.5.2 - Contratações 2024 IPHAN - Sede

No quadro abaixo detalham-se as contratações realizadas no âmbito do IPHAN - Sede, no ano de 2024, por modalidade.

Quadro 24 – Contratações IPHAN Sede 2024

Modalidade	Quantidade de Contratos	Valor (R\$)	Porcentagem (R\$)
Diálogo Competitivo	0	-	0,00%

Dispensa	2	629.565,90	0,84%
Pregão	23	63.648.331,02	84,60%
Tomada de Preços	0	-	0,00%
Concorrência	2	10.816.457,95	14,38%
Inexigibilidade	2	141.618,60	0,19%
Total	29	75.235.973,47	100,00%

Fonte: Coordenação de Licitações e Contratos do IPHAN (10/01/2025)

4.5.3 - Contratações 2024 IPHAN Superintendências

No quadro abaixo detalham-se as contratações realizadas no âmbito das superintendências do IPHAN no ano de 2024, por modalidade.

Quadro 25 – Contratações por Superintendências IPHAN 2024

Modalidade	Quantidade de Contratos	Valor (R\$)	Porcentagem (R\$)
Diálogo Competitivo	0	-	0,00%
Dispensa	51	4.407.464,34	4,34%
Pregão	69	76.770.599,13	75,60%
Tomada de Preços	2	774.768,49	0,76%
Concorrência	11	17.091.292,95	16,83%
Inexigibilidade	29	2.502.235,90	2,46%
Total	162	101.546.360,81	100,00%

Fonte: Coordenação de Licitações e Contratos do IPHAN (10/01/2025)

4.5.4 - Funcionamento administrativo - Detalhamento

No quadro abaixo detalham-se as principais contratações do ano de 2024, que tem objetivo de apoiar o funcionamento Administrativo do IPHAN.

Quadro 26 – Contratações Administrativo IPHAN 2024

Tipo de Serviço	Quantidade de Contratos	Valor (R\$)	Porcentagem (R\$)
Locação do imóvel, Água e Energia	28	2.476.001,59	1,40%
Apoio Técnico - Administrativo	22	73.995.707,51	41,86%
Limpeza	13	3.786.673,39	2,14%
Manutenção de Bens Móveis e Imóveis	27	9.476.748,27	5,36%
Motorista	8	2.622.870,91	1,48%
Transporte rodoviário de mudança	2	295.417,91	0,17%
Vigilância e Brigada	10	20.704.671,04	11,71%
Serviços ligados a proteção e promoção dos bens culturais	30	29.454.689,83	16,66%
Treinamento e capacitação	1	87.000,00	0,05%

Telecomunicações, Material de Consumo e Demais Serviços	50	33.882.553,83	19,17%
Total	191	176.782.334,28	100,00%

Fonte: Coordenação de Licitações e Contratos do IPHAN (10/01/2025)

4.5.5 - Principais contratações diretas IPHAN-Sede e Superintendências

No quadro abaixo são demonstradas as principais contratações, realizadas por meio de Licitação, no ano de 2024, cujos valores são acima de R\$ 1.000.000,00, classificadas em ordem decrescente de valor.

Quadro 27 – Principais contratações diretas IPHAN 2024 (acima de R\$ 1.000.000,00)

UNIDADE	CONTRATADA	MODALIDADE	FINALIDADE	OBJETO	VALOR (R\$)
343026 - IPHAN	Esplanada Serviços Terceirizados Ltda.	Pregão	Mão de Obra	Contratação de serviços contínuos de apoio administrativo para atender as necessidades no âmbito da sede do IPHAN.	37.034.238,96
343026 - IPHAN	Diálogo Comunicação corporativa e Digital SS	Concorrência	Serviços	Contratação de serviços auxiliares, acessórios e instrumentais às atividades de assessoria de imprensa, planejamento de comunicação, relações-públicas, envolvendo os serviços de <i>clipping</i> , auditoria de imagem, <i>media training</i> , fotografia, atendimento à imprensa, produção de conteúdo escrito e audiovisual, ações de relacionamento em ambientes digitais, planejamento e realização de entrevistas coletivas, para suprir as necessidades do IPHAN	10.071.772,84
343013 - IPHAN-MG	Pena Cal Construtora Ltda.	Concorrência	Obras	Contratação de pessoa jurídica especializada para a execução de obras de restauração arquitetônica (incluindo instalações complementares) e dos elementos artísticos integrados da catedral basílica de Nossa Senhora do Pilar, localizada no município de São João Del-rei/MG	8.953.915,17
343001 - IPHAN-AM	Construmais Construcoes e Servicos Ltda.	Pregão	Compras	Contratação de empresa especializada de engenharia para a execução da reforma das igrejas - Matriz Nossa Senhora da Conceição, Igreja Nossa Senhora dos Remédios e Igreja São Sebastião, localizadas no centro histórico de Manaus/AM.	7.995.000,00
343002 - IPHAN-PA	T B Figueiredo Nunes Serviços Gerais	Pregão	Mão de Obra	Contratação de serviços contínuos de apoio administrativo	6.536.160,00
343014 - IPHAN-GO	Marzze Servicos e Facilites Ltda.	Pregão	Mão de Obra	Prestação do serviço de forma contínua e com a dedicação exclusiva de mão de obra, de serviços de apoio administrativo, recepcionista e motorista, para fins de atendimento às necessidades do IPHAN/GO	5.198.895,60

343026 - IPHAN	Memora Processos Inovadores S.A.	Pregão	Serviços	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de empresas especializadas em desenvolvimento, manutenção, sustentação, testes e controle de qualidade de <i>software</i> , por alocação de perfil profissional de TI vinculado ao alcance de resultados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sob demanda, conforme modalidade prevista na Portaria SGC/MGI nº 750, 20 de março de 2023, com vistas a executar atividades de projeto, construção, testes, implantação, evolução, manutenção, sustentação e garantia de qualidade relacionadas ao ciclo de vida de <i>software</i> , adotando-se práticas ágeis aderentes ao processo de <i>software</i> .	5.090.001,78
343012 - IPHAN-RS	Lince - Segurança Patrimonial Ltda.	Pregão	Mão de Obra	Contratação de serviços contínuos de vigilância e segurança patrimonial armada e desarmada, mediante o regime de execução indireta, com fornecimento de materiais, armamentos, munições e equipamentos, para atender as necessidades do Parque Histórico Nacional das Missões – phnm, rs, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.	5.005.338,48
343026 - IPHAN	Voetur Turismo e Representacoes Ltda.	Pregão	Serviços	Serviços comuns de agenciamento de viagens para aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais, compreendendo os serviços de emissão, alteração e cancelamento de passagem, bem como de serviços correlatos para atender às necessidades do IPHAN	4.607.363,32
343011 - IPHAN-SC	Orbenk Administracao e Servicos Ltda.	Pregão	Serviços	Contratação de serviços continuados de apoio administrativo para atender as necessidades no âmbito do – IPHAN/SC, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra	4.055.998,20
343014 - IPHAN-GO	Freitas Rodrigues Construção Comércio e Serviço Ltda	Pregão	Serviços de Engenharia	Contratação de serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva no IPHAN/GO e nos escritórios técnicos de Goiás e Pirenópolis/GO	3.735.300,00
343026 - IPHAN	Websis Tecnologia e Sistemas Ltda.	Pregão	Serviços	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de desenvolvimento e manutenção de <i>software</i> , por pontos de função complementados por horas de serviço técnico sob demanda, conforme modalidade prevista na Portaria SGD/MGI nº 750/2023, com vistas a executar atividades de projeto, construção, testes, implantação, evolução, manutenção e suporte	3.204.692,70

				relacionados ao ciclo de vida de <i>software</i> .	
343035 - IPHAN-AL	E. R. P. de Oliveira Comércio de Informática e Serviço de Apoio Administrativo I	Pregão	Mão de Obra	Serviços de apoio administrativo e motorista	3.078.042,81
343035 - IPHAN-AL	A Quatro Arquitetura e Construções Ltda.	Concorrência	Obras	Restauração da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, localizada em Marechal Deodoro/AL.	2.974.294,88
343007 - IPHAN-BA	E. R. P. de Oliveira Comércio de Informática e Serviço de Apoio Administrativo I	Pregão	Mão de Obra	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de apoio administrativo e apoio operacional, contemplando postos de apoio administrativo e de motorista, a ser prestado por pessoa jurídica, para atender as necessidades do IPHAN/BA, por um período de dois anos.	2.897.941,60
343026 - IPHAN	Exemplus Agência de Viagens e Turismo Ltda.	Pregão	Serviços	Contratação de serviços comuns de forma contínua, para viabilização de eventos, envolvendo as etapas de planejamento, organização, coordenação e acompanhamento, contemplando todos os serviços indispensáveis à plena execução dos projetos, abrangendo apoio logístico, montagem, desmontagem e manutenção de toda a infraestrutura, sob demanda, na sede do IPHAN, nas Superintendências e Unidades Especiais.	1.911.570,00
343026 - IPHAN	Autopel Automação Comercial e Informática Ltda.	Pregão	Serviços	Contratação de serviços continuados de almoxarifado virtual, prestado por empresa especializada na operação logística do processo de compra e armazenamento de materiais de consumo e administrativo e suprimentos, compreendendo operações de recebimento, armazenagem, separação, expedição, distribuição, guarda, inventário e conservação, e por meio de ferramenta informatizada, focado no modelo <i>supply chain management</i> (cadeia de gestão de suprimentos) aplicado no sistema <i>in company</i> (montado dentro da empresa contratante), com capacidade logística de entrega porta-a-porta para todas as unidades do IPHAN, em todo território nacional.	1.909.156,43
343024 - SITIO R. BURLE MARX	G A Serviços de Apoio Administrativos Ltda.	Pregão	Serviços	Contratação de serviços contínuos de mediação, guia e educação para o patrimônio cultural do Sítio Roberto Burle Marx (SRBM)/ IPHAN, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra	1.897.880,40

343043 - IPHAN - TO	Fênix Assessoria & Gestão Empresarial Ltda.	Pregão	Mão de Obra	Contratação de serviços comum e continuado de apoio administrativo, com fornecimento de mão de obra e uniformes, para atendimento das necessidades da sede IPHAN/TO em Palmas/TO, e no escritório técnico do IPHAN/TO, em Natividade/TO, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra	1.895.850,60
343026 - IPHAN	Bravo Fire Safety Ltda.	Pregão	Mão de Obra	Serviços contínuos de terceirizados de apoio administrativo, na função de auxiliar de almoxarifado, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra	1.724.499,78
343006 - IPHAN-RJ	Rio Tec Construções e serviços Ltda.	Pregão	Serviços de Engenharia	Contratação de empresa especializada para execução de obras de consolidação dos blocos b e c do Museu do Trem e construção de coberturas provisórias sobre acervo rodante da área externa da Estação Barão de Mauá e do Museu do Trem.	1.642.762,58
343001 - IPHAN-AM	Central Norte Serviços Terceirizados Ltda.	Pregão	Mão de Obra	Contratação de serviços contínuos de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra	1.635.699,77
343026 - IPHAN	Solution Logística e Eventos Ltda.	Pregão	Serviços	Contratação de serviços comuns de forma contínua, para viabilização de eventos, envolvendo as etapas de planejamento, organização, coordenação e acompanhamento, contemplando todos os serviços indispensáveis à plena execução dos projetos, abrangendo apoio logístico, montagem, desmontagem e manutenção de toda a infraestrutura, sob demanda, na sede do IPHAN, nas Superintendências e Unidades especiais.	1.596.720,00
343006 - IPHAN-RJ	Hawk Segurança e Vigilância Ltda.	Pregão	Mão de Obra	Contratação de serviços continuados de vigilância, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados nas dependências do IPHAN/RJ, seus escritórios técnicos e suas unidades vinculadas.	1.550.034,84
343003 - IPHAN-MA	Marzze Serviços e Facilités Ltda.	Pregão	Serviços	Prestação do serviço de forma continuada na área de apoio administrativo para atender as necessidades no âmbito da superintendência do IPHAN/MA e do escritório técnico de Alcântara/MA, por um período de dois anos.	1.494.777,60
343007 - IPHAN-BA	CLM Engenharia Ltda.	Pregão	Serviços de Engenharia	Contratação de pessoa jurídica para execução de obra emergencial de estabilização, reforço estrutural e restauração, além de serviços de elaboração e execução de projeto de instalações elétricas para a casa dos velhos/lar aconchego, imóvel situado na Rua Benjamin Constant, nº 02,	1.453.852,63

				Centro, no município de Cachoeira/BA.	
343026 - IPHAN	Marzze Servicos e Facilites Ltda.	Pregão	Mão de Obra	Serviços contínuos de agente de portaria, nas dependências e instalações da sede do IPHAN, compreendendo o fornecimento de mão de obra, de uniformes e de equipamentos adequados à execução dos trabalhos a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra	1.359.513,95
343006 - IPHAN-RJ	Minerva Doc Ltda.	Concorrência	Serviços	Contratação de empresa especializada para elaboração de plano museológico do Museu do Trem e inventário de todo seu acervo em banco de dados específico, com acondicionamento/higienização do acervo em suporte de papel.	1.284.400,00
343011 - IPHAN-SC	Lideranca Limpeza e Conservacao Ltda.	Pregão	Mão de Obra	Contratação de empresa para a prestação de serviços continuados de limpeza e higienização predial para atender às necessidades da superintendência do IPHAN/SC e seus escritórios técnicos em São Francisco do Sul/SC Laguna/SC e Pomerode/SC.	1.189.233,00
343026 - IPHAN	Claro s.a.	Pregão	Serviços	Contratação de serviços de empresa especializada na prestação de serviço móvel pessoal - SMP - (móvel-móvel, móvel-fixo e dados), nas modalidades local, longa distância nacional (LDN) e longa distância internacional (LDI) a ser executado de forma contínua, visando atender às necessidades da Sede do IPHAN, nas suas 27 superintendências, nos 28 escritórios técnicos e nas seis unidades especiais.	1.143.860,40

Fonte: Coordenação de Licitações e Contratos do IPHAN (10/01/2025)

No quadro abaixo são demonstradas as principais **contratações diretas** do ano de 2024 acima do valor de R\$ 100.000,00, classificadas em ordem decrescente de valor.

Quadro 28 – Principais contratações IPHAN 2024 (acima de R\$ 100.000,00)

DISPENSA				
UNIDADE	CONTRATADA	FUNDAMENTO	OBJETO	VALOR (R\$)
343013 - IPHAN-MG	FORCA SERVICE LTDA.	Mão de Obra (art. 75, inciso VIII)	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO, A SEREM EXECUTADOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA	999.023,16
343007 - IPHAN-BA	PENA CAL CONSTRUTORA LTDA.	Serviços (Art. 75, III, a)	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EMERGENCIAIS E ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE RESTAURAÇÃO PARA A CONJUNTO DA CAPELA	792.691,53

			DE NOSSA SENHORA DA PENA E RUÍNAS DO ANTIGO ENGENHO VELHO DO PARAGUAÇU, SITUADAS NA FAZENDA ENGENHO VELHO, DISTRITO DE IGUAPE, SITUADO NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA/BA.	
343023 - PACO IMPERIAL-RJ	TRANSEGUR VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA.	Mão de Obra (Art. 75, VIII)	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE VIGILÂNCIA A SEREM EXECUTADOS NO CCPPI.	673.280,76
343026 - IPHAN	FUNDACAO GETULIO VARGAS	Serviços (Art. 75, Inciso XV)	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO, PROCESSAMENTO E RESULTADO FINAL PARA HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE 31 PESSOAS, NA FORMA DO ARTIGO 2º, INCISO VI, ALÍNEA “I”, DA LEI NO 8745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993, PARA O IPHAN, COM BASE NA LEI NO 14.133, DE 1º DE ABR2021, ASSIM COMO TODA E QUALQUER LOGÍSTICA NECESSÁRIA À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	599.960,00
343023 - PACO IMPERIAL-RJ	J.F. BRITO ENGENHARIA LTDA.	Serviços (Art. 75, VIII)	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA PARA RESTAURAÇÃO DAS CIMALHAS DO PATIO MAIOR DO CCPPI.	370.179,84
343024 - SITIO R. BURLE MARX	DATA COOP - COOPERATIVA DE BIBLIOTECARIO S	Serviços (Art. 75, III, a)	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA A REALIZAÇÃO DO PROCESSAMENTO TÉCNICO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO SÍTIO ROBERTO BURLE MARX.	246.360,00
343007 - IPHAN-BA	CLM ENGENHARIA LTDA.	Serviços de Engenharia (Art. 75, III, a)	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E RESTAURAÇÃO PARA A CONCEPÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS VISANDO A POSTERIOR EXECUÇÃO DE OBRAS EMERGENCIAIS DE ESTABILIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO EM TRÊS IMÓVEIS SITUADOS NO BAIRRO DO COMÉRCIO, EM SALVADOR/BA: RUA GUINDASTE DOS PADRES, Nº 01, GUINDASTE DOS PADRES Nº 03 E LADEIRA DA MONTANHA Nº 73	176.427,07
343003 - IPHAN-MA	ELEVADORES OMEGA LTDA.	Serviços de Engenharia (Art. 75, III, a)	CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL, DE UM ELEVADOR DA MARCA MONTELE ELEVADORES	100.000,00
343013 - IPHAN-MG	FORCA SERVICE LTDA	Mão de Obra (art. 75, inciso VIII)	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO, A SEREM EXECUTADOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPE.	999.023,16
343007 - IPHAN-BA	PENA CAL CONSTRUTORA LTDA	Serviços (Art. 75, III, a)	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EMERGENCIAIS E ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE RESTAURAÇÃO PARA A CONJUNTO DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DA PENA E	792.691,53

			RUÍNAS DO ANTIGO ENGENHO VELHO DO PARAGUAÇU, SITUADAS NA FAZENDA ENGENHO VELHO, DISTRITO DE IGUAPE, SITUADO NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA/BA.	
343023 - PACO IMPERIAL-RJ	TRANSEGRUR VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	Mão de Obra (Art. 75, VIII)	O PRESENTE INSTRUMENTO É CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE VIGILÂNCIA A SEREM EXECUTADOS NO CCPPI.	673.280,76
343026 - IPHAN	FUNDACAO GETULIO VARGAS	Serviços (Art. 75, Inciso XV)	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO, PROCESSAMENTO E RESULTADO FINAL PARA HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE 31 PESSOAS, NA FORMA DO ARTIGO 2º, INCISO VI, ALÍNEA “I”, DA LEI Nº 8745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993, PARA O IPHAN, COM BASE NA LEI NO 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, ASSIM COMO TODA E QUALQUER LOGÍSTICA NECESSÁRIA À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	599.960,00
343023 - PACO IMPERIAL-RJ	J.F. BRITO ENGENHARIA LTD	Serviços (Art. 75, VIII)	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA PARA RESTAURAÇÃO DAS CIMALHAS DO PATIO MAIOR DO CCPPI.	370.179,84
343024 - SITIO R. BURLE MARX	DATA COOP - COOPERATIVA DE BIBLIOTECARIO S	Serviços (Art. 75, III, a)	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA A REALIZAÇÃO DO PROCESSAMENTO TÉCNICO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO SÍTIO ROBERTO BURLE MARX.	246.360,00
343007 - IPHAN-BA	CLM ENGENHARIA LTDA	Serviços de Engenharia (Art. 75, III, a)	DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E RESTAURAÇÃO PARA A CONCEPÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS VISANDO A POSTERIOR EXECUÇÃO DE OBRAS EMERGENCIAIS DE ESTABILIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO EM TRÊS IMÓVEIS SITUADOS NO BAIRRO DO COMÉRCIO, EM SALVADOR/BA: RUA GUINDASTE DOS PADRES, Nº 01, GUINDASTE DOS PADRES Nº 03 E LADEIRA DA MONTANHA Nº 73	176.427,07
343003 - IPHAN-MA	ELEVADORES OMEGA LTDA.	Serviços de Engenharia (Art. 75, III, a)	CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL, DE um ELEVADOR DA MARCA MONTELE ELEVADORES.	100.000,00

Fonte: Coordenação de Licitações e Contratos do IPHAN (10/01/2025)

Quadro 29 - Principais contratações IPHAN 2024

INEXEGIBILIDADE				
UNIDADE	CONTRATADA	FUNDAMENTO	OBJETO	VALOR (R\$)
343023 - PACO	LIGHT SERVICOS DE	Serviços (Art. 74, I)	CONTRATAÇÃO, POR INEXIGIBILIDADE E POR TEMPO INDETERMINADO, PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, A	660.000,00

IMPERIAL-RJ	ELETRICIDADE S. A.		SEREM PRESTADOS NO ÂMBITO DO CENTRO CULTURAL DO PATRIMÔNIO PAÇO IMPERIAL/IPHAN, SITO NA PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 48- CENTRO, RIO DE JANEIRO/RJ, .	
343012 - IPHAN-RS	PORTO ALEGRE DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS	Serviços (Art. 74, I)	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO PARA O L - IPHAN/RS.	450.000,00
343030 - CNFCP - IPHAN	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S. A.	Serviços (Art. 74, I)	CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, CARACTERIZADO COMO DE UTILIDADE PÚBLICA, PRESTADO EM REGIME DE MONOPÓLIO PELA LIGHT,	299.008,44
343002 - IPHAN-PA	EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	Serviços (Art. 74, I)	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA	234.000,00
343007 - IPHAN-BA	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA (COELBA)	Serviços (Art. 74, I)	CONTRATAÇÃO DIRETA DA DISTRIBUIDORA – COELBA, PARA O SERVIÇO PÚBLICO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, PARA GARANTIR A CONTINUIDADE DO FORNECIMENTO DO SERVIÇO, COM O OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADE do IPHAN/BA, INCLUINDO A SEDE (CASA BERQUÓ), A CASA DOS SETE CANDEEIROS, BEM COMO OS ESCRITÓRIOS TÉCNICOS DO IPHAN LOCALIZADOS NOS MUNICÍPIOS BAIANOS DE CACHOEIRA, LENÇÓIS, PORTO SEGURO E RIO DE CONTAS E, TAMBÉM, A CASA DO PATRIMÔNIO EM LENÇÓIS.	127.384,68
343024 - SÍTIO R. BURLE MARX	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S. A.	Serviços (Art. 74, I)	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS DEPENDÊNCIAS DO SÍTIO ROBERTO BURLE MARX (SRBM).	115.199,40
343030 - CNFCP - IPHAN	ÁGUAS DO RIO 1 SPE S.A.	Serviços (Art. 74, I)	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL CANALIZADA E COLETA DE ESGOTO, NO ÂMBITO DO CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR	113.650,37

Fonte: Coordenação de Licitações e Contratos do IPHAN (10/01/2025)

As contratações diretas dizem respeito principalmente às pequenas aquisições de materiais por Dispensa Eletrônica, assim como serviços pontuais que estejam dentro dos limites permitidos em lei.

Existem as contratações diretas realizadas no escopo do inciso VIII do art. 75 da Lei 14.133/21, conforme o caso, mas destacam-se as contratações emergenciais relacionadas principalmente às medidas emergenciais protetivas aos bens acautelados pelo IPHAN, que estejam em risco de desmoração. Estas dispensas emergenciais são realizadas principalmente pelas Unidades Descentralizadas, às quais compete acompanhar os bens protegidos pelo IPHAN nos Estados e no Distrito Federal. Houve também aquelas

contratações realizadas respaldadas na alínea "a" do inciso III, do art. 75 da Lei 14.133/21, quando não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas naquela licitação.

Há casos pontuais de inexigibilidades de licitação para as situações em que comprovadamente há inviabilidade de competição, dentro das hipóteses do art. 74 da Lei 14.133/21. As Unidades Descentralizadas do IPHAN nos Estados e no Distrito Federal fazem maior uso de contratações diretas, sobretudo amparadas no inciso I do art. 74 da Lei 14.133/21, especialmente as pequenas Unidades Gestoras, em razão dos valores pequenos das contratações. Porém, pode-se identificar uma grande quantidade de contratações por inexigibilidade durante 2024, muito em razão da Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 23 de abril de 2023, que trata sobre o regime de transição do art. 191 da Lei 14.133/21, no âmbito da APF direta, autárquica e fundacional. Houve migração dos contratos de água e esgoto e de fornecimento de energia, regidos pela Lei nº 8.666/93, para a Lei nº 14.133/21.

Esses dados foram extraídos e podem ser consultados no portal compras do governo federal:

[Transparência Compras.gov.br - Contratos](https://transparencia.compras.gov.br/Contratos).

4.5.6 – Transferências Voluntárias

Durante o exercício de 2023, foram publicados importantes editais no âmbito de transferências voluntárias, como o Edital PNPI, o Edital Educação Patrimonial e o Edital Banda de Pífanos (no escopo da Sede), dentre outros provenientes das unidades descentralizadas. Além disso, outro fator relevante na execução de políticas públicas, foi a implementação dos Canteiros Modelos, viabilizados por meio dos Termos de Execução Descentralizada (TED). Em conjunto, esses instrumentos disponibilizaram o montante de R\$ 107.043.157,79 para a realização dos respectivos projetos consignados.

Já em 2024, deu-se continuidade à celebração dos instrumentos firmados pelos editais de 2023, além de abranger o Programa Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro e instrumentos oriundos de emendas parlamentares, totalizando 53 instrumentos, com valor global de R\$ 23.019.398,87 a ser repassado.

As informações acerca da **celebração** aprovada dos Termos de Colaboração, Convênios e TED constam abaixo:

Quadro 30 - Convênios firmados pelo IPHAN, em 2024 (Quantidade e Valor, em R\$)

Unidade	Quantidade	Valor do Repasse (R\$)
IPHAN Sede	2	568.280,00
IPHAN Superintendências	0	0,00
Total	2	568.280,00

Fonte: Dados Abertos Transferegov

Quadro 31 - Termos de colaboração firmados pelo IPHAN, em 2024 (Quantidade e Valor, em R\$)

UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DO REPASSE (R\$)
IPHAN Sede	27	9.552.515,10
Centro Nacional do Folclore	1	800.000,00
Superintendência do IPHAN em Alagoas	1	100.000,00
Superintendência do IPHAN em Pernambuco	1	300.000,00
Superintendência do IPHAN em Santa Catarina	1	300.000,00
Superintendência do IPHAN em São Paulo	3	1.500.000,00
Superintendência do IPHAN na Paraíba	1	1.700.000,00
Superintendência do IPHAN no Ceará	1	200.000,00
Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro	7	4.335.000,00
Total	42	18.787.515,10

Fonte: Dados Abertos Transferegov

Quadro 32 - Termos de fomento firmados em 2024, pelo IPHAN (Quantidade e Valor, em R\$)

Unidade	Quantidade	Valor (R\$)
Superintendência do IPHAN no Distrito Federal	2	1.200.000,00
Total	2	1.200.000,0

Fonte: Dados Abertos Transferegov

Quadro 33 – TED firmados pelo IPHAN, em 2024 (Quantidade e Valor, em R\$)

Unidade	Quantidade	Valor Global (R\$)
IPHAN Sede	2	2.000.000,00
Total	2	2.000.000,00

Fonte: Controle Interno da CCONV

Quadro 34 - Dispensas de Termo de Execução Descentralizada (D-TED) firmadas pelo IPHAN, em 2024 (Quantidade e Valor, em R\$)

Unidade	Quantidade	Valor Global (R\$)
IPHAN Sede	2	263.603,77
Superintendência do IPHAN no Maranhão	2	200.000,00
Total	4	463.603,77

Fonte: Controle Interno da CCONV

Em relação às informações de Prestação de Contas, as Planilhas abaixo apresentam os dados consolidados:

I - Prestação de Contas **Aprovadas** em 2024:

Quadro 35- Prestação de Contas Aprovadas, em 2024, em relação a Convênios firmados pelo IPHAN (Quantidade e Valor, em R\$)

Unidade	Quantidade	Valor Repassado (R\$)	Valor Devolvido (R\$)
IPHAN Sede	2	324.610,00	-
Superintendência do IPHAN em Alagoas	1	1.920.000,00	-
Superintendência do IPHAN na Bahia	1	500.000,00	-
Superintendência do IPHAN no Ceará	4	8.160.000,00	3.641.045,00
Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro	1	250.000,00	-
Total Geral	9	11.154.610,00	3.641.045,00

Fonte: Dados Abertos Transferegov

Quadro 36 - Prestação de Contas Aprovadas, em 2024, em relação a Termos de Colaboração firmados pelo IPHAN (Quantidade e Valor, em R\$)

Unidade	Quantidade	Valor Repassado (R\$)	Valor Devolvido (R\$)
Centro Nacional do Folclore	2	575.000,00	-
IPHAN Sede	1	598.900,00	-
Superintendência do IPHAN em São Paulo	1	250.000,00	-
Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro	2	650.000,00	-
Total Geral	6	2.073.900,00	-

Fonte: Dados Abertos Transferegov

Quadro 37 - Prestação de Contas Aprovadas, em 2024, em relação a Termos de Execução Descentralizada - TED

Unidade	Quantidade	Valor Repassado	Valor Devolvido
IPHAN Sede	3	R\$ 1.887.132,88	

Total Geral	3	R\$ 1.887.132,88	
--------------------	----------	-------------------------	--

Fonte: Controle Interno da CCONV

Quadro 38 - Dispensa de Termos de Execução Descentralizada – TED firmados pelo IPHAN (Quantidade e Valor, em R\$)

Unidade	Quantidade	Valor Repassado (R\$)	Valor Devolvido (R\$)
IPHAN Sede	2	0,00	-
Total Geral	2	0,00	-

Fonte: Controle Interno da CCONV

II Prestações de Contas Aprovadas Com Ressalvas em 2024:

Quadro 39 - Prestação de Contas Aprovadas com ressalvas, em 2024, em relação a Convênios firmados pelo IPHAN (Quantidade e Valor, em R\$)

Unidade	Quantidade	Valor Repassado (R\$)	Valor Devolvido (R\$)
Superintendência do IPHAN em Pernambuco	1	1.840.000,00	-
Superintendência do IPHAN no Maranhão	1	1.035.000,00	-
Superintendência do IPHAN no Pará	1	1.600.000,00	-
Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro	1	1.000.000,00	-
Total Geral	4	5.475.000,00	-

Fonte: Dados Abertos Transferegov

No exercício de 2024, foram implementadas diversas ações estruturantes com foco na correção de inconsistências apontadas pelo TCU, no 2º Ciclo do Dia D. Esse ciclo teve como objetivo avaliar o uso integrado de informações na gestão de políticas públicas, identificando possíveis concessões indevidas, conflitos com princípios da Administração Pública, ineficiências e falta de transparência.

A Coordenação de Convênios (CCONV) participou ativamente desse processo ao responder às demandas e prestar assistência às Superintendências de Roraima, do Rio de Janeiro e da Bahia na correção das inconsistências detectadas.

Em junho de 2024, foi realizado um encontro de logística com o tema “**Condutas Vedadas aos Agentes Públicos Federais em Eleições**”, orientado para o período eleitoral e suas implicações nas contratações públicas.

No segundo semestre, ocorreu a capacitação “**Transferegov Direto ao Ponto**”, em formato reduzido em relação ao treinamento originalmente previsto. A urgência em capacitar agentes das Superintendências visava ampliar a autonomia das unidades e diminuir a sobrecarga de demandas da

CCONV. Contudo, devido ao curto prazo, foram abordadas apenas tarefas operacionais do sistema, sem aprofundamento teórico — lacuna que se configura como demanda para 2025.

A capacitação ocorreu ao longo de três semanas, entre setembro e outubro, com três turmas virtuais em sistema assíncrono (videoaulas ao vivo e materiais disponibilizados em salas de aula virtuais). Cada turma comportou, em média, 35 alunos. Os resultados foram bastante positivos: houve redução perceptível no número de solicitações das Superintendências e a aprovação da capacitação ultrapassou 95%, muitas delas com nota máxima.

Uma prática adotada ao longo do ano para promover integração e alinhamento com as Organizações da Sociedade Civil (OSC) foram as **Reuniões de Alinhamento**, realizadas após a celebração dos Instrumentos de Termo de Colaboração. Nessas reuniões, a equipe da CCONV discutiu os próximos passos, tirou dúvidas e reforçou os laços de parceria.

Essas atividades também serviram como pilar de sensibilização da sede em relação às necessidades das unidades, melhorando a comunicação entre as diversas áreas envolvidas nos projetos e metas propostos.

4.6 - Gestão Patrimonial e Infraestrutura

A gestão patrimonial do IPHAN busca racionalizar a utilização dos espaços ocupados pela Sede, Escritórios Técnicos, Unidades Especiais e Superintendências. Dessa forma, está sendo feito um trabalho no sentido de racionalizar as despesas com locação de imóveis por meio do compartilhamento de espaços. Nesse sentido, cabe destacar a parceria que está sendo feita com o IPEA para a utilização conjunta com o IPHAN de um edifício no Setor Comercial Sul, em Brasília, que deve implicar em uma economia da ordem de 8 milhões ao ano do orçamento do IPHAN.

No âmbito do TransformaGov também estão sendo realizados levantamentos e estudos no sentido de otimizar a ocupação dos espaços das Superintendências Estaduais. Em várias capitais o IPHAN já ocupa imóveis cedidos gratuitamente pela SPU e Prefeituras, implicando em enorme economia de recursos públicos. De todas as Superintendências Estaduais, Escritórios Técnicos e Unidades Especiais, o IPHAN paga aluguel em apenas 12 situações, sendo eles: 11 estados (AC, AP, MA, PA, RO, RJ, RR, RS, SC, SP e TO), e mais o Distrito Federal (Superintendência do IPHAN no DF e a SEDE).

Tabela 23 – Dados dos Imóveis Próprios e Locados do IPHAN

Dados dos Imóveis
As Unidades Descentralizadas destacadas em amarelo mandaram as planilhas atualizadas até 17/01/2025. As demais não encaminharam os dados atualizados até o fim do prazo concedido.
IPHAN-AC
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade

Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	Salas no 2º Andar de um Prédio	0139.00583.500-5	Rua Rio Grande do Sul 182, Dom Giocondo, Rio Branco	1.065.985,31	9.146,53	Alugado	Sim
2	Casa do Patrimônio	0139.00400.500-9	Rua Dom Bosco 186, Bosquw, Rio Branco	1.367.407,16	-	Próprio - Obra parada	Sim

IPHAN-AL							
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade							
Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	Galpão	2785.00388.500-8	Rua Sá e Albuquerque, 157, Jaraguá. CEP 57022-180. Maceió	1.892.645,13	-	PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO, cedido ao IPHAN pela SPU.	Sim
2	Prédio	2833.00044.500-0	Av. Marechal Floriano Peixoto, S/N, CEP: 57.200-000, Centro Histórico - Penedo	130.000,00	-	Cedido ao IPHAN em Comodato pela Santa Casa de Misericórdia de Penedo.	Sim
3	Terreno (ligado à Estação Ferroviária)	-	Barão de Jaraguá e Rua Cel. Pedro Lima	-	-	PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO, cedido à CBTU	Não se aplica
4	Prédio (antiga Estação Ferroviária)	-	Barão de Jaraguá	-	-	PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO, cedido à CBTU	Não se aplica
5	Prédio (Setor de Comunicações)	-	Barão de Jaraguá	-	-	PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO (não identificado)	Não se aplica
6	Prédio (Sanitário)	-	Barão de Jaraguá	-	-	PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO (não identificado)	Não se aplica
7	Terreno (Arquivo Público)	-	Rua Sá e Albuquerque e Avenida Maceió	-	-	PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO, cedido ao Estado	Sim
8	Prédio (Antigo armazém Arquivo Público)	-	Barão de Jaraguá	-	-	PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO, cedido ao Estado	Sim
9	Terreno (Estacionamento)	-	Barão de Jaraguá	-	-	PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO, cedido à Prefeitura de Maceió	Não se aplica

10	Prédio (Antiga Oficina)	-	Rua Sá e Albuquerque	-	-	PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO, cedido à Prefeitura de Maceió	Não se aplica
IPHAN-AP							
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade							
Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	Prédio em alvenaria com dois pavimentos e um mezanino	0605 00320.500-1	Avendida Henrique Galúcio nº 1242-A	2.247.154,12	14.398,44	Alugado	Não

IPHAN-AM							
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade							
Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	PRÉDIO	0255.00597.500-0	TRAVESSA VIVALDO LIMA Nº 13/17 - CENTRO - CP 69005-440 - MANAUS-AM	277.927,88	-	Imóvel próprio do IPHAN	SIM

IPHAN-BA							
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade							
Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	IPHAN-BA	3397.00003.500-7 - UTILIZ: 3397.00005.500-8	R. Benjamim Constant, nº 17 - Centro -Cachoeira - BA - CEP: 44.300-000 ARQUIVO PÚBLICO	154.427,73	-	PRÓPRIO	SIM
2	IPHAN-BA	3397.00006.500-3 - UTILIZ: 3397.00002.500-1	Praça da Aclamação, nº 04 - Centro -Cachoeira - BA - CEP: 44.300-000 - ESCRITÓRIO TÉCNICO	260.107,12	-	PRÓPRIO	NÃO

3	IPHAN-BA	3397.00007. 500-9 - UTILIZ: 3397.00008. 500-4	Praça Teixeira de Freitas, nº 2 - Centro -Cachoeira - BA - CEP: 44.300- 000 (CINE TEATRO)	410.000,0 0	-	PRÓPRIO	NÃO
4	IPHAN-BA	3407.00005. 500-9 - UTILIZ: 3407.00006. 500-4	R. Barão Homem de Melo, nº 36 - Centro - Cairu - BA - CEP: 45.420- 000	806.402,8 3	0,00	PRÓPRIO	NÃO
5	IPHAN-BA	3657.00002. 500-1 - UTILIZ: 3657.00001. 500-6	R. da Ajuda, nº 01 - Centro - Jaguaripe - BA - CEP: 44.480-000	931.809,6 2	0,00	PRÓPRIO	NÃO
6	IPHAN-BA	3687.00005. 500-0 - UTILIZ: 3687.00006. 500-5	R. Miguel Calmon. Nº 08, Centro - Lençóis - BA - CEP:46.960-000 (CASA DO PATIMÔNIO)	16.436,60	0,00	PRÓPRIO	SIM
7	IPHAN-BA	3807.00031. 500-6- UTILIZ: 3807.00032. 500-1	R. Dr. Antonio Ricaldi, s/nº - Bairro Alto - Porto Seguro - BA	67.983,85	0,00	PRÓPRIO	NÃO
8	IPHAN-BA	3835.00033. 500-2 - UTILIZ: 3835.00034. 500-8	R. Dois de Julho, nº 6 - Centro - Rio de Contas - BA - CEP:46.170-000	295.463,7 0	0,00	PRÓPRIO	NÃO
9	IPHAN-BA	3849.00602. 500-5- UTILIZ: 3549.00337. 500-5	R. Visconde de Itaparica, nº 08 , - Centro - Salvador - BA - CEP: 40.020-080 (SEDE)	2.972.954 ,75	0,00	PRÓPRIO	SIM
10	IPHAN-BA	3849.00603. 500-0 - UTILIZ: 3849.00338. 500-0	R. Visconde de Itaparica, nº 06 - Centro - Salvador - BA - CEP: 40.020-080	169.620,4 6	0,00	PRÓPRIO	NÃO
11	IPHAN-BA	3849.00604. 500-6 - UTILIZ: 3849.00339. 500-6	R. São Francisco, nº 32 - Centro - Salvador - BA - CEP: 40.020-310	664.275,7 7	0,00	PRÓPRIO	SIM

IPHAN-CE							
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade							
Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?

1	IPHAN/CE	-	Rua Liberato Barroso, 525 - Centro - Fortaleza /CE	-	sem custo	Imóvel cedido pela Universidade Federal do Ceará	Não
---	----------	---	--	---	-----------	--	-----

IPHAN SEDE/IPHAN-DF
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade

Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	Prédio/IPHAN Sede	IPHAN SEDE/SUP. DF	Centro Empresarial Brasília 50 - SEPS 702/902, Bloco C, Torre A - Bairro Asa Sul, Brasília/DF. CEP 70390-025	-	-	Imóvel do SPU (Ocupação Provisória pelo IPHAN-Sede aguardando a cessão definitiva)	Sim
2	SUP.DF	9701 27239.500-7	Quadra 507, do SCR/SUL, Bloco B, Lojas 59, 61, 58 e, 62 Asa Sul CEP 70351-520	970.377,60	sem custo	Próprio	Não
3	SUP.DF	9701 27241.500-8	Quadra 507, do SCR/SUL, Bloco B, Loja, 53 Asa Sul	R\$ 1.455.566,40	sem custo	Próprio	Não

IPHAN-ES
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade

Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	Estação Ferroviária Matilde	5605.00013.500-0	Rua Estação Matilde, s/n, Matilde. CEP 29240-000. Alfredo Chaves.	1.034.662,05	-	Imóvel cedido para Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves/ES.	Sim
2	Estação Ferroviária de Argolas	5703.00097.500-8	Rua Anésio José Simões, s/n, Argolas, CEP. 29114-680. Vila Velha	328.340,89	-	Imóvel cedido para Prefeitura Municipal de Vila Velha/ES e encontra-se em obra realizada pela Prefeitura	Não
3	Sede da Superintendência do IPHAN-ES	5705.00422.500-0	Rua José Marcelino, 203, Cidade Alta, Centro. CEP 29015-120. Vitória.	1.780.000,00	-	Próprio	Sim

4	Igreja Reis Magos	5699.00030.500-0	Travessia dos Reis Magos, s/n, Nova Almeida - CEP. 29.182-528 - Serra	4.531.962,23	-	Próprio - Imóvel doado à antiga Pró Memória e administrado pela Prefeitura Municipal de Serra/ES, via Termo de Cooperação. Encontra-se em obra por meio da Lei de Incentivo à Cultura.	Sim

IPHAN-GO							
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade							
Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	9377000115009	Rua Luiz do Couto (antiga João Pessoa) quadra 22, lote 2 Centro. CEP: 76.290-000 Goiás/GO	330.961,81	-	Bem da União cedido ao IPHAN	Parcialmente
2	IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	9377000125004	Praça Zacheu Alves de Castro, Nº 01 - Centro	331.474,89	-	Próprio	Não
3	IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	9543000025008	Rua 24 de Outubro nº 1 Esq. c/Rua do Bonfim - Centro. CEP: 72980-000 Pirenópolis/GO	319.934,68	-	Próprio	Parcialmente
4	EDIFÍCIO/PRÉDIO	9373004025001	Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, 210, Setor Central - CEP: 74.003-010	5.835.764,49	-	Cedido	Sim
5	Grandes estruturas/Casas térreas ou pequenas construções	9377000135000	Praça Dr. Brasil Ramos Caiado - Centro. CEP: 76.600-000 Goiás/GO	783.439,21	-	Bem da União cedido ao IPHAN	Não

IPHAN-MA							
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade							
Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?

1	Casarão	0703.00143.500-0	Rua Grande, s/n - Centro - Alcântara/MA	92.802,00	-	Próprio	Não
2	Casarão	0703.00176.500-0	Rua das Mercês, 464 - Centro - Alcântara/MA	139.252,42	-	Próprio	Não
3	Gleba	0703.00186.500-4	Fazenda Jardim, s/n - Zona Rural - Alcântara/MA	422.351,00	-	Imóvel consta no SPIUnet, mas não é de responsabilidade do IPHAN/MA	Não
4	Casarão	0921.00426.500-9	Rua do Giz, 235 - Centro - São Luís/MA	211.821,00	-	Próprio	Sim
5	Casarão	0921.00956.500-0	Rua do Giz, 249 - Centro - São Luís/MA	1.440.681,45	8.484,90	Alugado	Não
6	Prédio	0921.00474.500-0	Rua da Estrela, 257 - Centro - São Luís/MA	923.252,22	-	Cedido para Câmara de Vereadores de São Luís/MA	Sim

IPHAN-MS							
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade							
Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	Tombada	9051.00331.500-6	Rua General Mello, 23, Lote 01, resultante do desdobro da área D-4, Centro. CEP 79002-241. Campo Grande	471.455,06	-	Próprio	Sim
2	Tombada	9063.00166.500-3	Rua Manoel Cavassa, s/nr, Centro. CEP 79300-130. Corumbá.	1.836.199,25	-	Cessão de utilização gratuita	Não

IPHAN-MT							
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade							
Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	Casa	9067 00197.500-5	Rua 7 de Setembro, 390, Centro Norte, Cuiabá/MT	1.145.881,97	-	Próprio	Não
2	Casa	9067 00224.500-0	Rua Pedro Celestino, 320, Centro, Cuiabá/MT	248.417,17	-	Cedido	Não

IPHAN-MG							
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade							
Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	Casa	4123.00681.500-3 (utilização) 4123 00680.500-8 (imóvel)	Rua AARAO REIS, 105 lote 1E da quadra 35, CENTRO CEP 30120-000- Belo Horizonte	2.046.012,90	N/A	cessão	Não
2	Casa	4123 00381.500-2 (utilização) 4123 00380.500-7 (imóvel)	Rua Januária, 130, Floresta, 30110-055- Belo Horizonte	2.096.285,40	N/A	cessão	Não
3	Casa	4431.00006.500-2 (utilização) 4431 00034.500-5 (imóvel)	Rua Rua Francisco Sá, r0 Biblioteca Antônio Torres, CEP 39100-000- Diamantina	298.611,89	N/A	cessão	Não
4	Casa	4431.00008.500-3 (utilização) 4431 00030.500-3 (imóvel)	Rua Bonfim, 50 perto da praça Monsenhor Neves, CEP 39100-000- Diamantina	273.000,00	N/A	doação	Não
5	Casa	4431.00009.500-9 (utilização) 4431 00021.500-4 (imóvel)	Praça Lobo Mesquita, 266 CEP 39100-000- Diamantina	2.300.000,00	N/A	cessão	Não
6	terreno	4431.00049.500-7 (utilização) 4431 00048.500-1 (imóvel)	Rua Casaca Parda, s/nº Cazuza CEP 39100-000- Diamantina	15.000,00	N/A	propriedade	Não
7	Casa	4799.00003.500-4 (utilização) 4799 00008.500-1 (imóvel)	Rua Direita, 7 Casa, Centro CEP 35420-000- Mariana	2.397.687,92	N/A	cessão	Não
8	Casa	4799.00004.500-0 (utilização) 4799 00009.500-7 (imóvel)	Rua do Rosário, 66 Distrito de Santa Rita Durão, CEP 35420-000- Mariana	277.449,40	N/A	cessão	Não

9	Casa	4921.00053.500-3 (utilização) 4921 00121.500-2 (imóvel)	Praça Tiradentes, 33 casa, Centro CEP 35400-000- Ouro Preto	2.180.218 ,26	N/A	cessão	Não
10	terreno	4921.00054.500-9 (utilização) 4921 00067.500-0 (imóvel)	Rua Pandia Calogeras, s/n Terreno, terreno CEP 35400-000- Ouro Preto	22.500,00	N/A	propriedade	Não
11	via férrea	4951.00009.500-5 (utilização) 4951 00008.500-0 (imóvel)	Ramal Km 24,213 a 24,333; Km 25,081 a 30,744 e Km 30,876 a 34,442, s/n Leito de linha férrea Cruzeiro a Soledade de Minas, Zona rural CEP 37460-000- Passa Quatro	33.138,72	N/A	cessão	Não
12	terreno	4951.00013.500-7 (utilização) 4951 00012.500-1 (imóvel)	Pátio Km 30,7445 a 30,8725, s/n Pátio da Estação de Manacá, Zona rural CEP 37460-000- Passa Quatro	35.474,65	N/A	cessão	Não
13	terreno	4951.00015.500-8 (utilização) 4951 00014.500-2 (imóvel)	Quilômetro km 24,333 a 25,081, s/n Pátio da Estação de Coronel Fulgêncio e parte do leito, Zona rural CEP 37460-000- Passa Quatro	54.930,35	N/A	cessão	Não
14	depósito	4951.00017.500-9 (utilização) 4951 00016.500-3 (imóvel)	Rua Samuel Libânio, s/n Pátio da Estação, Centro CEP 37460-000- Passa Quatro	1.885.787 ,85	N/A	cessão	Não
15	Casa	4951.00019.500-0 (utilização) 4951 00018.500-4 (imóvel)	Rua Doutor Saboia, s/n Pátio da Estação, CEP 37460-000- Passa Quatro	389.595,4 0	N/A	cessão	Não
16	Casa	5249.00055.500-5 (utilização) 5249 00054.500-0 (imóvel)	Rua HERMILIO ALVES, 52 CENTRO CEP 36307-328- São João del-Rei	3.930.317 ,02	N/A	cessão	Não

17	Casa	5341.00003.500-2 (utilização) 5341 00005.500-3 (imóvel)	Praça Presidente Vargas, 108 Casa, General CEP 39150-000-Serro	2.779.697,73	N/A	processo de doação	Não
18	Casa	5375.00001.500-6 (utilização) 5375 00002.500-1 (imóvel)	Rua Da Camara, 124 Casarão, Da Camara CEP 36325-000-Tiradentes	189.339,83	N/A	propriedade	Não
19	Casa	Imóvel locado pela Prefeitura de Congonhas-MG	Rua Bom Jesus nº 141, Congonhas-MG CEP 36410-038	N/A	N/A	ACT (SEI 4738270)	Não

IPHAN-PA
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade

Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	Imóvel tombado/conjunt o	0427.00681.500-3	Av. Governador José Malcher, 563, Esquina com Rui Barbosa, Nazaré. Cep 66035-100. Belém.	376.840,96	-	Próprio	Não
2	Imóvel entorno Tomb. em conj.	0427.00762.500-3	Av. Governador José Malcher, 474, Esquina com Benjamim, Nazaré. Cep 66035-100. Belém.	794.500,00	-	Próprio	sim

IPHAN-PR
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade

Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	Casa	7657 00017.500-5	R: XV de Novembro, 67, Lapa/PR	R\$ 203.495,43	-	Próprio	Não
2	Forte	7745 0013.3500-9	Ilha do Mel, Paranagua/PR	5.805.227,28	-	Próprio	Não
3	Galpão	7535 00511.500-3	Av. Mariano Torres, 1.115, Curitiba/PR	2.779.616,90	-	Cessão	Não

IPHAN-PB							
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade							
Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	UNIDADE (Fortaleza de Sta Catarina)	1965.00022.500-0	Rua Francisco Serafim, Praia - Ponta de Matos - Cabedelo/PB - CEP: 58100-617.	1.513.576,70	-	Imóvel da união cedido ao IPHAN pela SPU	Não
2	UNIDADE (Erário - Anexo I)	2051.00149.500-9	Praça Barão do Rio Branco nº 30 - Centro - João Pessoa/PB - CEP 58010-760.	64.089,70	-	Imóvel da união cedido ao IPHAN pela SPU	Não
3	UNIDADE (Futura Sede)	2051.00171.500-9	Praça Barão do Rio Branco nº 17 - Centro - João Pessoa/PB - CEP 58010-760.	1.167.458,47	-	Imóvel da união cedido ao IPHAN pela SPU (Obra parada)	Obra parada
4	SEDE ATUAL DA SUPERINTENDÊNCIA	2051.00225.500-1	Praça Antenor Navarro nº 23 - Varadouro - João Pessoa/PB - CEP 58010-480.	121.550,00	-	Imóvel Próprio	Não

IPHAN-PE							
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade							
Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	Sede da Superintendência do IPHAN em Pernambuco	2531 01023.500-3	Praça Visconde de Mauá, s/n, Esquina com a rua Floriano Peixoto, bairro São José - Recife/PE - CEP 50020-100	3.407.648,40	Sem pagamento de aluguel	Ativo	Sim
2	Escritório Técnico e Casa do Patrimônio do IPHAN em Olinda.	2491 00028.500-5	Rua do Amparo, nº59, centro, Olinda/PE - CEP 53000-000	74.122,92	Sem pagamento de aluguel	Ativo	Não

3	Escritório Técnico e Casa do Patrimônio do IPHAN em Igarassu	Imóvel pertencente à Prefeitura de Igarassu, mas desde 2010 cedido ao IPHAN/PE por meio de Contrato de Permissão de Uso Gratuito	Rua Barbosa Lima, s/n, Sítio Histórico, Igarassu/PE - CEP 55600 000	-	Sem pagamento de aluguel	Ativo	Sim
4	Fortificação Militar	2491 00027.500-0	Rua do Farol, s/n, Bairro novo, Olinda/PE - CEP 53120-390	33.364,32	Sem pagamento de aluguel	Inativo	Não
5	Fortificação Militar	2451 00003.500-0	Ilha de Itamaracá, s/n, Centro, Itamaracá/PE - CEP 53900-000	63.328,17	Sem pagamento de aluguel	Ativo	Não

IPHAN-PI

Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade

Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	PRÉDIO	NÃO SE APLICA	RUA MAGALHÃES FILHO, CENTRO/ NORTE 779 - TERESINA - PIAUÍ	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	CEDIDO	SIM
2	CASA	NÃO SE APLICA	TRAVESSA CARLOS OLIVEIRA SN, CENTRO - SÃO RAIMUNDO NONATO - PIAUÍ	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	CEDIDO	SIM
3	SALA	NÃO SE APLICA	RUA PRESIDENTE GERTÚLIO VARGAS 308, CENTRO - PARNAÍBA - PIAUÍ	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	CEDIDO	SIM

IPHAN-RJ

Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade

Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
-----------	---	----------	----------	-----------------------	------------------------	----------	---

1	IPHAN-RJ	6001 01463.500-4	Avenida Rio Branco, 46 - Centro (Antiga Sede das Docas - Sede do IPHAN/RJ)	-	-	TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL UNIÃO	Contempla dispositivos para atender a norma de acessibilidade
2	IPHAN-RJ	6001 05088.500-7	Rua Arquias Cordeiro, 1046 - Engenho de Dentro (Casa do Patrimônio Ferroviário)	-	-	TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL UNIÃO	Fechado para público - Parcialmente adaptado as normas de acessibilidade (NBR 9050)
3	IPHAN-RJ	NÃO CADASTRA DO	Rua Dr. Padilha s/nº Engenho de Dentro/RJ (Escola Silva Freire)	-	-	TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL - COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA - CENTRAL	Fechado para público - Parcialmente adaptado as normas de acessibilidade (NBR 9050)
4	IPHAN-RJ	NÃO CADASTRA DO	Praça da República, nº 22, Centro, Rio de Janeiro/RJ	-	-	TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Prédio está fechado para acesso ao público - Está em Processo de devolução para UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
5	ETCV	NÃO CADASTRA DO	Praça Monsenhor Hélio Pires, S/N, Paraty/RJ (Sede do Escritório Técnico Costa Verde)	-	-	PRÓPRIO - DOAÇÃO	Processo 01500.002571/2018-48 - Solicitação de obra de conservação (No documento SEI 3070623 apresenta-se um projeto de acessibilidade)
6	ETRS	NÃO CADASTRA DO	Av. Koeler, 225, Petrópolis/RJ (Sede do Escritório Técnico Região Serrana)	-	-	ESPAÇO CEDIDO PELO IBRAM DENTRO DO COMPLEXO DO PALACIO RIO NEGRO	Projeto de obras em execução pelo IBRAM com adequação das normas de acessibilidade (NBR 9050) - Laudo de acessibilidade: SEI nº 3501229
7	ETRL	NÃO CADASTRA DO	Rua Texeira Brandão, 87 - centro - São Pedro da Aldeia/ RJ (Sede do Escritório	-	-	TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL - MUNICÍPIO DE	Parcialmente adaptado as normas de acessibilidade (NBR 9050)

			Técnico Região dos Lagos)			SAO PEDRO DA ALDEIA	
8	ETVMP	NÃO CADASTRA DO	Rua Barão de Vassouras, 45 - centro. (Casa do Barão do Ribeirão) (sede do Escritório Técnico Médio Vale Paraíba)	-	-	TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL - ESTADO DO RIO DE JANEIRO	EM OBRAS - O projeto contempla dispositivos para atender a norma de acessibilidade, como elevador, rampas e outros equipamentos
9	ETVMP	NÃO CADASTRA DO	Rua Dr. Fernandes, nº 3, Centro, Vassouras-RJ ((sede provisória do Escritório Técnico Médio Vale Paraíba)	-	3.183,00	Contrato de locação de imóvel de terceiros	A sede provisória atende as normas e legislação de acessibilidade.

IPHAN-RN
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade

Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	Casa	1761 00232.500-6	Rua da Conceição, 603 - Cidade Alta - CEP 59025-270 - Natal/RN	515.976,92	-	Próprio	Não
2	Casa	1761 00204.500-3	Av. Duque de Caxias, 158 - Ribeira - CEP 59012-200 - Natal/RN	645.305,10	-	Cedido	Não

IPHAN-RS
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade

Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	Casa	8801.00802.500-5	Avenida Independência, 867 Porto Alegre	1.615.000,00	Não se aplica	Próprio	Não
2	Casa	7341.00003.500-3	Av. Boaventura Braga, 1 São Miguel das Missões	195.000,00	Não se aplica	Próprio	Não

3	Casa	7341.00005.500-4	Porfirio Dutra , 7 São Miguel das Missões	60.000,00	Não se aplica	Próprio	Não
4	Casa	8507.00046.500-6	Praça Getulio Vargas, 585,Alegrete	279.696,53	Não se aplica	Cedido	Não
5	Casa	8515.00002.500-7	Praça Garibaldi, 77,Antonio Prado	389.608,03	Não se aplica	Próprio	Não

IPHAN-RO							
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade							
Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	IMÓVEL RESIDENCIAL	0003 00675.500-8	Av. Presidente Dutra, 2234 - Bairro Baixa União - Porto Velho - CEP: 76805-859	430.000,00	-	IMÓVEL PRÓPRIO	NÃO
2	IMÓVEL RESIDENCIAL		Avenida Rafael Vaz e Silva, nº 3150, Bairro Liberdade - Porto Velho/RO - CEP: 76803-870	-	4.458,58	IMÓVEL ALUGADO	SIM

IPHAN-RR							
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade							
Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	Residencial modesto ou popular térreo	0301.00506.500-0	Rua Coronel Pinto, 465, Centro CEP 69301-150	1.470.000,00	-	Cessão pela Prefeitura de Boa Vista/RR	Não

IPHAN-SC							
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade							
Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	CASA (ETEC LAGUNA)	8185.00044.500-1	Praça Vidal Ramos, 118, Centro. CEP 88790-000. Laguna	142.934,36	-	Próprio	Não

2	CASA (ETEC SFS)	8319.00042.500-5	Rua General Osório, 40, Centro, São Francisco do Sul/SC - CEP 89240-000	123.455,58	-	Próprio	Não
3	CASA (POLASKI)	8159.00009.500-1	Rua Padre João Kominek, 120 - Itaiópolis	60.000,00	-	Próprio	Não
4	CASA -CINE MUSSI - LAGUNA	8185.00063.500-5	Rua Osvaldo Cabral, esquina com a Av. Engº Colombo M. Salles, 165, Centro. CEP 88790-000. Laguna	1.625.600,00	-	Próprio	Sim
5	CASA (AIFÂNDEGA - SEDE)		Rua Conselheiro Mafra, 141. Centro - Florianópolis	-	-	Cessão	Sim

IPHAN-SP							
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade							
Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	Terreno	6257.00001.500-7	Rua Rui Barbosa, s/n, lote 01, Antonio Munício José, CEP 14340-000	8.582,13	N/A	Cedido para a Prefeitura de Brodowsky/SP	N/A
2	Terreno	6257.00003.500-8	Rua Rui Barbosa, s/n, lote 02, Antonio Munício José, CEP 14340-000	5.977,25	N/A	Cedido para a Prefeitura de Brodowsky/SP	N/A
3	Terreno	6257.00005.500-9	Rua Rui Barbosa, s/n, lote 03, Antonio Munício José, CEP 14340-000	5.918,11	N/A	Cedido para a Prefeitura de Brodowsky/SP	N/A
4	Terreno	6257.00007.500-0	Rua Rui Barbosa, s/n, lote 04, Antonio Munício José, CEP 14340-000	8.377,54	N/A	Cedido para a Prefeitura de Brodowsky/SP	N/A
5	Terreno	6257.00009.500-0	Rua Walter Barreto da Costa, s/n, lote 05, Antonio Munício José, CEP 14340-000	7.026,60	N/A	Cedido para a Prefeitura de Brodowsky/SP	N/A
6	Terreno	6257.00011.500-1	Rua Walter Barreto da Costa, s/n, lote 06, Antonio Munício José, CEP 14340-000	7.026,60	N/A	Cedido para a Prefeitura de Brodowsky/SP	N/A

			José, CEP 14340-000				
7	Terreno	6257.00013.500-2	Rua Rui Barbosa, s/n, lote 07, Antonio Munício José, CEP 14340-000	7.026,60	N/A	Cedido para a Prefeitura de Brodowsky/SP	N/A
8	Terreno	6257.00015.500-2	Rua Walter Barreto da Costa, s/n, lote 08, Antonio Munício José, CEP 14340-000	7.026,60	N/A	Cedido para a Prefeitura de Brodowsky/SP	N/A
9	Sítio	6361.00003.500-2	Estrada Estrada do Caiapiá, 800, km. 31 Barro Branco, Cotia/SP, CEP 06700-000	150.000,35	N/A	Casa Bandeirista em visitação pública, em parceria com a Prefeitura de Cotia/SP	Não
10	Sítio	6361.00005.500-3	Estrada do Padre Inácio - Av. Nove de Julho, 3000, Cotia/SP, CEP 06700-000	794.057,56	N/A	Casa Bandeirista em visitação pública, em parceria com a Prefeitura de Cotia/SP	Não
11	Galpão	6369.00069.500-8	Rua Doutor Othon Barcelos, s/nº, Itacagiba, Cruzeiro/SP, CEP 12730-010	9.017.370,51	N/A	Imóvel remanescente da extinta Rede Ferroviária Federal, cedido para a Prefeitura de Cruzeiro/SP	N/A
12	Fazenda	6813.00002.500-9	Fazenda Ponte Alta, s/n, Represa de Paraibuna, Redenção da Serra/SP, CEP 12260-000	1.043.007,75	N/A	Gleba dentro de área privada	N/A
13	Casa	7047.00025.500-3	Praça Largo da Matriz, 09, Centro, CEP 06500-000	53.783,07	N/A	Cedido para a Prefeitura de Santana de Parnaíba/SP	Não
14	Casa	7071.00161.500-6	Rua Tiro Onze, 11, "Antiga Casa Do Trem", Centro/SP, CEP 11000-000	381.232,66	N/A	Cedido para a Prefeitura de Santos/SP	Não
15	Casa	7107.00622.500-6	Rua Baronesa de Itu, 639, Higienópolis, CEP 01231-001	702.502,02	N/A	Cedido para a Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul - Países Africanos - BIBLIASPA	Não
16	Sítio	7113.00031.500-8	Estrada Estrada Municipal de Santo Antonio, 13 Sao Roque, CEP 18130-000	921.404,33	N/A	Casa Bandeirista em visitação pública, em parceria com a Prefeitura de São Roque/SP	Não

IPHAN-SE

Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade							
Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	CASA	310500184.500-8	PRAÇA CAMERINO Nº225, SÃO JOSÉ, ARACAJU/SE	693.793,11	-	PRÓPRIO	NÃO
2	CASA	323300155.500-1	RUA ERUNDINO PRADO, Nº 50, CIDADE ALTA, SÃO CRISTÓVÃO/ SE	144.028,98	-	PRÓPRIO	NAO

IPHAN-TO							
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade							
Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	Prédio - aluguel de um pavimento	9733.00598.500-5	ACNE 1, Conjunto 01, Avenida Juscelino Kubitschek - JK, Rua NE 01, Lote 41 A, Edifício Encanel, 5º Andar – Palmas/TO	2.080.343,51	Aluguel: R\$ 11.401,07 Condomínio: R\$ 1.715,97 (estimativo)	Alugado	Sim
2	Casa -Próprio	-	Rua Deocleciano Nunes, nº 141, Natividade - TO	-	-	Próprio	Sim

UNIDADES ESPECIAIS							
CLC - RJ							
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade							
Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel anual (R\$)	Valor do Aluguel mensal (R\$)	Situação	Vigência do contrato

1	Sala / CLC	*	Av. Pres. Vargas, 3131 - salas 1401/1402/1404/14 05 - Cidade NovaRJ-CEP: 20.210-911	894.016,3 8	149.00 2,73	IPTU - R\$10.182,90 (fevereiro a novembro 2025 - valor referente a parcela de 2024); Condomínio - R\$54.851,55 (valor referente a dezembro de 2024) e Taxa de Incêndio - R\$5.130,70 (pago somento em março/25-valor referente a 2024); Taxa de Foro - R\$7.771,90 (pago somento em junho/25 - valor referente a 2024)	01/01/2025 a 30/06/2025
---	------------	---	--	----------------	----------------	--	----------------------------

CNFCP-RJ							
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade							
Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	Prédio	6001020255 005	Rua do Catete 179	4.064.335 ,87	-	Próprio	Em ajustes
2	Prédio	6001020065 001	Rua do Catete 181	R\$ 856.005,5 5	-	Próprio	Sim

CCPPI - RJ							
(PAÇO IMPERIAL)							
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade							
Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?
1	imóvel	6001022775. 500-3 e 600101465.5 00-5	Praça XV de Novembro, 48 - Centro/Rio de Janeiro - RJ	8.566.034 ,00	-	Próprio	Tem-se rampas e elevador

SRBM-RJ							
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade							
Item (nº)	Unidade (Tipologia)/Unidade responsável	RIP (nº)	Endereço	Valor do Imóvel (R\$)	Valor do Aluguel (R\$)	Situação	Em conformidade com a norma de acessibilidade ?

1	Sítio (contém 11 edificações e sombrais)	6000147350-0-9	Estr. Roberto Burle Marx, 2019 - Barra de Guaratiba/RJ CEP 23.020-255	48.139.595,57	-	Imóvel próprio do IPHAN	Sim
---	--	----------------	---	---------------	---	-------------------------	-----

4.7 - Gestão da Tecnologia da Informação

Comitê de Governança Digital

O Comitê Gestor de Recursos de Tecnologia da Informação (COGESTI), instituído em 2010, foi modernizado em 2024, passando a constituir o Comitê de Governança Digital (CGD).

O CGD, instituído pela [Portaria IPHAN nº 177, de 22/07/2024](#), publicada no DOU de 1º/07/2024, é a principal instância decisória em situações que envolvam Tecnologia da Informação (TI). É constituído pela autoridade máxima do DPA, que o preside, pelo titular do Gabinete da Presidência (GAB-PRES, e pelos titulares das Diretorias que integram a Diretoria Colegiada do IPHAN. Ainda, o Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI/DPA) é membro titular do Comitê, assim como o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais ([Lei 13.709, de 14 de Agosto de 2018](#)).

Uma vez extinto, o COGESTI, os subcomitês vinculados a este também quedaram extintos, ocorrendo a revogação tácita da Portaria nº 104/2014/DPA, de 02/07/2014, que instituía o Comitê de Segurança da Informação (COSEG), instituído pela Portaria nº 178/2024/DPA, de 28/06/2024, publicada no [BAE do IPHAN nº 1.872 – Edição Semanal de 28/06/2024](#), como subcomitê temático do CGD.

Assim, esta estrutura de governança também foi modernizada, concretizando-se no novo COSEG que é composto, minimamente, pelo(a) Coordenador(a)-Geral de Tecnologia da Informação CGTI, como Gestor(a) de Segurança da Informação, que coordena o Comitê, pelo(a) Coordenador(a)-Geral de Logística, Convênios e Contratos (CGLOG/DPA); pelo(a) Coordenador(a)-Geral de Gestão Estratégica de Pessoas (COGEP/DPA); pelo(a) Diretor(a) do Centro de Documentação do Patrimônio (CDP/DAFE); pelo(a) Encarregado(a) pelo Tratamento de Dados Pessoais ; pelo(a) Coordenador(a)- Geral de Tecnologia da Informação (CGTI/DPA); por um(a) representante do GAB-PRES; e por um(a) representante de cada Departamento do IPHAN.

Ocorrências do Comitê Gestor

- CGD:
 - Instituição do Comitê: 01/07/2024, publicação da Portaria IPHAN nº 177, de 22/07/2024, no DOU nº 124, Seção 1.

- Reuniões e Deliberações:
 - 1ª Reunião Ordinária: 09/10/2024 – Abertura da reunião inaugural; Aprovação do Plano de Transformação Digital (PTD) 2024-2025; Aprovação da revisão do Plano Diretor de TI – (PDTI) 2023-2024; Aprovação da Política de Segurança da Informação (POSIN) do IPHAN;
 - 2ª Reunião Ordinária: 27/12/2024 – Aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2025-2026; Aprovação das Normas Complementares de Segurança da Informação; Aprovação da Política Corporativa de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação; e Priorização de sistemas para o 1º semestre de 2025.
- COSEG
 - Monitoramento do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI);
 - Designação dos Membros do COSEG por meio da Portaria IPHAN nº 5, publicada no BAE do IPHAN nº 1.921.

4.7.1 - Modelo de governança de TI e conformidade legal

O Modelo de Governança de Tecnologia da Informação do IPHAN, sob a supervisão do CGD, estabelece as iniciativas, diretrizes e prioridades no que se refere à Tecnologia da Informação, estando em conformidade com os planos e estratégias de governança governamental:

- Plano Diretor de TI (PDTIC) para o biênio 2025-2026, aprovado na 2ª Reunião Ordinária do CGD;
- Plano de Transformação Digital para o período 2024-2026;
- Estratégia Nacional de Governo Digital para o período de 2024 a 2027;
- Estratégia Federal de Governo Digital para o período de 2024 a 2027;
- Planejamento Estratégico do IPHAN (Portaria IPHAN nº 23, de 17 de maio de 2021, prorrogado pela Portaria IPHAN nº 213, de 27 de dezembro de 2024); Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal ([Decreto 8.777, de 11 de Maio de 2016](#));
- Programa de Privacidade e Segurança da Informação - PPSI (Portaria SGD/MGI Nº 852 de 28 de março de 2023)

O PPGD do IPHAN, implantado em 2024, ao focar em macroprocessos e entregas, inspirou a coordenação de TI a adotar uma abordagem mais estruturada e orientada a resultados. A partir dessa concepção, a coordenação passou a organizar suas ações em torno de processos-chave, priorizando a

entrega de soluções tecnológicas que contribuíssem diretamente para a eficiência e eficácia das atividades do órgão.

Além disso, a gestão por entregas permitiu um acompanhamento mais claro e objetivo dos progressos da equipe de TI, alinhando as metas do setor às expectativas organizacionais e promovendo um ambiente mais colaborativo e orientado a resultados concretos.

4.7.2 - Montante de Recursos aplicados em TI

No Quadro x, pode-se observar a quantidade de recursos financeiros que foram executados pela (CGTI no cumprimento de suas responsabilidades em 2024.

Quadro 40 - Valores executados em 2024 pela CGTI (em R\$)

ELEMENTO DA DESPESA	SUPORTE À INFRAESTRUTURA	SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
Custeio	6.488.945,66	843.756,00
Capital	4.173.063,00	541.425,30
TOTAL PARCIAL	10.662.008,66	1.385.181,30
TOTAL	12.047.189,96	

Fonte: CGTI/DPA (dados extraídos, em 13/01/2025, dos processos SEI geridos pela CGTI)

No Quadro x, é possível observar os contratos firmados no ano de 2024, resultantes de planejamentos de contratações providos pela CGTI, com o objetivo de satisfazer as necessidades do IPHAN.

Quadro 41 – Valores dos Contratos firmados em 2024 (em R\$)

OBJETO DO CONTRATO	ELEMENTO DA DESPESA	VALOR DO CONTRATO (R\$)
Licenças Subscrição <i>VMWARE</i> de Virtualização de Servidores	Custeio	522.240,00
Empresa Especializada em Desenvolvimento de Sistemas	Custeio	5.090.001,78
Serviço de Desenvolvimento e Manutenção de <i>Software</i>	Custeio	843.756,00
	Capital	2.137.512,00
TOTAL	8.593.509,78	

4.7.3 - Contratações mais relevantes de recursos de TIC

Os contratos administrativos com maior volume em termos financeiro atualmente em vigor, no âmbito do IPHAN, estão direcionados para a sustentação da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e para o suporte ao usuário de TI, além da manutenção e desenvolvimento de sistemas para a área finalística. Estes estão enumerados na Tabela 3:

Tabela 24: Relação dos contratos mais relevantes de serviço vigentes no IPHAN relacionados à TIC

CONTRATO (nº/ano)	OBJETO DO CONTRATO	VALOR ANUAL DO CONTRATO (R\$)
CTR 30/2019	Sustentação de infraestrutura e apoio ao usuário de TI	3.742.458,00
CTR 24/2024	Empresa Especializada em Desenvolvimento de Sistemas	5.090.001,78
CTR 03/2024	Serviço de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas	2.981.268,00
CTR 11/2021	Licença de sistema <i>Microsoft</i> para <i>Data Center</i>	1.615.686,47
CTR 12/2020	Serviço de rede de dados corporativa	4.468.232,00
CTR 10/2022	Serviços de Impressão Corporativa	788.538,96
CTR 04/2021	Licença de sistema de escritório <i>Office 365</i>	1.237.618,80
CONTRATOS MAIS RELEVANTES DE AQUISIÇÃO DE BENS		
CONTRATO (nº/ano)	OBJETO DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)
CTR 27/2024	Licenças Subscrição <i>VMWARE</i> de Virtualização de Servidores	522.240,00
CTR 21/2023	Aquisição de Equipamentos Móveis (<i>Notebooks</i>)	675.830,00
CTR 20/2023	Aquisição de Estações de Trabalho (<i>Desktops/Computadores</i>)	1.351.572,00

Fonte: CGTI/DPA (dados extraídos, em 13/01/2025, dos processos SEI geridos pela CGTI)

4.7.4 - Principais iniciativas (projetos) e resultados na área de TIC, por cadeia de valor

As principais iniciativas e resultados relacionados a Projetos de TIC estão apresentadas na Tabela a seguir:

Tabela 25: Macroprocessos gerenciais: planos e programas anuais e plurianuais do IPHAN

ID (nº)	INICIATIVA	RESULTADO
1	Implantação dos Novos <i>Switches</i> e <i>Access Points</i> nas Unidades do IPHAN	Aprimoramento de dispositivos de rede de dados de todas as unidades do IPHAN mantendo-os em garantia e em configurações de segurança e suporte adequados.
2	Implantação dos 04 <i>Switches Core</i> para <i>Datacenter</i>	Alocação de Equipamentos mais modernos e atualizados na infraestrutura do <i>Datacenter</i> do IPHAN, com a garantia do fabricante.
3	Implantação de 01 Storage e 02 Switch SAN	Aumento da capacidade de armazenamento de dados no <i>Datacenter</i> do IPHAN e melhoria no tempo de resposta de acesso aos dados em razão do uso de Discos Flash para acessos rápidos.
4	Adquirir de <i>Desktops</i> e <i>Notebooks</i>	Renovação do Parque de Computadores com aquisição de 503 <i>Desktops</i> e 197 <i>Notebooks</i> , aumentando o percentual de equipamentos em garantia de 38,54% para 46,78%
5	Migração de Dados do Servidor de Arquivo da infraestrutura do CNFCP para a infraestrutura do <i>Datacenter</i> da Unidade Central, assim como o descomissionamento da infraestrutura que sustentava o Servidor de Arquivos do CNFCP.	Aumento da capacidade de armazenamento no Servidor de Arquivos do CNFCP que se encontrava saturado, podendo agora efetuar novas cargas de arquivos diretamente na infraestrutura do <i>Datacenter</i> da Unidade Central. Maior Resiliência dos dados, tendo sido estes inseridos na rotina de cópias e salvaguarda de dados da unidade central.
6	Realocação de Equipamentos e organização do cabeamento estruturado no âmbito do <i>Datacenter</i> da Unidade Central	Melhoria na organização e facilidade no remanejamento de soluções no <i>Datacenter</i> da Unidade Central
7	Segregação da Rede de Dados do IPHAN	Aumento da Segurança intra rede na qual se separa de maneira lógica os ambientes de desenvolvimento, homologação e produção.
8	Implantação do Novo Parque de Impressoras do IPHAN providos pelo Contrato de <i>Outsourcing</i> de Impressão.	Disponibilização de Impressoras Policromáticas em todas as unidades do IPHAN, com quantidade dimensionada de acordo com a demanda local, das quais propiciaram uma redução no quantitativo de equipamentos quando comparado ao contrato anterior.
9	Internalização do Sistema do Museu do Trem, assim como dos Sistemas BCR e INRC	Possibilita à área gestora o uso dos sistemas no domínio IPHAN e sustentado na Infraestrutura do <i>Datacenter</i> da Unidade Central

10	Implantação dos Sistemas <i>MoodleCLC</i> e OJS	Possibilita à área gestora o uso de sistema de prateleira no âmbito da infraestrutura do IPHAN.
11	Adoção da Arquitetura de <i>Containers</i> e prática <i>DevOps</i> no âmbito do desenvolvimento de novos sistemas do IPHAN	Modernização da Arquitetura de Sistemas de Informação do IPHAN, propiciando ambientes mais resilientes e escaláveis.
12	Implantação do Projeto Piloto para adoção do <i>Microsoft Intune</i> como extensor de domínio	Possibilidade de que os computadores fora do domínio IPHAN sejam monitorados e estejam em conformidades com as políticas segurança e práticas de atualização do IPHAN.

Fonte: CGTI/DPA (dados extraídos, em 13/01/2025, de Controles Internos da CGTI)

A governança da TIC atua majoritariamente no Macroprocesso VIII - Planejamento, Gestão, Integridade e Comunicação. Em relação às principais iniciativas de Governança, apresentam-se as informações pertinentes na Tabela 26, a seguir:

Tabela 26 – Principais iniciativas de Governança de TI.

ID (nº)	INICIATIVAS DE GOVERNANÇA	RESULTADO
1	Elaboração do Plano de Comunicação da CGTI	Maior compreensão e adesão dos servidores aos serviços de TI, tanto internos quanto voltados ao público externo. Aumento da transparência nas ações da CGTI. Melhoria na eficiência operacional, com servidores mais informados sobre boas práticas. Redução de erros e aumento da segurança, devido à conscientização sobre as normas e procedimentos de TI. Promoção de um ambiente mais colaborativo, com maior envolvimento dos servidores nas ações e decisões de TI da organização.
2	Aprovação dos Planos de Governança	Revisão do PDTIC 2023-2024; do PDTIC 2025-2026; edo PTD 2024-2026
3	Acompanhamento da execução dos Planos de Governança	PDTIC 2023-2024 e PTD 2024-2026
4	Monitoramento do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI)	Acompanhamento total e implantação de entregas específicas
5	Modernização da estrutura de Governança	Instituição do CGD e do COSEG, atualização das políticas de segurança e governança, atualização das seis normas complementares de segurança.

6	Assessoramento dos Comitês CGD e COSEG	Reuniões realizadas
---	--	---------------------

Fonte: CGTI/DPA (dados extraídos, em 10/01/2025, de Controles Internos da CGTI)

4.7.5 - Principais iniciativas (sistemas) e resultados na área de TIC, por cadeia de valor

Apresentam-se na Tabela 27 abaixo os sistemas priorizados no ano de 2024, seus resultados e valores investidos:

Tabela 27: Macroprocesso gerencial: planos e programas anuais e plurianuais do IPHAN, relacionado à TIC

ID (nº)	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	INICIATIVAS	RESULTADOS	VALOR INVESTIDO (R\$)
1	Sistema de Fiscalização e Autorização de Intervenções em	Troca das tecnologias de geração de PDF do Laudo de Fiscalização e melhoria na visualização das imagens do cadastro da fiscalização	Aderência a tecnologias mais modernas	31.584,25
	Bens Culturais (FISCALIS)	Criação de mecanismos para otimização das funcionalidades de cadastro e consulta	Melhoria de performance de Funcionalidades	
2	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG)	Desenvolvimento de Novas Funcionalidades para atender as especificidades do CNA: Atualização das coordenadas dos municípios na base SICG_GEO; permitir alteração de municípios após salvamento de um bem; Exclusão de polígonos cadastrados e; Melhoria da pesquisa avançada para sítios arqueológicos.	Aderência aos Regramentos do CNA	21.218,40
		Melhorias no sistema para atender o DEPAM: Inclusão de tipo de proteção e tipo de natureza para Sítios Detentores de Reminiscências Históricas de Antigos Quilombo.	Aderência à Portaria IPHAN nº 135/2023	
		Desenvolvimento de Novas Funcionalidades para atender as decisões do Ministério Público Federal de Minas Gerais: Cadastro de Objetos	Atendimento da Decisão do MPF/MG, Ofício n. 7925/2023-	

3	Cadastro de Negociantes de Antiguidades e	culturais, Cadastro de Leilões e melhorias para os perfis de Superintendência e Órgão Externo.	PRMG/GAB/SCG - Seq. 1, ID 2153350208.	66.303,29
	Obras de Arte (CNART)	Abertura do novo projeto para CNART	Aderência aos Regramentos que o IPHAN se encontra submetido à melhoria na usabilidade do sistema.	
4	Sistema de gerenciamento de Inscrições para o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (INSCRIÇÕES)	Aprimoramento de Funcionalidades: melhorias no formulário de Inscrição e nos relatórios gerenciais e performance de visualização de anexos	Aderência aos Regramentos que o IPHAN se encontra submetido e melhoria na usabilidade do sistema	30.278,38
5	Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio (SAIP)	Revisão do Fluxo da Unidade Central com melhorias e implementação de novas funcionalidades. Atualização da API do <i>Google Maps</i> . Início da Revisão do Fluxo das Superintendências	Aderência aos Regramentos que o IPHAN se encontra submetido e melhoria na usabilidade do sistema	73.046,72
6	Dados de Bens de Bens Culturais Procurados (NOVO BCP)	Desenvolvimento do Novo Sistema de Bens Culturais Procurados	Possibilidade do desenvolvimento de funcionalidades previstas no regramento a que o IPHAN é submetido e maior interação com cidadão.	159.885,22
7	SIG-IPHAN - Sistemas de Informações Gerenciais	Aprimoramento do <i>workflow</i> com o disparo de e-mails assíncrono. Criação de disparador de e-mails em fila e alterações do PA de execução	Aderência aos regramentos a que o IPHAN se encontra submetido e melhoria na usabilidade do sistema	68.448,24

8	PAINEL DA OUVIDORIA	Desenvolvimento do Painel de dados da Ouvidoria do IPHAN com dados provenientes da API do FalaBr.	Aderência aos Regramentos a que o IPHAN se encontra submetido.	45.460,80
9	PROJETO DE DADOS (DATA LAKE)	Início do Projeto destinado a organização dos dados do IPHAN por meio da criação do <i>Data Lake</i> e futuras tecnologias de dados que forem pertinentes	Aderência aos Regramentos a que o IPHAN se encontra submetido e melhoria no acesso aos dados do órgão.	45.200,00

Fonte: CGTI/DPA (dados extraídos, em 14/01/2025, de Controles Internos da CGTI)

Transformação Digital de Serviços Públicos / Novos Sistemas previstos no Plano de Transformação Digital

A seguir, nas Tabelas 28, 29 e 30 estão expostos os *status* de monitoramento do Plano de Transformação Digital (PTD), de acordo com cada eixo, consoante a nova classificação do MGI, para as entregas previstas no exercício de 2024.

Tabela 28 - Eixo - Serviços digitais e Melhoria da Qualidade (Quantidade)

PRODUTOS	Pactuado	Concluído	Publicado
Disponibilização em Acesso Digital	2	2	0
Evolução do Serviço	1	1	0

Fonte: CGTI/DPA (dados extraídos, em 14/01/2025, de Controles Internos da CGTI)

Tabela 29: Eixo - Unificação de canais digitais (Quantidade)

PRODUTOS	Pactuado	Concluído	Publicado
Integração ao Login Único	3	3	0

Fonte: CGTI/DPA (dados extraídos, em 14/01/2025, de Controles Internos da CGTI)

Tabela 30: Eixo – Segurança e Privacidade (Quantidade)

AÇÕES	RESPONSÁVEL	PREVISTOS	NÃO INICIADA	EM IMPLANTAÇÃO	CONCLUÍDO
Plano de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI)					
Controles de Segurança	CGTI / COSEG	52	5	22	25

Controle Geral	Auditoria Interna	1	0	0	1
Controles de Privacidade	Encarregado de Proteção de Dados (DPO)	43	37	5	1

Fonte: CGTI/DPA (dados extraídos, em 15/01/2025, de Controles Internos da CGTI)

4.7.6 - Segurança da Informação

A segurança da informação do IPHAN é composta por três pilares fundamentais: indivíduos, processos e tecnologia. Conscientizar e capacitar usuários de TIC, assim como aperfeiçoar continuamente os processos e os controles e aplicar as tecnologias adequadas ao contexto devem ser os focos do IPHAN.

Nesse sentido, este Instituto tem buscado adotar providências para promover a implementação de 96 controles, conforme estabelecido no Plano de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), até o ciclo 3. A adoção deste plano está em conformidade com as diretrizes da Secretaria de Governo Digital (SGD), da Diretoria de Privacidade e Segurança da Informação e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Os controles priorizados abrangem desde a definição de papéis e responsabilidades, passando pelo aprimoramento de processos, até a implementação de ferramentas de controle.

4.8 - Sustentabilidade Ambiental

Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras, no IPHAN.

Quadro 42 - Gestão ambiental e sustentabilidade

Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação	
		Sim	Não
1	A unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		x
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 10.936/2022?	x	
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012?	x	
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata		x

	o art. 16 do Decreto 7.746/2012?		
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG10, de 12 novembro de 2012?		X
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet.		
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.		

Ações Realizadas Pelo IPHAN

1	Consumo de papel A4		
	- Configuração das impressoras para padrão de impressão frente e verso;	X	
	- Planejamento de compra de material que utilizem árvore de reflorestamento		X
2	Eficiência energética		
	- Instalação de interruptores nos ambientes;		X Iluminação automatizada
	- Substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas econômicas;	X	
	- Instalação de sensor de presença nas escadas de emergência;	X	
	- Configuração das impressoras instaladas em modo de economia de energia;	X	
	- Grupo gerador (em análise de custos).	X	
3	Eficiência em consumo de água		

	#VALOR!	x	
	- Substituição das torneiras manuais por torneiras com fechamento automático nos banheiros;	x	
4	Coleta Seletiva de Resíduos		
	- Instalação de coletores específicos para resíduos recicláveis;	x	
	- Levantamento de bens/materiais inservíveis.	x	
6	Serviços de limpeza e conservação		
	- Revisão das especificações técnicas e do escopo dos contratos de terceirização de serviços de limpeza e conservação	x	
7	Comunicação interna		
	- Implementação do Plano de Comunicação Interna sobre:		
	- uso consciente de papel;	x	
	- uso consciente de copos descartáveis;	x	
	- coleta seletiva de resíduos;	x	
	- consumo consciente de água;	x	
	- consumo consciente de energia elétrica	x	

Fonte: CGTI/DPA

4.8.1 - Aspectos sobre a gestão ambiental

O IPHAN, em seus processos de contratação e aquisição, adota os critérios de sustentabilidade, em atendimento à IN SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e ao Decreto 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamentou o Art. 3º, “caput”, da Lei 8.666, de 21 de junho 1993. Outrossim, a Lei nº 14.133 estabelece princípios. Dentre estes, destaca-se o princípio da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mencionado no Art. 5º e, posteriormente no Art. 11, bem como a legislação e normas ambientais. As referidas leis preveem que as empresas contratadas deverão atender a todos os critérios de sustentabilidade ambiental na prestação de serviços e no fornecimento de materiais. Ademais, as contratadas nas prestações de serviços e no fornecimento de materiais adotam nas práticas diárias as boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e redução da poluição, tais como:

- Racionalização/economia no consumo de energia elétrica e água;
- Treinamento e capacitação periódicos aos empregados em relação às boas práticas de redução de desperdício e poluição;

- Fornecimento aos empregados de equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços; e
- Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades exercidas.

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.1 - Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

Pela Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, o IPHAN foi contemplado inicialmente com a dotação orçamentária total no valor de R\$ 578.312.259, dos quais R\$ 218.919.174,00 foram para Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 9.923.355,00 para Benefícios Obrigatórios e Assistenciais, e R\$ 349.469.730,00 para despesas discricionárias. Após suas alterações, a dotação orçamentária atualizada ficou no montante de R\$ 570.818.546,00, a qual será discriminada nos gráficos e quadros elencados adiante.

Quadro 43- Dotação Inicial x Atual 2024, do IPHAN (em R\$)

Resultado Primário Lei	Programa Governo	Unidade Orçamentária		42204	
				INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	
		Ação Governo		9	13
				DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA
0 FINANCEIRO	003 2	09H B	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	17.674.423,00	18.171.708,00
		Total		17.674.423,00	18.171.708,00
		Total		17.674.423,00	18.171.708,00
1 PRIMARIO OBRIGATORIO	003 2	018 1	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	95.353.336,00	95.933.045,00
		200 4	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	2.155.824,00	3.319.841,00
		20T P	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	103.735.591,00	108.695.186,00
		212 B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	9.910.355,00	13.631.874,00
		Total		211.155.106,00	221.579.946,00
	090 9	00S 6	BENEFICIO ESPECIAL - LEI N. 12.618, DE 2012	13.000,00	13.000,00
		Total		13.000,00	13.000,00
2 PRIMARIO DISCRICIONARIO	Total			211.168.106,00	221.592.946,00
	003 2	200 0	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	92.544.283,00	83.082.527,00
		216 H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	200.000,00	160.000,00
		457 2	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	1.090.665,00	872.532,00
		Total		93.834.948,00	84.115.059,00
	512 5	20Z H	PRESERVACAO DO PATRIMONIO CULTURAL BRASILEIRO	28.456.855,00	23.801.073,00
		211 F	FUNCIONAMENTO DE ESPACOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	2.000.000,00	1.452.778,00
		Total		30.456.855,00	25.253.851,00
3 PRIMARIO SEM IMPACTO FISCAL	Total			124.291.803,00	109.368.910,00
	512 5	553 8	PRESERVACAO DO PATRIMONIO CULTURAL EM CIDADES COM BENS TOMBA	199.977.537,00	200.411.782,00
		Total		199.977.537,00	200.411.782,00
6 DESPESA DISCRICIONARIA	Total			199.977.537,00	200.411.782,00
	512 5	20Z H	PRESERVACAO DO PATRIMONIO CULTURAL BRASILEIRO	17.680.000,00	18.973.200,00

DECORRENTE DE
EMENDA
INDIVIDUAL

211 F	FUNCIONAMENTO DE ESPACOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	300.000,00	300.000,00
553 8	PRESERVACAO DO PATRIMONIO CULTURAL EM CIDADES COM BENS TOMBA	1.270.000,00	0,00
Total		19.250.000,00	19.273.200,00
Total		19.250.000,00	19.273.200,00
20Z H	PRESERVACAO DO PATRIMONIO CULTURAL BRASILEIRO	2.000.000,00	2.000.000,00
Total		2.000.000,00	2.000.000,00
Total		2.000.000,00	2.000.000,00
20Z H	PRESERVACAO DO PATRIMONIO CULTURAL BRASILEIRO	3.950.390,00	0,00
Total		3.950.390,00	0,00
Total		3.950.390,00	0,00
Total Geral		578.312.259,00	570.818.546,00

LEGENDA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	218.919.174,00	226.119.780,00
BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS E ASSISTENCIAIS	9.923.355,00	13.644.874,00
DESPESES DISCRICIONÁRIAS	349.469.730,00	331.053.892,00
TOTAL	578.312.259,00	570.818.546,00
FONTE: COFIN/CGPLAN/DPA		

Além dos créditos originariamente previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, acrescenta-se o montante de R\$ 2.562.803,58, relativo a recursos recebidos por meio de repasses de outras Unidades Orçamentárias (UOs), descritas no Quadro disposto adiante:

Quadro 44 – Destaques recebidos em 2024

UG Executora		403101
		INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL
Unidade Orçamentária		17
		DESTAQUE RECEBIDO
20927	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL	13.094,80
24205	AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	65.012,58
26292	FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO	6.271,20
39252	DEPTO.NAC.DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	943.410,00
42101	MINISTERIO DA CULTURA	660.246,17

42203	FUNDACAO CULTURAL PALMARES	65.997,51
42902	FUNDO NACIONAL DE CULTURA	496.010,00
49101	MINIST.DO DESENVOLV.AGRARIO E AGR.FAMILIAR	212.761,32
65101	MINISTERIO DAS MULHERES	100.000,00
Total		2.562.803,58
FONTE: COFIN/CGPLAN/DPA		

Cumpre salientar que, por constituírem orçamentos de outros órgãos e entidades da APF, o detalhamento financeiro-orçamentário dos valores informados no parágrafo anterior será realizado nas prestações de contas anuais de seus respectivos responsáveis.

Ressalta-se que os valores constantes da LOA (dotação atual), somados aos créditos recebidos por meio dos destaques acima descritos, perfazem o montante de R\$ 573.381.349,58.

No que concerne à execução do orçamento próprio autorizado em lei, no exercício de 2024, foi empenhado o valor total de R\$ 561.356.526,36, liquidado o montante de R\$ 362.797.130,48, e pagas as despesas no valor de R\$ 328.521.949,71. Os recursos ora mencionados foram direcionados ao pagamento de despesas de pessoal e encargos sociais, benefícios aos servidores, manutenção administrativa institucional e atividades finalísticas, conforme exposto no Quadro X, evidenciado a seguir.

Quadro 45 - Despesa empenhada, liquidada e paga 2024, no âmbito do IPHAN (em R\$)

Unidade Orçamentária		29	31	34
		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
42204	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	561.356.526,36	362.797.130,48	328.521.949,71
Total		561.392.462,11	362.797.130,48	328.521.949,71
FONTE: COFIN/CGPLAN/DPA				

5.1.1 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesas

Outrossim, a fim de demonstrar um panorama mais sintetizado em relação aos gastos do Instituto, foi elaborado o Quadro 46, abaixo, acerca da execução orçamentária, classificada por grupo de natureza de despesa e elemento de despesa.

Quadro 46 - Relação das Despesas do IPHAN, em 2024, por Grupo e Elemento de Despesas (em R\$)

GND	GRUPO DESPESA	ED	ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
4	INVESTIMENTOS	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.225.181,63	820.496,52	784.010,58
4	INVESTIMENTOS	40	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	1.697.434,88	1.224.975,22	1.100.648,77

4	INVESTIMENTOS	41	CONTRIBUICOES	183.483.175,48	36.877.763,45	33.555.727,14
4	INVESTIMENTOS	51	OBRAS E INSTALACOES	12.095.342,48	3.734.722,25	3.040.688,57
4	INVESTIMENTOS	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.241.242,12	294.937,37	252.939,32
4	INVESTIMENTOS		TOTAL	200.742.376,59	42.952.894,81	38.734.014,38
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	08	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	711.122,13	711.122,13	651.263,29
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.484.484,06	1.484.484,06	1.484.484,06
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.341.779,00	685.855,96	685.855,96
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30	MATERIAL DE CONSUMO	1.315.027,09	877.390,88	747.693,37
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS	130.000,00	130.000,00	130.000,00
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.139.091,59	1.798.954,94	1.243.378,44
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.507.188,96	1.421.586,78	1.281.721,82
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	56.920.234,08	48.597.878,22	40.350.829,48
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	34.917.336,01	19.868.453,79	17.061.617,60
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	8.800.657,81	2.925.758,76	1.693.133,05
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	41	CONTRIBUICOES	20.359.160,00	10.474.200,00	10.474.200,00
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	46	AUXILIO-ALIMENTACAO	11.072.066,99	11.072.066,99	10.069.212,03
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	99.968,55	81.627,82	73.110,87
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	49	AUXILIO-TRANSPORTE	1.174.908,90	1.174.908,90	1.061.780,29
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	263.556,12	130.226,38	130.226,38
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.309.686,90	3.305.902,73	3.017.912,56
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		TOTAL	145.546.268,19	104.740.418,34	90.156.419,20
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	77.376.266,82	77.376.266,82	71.449.169,66
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	03	PENSOES	17.480.146,26	17.480.146,26	16.145.156,17
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	07	CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	46.113,14	46.113,14	42.198,13
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	98.590.297,01	98.590.297,01	90.640.878,30
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13	OBRIGACOES PATRONAIS	19.372.276,74	19.372.276,74	19.261.191,33
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	1.359.840,17	1.359.840,17	1.259.800,44
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	91	SENTENCAS JUDICIAIS	116.524,64	116.524,64	106.806,06
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	190.504,14	190.504,14	190.504,14
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	96	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	571.848,41	571.848,41	535.811,90
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		TOTAL	215.103.817,33	215.103.817,33	199.631.516,13
			TOTAL GERAL	561.392.462,11	362.797.130,48	328.521.949,71

FONTE: COFIN/CGPLAN/DPA

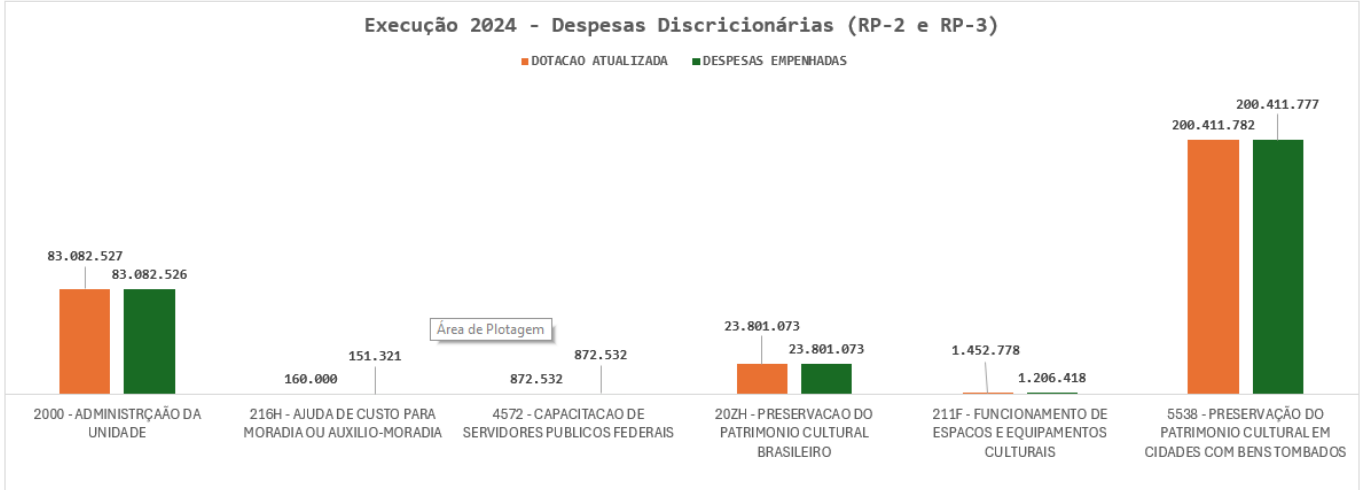
Cumpra destacar que, no exercício financeiro de 2024, o Instituto obteve êxito em empenhar aproximadamente 100 % das quatro principais ações discricionárias, são estas:

Quadro 47 – Dotação atual x Despesas empenhadas em 2024

Programa Governo	Unidade Orçamentária	42204
		INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL

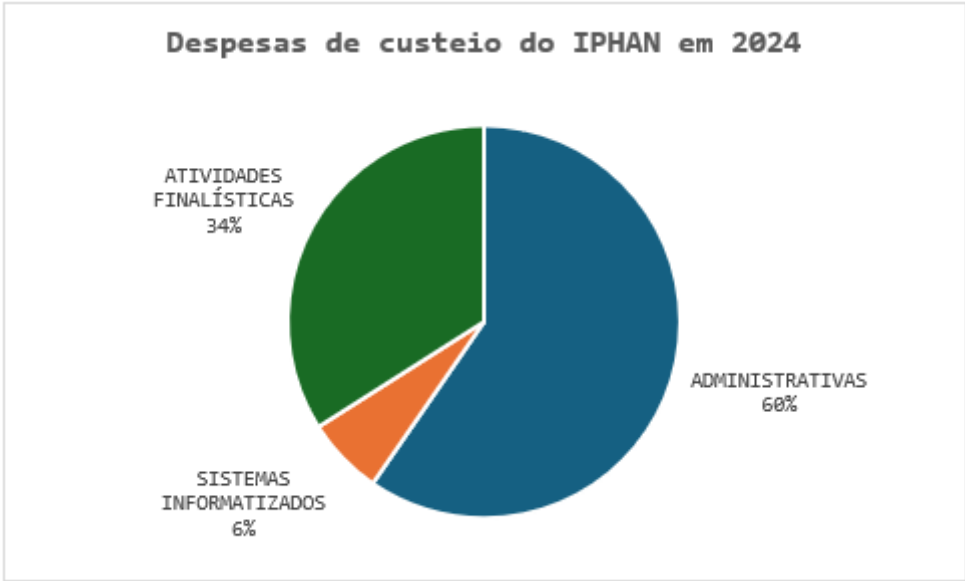
		Ação Governo	13	23	% EMPENHADO
			DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO	2000 - ADMINISTRÇÃO DA UNIDADE	83.082.527,00	83.082.526,10	100%
		216H - AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA	160.000,00	151.320,85	95%
		4572 - CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS	872.532,00	872.532,00	100%
		Total	84.115.059,00	84.106.378,95	100%
5125	DIREITO A CULTURA	20ZH - PRESERVACAO DO PATRIMONIO CULTURAL BRASILEIRO	23.801.073,00	23.801.072,57	100%
		211F - FUNCIONAMENTO DE ESPACOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	1.452.778,00	1.206.417,88	83%
		5538 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMONIO CULTURAL EM CIDADES COM BENS TOMBADOS	200.411.782,00	200.411.777,02	100%
		Total	25.253.851,00	25.007.490,45	99%
Total Geral			109.368.910,00	109.113.869,40	100%
FONTE: COFIN/CGPLAN/DPA					

Gráfico 45 - Dotação atual x Despesas empenhadas em 2024



Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

Gráfico 46 – Distribuição de despesas de custeio em 2024



Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

É relevante destacar que foi destinado a esta autarquia, em 2024, o montante de R\$ 21.273.200,00 (dotação atual) relativos a Emendas Parlamentares. Deste valor, foram empenhados R\$ 20.499.119,37, o que representa, aproximadamente, 96% do montante destinado ao órgão no Resultado Primário 6 e 7.

Quadro 48 – Valores de Emendas Parlamentares destinadas ao IPHAN, em 2024 (em R\$)

Resultado Primário Lei		6		7	
		DESPESA DISCRICIONARIA DECORRENTE DE EMENDA INDIVIDUAL		DESPESA DISCRICIONARIA DECORRENTE DE EMENDA DE BANCADA	
Unidade Orçamentária		13	23	13	23
		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS
42204	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	19.273.200,00	18.499.119,37	2.000.000,00	2.000.000,00

FONTE: COFIN/CGPLAN/DPA

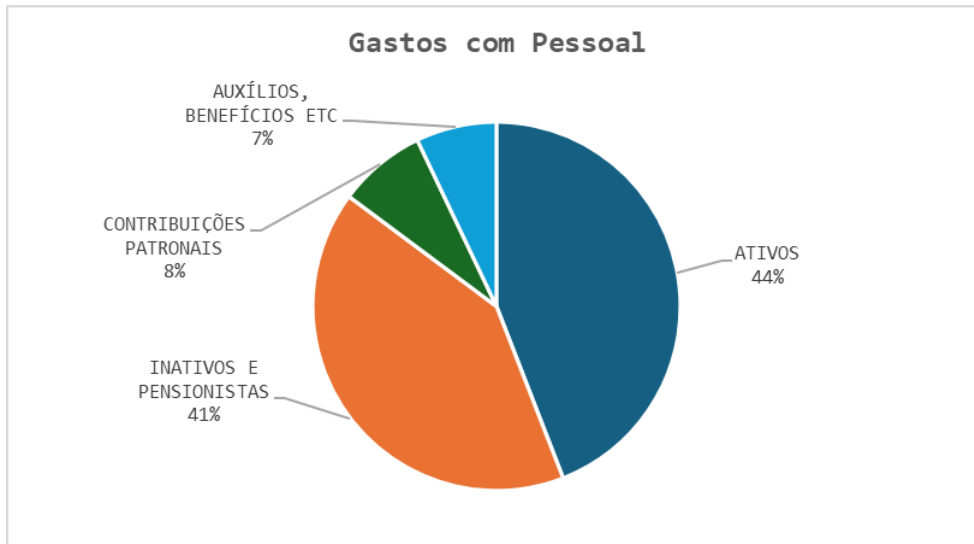
Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

Quadro 49 - Gastos com Pessoal

Gastos com Pessoal	Valor	%
ATIVOS	102.093.004,91	44%
INATIVOS E PENSIONISTAS	95.067.854,65	41%
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	17.942.957,77	8%
AUXÍLIOS, BENEFÍCIOS ETC.	16.415.199,84	7%
TOTAL	231.519.017,17	100%

FONTE: COFIN/CGPLAN/DPA

Gráfico 47 - Gastos com Pessoal

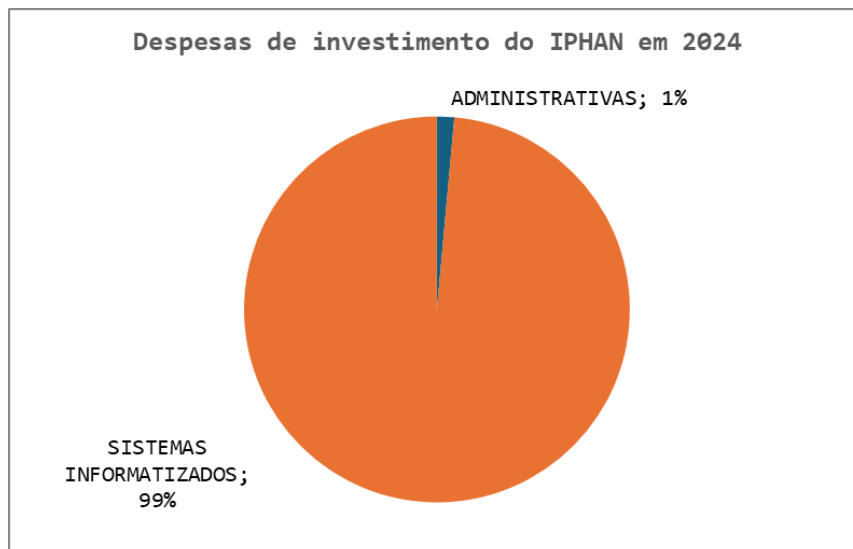


Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

Quadro 50 - Investimentos

Investimentos	Valor	%
ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	2.903.677,00	1%
ATIVIDADE FINALÍSTICA	197.838.699,59	99%
TOTAL	200.742.376,59	100%
FONTE: COFIN/CGPLAN/DPA		

Gráfico 48 - Investimentos



Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

Gráfico 49 - Atendimentos Finalísticos (em R\$)

Ação Governo		Natureza Despesa		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)		
20Z H	PRESERVACAO DO PATRIMONIO CULTURAL BRASILEIRO	333041	CONTRIBUICOES	570.280,00	2.000,00	2.000,00		
		335039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	143.603,77	143.603,77	143.603,77		
		335041	CONTRIBUICOES	14.886.680,00	5.570.000,00	5.570.000,00		
		339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.241.062,24	1.241.062,24	1.241.062,24		
		339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.310.779,00	685.855,96	685.855,96		
		339031	PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	130.000,00	130.000,00	130.000,00		
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.436.922,21	1.330.639,33	963.317,76		
		339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	168.103,27	146.007,50	140.577,50		
		339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	281.000,00	266.005,74	157.578,75		
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	20.690.907,89	11.102.924,11	9.351.599,68		
		339040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	18.240,00	-	-		
		339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	94.974,66	94.974,66	94.974,66		
		339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.417,52	983,35	983,35		
		445041	CONTRIBUICOES	136.320,00	-	-		
		449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	1.215.000,00	815.000,00	779.033,48		
		449051	OBRAS E INSTALACOES	1.642.762,57	609.907,39	390.137,62		
		449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	35.000,00	35.000,00	35.000,00		
		Total		44.006.053,13	22.173.964,05	19.685.724,77		
		553 8	PRESERVACAO DO PATRIMONIO CULTURAL EM CIDADES COM BENS TOMBADOS	338041	CONTRIBUICOES	4.902.200,00	4.902.200,00	4.902.200,00
				339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	19.706,13	19.706,13	19.706,13
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO			80.293,87	38.398,40	38.321,48		
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA			599.960,00	-	-		
443041	CONTRIBUICOES			56.822.381,53	9.466.218,27	8.686.050,77		
444041	CONTRIBUICOES			126.524.473,95	27.411.545,18	24.869.676,37		
445051	OBRAS E INSTALACOES			4.410.340,48	-	-		
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA			1.010.181,63	5.496,52	4.977,10		
449051	OBRAS E INSTALACOES			6.042.239,43	3.124.814,86	2.650.550,95		
Total				200.411.777,02	44.968.379,36	41.171.482,80		
Tota l				244.417.830,15	67.142.343,41	60.857.207,57		
FONTE: COFIN/CGPLAN/DPA								

FONTE: COFIN/CGPLAN/DPA

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

Gráfico 50 -Funcionamento das Unidades

Ação Governo		Natureza Despesa		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	86.312,28	86.312,28	86.312,28
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.315.026,19	877.390,88	747.693,37
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	251.671,75	209.855,95	40.861,33
		339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.229.936,61	1.192.917,89	1.074.596,57
		339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	55.927.600,83	47.659.133,57	39.568.024,05
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	11.827.336,83	7.975.337,69	6.932.960,66
		339040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	8.782.417,81	2.925.758,76	1.693.133,05
		339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	92.515,97	74.955,24	71.238,29
		339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	149.336,62	16.006,88	16.006,88
		339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	425.157,65	424.807,65	424.807,65
		339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)	52.948,23	52.948,23	52.948,23
		339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	2.652,58	1.872,58	1.872,58
		449040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	1.697.434,88	1.224.975,22	1.100.648,77
		449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.206.242,12	259.937,37	217.939,32
		211F	FUNCIONAMENTO DE ESPACOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	Total		83.046.590,35
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES			31.000,00	-	-
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO			1.000,00	1.000,00	1.000,00
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA			675.738,00	672.738,91	625.226,68
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA			788.018,69	524.879,88	524.879,88
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS			4.800,00	4.800,00	-
Total				1.500.556,69	1.203.418,79	1.151.106,56
Total				84.547.147,04	64.185.628,98	53.180.149,59

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

5.1.2 - Informações Contábeis

As demonstrações contábeis são elaboradas conforme os dispositivos previstos na [Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#), no [Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967](#), no [Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986](#), na [Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001](#) e na [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#).

As referidas demonstrações contábeis englobam ainda as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e os Manuais do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Os demonstrativos apresentados foram desenvolvidos a partir de dados e informações extraídas das contas contábeis existentes no SIAFI do Governo Federal, uma vez que o IPHAN integra o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. A Coordenação de Contabilidade (CCONT) é composta por quatro servidores que, atualmente, são responsáveis pela análise e pelo

acompanhamento dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial de 38 unidades gestoras executoras desta Entidade.

A seguir, apresentam-se os documentos externos a este relatório de gestão disponibilizados pela CCONT, referente ao exercício de 2024, os quais podem ser acessados por meio dos links dispostos a seguir:

- [Balanço Patrimonial 2024](#);
- [Balanço Financeiro 2024](#);
- [Balanço Orçamentário 2024](#);
- [Demonstração das Variações Patrimoniais 2024](#);
- [Demonstração dos Fluxos de Caixa 2024](#);
- [Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 2024](#).
- [Declaração do Contador\(a\) 2024](#);
- [Relatório de Inconsistências Contábeis 2024](#);
- [Rol de Responsáveis 2024](#); e
- [Nota Explicativa IPHAN – 4º trimestre de 2024](#).